Antonio Ozaí da Silva

MAURÍCIO TRAGTENBERG E A PEDAGOGIA LIBERTÁRIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Piletti

São Paulo, fevereiro/2004

Antonio Ozaí da Silva

MAURÍCIO TRAGTENBERG E A PEDAGOGIA LIBERTÁRIA

A Maurício Tragtenberg – In Memoriam

Para Auxiliadora Maria da Silva, Beatriz Tragtenberg, Juliana Ozaí da Silva, Luana Ozaí da Silva, Margarida da Silva, Nelson Piletti, Olga Ozaí da Silva e Walter Praxedes

AGRADECIMENTOS

Embora possa parecer lugar comum afirmar que este trabalho não seria possível sem a ajuda da família, de amigos e amigas, instituições e, inclusive, de pessoas que nem conheço pessoalmente, esta é a verdade. Alguns, como a dedicatória indica, foram, como diria, o poeta Brecht, imprescindíveis; outros, foram fundamentais; e o mais singelo gesto de ajuda também foi importante.

Relacionar todos, é uma tarefa delicada, difícil e sujeita a risco. Não esqueço que, pesquisando na Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp, encontrei um destes trabalhos em que a relação de agradecimentos foi acrescida a caneta, provavelmente por pessoas que se sentiram esquecidas e vítimas da ingratidão; talvez fosse só uma brincadeira, uma provocação; quem sabe o (a) autor (a) não considerou que fosse o caso de merecimento do registro. Para os indivíduos metódicos, que tudo anotam, não há risco de esquecer. Para os que, como eu, recorrem principalmente à memória, há o risco de cometer injustiças. Sim, porque se um trabalho como este é fruto das mais significativas contribuições, também não pode prescindir das "pequenas" ajudas: aquele senhor que nos atendeu bem em tal instituição, a bibliotecária que, sem saber, também colaborava; aqueles que apenas conhecemos virtualmente, mas que também contribuíram, enviando um livro, um xerox, uma informação; todos os que concederam entrevistas, etc. Alguns, lembramos os nomes; outros, a atitude. Agradeço a todos e todas.

Talvez fosse o caso de, em vez de agradecimentos, relacionar os que estorvaram e/ou se negaram a colaborar. Afinal, a quem devemos agradecer, já devem saber da nossa gratidão. Além disso, não há quem obrigue as pessoas a serem solidárias: solidariedade é uma atitude; e relacionar as *pedras do caminho* também não contribui: ressentimentos só fazem mal...

Portanto, mesmo com o risco do esquecimento, quero manifestar publicamente a minha gratidão.

Muito obrigado à minha mãe: Margarida da Silva;

À minha família: Auxiliadora Maria da Silva, Olga Ozaí da Silva, Luana Ozaí da Silva e Juliana Ozaí da Silva;

Ao orientador e amigo Nelson Piletti;

A Beatriz Tragtenberg, Marcelo, Livio e Lucila;

Aos amigos e amigas: Adriana e Eliel Ribeiro Machado, Antonio Mendes da Silva Filho, Luis A. Giani, Nilson Nobuaki Yamauti, Paulo Cunha, Raymundo de Lima, Rosangela Rosa Praxedes e Walter Praxedes;

Ao Prof. Celso Rui de Beisiegel e à Profª Roseli Fischman;

A todos aqueles com os quais conversei sobre o Maurício: Beatriz, Marcelo, Livio e Lucila Tragtenberg; Adriana Bandeira de Melo, Antonio José Romera Valverde, Carmen Junqueira, Edson Passetti, Emir Mourad, Evaldo Amaro Vieira, Fernando C. Prestes Motta (In memoriam), Francisco Moreno de Carvalho, Guilherme Rosenzueig, Hanna Profis, Henrique Rattner, Inês Cabral, Jucirema Quinteiro, Lúcio Flavio R. de Almeida, Lucia Bógus, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Manuel Alceu Affonso Ferreira, Maria Nilza da Silva, Mario Roberto Ferraro, Michael Löwy, Paulo Sergio Tumolo, Remy José Fontana, Ruth Bandeira de Melo, Sebastião Aroldo F. C. Porto, Vladimir Sacchetta e Vito Giannoti;

A Agueda B. Bitencourt Uhle, amigos do *Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro* (CPV), Carmen Lúcia Evangelho Lopes e Fátima (*Centro de Memória Sindical*), Cecília e Noemia (*Centro de Estudos Judaicos*), Daliana C. de Lima, Emilene (Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP), Ester Vaisman, Esther Kuperman, Givanildo Oliveira Avelino, Lorena Almeida Gill, Mauro Luís Iasi, Nelson Tomasi, Paulo Ghiraldelli Jr., Paulo Ricardo Martines, Paulo Roberto de Almeida, Pedro Roberto Ferreira, Regina Queiroz, Renata Gonçalves, Rogata, Rogério, Silvio Gallo e Walter Garcia;

À Luana e demais funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da USP, e a Márcia Willy, da Secretaria do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação (FEUSP);

Aos funcionários da Biblioteca da PUC/SP, da Biblioteca Municipal Mario de Andrade e da Biblioteca Prof. Joel Martins, da Faculdade de Educação da Unicamp, e ao Departamento de Ciências Sociais e Fundamentos Jurídicos da Administração (FGV/SP);

Aos que trabalham na Biblioteca, na Pró-Reitoria de Pós Graduação e na Rádio Universitária, da Universidade Estadual de Maringá;

Aos amigos e amigas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá;

Aos meus alunos e alunas pelo apoio e afeto;

Às instituições que garantiram as condições para a pesquisa: Universidade Estadual de Maringá e CAPES.

A todos os que direta e indiretamente me ajudaram a cumprir esta tarefa: meu sincero muito obrigado.

SUMÁRIO

RESUMO

Este trabalho analisa a contribuição de Maurício Tragtenberg, enquanto intelectual engajado, à Pedagogia Libertária.

No capítulo primeiro apresentamos um esboço biográfico. No seguinte, analisamos o autodidatismo e a sua práxis no *espaço da informalidade* (entendido aqui como o espaço externo às instituições e ao ensino formal), em especial sua militância enquanto escritor envolvido com o mundo do trabalho e as lutas sociais.

No terceiro capítulo, estudamos a sua obra intelectual, produzida e orientada *para* e *no* espaço formal da instituição acadêmica; os aspectos libertários e a sua contribuição enquanto produção intelectual vinculada ao movimento social. Não temos a pretensão de fazer uma análise definitiva, mas apenas apreender em que medida sua obra se vincula ao projeto pedagógico libertário.

No último capítulo, analisamos o que ele escreveu sobre a universidade e a educação, sua crítica e proposta pedagógica e, também a sua *práxis* como docente e intelectual, partícipe do campo acadêmico. Examinamos os seus escritos sobre educação, a sua prática como educador e os vínculos com a Pedagogia Libertária e a Pedagogia Crítica.

Unitermos: Maurício Tragtenberg, Judaísmo, Pedagogia Libertária, Pedagogia Crítica

INTRODUÇÃO

> **“*Olhar* tem a vantagem de ser móvel, o que não é o caso, por exemplo, de *ponto de vista*. O olhar é ora abrangente, ora incisivo. O olhar é ora cognitivo e, no limite, definidor, ora é emotivo ou passional. O olho que perscruta e quer saber objetivamente das coisas pode ser também o olho que ri ou chora, ama ou detesta, admira ou despreza. Quem diz olhar diz, implicitamente, tanto inteligência quanto sentimento”.**
>
> ***Alfredo Bosi* (2000: 10)**

O objetivo deste trabalho é analisar contribuição de Maurício Tragtenberg à Pedagogia Libertária. Nossa referência é a experiência e práticas pedagógicas vinculadas à tradição dos libertários, anarquistas e anarco-sindicalistas.

Não pretendemos traçar uma história da Pedagogia Libertária, nem muito menos reescrevê-la. Nossa incursão pelos rumos da história visa apenas explicitar a delimitação do campo de análise. Este não é um trabalho sobre a Pedagogia Libertária *stricto sensu*, mas sim, sobre Maurício Tragtenberg enquanto intelectual engajado e educador. Analisaremos os vínculos entre a sua trajetória e a Pedagogia Libertária, buscando apreender os elementos de encadeamento que configurem a continuidade desta proposta pedagógica.

Em suma, nos propomos a realizar uma tese panorâmica sobre a vida e obra de Maurício Tragtenberg e sua influência enquanto educador libertário, que se constitua numa contribuição para os pesquisadores e trabalhadores da educação, bem como para a classe e o projeto social que os libertários defendem.

Mas, como fazer isso? Quais os procedimentos? Quais caminhos devemos percorrer? Isto nos remete à discussão metodológica.

Em geral, as introduções de dissertações e teses assemelham-se a tratados metodológicos. É o capítulo metodológico por excelência. Por trás das exigências de cientificidade encontra-se, de fato, um eterno recomeçar que nos faz percorrer caminhos

por demais explorados e nos leva a repetir as eternas batalhas do passado. É o que BOURDIEU denomina de “culto escolar dos clássicos” (2000: 47). O resultado é uma sistematização, um resumo, nem sempre bem elaborado, dos autores e teorias.

Isto não invalida a necessidade de adotarmos teorias. Estas cumprem a função de bússolas que nos orientam no fazer o caminho. Como o marinheiro em alto mar ou o explorador em plena selva, precisamos fazer uso de todos os instrumentos que possam nos ajudar a chegar ao porto seguro ou sobreviver às adversidades da densa floresta. Mas, ainda que todos os instrumentos sejam importantes nos vários momentos da caminhada – ou do navegar – alguns se mostrarão fundamentais.

Deixemos de lado as metáforas e passemos ao universo da metodologia. Temos, então, em qualquer pesquisa, uma questão básica: qual a referência teórica? Mais do que mero questionamento científico, trata-se de uma decisão que delimita campos acadêmicos e ideológicos. Não é apenas a relação sujeito-objeto que está em jogo, mas o próprio sujeito e o objeto, a forma como este é tratado por aquele e como os que devem avaliar este tratamento concebem esta relação.

Eis um primeiro fator que necessita de explicitação: não partilhamos da idéia de que a neutralidade seja possível. A noção de que a ciência está acima dos interesses políticos, ideológicos ou mercadológicos, é não apenas falaciosa, mas também interessada, isto é, camufla interesses particularistas sob a capa da cientificidade.

É ilusório exigir neutralidade do pesquisador. Enquanto ser social, com uma determinada concepção de mundo, ele se encontra impregnado de valores, opções político-ideológicas, culturais, etc., que dificultam e impedem o distanciamento absoluto em relação ao objeto pesquisado. Sua subjetividade transpira pelos poros da pesquisa e elaboração teórica desde o momento em que escolheu o tema, as fontes bibliográficas, a maneira de trabalhá-las, a ênfase em determinados aspectos, etc.

A ficção da ciência neutra oculta ainda o fato de que o próprio objeto de pesquisa precisa ser construído. Aliás, este é um fator geralmente desdenhado: o objeto de pesquisa não surge pronto, como num passe de mágica, diante do pesquisador, mas é resultante de um processo contraditório que envolve o indivíduo que pesquisa (com seus preconceitos, as representações que tem do mundo, os lugares comuns que compartilha, etc.) e a relação com o objeto pesquisado (também este fruto do processo histórico e social).

O pesquisador encontra-se sujeito ao que BOURDIEU (2000: 36) apropriadamente denominou de “persuasão clandestina” (a influência dos meios de comunicação, da convivência com os colegas, em suma, da realidade que o rodeia). Como escapar às armadilhas que nos cercam? É preciso, permanentemente, manter-se alerta. Mas é fundamental observarmos que a temática é socialmente construída.

A escolha do tema sob o qual nos debruçamos para estudar não é fruto do acaso, mas sim resultante de uma relação objetiva impregnada de subjetividades. Vários fatores influenciaram essa opção: a convivência fora da academia (como agentes ativos do movimento social); e, depois, no interior desta (na relação professor-aluno; orientador-orientando). Estes fatores influíram não apenas na decisão de tomá-lo como objeto de pesquisa, mas também na própria pesquisa.

A convivência não explica por si a minha opção. Foi preciso que algo me despertasse para a apreensão da importância de considerar a obra e a ação educativa de Maurício Tragtenberg como um objeto de pesquisa, na linha da história e historiografia da educação. Esse algo é aquela inspiração que nos falta e que também não surge num lampejo, mas é preparada consciente e inconscientemente, ou seja, num processo de construção social que envolve o sujeito e o objeto. Neste processo há um momento em que algo ou alguém libera uma faísca que acende a chama que ilumina o pensamento. Nesse sentido, sou tributário a Paul THOMPSON (1992): foi a leitura de *A Voz do Passado* que inspirou o projeto de pesquisa.

A partir destas questões torna-se mais fácil explicitar as escolhas metodológicas. Mas é necessário considerar que a definição da metodologia, do referencial teórico, é uma dificuldade que aumenta de intensidade quando se recusa o apego fácil a este ou aquele autor e, por conseqüência, procura-se evitar o risco de enquadrar o objeto à moldura da teoria adotada. Por outro lado, corremos o risco de pagar tributo a vários cânones e, ainda por cima, sermos acusados de *ecletismo*.[1]

Essa postura crítica implica a ruptura epistemológica com os esquemas teóricos sectários que tomam a *sua* verdade como a verdade absoluta; pressupõe uma *conversão do olhar*, ou seja, a instituição de um novo *olhar* que coloque em suspenso as nossas certezas, os nossos preconceitos e os princípios que geralmente aceitamos para a

[1] *Ecletismo*, na linguagem política comum adquire forma pejorativa, um sentido negativo. Não obstante, como escreve BOBBIO (1995: 15), a palavra também significa “olhar um problema por todos os lados”.

construção dos conceitos. Trata-se, enfim, de manter a *dúvida radical*. (BOURDIEU, 2000: 49).

É com esse *olhar sociológico* que nos debruçamos sobre a vida e obra de Maurício Tragtenberg. Em nossa investigação partimos do pressuposto de que, ao nascer, encontramos o mundo feito à imagem e semelhança das gerações que nos precederam. Herdamos não apenas o mundo construído por elas, mas os costumes, tradições e hábitos. Nem bem aprendemos a balbuciar as primeiras palavras, dar os primeiros passos, e tudo o que nos rodeia já se incorpora à nossa vida. Simbolicamente, podemos nos imaginar como a argila a ser modelada: a forma que tomaremos dependerá das condições pré-existentes à nossa vinda ao mundo e da capacidade artística dos escultores.

Mas, não somos coisas. Diferentemente da argila que, misturada à água e amassada, pode ser modelada ao dispor do escultor, interagimos com o meio: somos criaturas e também criadores; somos moldados e moldamos; somos a fôrma na qual se deposita o barro a ser trabalhado, mas, simultaneamente, somos o barro e o artista que o modela. Em outras palavras, a forma que tomaremos não depende apenas do escultor (ainda que, principalmente nos primeiros anos da nossa vida, a sua influência seja decisiva e se mantenha por toda a nossa vida).

Insistindo um pouco mais na linguagem metafórica, podemos afirmar que o escultor é a sociedade que nos cerca: as pessoas (avós, pais, professores, amigos, autoridades religiosas etc); as coisas (a casa em que moramos, o campo ou a cidade e tudo que contém neles, os brinquedos, os livros etc); as instituições (a igreja, a escola, a prefeitura etc); o trabalho (o campo, o escritório, a fábrica, a instituição pública, etc); em suma, todos os meios de produção e reprodução da vida, isto é, a estrutura, o contexto sócio-histórico.

Essas condições são interiorizadas por nós. Porém, se ficarmos restritos à interiorização do mundo que nos cerca voltamos ao estado da argila, isto é, simplesmente submetidos e adaptáveis à vontade do escultor. A estrutura, ou seja, tudo o que contém o mundo à nossa volta, restringe os movimentos e impõe limites ao nosso pensamento e ação. Contudo, a partir do que incorporamos, do que interiorizamos,

atuamos sobre essa estrutura, ou seja, exteriorizamos. Isto, numa palavra, é o que Bourdieu denomina *habitus*.[2]

A relação dos indivíduos com a estrutura não é estática. Se o meio social é determinante, também é determinado; se a estrutura é estruturada, também é estruturante. Na verdade, o nosso simples nascimento produz mudanças na forma como os indivíduos se relacionam com o mundo. Pensemos numa família com um recém-nascido: cria-se uma nova situação na qual todos trabalham para se adaptar e, ao mesmo tempo, garantir as condições necessárias para o seu desenvolvimento – o que significa mudar a estrutura.

O mundo que nos recebe assemelha-se a uma enorme casa inacabada, ainda em construção; mesmo seus alicerces não são definitivos. A nossa relação com o mundo poderá reproduzir as condições para manter a casa em pé da forma como a encontramos; ou pode levar à sua reforma e mesmo à sua destruição e reconstrução. Neste processo, somos simultaneamente agentes de transformação da casa e do nosso ser.

Para melhor compreender essa questão recorremos a um procedimento utilizado por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, segundo o qual

> "não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, com base no seu processo real de vida representa-se também o desenvolvimento das reflexões e ecos ideológicos deste processo de vida." (MARX e ENGELS, 1982: 14)

Esse método tem a vantagem de propiciar o estudo de realidades de vida inseridas no contexto social a partir da sua própria materialidade, considerando-se a relação entre os indivíduos e o meio social. Dessa forma, procuramos desvendar não somente o discurso individual, mas essencialmente a sua *práxis*, uma *práxis* que é determinada socialmente. Como afirmam Marx e Engels:

> "Também as fantasmagorias no cérebro dos homens são sublimados necessários dos seus processos de vida material, empiricamente constatável e ligado a premissas materiais. A moral, a religião, a metafísica e a restante da ideologia, e as formas de consciência lhes correspondem, não conservam assim por mais tempo a aparência de autonomia. (...) Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração, parte-se da consciência como indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos, reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência." (Id.)

---

[2] Bourdieu define o *habitus* como: "As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe, que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes." (In ORTIZ, 1983: 60-61)

Contudo, é preciso evitar o equívoco mecanicista, o qual, ao absolutizar os aspectos econômicos, a base material, desconsidera ou secundariza, sob o status de mero reflexo, os aspectos relacionados com a denominada superestrutura.

É verdade que os homens ao nascerem encontram-se sob determinado meio social que condiciona suas vidas. Como observa BOSI (1994: 73), há um processo de socialização da memória, o qual influi decisivamente na formação do indivíduo: “A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização. Sem estas haveria apenas os dados do passado, mas não a memória”. A criança Maurício Tragtenberg recebe, como herança, a memória dos seus antepassados, sua cultura e tradições.

Porém, os homens e mulheres, ao agirem, transformam o mundo e a si mesmos e podem transformar as condições em que atuam. A biografia é construída pelas ações de homens e mulheres reais que, diante de embates concretos, propõem soluções consideradas as mais corretas em contextos históricos específicos. Estes homens e mulheres não são deuses ou deusas mitológicas e, tanto eles quanto os instrumentos-meios que constroem para a ação transformadora das suas realidades não são infalíveis.

Não podemos analisar a trajetória de um agente unicamente por sua ação enquanto indivíduo isolado. Os indivíduos não apenas sofrem a influência das sociedades em que vivem, mas também influem sobre estas, isto é, são seres sociais, produtos e agentes do processo histórico. As ações individuais, embora limitadas historicamente por fatores externos aos mesmos, as *condições objetivas*, são também determinadas pelas opções que os indivíduos isoladamente fazem. Nesse sentido, há uma tensão constante entre as intenções e os resultados.

Em suma, trata-se de superar a polaridade objetivismo-subjetivismo. O primeiro, presente tanto nas teorias positivistas, como no estruturalismo e numa certa leitura marxista, mecanicista e economicista, refere se às relações objetivas que estruturam as práticas individuais, ou seja, prima pela ênfase na base material, na chamada infra-estrutura ou base econômica. O subjetivismo enfatiza a experiência dos indivíduos, mas tende a desconsiderar os condicionantes externos, o contexto social real no qual este indivíduo se insere. A grosso modo, podemos afirmar que o objetivismo busca assimilar a *práxis* individual negando ou secundarizando a subjetividade do indivíduo concreto e singular; enquanto que o subjetivismo tenta compreender os processos sociais pela

análise das práticas individuais, dando um peso exagerado à subjetividade. Trata-se de perceber como a exterioridade é interiorizada e como a interioridade é exteriorizada.

Como enunciamos, não retomaremos as polêmicas metodológicas que, à guisa de apresentar a metodologia utilizada na pesquisa, esquecem o próprio problema pesquisado, desviando-se do seu objetivo principal. Parece-nos suficiente a constatação de que os homens fazem a história, mas a fazem sob determinadas circunstâncias; ou seja, os homens são, simultaneamente, produtos das circunstâncias e agentes históricos que agem sobre estas, *produtos* e *produtores* da história.

Trata-se, então, de apreender os indivíduos e as circunstâncias: como estas são incorporadas por eles e como reagem diante delas. O agente histórico tem uma singularidade e uma particularidade relacionada com a universalidade; este homem tem um nome, uma individualidade formada na relação com o mundo; possui uma identidade construída num processo de alteridade com os outros e com o mundo.

Este homem é Maurício Tragtenberg. Como todo indivíduo, ele não nasce pronto. Sua personalidade será construída pela relação entre a realidade que o cerca e a sua ação diante dela. Seu destino não está traçado *a priori*, mas será o resultado das suas atitudes e opções diante das circunstâncias. Ninguém nasce marxista, liberal ou anarquista. Além de determinado socialmente, a defesa de um pressuposto teórico-filosófico é também uma opção individual. Insistamos: os homens fazem sua história segundo condições históricas específicas. Mas eles não são meros reflexos dessas condições, não são autômatos que obedecem a ordens exteriores: eles têm a possibilidade de escolha, de optarem por um ou outro caminho.

***

Neste trabalho, não temos como objetivo escrever a biografia de Maurício Tragtenberg, mas sim, analisar sua trajetória e produção intelectual enquanto elementos constituintes do pensamento educacional no Brasil e, particularmente, sua contribuição para a pedagogia libertária.

O pensamento pedagógico libertário é minoritário e tem ínfima influência no contexto social atual. No entanto, ele é de fundamental importância enquanto crítica aos projetos pedagógicos inseridos na ordem social capitalista e sobrevive pela ação de intelectuais inspirados na vida e obra de indivíduos como Tragtenberg. A nosso ver, este

legado necessita ser resgatado e estudado. Assim, consideramos nosso trabalho como mais uma contribuição.

Dividimos o texto em quatro capítulos. No primeiro, fazemos um esboço biográfico. Como o título sugere, será uma apresentação do indivíduo Maurício Tragtenberg aos leitores, introduzindo o tema central da pesquisa: Maurício Tragtenberg enquanto educador libertário.

No capítulo segundo, analisamos a *práxis* de Maurício Tragtenberg no *espaço da informalidade* (entendido aqui como o espaço externo às instituições e ao ensino formal), em especial sua prática libertária. Nosso objetivo é apreender como e em que medida Maurício Tragtenberg, enquanto agente social, traduziu a *práxis* libertária no seu convívio e cotidiano, principalmente em relação aos trabalhadores enquanto militante do movimento social. Neste capítulo, enfatizaremos a sua atuação extra-acadêmica.

O capítulo terceiro focaliza a sua obra teórica, produzida e orientada *para* e *no* espaço formal da instituição acadêmica. Simultaneamente, enfatizamos o estudo dos aspectos libertários em sua produção intelectual. Não é nosso intuito fazer uma análise definitiva e imanente desta obra, mas apenas apreender em que medida ela se vincula ao projeto pedagógico libertário.

A sua produção intelectual diretamente relacionada com a educação formal será analisada no capítulo IV. Neste momento, analisamos o que ele escreveu sobre a universidade e a educação e também a sua *práxis* como docente e intelectual, partícipe de um campo específico: o campo acadêmico.

A distinção que fazemos entre o militante e o intelectual inserido no campo acadêmico, bem como, a análise da sua obra, cumpre apenas objetivos didático-metodológicos de elaboração e apresentação do trabalho. Tragtenberg atua em diversos espaços sociais mas, como qualquer indivíduo, é uno e singular.

Esta é, em suma, a estrutura do trabalho. Se nos apressamos em apresentar os procedimentos teórico-metodológicos, também apraz-nos manifestar que, como enunciado, procuramos manter o pensamento aberto a outras contribuições. Assim, na medida em que se fizer necessário, recorremos a diversos autores – se isso nos ajudar a compreender Maurício Tragtenberg e a efetivar os objetivos. A nosso ver, este procedimento é coerente com o próprio tema estudado.

CAPÍTULO I
MAURÍCIO TRAGTENBERG: UM ESBOÇO BIOGRÁFICO

"O que eu sou é o que me faz viver". (*Shakespeare, Henrique III*)
"Ante os fatos nem rir, nem chorar, mas compreender". (*Baruch Espinosa*)
"Só não há poder sobre os mortos". (*Walter Benjamin*)[1]

As raízes: a ascendência judaica

Filho de Henrique Tragtenberg e Annita Tragtenberg, Maurício Tragtenberg nasceu em 04 de novembro de 1929, em Erechim (RS)[2], num pequeno povoado de colonização judaica. Sua biografia, como ele explicita no Memorial[3], tem uma dimensão histórica que o antecede:

> "Minha biografia começa no interior do Estado do Rio Grande do Sul, onde meus avós aportaram na qualidade de camponeses pequenos proprietários, fugindo dos pogroms, cultivando como unidade familiar uma agricultura de subsistência onde o excedente era vendido no mercado, em Erebango, que depois tornou-se Erexim e finalmente Getúlio Vargas." (MMT: 08)[4]

---

[1] Frases preferidas de Tragtenberg, citadas ao longo da sua obra, como por exemplo, no *Memorial*, escrito em 1990, por ocasião do concurso para professor titular na Faculdade de Educação da Unicamp. Publicado inicialmente na *Revista Pró-Posições*, nº 4, março de 1991, Campinas-SP (FE/UNICAMP); como homenagem póstuma, na *Revista Educação & Sociedade*, 65, dezembro de 1998, Campinas-SP, pp. 07-20; e, na *Revista Espaço Acadêmico*, nº 30, novembro de 2003
Site: http://www.espacoacademico.com.br/030/30mt_memorial.htm

[2] Segundo GRITTI (1997: 45), esta cidade tinha, em 30 de junho de 1913, uma população de 18 mil pessoas – destas, 10 mil eram oriundas do estrangeiro. O afluxo à colônia cresceu e, em 1918, quando Erexim foi elevado ao *status* de município, contava com 35 mil habitantes. Um dado interessante é que, em 1915, a colônia judaica de *Quatro Irmãos* estava praticamente despovoada – a maioria dos judeus haviam se retirado à procura de melhores condições de vida. Ao que tudo indica os avós e pais do Maurício, moravam, quando ele nasceu, na região que cobre o ramal férreo Quatro Irmãos-Erebango, próximo a este último.

[3] Doravante, as notas referentes a este documento serão identificadas como '**MMT**' (Memorial Maurício Tragtenberg).

[4] A propaganda da *Jewish Colonization Association* realizada nas aldeias russas se referia a uma Fazenda localizada no Brasil, no município de **Boa Vista do Erechim**, Estado do Rio Grande do Sul. Erebango era então uma vila. Parte do território da *Fazenda Quatro Irmãos*, passou a integrar o município Getúlio Vargas, criado em 1935, tendo Erebango como distrito. Erechim, Erebango e Getúlio Vargas localizam-se na Região Noroeste do Rio Grande do Sul; Erebango e Getúlio Vargas fazem parte, atualmente, da Microrregião de Erechim, uma das maiores cidades do noroeste rio-grandense.

Eis, em poucas palavras, a origem biográfica de Tragtenberg: seu pertencimento à ascendência judaica. Seus avós emigraram para o Brasil para escapar às perseguições contra os judeus na Rússia czarista. A população judaica se estendia por uma enorme área, denominada *Pale*, circunscrita entre os mares Báltico e Negro, abarcando boa parte da Polônia e da Ucrânia, porções da Lituânia e da Rússia e toda a Bessarábia.

Na P*ale*, estabelecida a partir de 1772 e só abolida em 1917, com a Revolução Russa, a maioria dos judeus eram obrigados a ficar confinados nas pequenas aldeias, o *shtetl*, centro da existência judaica:

> "Aí viviam, em lírica miséria, os agricultores, os sapateiros, os alfaiates, os leiteiros, os açougueiros, as mulheres cuidando da casa e criando os numerosos filhos; aí desenvolveram um folclore, com tipos característicos, como o **schlemiel**, o desastrado, para quem nada dá certo, o **schnorrer**, um mendigo arrogante conhecido pela **chutzpah**, cara-de-pau (...). Aí surge aquele típico humor judaico, um humor agridoce, um humor de sorriso, não de riso, um humor que provê uma defesa contra o desespero." (SCLIAR, 1994: 82-83)

No *shtetl*, se falava o *iídiche*, um dialeto alemão com palavras em hebraico[5]; ali que nasce o *chassidismo*, um movimento religioso fundado pelo rabi Israel Baal Shem-Tov, por volta de 1750, contraposto "à elitista e bem-comportada religião dos judeus ocidentais". (Id: 84)[6] Os judeus oriundos do *shtetl*, da Europa Oriental, conhecidos como ashkenazim[7], viviam em condições sócio-econômicas que contrastavam com as dos seus irmãos *sefaradim*[8], da Europa Ocidental. Em geral, os *sefaraditas* eram

---

[5] O prof. J. Guinsburg, no artigo "Uma língua passaporte: o iídiche", descreve as origens deste idioma: "O ídiche (ou iídiche, forma aportuguesada de *iidisch*) originou-se, ao que tudo indica, nas áreas fronteiriças franco-germânicas, às margens do Reno, por volta do séc. X. Aí, judeus vindos principalmente da Itália e de outros países românicos adotaram o idioma local, ou seja, o alto-alemão em sua passagem do período antigo para o médio. Misturando-se desde logo com elementos do *laaz*, correlativos judaicos em francês e italiano arcaicos, com a terminologia litúrgica, ritual, comercial e institucional do hebraico-aramaico, isto é, o chamado *laschon-kodesch*, íd. *loschen-koidesch* ("língua sagrada"), com palavras hebraico-aramaicas ligadas à atividade diária e eufemismos destinados a ocultar ao não-judeu o significado dos termos, começaram a desenvolver o *juedisch-deutsch*, isto é, o "judeu-alemão", nome que se alterou para *iidisch-taitsch* ("ídiche-alemão", sendo que o termo *taitsch* também veio a significar "interpretação"), de onde derivou o vocábulo iídiche". (*Revista USP*, nº 15, set/out./nov. de 1992. Site: http://www.usp.br/revistausp/n15/numero15.html; acessado em 08.09.03).

[6] "Os chassidim viam Deus em todas as partes, nas árvores, nos animais, nos objetos; seu culto se expressava, não na leitura e discussão dos textos sagrados, o que muitas vezes estava fora de seu alcance, mas sobretudo no canto e na dança, manifestações de alegria. Era, e é, um movimento de forte apelo emocional; espalhou-se rapidamente entre as comunidades da Europa oriental, veio para a América com os imigrantes e influenciou a juventude norte-americana, que encontrou nele uma atmosfera equivalente à que os hippies buscavam no budismo. A sabedoria chassídica gerou numerosas histórias que influenciaram pensadores e ficcionistas tão importantes quanto Martin Buber (1878-1965) e Isaac Bashevis Singer (1904-1991), prêmio Nobel de Literatura em 1978." (SCLIAR, 1994: 84)

[7] Denomina-se ashkenaz (plural, ashkenazin) os judeus de origem germano-eslava oriundos da Alemanha, onde viviam desde a Idade Média. Expulsos durante o período das cruzadas, dispersaram-se pelo leste europeu (Polônia, Rússia, Ucrânia, Países Bálticos, etc.). Ashkenaz significa, em hebraico, Alemanha.

[8] *Sefarad*, em hebraico, designa a Espanha. Os judeus *sefaradim*, originários da Espanha e Portugal, com a sua expulsão, em 1492 e 1496, respectivamente, se dispersaram pela bacia do Mediterrâneo e Ásia Menor. Os *sefaradim* falavam o idioma *ladino*, um espanhol arcaico que incorpora o hebraico.

economicamente mais prósperos – exercendo atividades comerciais e intelectuais – e culturalmente assimilados. Comparativamente,

> “as densas judiarias da Europa Oriental continuavam constituídas em nação **sui generis**, separada das populações circunvizinhas, para além da tradição religiosa, pela língua, pela cultura, pelos costumes, sobressaindo-se dessas populações, na maioria das vezes ainda analfabetas, pelo grau de instrução, e pouco inclinada a se assimilar já que tinha muito a oferecer-lhes e pouco para receber delas. Mas os empregos da maioria eram humildes; a miséria, cruel, e o velho ofício judaico, que consiste em “viver de ar” (**luftmensch**), não era menos difundido. Por outro lado, as leis de exceção e os pogroms serviam de fermento, mantendo os judeus do Leste em permanente efervescência e estimulando o velho sonho messiânico, seja sob sua forma tradicional, aquela onde incumbe o Todo-Poderoso enviar um redentor à terra, seja (coisa mais freqüente) sob formas laicizadas como o socialismo ou o sionismo, que exortavam aos homens que se encarregassem, eles próprios, do seu destino.” (POLIAKOV, 1988: 16)

ARENDT (1978: 74-75), analisando as origens do anti-semitismo e referindo-se à Polônia e Romênia, observa:

> “Os judeus destes países, numerosos embora desprovidos de força, aparentemente preenchiam as funções da classe média, porque eram, na maioria, donos de lojas e comerciantes, e porque, como grupo, se situava entre os grandes latifundiários e os grupos sociais sem propriedades. Em rigor, pequenos proprietários podem existir tão bem numa economia feudal como numa economia capitalista. Mas os judeus da Europa oriental, como aliás em outros lugares, não podiam, não sabiam ou não queriam evoluir segundo o modelo capitalista industrial, de modo que o resultado final das suas atividades era uma organização de **consumo** dispersa e ineficaz, carecida de sistema adequado de **produção**. As posições judaicas criavam obstáculos ao desenvolvimento capitalista, porque pareciam ser as únicas de onde se poderia esperar progresso econômico, quando, na realidade, não eram capazes de satisfazer essa expectativa. Assim, os interesses judaicos eram tidos como estando em conflito com aqueles setores da população dos quais poderia normalmente ter surgido uma classe média.”

Diante dessa realidade, o governo titubeava em adotar uma política que fortalecesse a classe média, já que isto significaria constranger e debilitar a nobreza e o grande latifúndio. A alternativa que terminava por ser colocada em prática era a aniquilação econômica – e física – dos judeus (os *pogroms* são a expressão deste processo). Esta política era, em parte, uma concessão à opinião pública. Mas, também se devia ao fato de os judeus “realmente ainda representarem um elemento sobrevivente à antiga ordem feudal”. (Id.: 75)

As condições sócio-econômicas dos judeus da Europa oriental eram precárias. Os judeus de língua iídiche eram os pobres, os incultos. Estes tinham que enfrentar a opressão governamental e o ódio anti-semita da população não-judaica, mas também o preconceito por parte dos seus irmãos do ocidente. Arendt observa como os judeus privilegiados da Europa Central e Ocidental, os *Münzjuden* (judeus financeiros) na Prússia ou os *judeus da corte* do imperador austríaco, repudiavam a emancipação, se essa significasse igualdade nos termos da Revolução Francesa – pois os equiparariam às massas judaicas do Leste. Preferiam manter o *status* de *privilegiados* e *protegidos*,

recompensados pela prestação dos serviços financeiros e os riscos enormes decorrentes da sua atividade.[9]

Um dos exemplos que ilustra a atitude do judeu rico para com seus irmãos desafortunados, relatado por Arendt, ocorre quando, em fins do século XVIII, os judeus de Berlim, em pleno auge de sua fortuna, "conseguiram impedir o afluxo dos judeus das províncias orientais – ex-polacas – do império germânico, porque não desejavam dividir a sua "igualdade" com os correligionários mais pobres e menos cultos, os quais não reconheciam como iguais". Ou quando, à época da Assembléia Nacional Francesa, "os judeus de Bordéus e Avinhão protestaram violentamente contra a concessão de igualdade, por parte do governo francês, aos judeus das províncias orientais, Alsácia principalmente". Para Arendt, estes fatos deixam claro "que os judeus não pensavam em termos de direitos iguais, mas sim, de privilégios e liberdades especiais". (Id.: 62-63)[10]

Quando a Prússia foi derrotada por Napoleão, uma onda liberal atingiu-a. Em 1808, o governo promulgou a lei que concedia direitos civis aos judeus, mas não direitos políticos. A Prússia havia então, pelo tratado de paz celebrado no ano anterior, perdido as suas províncias orientais que correspondiam à Polônia. Com isto, *perdera* também as massas judaicas que viviam nessa região. Os judeus prussianos eram aqueles que, em sua maioria, já gozavam de direitos civis, sob a forma de privilégios individuais. Assim, a emancipação apenas legalizaria os privilégios dos *judeus*

---

[9] Karl MARX, que era judeu, inaugurou a difícil convivência entre judaísmo e marxismo, ao analisar a questão judaica. A crítica de MARX também repousa sobre o judeu privilegiado, que se emancipara "à maneira judaica". Escreve ele: "Fixemo-nos no judeu real que anda pelo mundo; não no *judeu sabático*, como diz Bauer, mas no judeu cotidiano. Não vamos buscar o mistério do judeu em sua religião, mas, ao contrário, buscamos o mistério da religião no judeu real. Qual o fundamento secular do judaísmo? A necessidade *prática, o interesse egoísta*. Qual é o culto secular praticado pelo judeu? A usura. Qual o seu Deus secular? O *dinheiro*. Pois bem, a emancipação da *usura* e do *dinheiro*, isto é, do judaísmo prático, real, seria a auto-emancipação de nossa época. Uma organização social que acabasse com as premissas da usura e, portanto, com a possibilidade desta, tornaria impossível o judeu." (MARX, 2000: 45; Grifos no original). CLEMESHA (1998), analisa a polêmica relação entre marxismo e judaísmo. ARENDT (1978: 80-81), defende o jovem Marx, "tão freqüente e injustamente acusado de anti-semitismo", explicando a postura marxiana pela "preocupação exclusiva com a luta de classes e com os problemas da produção capitalista, na qual os judeus não estavam envolvidos nem como consumidores nem como fornecedores da mão-de-obra, e seu completo desprezo pelas questões políticas". Para ela, isto impedia que o jovem Marx "investigasse mais a fundo a estrutura do Estado e, portanto, o papel nele desempenhado pelos judeus." Ela nota ainda que a forte influência do marxismo no movimento operário alemão é um dos fatores que explica porque este mostrara 'tão poucos sinais de sentimento antijudaico". "Os judeus realmente tinham pouca ou nenhuma importância nas lutas sociais desta época", escreve.

[10] "Já no século XVIII, onde quer que grupos de judeus se tornassem suficientemente ricos para serem úteis ao Estado, gozavam de privilégios coletivos e separavam-se, como grupo dos seus irmãos menos ricos e menos úteis, ainda que fosse no mesmo país. Como os *Schutzjuden* (judeus protegidos) da Prússia, os judeus de Bordéus e de Bayonne na França gozavam de igualdade muito antes da Revolução Francesa, e foram até convidados a apresentar suas queixas e propostas, juntamente com os outros grupos, na Convocation des Etats Généraux de 1787." (ARENDT, 1978: 63)

protegidos. Em 1812 decretou-se a emancipação geral, isto é, a concessão também dos direitos políticos.

Porém, quando a Prússia anexou a província de Posnânia, tomada do "efêmero principado de Varsóvia, criado por Napoleão, como substituto à Polônia, ela readquiriu as massas judaicas consideradas atrasadas, a quem deveriam caber nem direitos civis nem políticos. A solução foi anular o decreto de 1812". Se isto não se efetivasse, os direitos políticos seriam outorgados "até para esses judeus pobres de língua iídiche, que da Polônia ocidental foram transferidos, pela alteração de fronteiras, para o lado germânico". (Id.: 112)

Em geral, o judeu-alemão constitui a classe média cujo objetivo era a assimilação, a integração e aculturação à nação germânica. LÖWY (1989), observa que este processo tem raízes no desenvolvimento capitalista da Alemanha e do Império Austro-Húngaro (*Mitteleuropa*), entre a segunda metade do século XIX e 1933, que proporcionou as condições para o florescimento de uma "cultura extraordinária, um *século de ouro* comparável ao século XII judeu-árabe na Espanha". Ele explica:

> "O surto do capitalismo criou um espaço favorável para o desabrochar da burguesia judaica. A população judaica irá deixar os guetos e as aldeias para se urbanizar rapidamente: enquanto em 1867, 70% dos judeus da Prússia viviam em pequenas aldeias, essa porcentagem cai para 15% em 1927. O mesmo se passa no Império Austro-Húngaro, onde a população judaica se concentra em Budapeste, Praga e sobretudo Viena. (...) Nas cidades irá formar-se uma grande e média burguesia que ocupa um lugar crescente nos negócios, no comércio, na indústria e nos bancos." (Id.: 33)

À medida que enriquece, o judeu-alemão fortalece a corrente assimilacionista: restarão nele reminiscências do judaísmo e o monoteísmo.[11] Um caso exemplar da aculturação judaico-alemã é o do industrial judeu Walther Rathenau (que seria ministro da República de Weimar), que, em 1916, escreveu: "Não tenho e não conheço nenhum

---

[11] SARTRE (1965), define o assimilacionismo como uma estratégia escapista. Ele analisa o *judeu inautêntico*, o falso judeu (isso sem qualquer julgamento moral), mostrando as dificuldades deste em se fazer aceitar pela sociedade. Sartre define a autenticidade/inautenticidade pela escolha que o homem faz a partir da liberdade que tem: "A autenticidade, é evidente por si, consiste em tomar uma consciência lúcida e verídica da situação, em assumir as responsabilidades e os riscos que tal situação comporta, em reivindicá-la no orgulho ou na humilhação, às vezes no horror e no ódio." (Id.: 54) Ou seja, em geral, somos inautênticos. O assimilado vive o drama de identidade: ao mesmo tempo que age no sentido de negar seu judaísmo, sempre há algo ou alguém que lhe lembra a condição judaica. ARENDT, por exemplo, afirma: "A palavra "judeu" nunca era mencionada em casa. Encontrei-a pela primeira vez – embora realmente nem valha a pena contá-lo – nos comentários anti-semitas das crianças quando brincávamos nas ruas – então fui, por assim dizer, iluminada...". Sua mãe ensinou-a a se defender, a não se humilhar. Na escola, ela percebe que também é *diferente* de outras crianças que, como ela, eram judias: "Quando meus professores faziam comentários anti-semitas – geralmente não eram dirigidos a mim, mas a outros colegas de classe, particularmente às judias orientais – eu tinha instruções de levantar-me imediatamente, sair da sala de aula" (Ver: YOUNG-BRUEHI, 1997: 33-34).

outro sangue a não ser o alemão, nenhuma outra etnia, nenhum outro povo a não ser o alemão. Se me expulsarem de minha terra alemã, continuarei sendo alemão do mesmo modo". (Citado in LÖWY, 1989: 33) Por outro lado, estas mesmas condições sócio-históricas gerou "uma síntese espiritual única no gênero, que deu ao mundo Heine e Marx, Freud e Kafka, Ernst Bloch e Walter Benjamin", enfatiza LÖWY. (Id.: 09)

Se na *Mitteleuropa* destaca-se o assimilacionismo e o surgimento de intelectuais revolucionários, na Europa do leste, as condições sociais, econômicas e políticas não apenas dificultam esse movimento integracionista, como favorecem, num grau muito maior, a participação das massas judaicas proletarizadas nas organizações e movimentos revolucionários. Destaca-se ainda a extensão e papel da intelectualidade revolucionária.[12] Isto se explica pelo "caráter muito mais diretamente *pária* dos judeus do império czarista". (Id. : 42)

Foi a Europa oriental que forneceu a massa e os líderes que colonizariam a Palestina, os *chalutzim* (pioneiros).[13] Ben Gurion, um dos destacados líderes do processo de constituição do Estado Judeu, considerado o seu fundador, era um judeu polonês.[14] Ele percebeu a importância da migração dos judeus orientais para a terra que

---

[12] LÖWY, (1989: 42-43), cita os mais conhecidos, "a ponta mais visível do iceberg". Ele registra ainda a militância nas organizações socialistas especificamente judaicas, como o *Bund* e os sionistas de esquerda; e, outros judeus, também originários do Leste, que participaram do movimento operário e revolucionário na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. A lista é enorme. Moshe MISHKINSKY (UNESCO, 1972: 313-326), analisa "O Movimento Operário Judaico e o Socialismo Europeu". CLEMESHA (1998), também disserta sobre o judaísmo militante socialista e marxista.

[13] Ben Gurion enaltece os pioneiros: "Os vintes rapazes e moças que há trinta anos fundaram nas margens do Jordão a primeira comuna, fizeram para a história judaica e universal, para o movimento trabalhador judeu e internacional mais do que toda a massa de socialistas e revolucionários judeus que se atrelaram ao carro revolucionário dos grandes povos e zombaram da obra "desprezível" e *rara* dos chalutzim em Eretz Israel" (BEN GURION, 1957: 28). Segundo Jacob KATZ: "Os primeiros colonizadores raramente tinham uma língua comum, em todo caso nenhum idioma que pudesse ser considerado como um meio de coesão social. Tampouco havia um apego real à paisagem de sua nova pátria. O conceito de Terra Santa e a crença na grandeza da antiga pátria não passavam de idéias. A efetiva confrontação com o novo país exigia uma adaptação às novas condições quanto ao clima e tinham de acostumar-se a um ambiente novo e estranho. Apenas através de um esforço especial conseguiram encontrar expressão poética para a afeição ao cenário e ambiente do país" (In: UNESCO, 1972: 309). BAR-ZOHAR (1968: 43-44), biógrafo de Ben Gurion, descreve a Palestina dessa época: "Esta antiga pátria nada tem em comum com o Paraíso terrestre descrito pelos escritores bíblicos. As guerras, o abandono, a erosão, a indiferença de povos estranhos que se sucederam sem criar raízes na região, fizeram muitos estragos. Os vergéis e as margens de rios do **Cântico dos Cânticos** metamorfosearam-se em espaços áridos. Os pântanos, onde viceja o impaludismo, dominaram as férteis planícies costeiras e os ricos vales do interior. O sol implacável abrasava as montanhas da Judéia, transformadas em esqueletos de rochas desnudas. A Palestina tornou-se o ponto negro, o território mais desprezado do Império Otomano". Em seus romances, KOESTLER (1948) e URIS (1981) relatam o cotidiano dos pioneiros e as difíceis condições encontradas na Palestina.

[14] Eis como BAR-ZOHAR (1968. 33) descreve a região onde Ben Gurion nasceu: "A vaga de pogroms, após 1881, penetrou na Rússia do sul; na Polônia, chegara a Varsóvia. Ela preservara uma pequena cidade, típica da "zona de povoamento", situada às margens do rio Plonka, uma pequena cidade orgulhosa de sua sinagoga, a mais bela de toda a Polônia: Plonsk. Dez mil habitantes, onde dois terços se

viria a ser o *lar judeu*.[15] A análise de POLIAKOV (1988: 17), corrobora este ponto de vista:

> "Não seria demasiado insistir nesse fato: o projeto de Herzl teria mergulhado rapidamente no esquecimento, não fosse o concurso imediato e maciço dos judeus do Leste, que se sentiam judeus, não em virtude do decreto anti-semita, mas espontânea e ingenuamente, como os franceses se sentiam franceses, e os tchecos, tchecos. Especialmente no império tzarista, é a mesma geração que, em face de uma miséria material e moral sem solução, pontilhada por **pogroms** cada vez mais freqüentes, viu erguerem-se os grandes paladinos de uma mudança radical, os Weizmann e os Ben Gurion – ao mesmo tempo que os Trotski e as Rosa Luxemburgo, arcanjos do internacionalismo integral."

Theodor Herzl, escritor austríaco assimilado, despertou para a causa sionista após sofrer o impacto do *affaire Dreyfus*: o capitão do exército francês, Alfred Dreyfus, judeu, acusado de entregar segredos militares aos alemães. Desencadeou-se uma campanha anti-semita e Herzl, à época correspondente em Paris do diário vienense, o *Neue Freie Press,* cobriu o processo e o julgamento. Diante do anti-semitismo agressivo, Herzl descobriu a necessidade de afirmar o seu judaísmo. Ele tornou-se, por assim dizer, um "judeu novo", convertido, até a morte, à causa do seu povo. Não foi uma decisão simples para quem, nascido em Budapeste e educado em Viena (capital do império austro-húngaro), filho de uma família de banqueiros, "era um judeu cuja assimilação estava presente no próprio prenome – de origem grega, o que pareceria uma afronta a qualquer judeu religioso". (In: HERZL, 1998: 20)

Herzl imaginava um futuro *Estado Judeu* financiado pelos judeus ricos e contando com o apoio das grandes potências da época. Seu projeto pareceu muito perigoso e utópico ao Barão de Hirsch[16] e outros magnatas judeus que preferiam fazer

---

constituíam de judeus: comerciantes e artesãos divididos entre ortodoxos, hassidims e progressistas, imagem do pequeno mundo polonês. É em Plonsk, numa casa de madeira da Rua das Cabras, que nasce, em 16 de outubro de 1886, Davi Grin, conhecido posteriormente sob o nome de Davi Ben Gurion."

[15] Mas, quando se tornou necessário, ele voltou a atenção para a próspera comunidade judaica americana e soube angariar o seu apoio. Nem havia terminado a II guerra mundial e ele percebera que a causa sionista passara a depender da América e dos judeus-americanos. "O que nos preocupa profundamente é a sorte reservada à Palestina no final da guerra. Estou convencido da necessidade de criar um Estado Judeu. É evidente que os ingleses não conservarão seu Mandato. Há muitas razões para pensar que Hitler será derrotado, mas não é menos evidente que, mesmo vitoriosos, os ingleses sairão enfraquecidos da guerra. Qualquer que seja a boa vontade que porventura tenham, não estarão suficientemente fortes para exercer um novo mandato, nem para levar adiante um projeto de partilha ante a oposição de todos os povos árabes. De minha parte, eu não duvido que o centro de gravidade de nossa ação política passou da Grã-Bretanha aos Estados Unidos da América do Norte, que aparecem ao mundo como a primeira grande potência e onde está localizado maior número de judeus e de maior influência", escreveu. (In id.: 103-104) Se antes Ben Gurion se indispôs com os ricos judeus americanos, criticando-os por adotarem um sionismo confortável, restrito às declarações de intenções, chegando a chamá-los rispidamente de "sacos de ouro", agora ele os vê como aliados. E é com essa perspectiva que viaja, em 1942, aos EUA, onde conquista o apoio dos líderes judeus.

[16] SCLIAR relata o encontro de Herzl com o Barão Hirsch: "Herzl não foi visitá-lo para elogiá-lo. Com a característica chutzpah, cara-de-pau judaica, escrevera na carta em que solicitou a audiência: "Até agora o

filantropia em outras áreas. Por outro lado, as grandes potências não se mostraram muito dispostas a apoiá-lo. Pelo contrário, tiveram uma atitude indiferente e até mesmo hostil. Na Rússia, a propaganda sionista foi proibida e a realização do I Congresso Sionista, em 1897, motivou o embuste dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, uma provocação policial que denunciava supostos planos de uma conspiração judaica mundial.[17]

As reações ao projeto sionista de Herzl[18] ilustram as diferenças e atitudes preconceituosas dos judeus assimilados em relação às massas judaicas que viviam na Europa Oriental. Esta diversidade e os problemas inerentes à mesma também se reproduz no contexto da imigração judaica para o Brasil.[19]

---

senhor tem sido apenas um filantropo. Quero mostrar-lhe o modo de se tornar algo mais." É de admirar que Hirsch tenha concordado em recebê-lo. Na audiência, Herzl foi quase arrogante: "O senhor cria mendigos", disse. "A caridade torna os judeus passivos e covardes." A visita terminou com os dois discutindo aos berros. Herzl ainda mandou outra carta, chamando Hirsch de "autocrata". O barão não se deu ao trabalho de responder" (In: HERZL, 1998: 22). Rakos, biógrafo do Barão, discorda. Para ele, o Barão "desprezou a tradicional forma de filantropia de dar gorjetas praticada pelos proeminentes judeus daqueles dias e que sustentava Yishuv [comunidade] na Palestina. Ele estava especialmente preocupado com os efeitos nos receptores: isto apenas criaria mais pobres, o que considerava o grande problema da filantropia, por fazer seres humanos capazes de trabalhar individualmente em pobres e, desta maneira, criar membros da sociedade imprestáveis. Ele acreditava ser necessário erradicar as causas da pobreza e não apenas remediar seus sintomas." (apud GRITTI, 1997: 23)

[17] Ainda hoje há quem acredite nesta fraude. Um caso típico dessa literatura baseada nos *Protocolos* é *O Judeu Internacional*, de Henry FORD (1989). Como afirma ARENDT (1978: 49), o problema para o historiador não está em desvendá-la, mas em compreender como tantos aceitam a veracidade deste ardil. Ela rompe com as análises maniqueístas e simplistas: "A teoria que apresenta os judeus como eterno bode expiatório não significa que o bode expiatório poderia também ser qualquer outro grupo. Esta teoria defende a total inocência da vítima. Ela insinua não apenas que nenhum mal foi cometido mas, também que nada foi feito pela vítima que a relacionasse com o assunto em questão." (Id.: 48)

[18] Herzl, em relato autobiográfico, conta que ao terminar *Der Judenstaat* (*O Estado dos Judeus*) pediu a um dos seus melhores amigos que o lesse: "De repente, durante a leitura ele rompeu em prantos. A emoção me pareceu muito natural, vinda de um judeu, pois eu também havia chorado algumas vezes no decorrer do trabalho. Mas fiquei consternado quando me disse que chorava por um motivo bastante diferente. Ele achava que eu havia enlouquecido, e, por ser meu amigo, estava aflito por minha desventura. Saiu correndo, sem dizer mais nada. Após passar uma noite preocupado, voltou e tentou convencer-me a desistir de minha meta, pois todos me chamariam de demente". (In: HERZL, 1997: 12)

[19] O historiador judeu Jacob Nachbin, em 1930, observou a distinção entre os judeus "russos" e "israelitas": "Até há dez, quinze anos precisavam os judeus imigrantes auto-denominar-se "russos" e não judeus, pois bem antes viviam mercadores de escravas brancas com muitas moças judias desencaminhadas da Polônia, Galitzia e Rumânia. Esses elementos figuravam no Brasil como "israelitas". (...) Daí as famílias de bem precisarem se apresentar como "russas" para que o governo não cometesse nenhum engano e pensasse que todos os judeus do Brasil pertencesse a esse grupo social marginalizado, mormente quando naquele tempo eles representavam uma maioria, ou cerca de alguns milhares, enquanto os demais, ou as famílias respeitáveis, eram poucos". Nachbin registra que os judeus "russos", provenientes da Bessarábia, "não se sentiam à vontade em carregar o nome de "russos" e que entabularam "uma luta para que aquele elemento [o "israelita"] não encontrasse nenhum apoio no país" (In: FALBEL, 1985: 256). A prática de tráfico de mulheres ocorreu. Moacyr SCLIAR, no romance *(O Ciclo da Águas)*, narra a história de Esther, judia-polonesa, que, como outras mulheres da Polônia e da Rússia, eram trazidas para a Argentina e Brasil e envolvidas na rede de prostituição.

Boris FAUSTO (1997: 71) observa a heterogeneidade judaica, chamando a atenção para as diferenças entre os judeus *sefaradis* e os *ashkenazim*. Ele afirma que os judeus *ashkenazim* eram tratados pelos primeiros como os "russos" e pejorativamente por *lehlis* (palavra turca que significava "sujo" e era usada pelos turcos em relação aos judeus poloneses). "Os *lehlis* eram vistos como uma gente estranha, que pouco ou nada tinha a ver com os sefaradis; quando alguém em minha casa dizia que fulano era *beneamento*, isto é, filho de um povo, o povo – antes e acima de tudo – significava os sefaradis", testemunha.[20]

A composição sócio-econômica do judaísmo brasileiro é influenciada pela procedência dos imigrantes. Tragtenberg descende dos *ashkezanitas* e incorpora essa herança em sua análise:

> "A colônia judaica tem uma estratificação social interna, porque há judeu e há judeus. O pessoal da Hebraica, em geral, tem uma boa biblioteca etc. e tal. Mas a grande preocupação da maioria deles é jogar bridge. Esse é um tipo de judeu. Outro tipo é o pessoal que veio do campesinato ou de um proletariado de origem artesanal da Europa, do que se chama de pequena aldeia. Na pequena aldeia judaica da Europa, por mecanismo de defesa ante uma sociedade global discriminatória e agressiva à língua iídiche e à cultura que dela deriva, o iídiche se tornou um mecanismo de defesa de identificação do grupo. Veja bem, há uma ilusão: pensar que o grupo judaico é totalmente integrado. Não é verdade. Vou dar um exemplo. Os meus avós, os meus pais vieram da Rússia. Então, o iídiche deles era um iídiche de camponês, mais grosseiro, não refinado. E o iídiche do pessoal da Polônia, mais urbanizado, tinha uma pronúncia mais elaborada, mais intelectualizada. Então, havia, no grupo judaico, segmentos deste tipo que, por via lingüística, se podia observar". (TRAGTENBERG, 1999: 18)[21]

Tragtenberg enfatiza a diferenciação entre o judeu oriundo da Alemanha (que "tem, em geral, muito capital cultural", é "mais ocidentalizado" e seus filhos geralmente haviam feito universidade); o judeu italiano e francês, chamado *Sefaradi* ("o mais culto, o mais erudito de todos, o de maior capital cultural"); e o judeu que veio da Rússia e da Lituânia (camponês realmente desprovido, cuja linguagem, o iídiche, tinha uma "pronúncia meio carregada"). No grupo judaico, "quando uma pessoa abria a boca, o sujeito já identificava de onde era, de que região vinha". (Id.: 18-19) [22]

---

[20] Este antagonismo se fez presente até mesmo no Estado de Israel. VALDMAN (1988: 10), nota que os "sefaradim são discriminados e relegados a um segundo plano na vida do país". O prof. RATTNER (2002) observa: "As transformações ocorridas na sociedade israeli agravaram o antigo cisma entre Ashkenazim e S'faradim, sobrepondo-se a uma polarização crescente entre liberais e conservadores, judeus secularizados e ortodoxos. Com a abertura do mercado mundial e a penetração do ideário neoliberalista perdeu-se o espírito pioneiro e redentor próprio ao movimento kibbutziano".

[21] As referências bibliográficas aos artigos e obras de Maurício Tragtenberg serão doravante identificadas por MT, seguido do ano e página (exceção feita ao *Memorial*, conforme esclarecido anteriormente).

[22] Em debate promovido pela *Comissão de Assuntos Judaicos do PT*, em agosto de 1987, em São Paulo, Tragtenberg retomou este tema: "No meio judaico é muito comum, por exemplo, que os judeus de origem alemã, em geral com formação burguesa e universitária, olhem de maneira superior para os judeus de origem russa, romena ou polonesa, que geralmente têm origem rural. Em compensação, este judeu

Observamos a ênfase que Maurício Tragtenberg concede à linguagem, sempre relacionada à posição que cada um ocupa no *campo* judeu.[23] Chama a atenção também o relevo concedido aos diferentes *quanta* de capital cultural, como um fator que explica as diferenças no grupo judaico. Tragtenberg assume uma posição neste grupo e se mostra reverencioso em relação às suas origens – que define o seu *capital cultural* herdado.

De qualquer forma, não se pode tomar o universo judaico como indiferenciado.[24] Por exemplo, o judeu que morava no *Bom Retiro*, muda-se para *Higienópolis* (bairros da capital paulistana) e também modifica o padrão de vida.[25] Mas então, já se trata das gerações posteriores. As primeiras levas de imigrantes judeus, como veremos, tiveram que enfrentar péssimas condições de vida, comparáveis às das regiões de onde vinham. Os judeus russos, enclausurados na *Pale*, não tinham direitos civis, eram obrigados a servir ao exército russo e, a partir de finais do século XIX, eram vítimas dos incontáveis *pogroms* – massacres e destruição das comunidades judaicas, organizados, tolerados ou insuflados pelas autoridades oficiais.[26]

---

polonês, olha por sua vez como inferior ao judeu da Bessarábia, que fala, digamos assim, um iídiche não-refinado. É aquilo que Freud chama de "neurose das pequenas diferenças". (In: WALDMAN, 1988: 37). Dulce Pereira e Paul Singer também participaram do debate.

[23] Com efeito, a linguagem contém simbolismos que expressam relações de poder, a força simbólica entre os interlocutores. O poder é determinado pela importância que os interlocutores assumem enquanto autoridade, isto é, os lugares que o comunicador e o receptor ocupam na estrutura. Tomar a linguagem apenas em sua forma abstrata é, como afirma BOURDIEU, silenciar "sobre as condições sociais de possibilidades da instauração do discurso", das relações de poder que determinam quem tem autoridade para falar. (In: ORTIZ, 1983: 161)

[24] O professor RATTNER (1982) nota que apesar da heterogeneidade "quanto à origem de seus membros e seu grau de aculturação na sociedade brasileira", e ainda de outros fatores como a "fraca coesão, sob o prisma de sua organização e liderança comunitária, bastante difusas e baseada em princípios, na adesão voluntária", a comunidade judaica brasileira apresenta "uma consciência pronunciada da identidade, ou de "destino comum" que transmite aos membros um forte sentimento de solidariedade grupal".

[25] Este fenômeno ocorre, em geral, em todas as aglomerações urbanas. À medida que as áreas inicialmente ocupadas desenvolvem-se, crescem também os problemas decorrentes deste desenvolvimento. Por outro lado, à medida que os indivíduos e famílias prosperam econômica e socialmente, tenderão a procurar áreas mais tranqüilas e mais de acordo com o novo padrão de vida. É o que ocorre com as gerações posteriores de imigrantes judeus que, com o passar dos anos, mudam-se para outros bairros, como os Jardins e Consolação (São Paulo, capital). "Mudar de residência torna-se, nestas condições, um símbolo de posição social mais elevada, correspondente a maior prestígio e, portanto, maior aceitação no seio da própria comunidade e na sociedade ampla", escreve RATTNER. Ele observa que essa mudança "não significa necessariamente, a dispersão e o desaparecimento da comunidade judaica". (1977: 35)

[26] Nas memórias da família Zveibil, oriunda da Bessarábia, lemos: "O exército era uma terrível preocupação para os judeus da Rússia. Às vezes, ficava-se trinta, quarenta anos de uniforme militar. Para fugir à convocação, muitos judeus chegavam a cortar um dedo, o dedo do gatilho, ou mutilavam outras partes do corpo. O avô materno de Fanny Zveibil chegou a cortar um pedaço da orelha para escapar à convocação na guerra contra o Japão, em 1905. O recrutamento começava aos 12 anos de idade com a freqüência nas escolas especiais para que, aos 18 anos, começassem a ser contados os 25 anos de serviço militar propriamente dito. Dez meninos judeus eram recrutados para cada grupo de mil." (SUNDFELD, 1995: 32-33)

Diante de tais condições, os judeus da Rússia, Lituânia, Polônia, Bessarábia, Romênia etc., emigraram. Em seu êxodo, dirigiram-se principalmente para os Estados Unidos da América.[27] Na Europa Ocidental, ampliou-se a presença da população judaica não-assimilada. Uma parcela menor emigrou para a Palestina; a diáspora também inclui países como o Canadá, África do Sul e Austrália; na América do Sul, a Argentina era o destino preferido e, em menor grau, o Brasil.[28]

A história da imigração dos judeus para o Brasil, no período republicano, começou com a iniciativa do Barão Maurice de Hirsch, francês de origem judaica, banqueiro em Bruxelas. Com um projeto que ajudasse os judeus a se transferirem para terras mais pacíficas, imunes à intolerância religiosa ou étnica, o Barão de Hirsch criou, em 1891, uma organização para a instalação de colônias agrícolas em diversos países: a *Jewish Colonization Association* (JCA).[29] O Barão Hirsch teve o apoio do capital de banqueiros e filantropos judeus como Lord Rothschild, Barão Goldsmid, Ernest J.

---

[27] As condições de vida da maioria dos imigrantes judeus nos Estados Unidos estavam muito longe do olhar idílico ou do propalado mito do judeu rico. GOLD, em *Judeus sem dinheiro*, analisa de forma autobiográfica a realidade enfrentada por este povo nos EUA, mais precisamente em Nova York. Ele relata uma história pouco conhecida: a dos judeus pobres. Embora tome como referência um gueto em Nova York, esta é uma realidade geral. Como afirma GOLD (07-08), "pode-se contar a mesma história a respeito de uma centena de outros guetos espalhados pelo mundo afora."

[28] A rigor, a imigração judaica para o Brasil tem início com a colonização portuguesa. CHIAVENATO (1985: 230), mostra como os judeus, cristãos-novos e judaizantes, por seu fazer e o saber, conquistam certa proeminência no Brasil colônia: "Os cristãos, herdeiros da tradição medieval, consideravam indigno o trabalho manual. Por isso, no Brasil-Colônia, os judeus tiveram grande importância: eram os carpinteiros, alfaiates, mecânicos, etc. Além de ser a minoria que sabia ler e escrever, foram médicos, escrivães, financistas, geógrafos, boticários...". SCLIAR, em *A Estranha Nação de Rafael Mendes*, também observa que a presença judaica no Brasil é mais antiga do que se pensa. Neste livro ele trata da tumultuada história dos judeus e cristãos-novos no Brasil e em outras terras e épocas. No limite, trata-se da metáfora do *Judeu Errante*. No romance de Jean d'ORMESSON (1992: 54), ele está presente em todos os momentos históricos da humanidade: muda o seu rosto, o seu nome, mas ele é sempre o mesmo. O sapateiro *Ahasverus* é sentenciado a, por todos os tempos e lugares, carregar um fardo. Ele não compreendia o amor de Maria de Magdala a um certo Galileu. Quando este, em sua via sacra, pára à sua frente e pede água, ele titubeia diante da doçura dos seus olhos; mas, o ciúme é mais forte e ele se recusa a saciar a sede do Galileu:
" – Anda! Vai logo andando!
O homem com a cruz se virou para ele e com uma voz quase inaudível lhe disse:
- Ando porque devo morrer. Tu, até a minha volta, andarás sem morrer".
E desde então o judeu carrega a sina de estar presente em todos os tempos e lugares, vivendo a angústia da não-morte, exemplificando metaforicamente, seu eterno sofrimento. Observe-se, por outro lado, que o termo *Judeu Errante* também tem uma carga de preconceito, no sentido de insinuar que o judeu está infiltrado em todos os poros da sociedade e sempre nos espaços do poder.

[29] Este tipo de instituição, mantida pelas ricas comunidades judaicas européias, era comum à época. Além da JCA, notabilizada pelos enormes recursos à sua disposição, havia outras como a *Alliance Israélite Universelle*, fundada em Paris, em 1860; a *Anglo Jewish Association*, em 1871, em Londres; a Israelitische Allianz, em Viena, em 1872, e a *Hilfsverein der Deutschen Juden*, em Berlim, em 1901. Segundo GRITTI (1997: 24-25), a *Jewish Colonization Association* foi criada com um capital inicial de 2 milhões de libras, divididos em 20 mil ações de 100 libras cada. O Barão Maurice subscreveu 19.991 ações; as demais foram compradas por outros judeus ricos de Bruxelas, Londres, Berlim e Frankfurt. O Barão de Hirsch faleceu em 1896. Então, a JCA tinha à sua disposição 8.830.116 libras esterlinas.

Cassel, F. D. Mocatta, D. H. Goldschmidt, Salomão Reinach, Benjamin L. Cohen e o Barão de Philippson.

A JCA adquiriu, em 1903, uma área de 5.767 hectares em Santa Maria[30], e estabeleceu a primeira colônia judaica no Brasil. Em homenagem a Franz Philippson, vice-diretor da JCA e presidente da *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, que atuava no Rio Grande do Sul, essa colônia foi chamada de Philippson.[31] Em Philippson, a partir de 1904, instalaram-se os primeiros imigrantes judeus, oriundos da Bessarábia, atual Moldávia. Os imigrantes receberam lotes de 25 a 30 hectares, com residência, instrumentos agrícolas, duas juntas de bois, duas vacas, carroça, cavalo e sementes, a um preço de cerca de cinco contos de réis, a serem pagos em longo prazo.[32]

Em 1909, a JCA adquiriu novas terras e instalou a Colônia Quatro Irmãos, na área da linha férrea São Paulo-Rio Grande (também de propriedade de Franz Philippson). A localização das colônias próximas às ferrovias objetivava facilitar o escoamento da produção agrícola e o comércio de madeira. A Colônia Quatro Irmãos era muito rica em madeira e contava com uma boa infra-estrutura para a época, inclusive com um hospital. Aos colonos judeus era interditada a atividade do comércio madeireiro e estavam submetidos a rígido controle da JCA, a qual se amparava nos contratos assinados.

A *Fazenda Quatro Irmãos* se localizava no então município de Passo Fundo, abrangendo uma extensa área de 93.985 hectares. (Atualmente integra a área territorial dos municípios de Erechim, Getúlio Vargas, Campinas do Sul e São Valentim). Foi nessa região que Maurício Tragtenberg nasceu – o que indica que seus avós chegaram na segunda leva de imigrantes.

---

[30] O município era um importante centro ferroviário e entroncamento dos grandes ramais do Estado. Conforme relato do representante da JCA no Brasil, Santa Maria era um importante centro comercial na região e sua população somava cerca de 25 mil habitantes. (CESE, 1984: 30). Segundo SCHWEIDSON (1985: 11), Santa Maria "apresentava movimentadíssimo aspecto, pois para ali convergiam diariamente colonos, criadores, tropeiros e estancieiros de sua periferia, oferecendo um quadro vivo das atividades da mesma e a multicoloração das respectivas características". Santa Maria fica na região centro-ocidental rio-grandense, entre o noroeste e o sudoeste do Rio Grande do Sul.

[31] "Conforme o *Allgemeine Zeitung des Judenthums* seguiram 984 pessoas, das quais 721 para a Argentina e 263 para a colônia de Philippson no Brasil (*AZJ*, 23-12-04)". (WOLFF, 1979: 339)

[32] O relatório oficial da JCA, apresentado em reunião realizada em 02 de julho de 1905, fornece detalhes: "A colônia Philippson, situada na Província do Rio Grande do Sul, foi definitivamente organizada no decorrer de 1904. Trinta e sete famílias de judeus russos (consistindo de 267 pessoas) foram instaladas ali. A área total de 5.398 hectares, a propriedade está servida pela Parada Philippson da estrada de ferro entre as estações Pinhal e Colônias. (...) A Assembléia Legislativa da Província do Rio Grande do Sul isentou a nossa propriedade do pagamento de imposto territorial por cindo anos. (...) As famílias enviadas para o Brasil foram escolhidas cuidadosamente na Bessarábia". (In: WOLFF, 1979: 342-43)

Quando a JCA comprou a área que deu origem à Colônia de Quatro Irmãos já havia passados cinco anos da implantação da Colônia de Philippson e os resultados não eram nada animadores.[33] Com efeito, diante do insucesso da experiência de Philippson, a administração da JCA concluíra que era necessário trazer pessoas mais habilitadas para o trabalho na terra.

Em 1912 chegou ao Brasil o primeiro grupo de 33 colonizadores, vindos da Argentina – do total, 14 vieram com as suas respectivas famílias. A tentativa de trazer judeus residentes no país vizinho não se mostrou à altura das expectativas: muitos tinham receio de abandonar a relativa segurança em que viviam e também pesava as notícias sobre as dificuldades encontradas por colonos judeus em terras brasileiras. Os administradores da JCA voltam-se então para a Rússia.[34]

Naqueles anos, intensificou-se a campanha da JCA no sentido de estimular a emigração dos judeus-russos para Brasil.[35] SCLIAR (2001a: 09-10), recupera o contexto histórico-social dos judeus que, já exaustos diante da miserável situação, do frio intenso e dos pogroms, se vêem ante uma tentadora propaganda:

> “Numa clara manhã de abril do ano de 19.., quando a estepe começava a reverdecer a entrada da primavera, aparecem espalhados em Zagradowka, pequena e risonha aldeia russa da província de Kersan, lindíssimos prospectos, com ilustrações coloridas, descrevendo a excelência do clima, a fertilidade da terra, a riqueza e a variedade da fauna, a exuberância da floresta, dum vasto e longínquo país da América, denominado – BRASIL –, onde uma empresa colonizadora israelita, intitulada *Jewish Colonization Association*, mais conhecida por JCA, proprietária duma grande área de terras duma fazenda chamada “Quatro Irmãos”, situada no município de Boa Vista do Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, oferecia colônias, mediante vantajosas propostas, a quem quisesse se tornar lavrador.”[36]

---

[33] GILL (2001: 66), em nota de rodapé, observa que o *Almanak Regional* de 1917, p. 82, analisa a situação dos municípios gaúchos e, numa referência a Santa Maria, relata o seguinte sobre a Colônia de Philippson: “Colônia Israelita, decadente. Fabrica-se ali excelente fumo, imitação do turco. Seu diretor atual está cuidando de fundar uma nova indústria para nós, a da extração de óleo de mamoeiro, rícino, pensando para isso fazer grandes plantações de mamoeiro em todo o território colonial.”

[34] Leibovich, um dos diretores da JCA na colônia de Philippson, que viajara para a Argentina para selecionar os mais aptos ao trabalho agrícola e convencê-los a emigrar para a Colônia Quatro Irmãos, declarou: “Devemos tomar desde logo as medidas necessárias para realizar o recrutamento na Rússia, onde há tantos infelizes que nada exigem a não ser serem salvos das perseguições de que são vítimas. Esta pobre gente certamente não apresentará dificuldades e, não conhecendo as altas ambições dos emigrantes da Argentina, contentar-se-ão tranqüilamente com aquilo que conseguirão no Brasil por seu trabalho.” (*Correspondência de Filipson para Paris, de 9 de maio de 1911, nº 278*. Apud GRITTI, 1997: 41)

[35] Como observa GILL (2001: 65), “o interesse em colonizar o Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul, estava vinculado à proximidade das terras argentinas, à tolerância religiosa, relacionada à influência positivista do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e também ao desejo demonstrado pelos governantes em receber novos imigrantes”.

[36] SCLIAR resgata o que M. IOLOVITCH escreveu em *Numa clara manhã de abril* (Porto Alegre: Movimento 1987, p. 09).

A propaganda gera resultados.[37] Ao grupo de colonos judeus-argentinos instalados na Fazenda Quatro Irmãos, sucede-se a chegada de cerca de 60 famílias, oriundas da Bessarábia. Dentre eles, poucos eram os realmente habilitados para a agricultura – havia cinco carpinteiros, quatro ferreiros e dois sapateiros.[38] Os imigrantes encontraram, a exemplo de Philippson, precárias condições quanto às instalações. De acordo com GRITTI (1997: 41), isto pode ser parcialmente entendido "se considerarmos que o agente designado, em outubro de 1911, para coordenar os trabalhos preparatórios à instalação dos colonos, desconhecia totalmente a atividade para a qual fora designado".

Nem bem os primeiro imigrantes se instalam, chegam outros, mais outros e outros... Estimulados pela propaganda feita na Rússia, dezenas de famílias emigram para o Brasil e, com isso, surge o problema do excesso populacional – e suas conseqüências, como o surgimento da febre tifóide. Isso, nota GRITTI (id.: 43), indicava as precárias condições em que viviam os colonos, com ausência de serviços sanitários e a aglomeração das famílias em galpões a espera de assentamento.[39]

Quem eram estes indivíduos que, seja na Colônia de Philippson ou na Fazenda Quatro Irmãos, chegavam ao novo mundo munidos de volumosa bagagem (basicamente roupas e livros religiosos), de dívidas a saldar com a JCA e repletos de esperanças e sonhos? Era gente simples, pequenos camponeses com profundos sentimentos religiosos e apegados à tradição. Corpos que foram expostos a uma viagem exaustiva, desconfortável e miserável, amontoados na terceira classe dos navios que, após outra extenuante viagem por terra, depois, transportados em caminhões do exército, eram

---

[37] "Em particularmente todas as vilas, povoados e lugarejos da Bessarábia, encravada entre a Romênia e a Rússia, o sonho estava plantado. Era o sonho de uma terra livre e milagrosa, onde o Povo de Israel poderia professar livremente sua religião, seguir seus costumes, ficar rico!" (VELTMAN, 1996: 31)

[38] LESSER, em sua tese de doutorado (*Paws of the powerful: Jewish immigration to Brazil, 1904-1945*, New York University, may, 1989), assim descreve a Bessarábia: "Uma província no Sudoeste da fronteira do Império Russo, conhecida por suas terras férteis. Esta região havia recebido uma invasão de agricultores judeus, em meados de 1830, quando se tornou conhecida por possuir terras disponíveis de baixo custo, que poderiam ser obtidas livremente. (...) Infelizmente, no século XX, a Bessarábia estava muito mudada. Cidades haviam surgido na região e judeus haviam mudado para as áreas urbanas. Por volta de 1920, aproximadamente, dos 225.000 judeus na região, somente 4.500 eram agricultores; em 1931, somente 4% de judeus na Bessarábia trabalhavam na profissão agrícola; assim havia apenas pequena concentração para ser recrutada." (Citado in GRITTI: 1997: 61-62). Compreende-se, portanto, porque a JCA escolheu a Bessarábia e, também, porque ela não encontrou a mão-de-obra especializada em agricultura – pelo menos não na quantidade esperada.

[39] O boom da emigração judaica para a Colônia de Quatro Irmãos se deu nos anos 1912-1913. Segundo dados da administração local da JCA, em abril de 1913 havia chegado aproximadamente 300 famílias. Diante das constantes e crescentes solicitações de emigração, a direção central da JCA declarou-se impotente para atender novos pedidos e procurou paralisar a corrente imigratória. (GRITTI, 1997: 43)

despejados nas matas das colônias. Corpos exaustos, mas prenhes de sonhos e esperanças.

Schweidson, filho de imigrantes judeus, também oriundos da Rússia, e que colonizaram Philippson, relata essa saga: os sonhos, as lutas e as decepções. Em sua autobiografia, verificamos o trajeto percorrido pelo imigrante: da seleção pela qual passava na localidade de origem à viagem; a chegada, as primeiras impressões e os primeiros e duros tempos:

> "O primeiro contato com a realidade da sonhada terra da promissão foi duríssimo. Sentiram-se os imigrantes como que esmagados pelo imenso vazio. Decepcionados com o extremo primitivismo dos casebres, contrastando com o relativo conforto das antigas habitações na Rússia. (...) Das primeiras impressões a mais desagradável, para não dizer traumatizante, proveio do chão, ainda mole e úmido. Transmitia calafrios e angústias. Um chocante augúrio de miséria e de pressentimentos lúgubres." (SCHWEIDSON, 1985: 18)[40]

Esta dura realidade era compensada pelo convívio, as atividades sociais e religiosas e pela hospitalidade dos demais habitantes da região, destituídos de um modo geral de preconceitos contra os judeus.

Na mesma época em que os judeus povoavam as terras gaúchas, excedendo em número as expectativas da *Jewish*, outros milhares de indivíduos, igualmente repletos de esperanças, habitavam a colônia Erexim, limítrofe às terras da JCA, fundada pelo Estado em outubro de 1908. Observe-se que, além de Erexim, existiam outros núcleos habitacionais (Erebango, Carazinho, Cravo) que, inclusive, serviam de parâmetro para a administração da JCA avaliar a evolução da colônia judaica. Nestes núcleos viviam, além dos brasileiros, imigrantes alemães, italianos e de outras nacionalidades.

---

[40] Na autobiografia de Frida ALEXANDR (1967) encontramos um relato sobre as dificuldades enfrentadas pelos colonos. Também SCLIAR (1983) descreve as difíceis condições enfrentadas pelos imigrantes judeus, da viagem ao assentamento: "Muitos anos depois ela [a mãe do personagem principal] ainda se lembraria com horror daquela viagem; o frio, e depois o calor sufocante, o enjôo, o cheiro de vômito e de suor, os conveses onde se comprimiam centenas de judeus, os homens de boné, as mulheres de lenço na cabeça, as crianças chorando sem parar. Minha mãe chegou a Porto Alegre doente, com febre. Mas a odisséia ainda não estava terminada. Tiveram que viajar para o interior, primeiro de trem, depois em carroções, por uma picada aberta no meio do mato até a colônia. Esperava-os um representante do Barão. Cada família recebeu um lote de terras – o dos meus pais era o mais distante –, uma casa, ferramentas, animais. Meu pai estava muito contente: acordava todos os dias cantando. Minha mãe não. Achava a vida na colônia pior, mil vezes pior que na aldeia da Rússia. Os dias de trabalho, estafante, as noites povoadas de ruídos misteriosos: trilos, e pios, e guinchos – e sobretudo a presença dos índios, rondando a casa. Mas que índios, mulher! – zombava meu pai, os índios estão longe daqui. Ela se calava. Mas à noite, quando sentavam diante do fogão para tomar chá, eram os olhos dos índios que ela via nas brasas. Em seus pesadelos os índios irrompiam casa adentro, montados em cavalos negros como os dos cossacos. Acordava gritando, meu pai tinha de acalmá-la." (p. 25) A despeito das dificuldades, muitos veneravam o Barão: "Meu pai insiste em ficar. Por que, Leão? – pergunta minha mãe. Por que essa teimosia? Porque o Barão Hirsch confia em nós, ele responde. O Barão não nos trouxe aqui para nada. Ele quer que a gente fique aqui, trabalhando a terra, plantando e colhendo, mostrando aos góim que os judeus são iguais a todos os outros povos". (p. 19) O autor se refere à *Fazenda Quatro Irmãos*.

Contudo, apesar de estar sob a proteção da JCA, a maioria dos imigrantes judeus abandonaram as colônias para se instalarem nas cidades mais próximas, em busca de melhorar as condições de vida. Jacob Nachbin, jornalista e historiador judeu, em artigo publicado em junho de 1930[41], analisa o fracasso dessas primeiras experiências de colonização judaica:

> "Viu-se aí que os funcionários da JCA não eram aptos e, mais do que isso, não eram fiéis à obra do Barão Hirsch e ao objetivo filantrópico-social que ele queria realizar com sua herança. Para os imigrantes, que procuravam na JCA mais ajuda econômica do que o ideal de se realizarem como colonos, eram as enormes e solitárias vastidões do longínquo Brasil algo apavorante. A um povo tão estranho, numa terra exótica, com profundas florestas e com gado selvagem, era difícil para esses judeus se adaptar. Afora isso eram os funcionários da JCA homens com outra formação e outro espírito, inteiramente diferente dos judeus das aldeias da Bessarábia, e portanto eles abandonaram as colônias de Philippson e Quatro Irmãos para se transladar para outras províncias". (In FALBEL, 1985: 255)

Os anos de formação: primeiras influências

Tragtenberg, em suas memórias autobiográficas, descreve as condições de vida dos colonos em Erebango. Ele realça os vínculos ucranianos e enfatiza a característica peculiar deste povoamento: a base econômica fundada na *unidade produtiva familiar*. Num dos raros momentos em que se permitiu falar sobre si mesmo[42], Tragtenberg recorda suas origens:

> "Os meus avós desenvolviam uma agricultura familiar. A família era uma unidade produtiva. E o interessante é o fato de desenvolverem esse tipo de agricultura e não se dedicarem ao comércio que, em geral, é a ocupação especializada dentro do grupo judaico. Isso teve implicações importantes, no sentido de que eram muito ligados à terra enquanto propriedade; davam à terra um valor afetivo e profundamente religioso. Uma coisa que me lembro até hoje é que quando eu era menino, o meu avô levantava toda manhã e perguntava: "O Messias já chegou?" Logicamente respondia que não." (MT, 1999: 11)

Tragtenberg dá uma descrição sucinta do local em que nasceu:

> "Era um lugarejo pequeno, você saía da estação, praticamente acabava o lugarejo. Mas havia um trem que servia a outras colônias judaicas, que era uma espécie de Maria Fumaça, e a glória do lugarejo era a chegada e saída do trem. Não tinha escola. Era tudo muito precário. Tinha um hospital que era razoável, e o pessoal tinha atenção médica. Um pouco antes da minha família deixar a região, instalaram uma escola primária que funcionava num galpão." (Id.: 11-12)

---

[41] Trata-se de "A Moderna Comunidade Judaica no Brasil", reproduzido em FALBEL,1985: 254-57.

[42] Entrevista concedida à socióloga Carmen Lúcia Evangelho Lopes, do *Centro de Memória Sindical*, realizada em setembro de 1983, publicada postumamente como autobiografia organizada pela professora Sonia Alem MARRACH (MT: 1999). A resistência de Tragtenberg em falar de si mesmo não passou despercebida à entrevistadora: "Foram 10 horas de gravação. Começamos tentando recompor sua história de vida. Que dificuldade. Escorregava para não falar de si. Mencionava o contexto social, histórico, geográfico, econômico, político. Mas dele mesmo era quase impossível. Depois aprendi que isto era uma característica sua. Perguntado como estava, respondia sempre o que estava fazendo, lendo ou escrevendo." (In id.: 08)

As suas origens e as condições em que viveu os primeiros anos permitem-nos observar as influências que moldaram sua identidade: o meio rural, a cultura judaica, a literatura russa e as influências político-ideológicas da revolução makhnovista na Ucrânia.[43] Segundo Tragtenberg, a biblioteca dos colonos era composta de

> "obras de Bakunin, Kropotkine, Malatesta, de historiadores do anarquismo como James Guillaume, Rudolf Rocker, além de obras de Emma Goldman, Nestor Makhno, recebidos do Canadá e da Argentina. Segundo meus pais toda esta problemática era discutida pelos meus avós, com a audiência respeitosa destes." (MMT: 10)

Ainda de acordo com Maurício Tragtenberg, os colonos se mantinham informados sobre os rumos da Revolução Russa. Com a destruição das colônias anarquistas pelos bolcheviques muitos fugiram para a Argentina. Era deste país que procediam os vários exemplares do jornal libertário, *Golos Truda*, que chegava a Erebango.[44] Este jornal era editado pela Federação de Trabalhadores Russos, com sede em Buenos Aires. Os colonos recebiam, dos emigrados russos nos Estados Unidos, o jornal *Americankie Izvestia* e a revista *Volna*. Esse intercâmbio constituía a fonte de enriquecimento do cabedal político, cultural e da organização trabalhista dos colonos:

> "Em 1925, recebiam de Paris a revista *Dielo Truoda*, que após 1930, seria impressa em Chicago. De Detroit vinha a partir de 1927, a revista Probuzhdenie, que em 1940 se associava à *Dielo Truoda*, formando uma só revista sob o título *Dielo-Trouda-Probuzhdenie*, em circulação até 1963. Recebiam de São Paulo os jornais *A Plebe*, *A Voz do Trabalhador*, *Ação Direta*, *O Libertário*, a que se juntaram periódicos em castelhano como *Voluntad*, *Tierra Y Libertad* e *La Protesta*." (Id.)

As referências tragtenberguianas são os ideais makhnovistas, manifestados na literatura e discussão sobre a realidade ucraniana diante da Revolução Bolchevique de 1917. Este elemento aparece em seu relato sobre os primeiros desafios dos colonos que, diante da natureza virgem, "começaram uma experiência fundada no *apoio mútuo* e na *solidariedade*, fundados na experiência da revolução *makhnovista* na Ucrânia, destruída pelo bolchevismo, em 1918". (Id.: 09) A divisão do trabalho e dos produtos entre os colonos expressa o fator solidário observado por Tragtenberg:

> "Os mais hábeis cumpriam inúmeros papéis, na agricultura, no ensino, na assistência aos doentes e no sepultamento dos mortos. Cultivava-se a terra, plantava-se e colhia-se distribuindo a cada família os gêneros, conforme o seu tamanho, se maior ou menor. As famílias cooperavam nos trabalhos de desmatamento, construção de barracões, abertura de valos e caminhos." (Id.)

---

[43] Sobre este episódio ver: MAKHNO, Nestor. (1988) e MAKHNO et al (2001). Este é um tema recorrente na obra de Maurício Tragtenberg.

[44] Em 1883, dois anos após a criação da JCA, organizara-se na Argentina, em Moisesville, uma experiência de colônia agrícola judaica. Nos anos 1910-30, havia na Argentina uma considerável imprensa anarquista judaica, em idioma iídiche. A proximidade com o Rio Grande do Sul facilitava o acesso a este tipo de literatura. Sobre a imigração judaica para a Argentina ver: KLICH & TOLCACHIER, in: FAUSTO (1990).

Em outros trechos, Tragtenberg mantém essa linha de raciocínio, enfatizando os fatores que exprimem uma concepção pedagógica libertária:

> "Os camponeses de Erebango, ajudados pela imprensa libertária aprimoraram o senso coletivo de vida e trabalho, aprendendo uns com os outros. Todos eram alunos e professores, e aprendiam ao mesmo tempo os segredos do cultivo da terra. À luz de vela, à noite, aprendiam e ensinavam português, espanhol, russo e esperanto, lia-se em Erebango muitos autores anarquistas russos, como Kropotkine, Bakunin, especialmente Tolstoi, com seu anarquismo anticlerical, que era o autor preferido. (...) Lia-se os clássicos da literatura russa, como Tolstoi, Pushkin e Tchekov. Paralelamente, as colônias conseguiram a auto-suficiência em alimentos, elevaram o aprimoramento educacional e auto-aplicação dos princípios anarquistas no cotidiano de suas vidas." (Id.: 09-10)

Temos a fala do adulto Tragtenberg analisando a vida retrospectivamente: um indivíduo calejado pelo tempo e com formação pedagógica, teórico-política construída e consolidada. Como toda análise *a posteriori*, permeiam-se elementos interpretativos com os fatores da formação intelectual e política, além de contar com certa dose de confiança na memória.

Não pretendemos fazer um estudo sobre as relações entre memória e história. Não obstante, como afirma BOSI (1994: 407):

> "É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham a nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates".

Isto, na maioria dos casos, não é um processo consciente.

Não apenas as conversas acrescentam dados à nossa memória e forjam a nossa identidade. As leituras, o convívio com os outros, o meio que nos cerca, as tradições que se confrontam com as nossas descobertas, etc.; tudo faz com que sejamos a síntese construída pela relação de alteridade. Nossas lembranças não são *puras*, elas carregam o peso dos anos, das relações sociais que travamos em nossa vida, do que incorporamos no transcorrer do tempo.

Na verdade, ao fazermos o esforço de lembrar, reelaboramos, reconstruímos nossas lembranças. E, neste processo de reconstrução, terminamos por avaliar, valorar, interpretar. O retorno ao passado implica um processo de *desfiguração* deste, provocado pelas idéias e ideais que temos no presente. Nossos preconceitos e preferências pressionam no sentido de moldarmos o passado e recompormos nossa biografia de acordo com "padrões e valores que, na linguagem corrente de hoje são chamados "ideológicos". (Id.: 63)

O registro da memória deve observar estes fatores. Os fatos históricos precisam ser reconstruídos e analisados em seus pormenores. A trajetória nunca é puramente individual, mas também social. A memória do indivíduo é fundamental, afinal, é ele que lembra. Mas o indivíduo também incorpora uma memória social, fruto da sua relação com a família, seu trabalho, as instituições laicas ou religiosas (como a escola, a igreja, a sinagoga etc.), ou seja, com os grupos sociais os quais o indivíduo toma como referência.

É difícil definir até que ponto as experiências dos colonos relatadas acima influíram sobre a criança Maurício Tragtenberg.[45] Porém, é certo que o ambiente gerado por estes fatores marcaram a sua vida: enquanto indivíduo ele interagiu com este meio social e construiu sua subjetividade. Como ensina Bosi, "lembrar-se", em francês *se souvenir,* significa um movimento de "vir" "de baixo": *sous-venir,* vir à tona o que estava submerso". (Id.: 46)

A família cumpre uma função importante nesse processo. Afinal, é nesta micro-sociedade que o indivíduo recebe e incorpora as primeiras e fundamentais influências e que o marcará por toda a vida. As recordações de Maurício do âmbito familiar não são as melhores; na verdade, são até mesmo dolorosas. Tragtenberg teve uma infância traumática: não conheceu o pai e nem sabia muito sobre ele, a não ser a informação de que ele morrera repentinamente devido a complicações cardíacas. Maurício sempre foi reservado em relação às suas memórias relativas a esse período, evitando o assunto até mesmo no ambiente familiar. Num dos raros momentos em que falou da sua infância, afirmou:

> "Meu pai casou-se com a minha mãe e morreu logo, um ano depois. Praticamente não cheguei a conhecê-lo. Parecia relativamente culto em função do que me diziam, dos livros que ele mantinha em casa. A minha mãe casou-se com um comerciante de origem Argentina, que se estabeleceu em Erexim." (MT, 1999: 12)

Privado do convívio paterno em tenra idade, teve a companhia do avô, camponês profundamente religioso. Suas melhores lembranças dessa época dizem respeito à figura do avô, um homem de alta estatura, de barba ruiva que, nas manhãs, ao levantar-se,

---

[45] Walter BENJAMIN (1993: 37) afirma a respeito que Marcel Proust "não descreveu em sua obra uma vida como ela de fato foi, e sim uma vida lembrada por quem viveu". Para ele, o mais importante não é o que vivemos, "mas o tecido de sua rememoração". A exemplo de Penélope, nos movemos entre a recordação e o esquecimento, trama e urdidura. "Cada manhã, ao acordarmos, em geral fracos e apenas semiconscientes, seguramos em nossas mãos apenas algumas franjas da tapeçaria da existência vivida, tal como o esquecimento a teceu para nós. Cada dia, com suas ações intencionais e, mais ainda, com suas reminiscências intencionais, desfaz os fios, os ornamentos do olvido". Esta reflexão contribui para uma maior compreensão do significado das memórias tragtenberguianas.

segurava em sua mão e ia andar pelo campo. O avô tinha um armazém e Maurício ficava sentado no balcão devorando guloseimas contidas num vidro. Ele nunca esqueceu este homem: adorava-o.

Foi nessa realidade familiar que Tragtenberg conheceu as primeiras letras, estudando numa escola pública que funcionava num galpão. "Entre arreios, cheiro de alfafa e um quadro negro, tive meu primeiro contato com o ler; escrever e contar", recorda. (MMT: 10) Mas logo se mudou para Porto Alegre. "A família resolveu ir para um centro mais avançado, por razões econômicas e também por necessidade de equipamentos coletivos, como saúde, escola", afirmou. (MT, 1999: 12)

Desintegrada a unidade familiar produtiva, inicia-se um novo estágio em sua vida. Na capital gaúcha, em pleno Estado Novo, instala-se no *Bom Fim*, bairro judeu retratado de forma singular na obra de SCLIAR (2001a). Foi morar na casa de um tio, irmão da sua mãe. Novamente, as lembranças são traumatizantes: uma infância de maus tratos. Talvez por tudo isso, Maurício preferisse manter as recordações da infância naquela zona cerebral onde a memória é quase que conscientemente anulada, sempre evitando trazê-la à tona.

A migração para as cidades de maior porte foi um processo comum às colônias judaicas daquela época. Diante das condições enfrentadas, freqüentemente, os jovens emigravam para centros urbanos mais desenvolvidos, onde as chances de um bom emprego e de ascensão social eram maiores. Mesmo reconhecendo as dificuldades encontradas pelos colonos (as dificuldades dos agricultores fazerem os trabalhos de preparação das terras para plantio, o que exigia a contratação de mão-de-obra indígena, geralmente pouco disponível e cara; a pouca extensão das terras, o que dificultava a criação de gado; a seca; as pragas de gafanhotos etc.), o representante da JCA, entendia que "a saída dos filhos dos colonos não pode ser atribuída a nenhuma causa senão a atração das cidades e à facilidade que eles aí tem de ganhar a vida". (CESE, 1984: 55)

Outro fator que contribuiu para a migração dos colonos diz respeito à Revolução Federalista. Em 1922, Borges de Medeiros foi eleito, pela quinta vez consecutiva, presidente do Rio Grande do Sul. A oposição, liderada por Assis Brasil, alegou que houvera fraude e iniciou, em 1923, o movimento armado contra o governo estadual. Naquele período, as tropas em combate, legalistas e revolucionários, atacaram os

camponeses, expropriando-os e matando suas criações.[46] Devemos considerar ainda a preocupação com a educação. Em pouco tempo, a capital gaúcha desenvolveu uma significativa comunidade judaica.

Com a ida para Porto Alegre, inicia-se o que Tragtenberg chamou de *politização precoce*:

> "Lembro-me que houve um dia "sem aulas". Isto se deveu à visita que Plínio Salgado fez a Porto Alegre. Na frente do grupo escolar havia um posto de distribuição de publicações de Plínio Salgado e sobre o integralismo. A condição de "judeu", numa sociedade nacional mais ampla, leva você a uma "politização precoce". Isso porque a visita de Plínio Salgado era sentida no bairro judeu como a visita de um anti-semita que preparara futuros pogroms, iguais aos vividos na Rússia, daí o temor e os comentários terem se espalhado pelo bairro. (MT, 1999: 11)

Tragtenberg destaca o termo *judeu*, colocando-o entre aspas. O adulto Maurício Tragtenberg tem a exata noção do significado do que é ser judeu; não esquece suas raízes forjadas na convivência com o avô, com a cultura e a tradição judaica, ainda criança, no Bom Fim (em Porto Alegre) ou no Bom Retiro (em São Paulo). Sua mãe era extremamente religiosa, seguidora e obediente às tradições, datas, etc. O filho, não. Mas, na infância, Maurício teve uma formação religiosa judaica: foi batizado na sinagoga, conforme o ritual judaico e, em São Paulo, freqüentou escolas judaicas, onde concluiu o primário. "Eu tinha repetido em Porto Alegre, e consegui me formar no primário, a grande coisa!", ironiza. (MT, 1999: 20). O sarcasmo se refere ao fato de ter repetido em canto:

> "Naquela época eu tinha oito anos, gostava muito de cabular aula e pegar um cinema. Eu era péssimo aluno na escola, repeti o primeiro ano do primário. A única escola que fiz foi o primário. E repeti porque não agüentava, especialmente, a aula de canto. A professora queria que eu cantasse de um jeito... Eu tinha sido aprovado em tudo e reprovado em canto!" (Id.: 13)

Tragtenberg demonstra dificuldade em se adaptar à escola enquanto instituição formal. Analisando retrospectivamente, ele lembra que gostava de cabular aula para ir ao cinema e jogar futebol:

> "Eu ia à escola e não assistia aula, ficava jogando bola ou então cabulava. Ia ao cinema, ao Babilônia. Fiquei amigo do fulano que controlava a entrada e passava por baixo da catraca, não pagava e ia assistir *Flash Gordon no Planeta Mongo, Os Tambores de Fú-Man-Chú*. Não achava

[46] Em 07 de novembro de 1923, na fazenda de Assis Brasil, assinou-se o *Acordo de Pedras Altas*, que pôs fim à luta. Os rebeldes concordaram que Borges de Medeiros concluísse o mandato e este aceitou a mudança constitucional pela qual não mais poderia haver reeleição consecutiva para os governantes. GRITTI observa que o esvaziamento da colônia judaica não se explica apenas por este fator, mas por um processo no qual as agruras sofridas pelos colonos no período revolucionário representaram o "golpe final". Com efeito, a Fazenda Quatro Irmãos era "passagem obrigatória do norte para outras regiões do Estado". Nela, "acamparam e transitaram tropas, quer legalistas, quer revolucionárias, ferindo-se mesmo no território, ora ocupado pelo município (Getúlio Vargas), o mais cruento combate desta região." (Apud GRITTI, 1997: 65). Nas páginas 65-72, a autora analisa as conseqüências da Revolução de 1923 para a Colônia de Quatro Irmãos.

> a escola muito interessante, porque não entendia nada. Era canhoto, outro problema. É sério, porque aí eu comprava os cadernos, tudo bem, e aí chegava a professora e colocava a mão dela na minha mão direita, e me obrigava a escrever com a mão direita. Mas não dava, não conseguia escrever com a direita! Um dia, um inspetor de ensino passou e, para me animar disse: "Eu escrevo com as duas mãos". Mas eu não conseguia escrever com a mão direita, então saía um garrancho danado e era nota baixa em caligrafia, logicamente." (MT, 1999: 14)

Suas memórias exprimem a crítica da escola formal: "O método pedagógico mais desenvolvido era assim: o aluno ficava em cima de grão de milho, claro! Essa era a pedagogia mais desenvolvida, a mais adiantada da época. De manhã estudava-se português, à tarde língua hebraica e o iídiche". (Id.: 16) É o adulto rememorando a criança. Contudo, seu relato denota as dificuldades e nos leva a imaginar se e em qual medida isto influiu sobre o adulto Maurício Tragtenberg. Por outro lado, ele constitui um entre tantos exemplos de crianças que não se adaptam às estruturas de ensino e traumatizam-se diante do esforço de pais e professores em torná-las *crianças normais*, isto é, adaptadas.

O menino Tragtenberg completaria o primário numa escola judaica em São Paulo. Sua família mudara-se para a capital paulista, logo após a visita de Plínio Salgado ao bairro do Bom Fim. Após uma longa e cansativa viagem num vagão de segunda classe, desembarcaram na Estação Sorocabana de São Paulo. Na capital, passam a morar na rua Tocantins, no Bom Retiro, bairro predominantemente judaico.[47] Era nesta rua que se situava a escola judaica ortodoxa, Thalmud Tora, na qual ele estudou. Sua irmã foi morar com uma tia no bairro da Lapa e seus dois irmãos maiores já estavam estabelecidos em Curitiba (PR) como prósperos comerciantes.

No Bom Retiro havia um ambiente de alto grau de efervescência política, com a convivência das diferentes correntes do judaísmo militante, da direita à extrema-esquerda. O crescimento da população judaica gerou, num primeiro momento um fenômeno conhecido como *landsmanshaften*, isto é, a formação de grupos que reunia judeus originários das mesmas cidades e regiões. Embora se verificasse a presença de

---

[47] RATTNER (1977: 34) observa: "A concentração inicial de judeus no Bom Retiro se explica, indubitavelmente, pela própria história da imigração judaica de São Paulo, cujas correntes sucessivas foram constituídas, principalmente, de elementos da baixa classe-média européia e que lá encontraram todas as facilidades e oportunidades para a continuação do estilo de vida judaico tradicional, desde o uso da língua iídiche como meio de comunicação, até as escolas judaicas e sinagogas que funcionavam como depositárias e mantenedoras da milenar cultura judaica, religiosa e leiga. Ademais, é neste bairro que se criou um aglomerado de estabelecimentos industriais e comerciais, nos diversos ramos da indústria têxtil, a qual proporcionava aos imigrantes vias e meios de uma rápida integração econômica, providenciando-lhes emprego ou mercadoria a crédito, bastante desenvolvido e próspero". Em VELTMAN (1996), temos um perfil histórico sobre o bairro do Bom Retiro; os romances *Bom Retiro* e *Breve Fantasia*, de Eliezer LEVIN (1972) e Sammuel REIBSCHEID (1995), respectivamente, também contribuem para a contextualização da época e o entendimento do ambiente judaico em São Paulo.

diversas correntes imigratórias judaicas, o elemento predominante era o judeu originário da Europa Oriental, que falava o iídiche e educava os filhos na língua e cultura iídiche. Os judeus ocidentais pouco sabiam sobre a cultura judaico-oriental e procuravam até mesmo morarem em bairros diferentes.[48]

A língua iídiche é um elemento de vinculação de Maurício Tragtenberg à tradição judaica. Suas primeiras leituras foram de obras escritas neste idioma. "A primeira História da Revolução Russa que eu li foi em iídiche", disse. Esta obra foi escrita por um líder do *Bund*, a organização socialista russo-polonesa judaica. Tragtenberg observa que no Bom Retiro havia várias bibliotecas com obras em iídiche. Uma delas estava no Instituto Cultural Judaico-Brasileiro. "Essa bibliografia veio parar em São Paulo por causa da imigração dos trabalhadores judeus, artesãos e semi-artesãos da Polônia, que montaram um centro de cultura", explica. (MT, 1999: 17)

A literatura difundida na colônia judaica era, significativamente, em iídiche. O judeu-oriental, apegado à tradição, estimulava a publicação destas obras ou traziam-nas de países como os Estados Unidos, onde, ao lado de uma burguesia judaica, desenvolveu-se um proletariado de tendência socialista e anarquista. Mesmo ex-operários e artesãos que ascenderam econômica e socialmente cultivavam o gosto pela literatura iídiche.

Observe-se que o fator imigratório também é diferenciado no tempo e espaço: as primeiras levas de imigrantes judeus para São Paulo eram provenientes, em sua maioria, da Europa Oriental (some-se a isso a migração interna, como no caso da família de Maurício Tragtenberg).[49] Eram, em sua maioria, comerciantes ou artesãos. Muitos trabalharam como *clientelchicks* (vendedores a prestação).[50]

---

[48] "É um fato que, em geral, os judeus urbanos vindos da Itália, Alemanha, Hungria, consideravam-se mais cultos e cosmopolitas do que os originários da Europa Oriental, que alguns chamavam pejorativamente de *judeus de aldeia*, mascates, com mentalidade estreita, sem refinamento; em São Paulo, por exemplo, procuravam morar em Higienópolis, no Pacaembu e em outros bairros que não o Bom Retiro, onde se concentravam os judeus vindos da Europa Oriental e diziam-se diferentes destes." (PINSKY, 2000: 45)

[49] BECKER [et al] nota que em 1897, se instalara, em São Paulo, uma comunidade de judeus da Alsácia-Lorena e que os primeiros imigrantes judeus da Europa Oriental chegaram em São Paulo em 1890. Em 1912, já havia uma comunidade estabelecida. Na década de 1920, ampliou-se o número de imigrantes, vindos da Rússia, Polônia, Bessarábia, Galitzia, Romênia. Muitos escolhiam o Brasil diante das crescentes restrições à imigração judaica para os Estados Unidos e a Argentina. (In: MEIHY, 1996: 308) A demografia judaica também é analisada na obra *Nos Caminhos da Diáspora*, organizada pelo Prof. Henrique RATTNER (1972).

[50] Essa prática não se restringiu a São Paulo (capital e interior), mas também pode ser observada em outras regiões do país. SCHWEIDSON (1985 e 1989), relata experiências similares no Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e, GILL (2001), estuda os *clienteltchiks* em Pelotas (RS).

A imigração no período do Estado Novo (1937-45) enfrentou várias dificuldades impostas pelo governo brasileiro. Muitos não conseguiram emigrar e isto custou a vida nos campos de concentração. Outros, diante do anti-semitismo dissimulado que caracterizou a política varguista, tiveram que usar de subterfúgios para se enquadrarem na legislação em vigor: mudar de nome, passar-se por católico, etc. Enquanto oficialmente o governo Vargas declarava nada ter contra os judeus, recomendava as piores medidas para restringir a imigração.

A despeito das dificuldades muitos conseguiram emigrar para o Brasil. Nesta onda de imigração judaica a maioria era proveniente da Alemanha e da Europa Central. Configuravam um estrato social mais privilegiado: médicos, advogados, professores e empresários bem sucedidos, que não tiveram grandes dificuldades em se integrarem à sociedade brasileira em desenvolvimento.[51]

Nuns e noutros casos, a perspectiva de ascensão encontra-se aberta. Tomando como referência o ambiente familiar, Maurício enfatiza a presença dos valores mercantis, preponderantemente, da atividade comercial. O ideal de vida do estrato judaico ao qual pertencia passava pela busca incessante de ascensão social através do comércio, a convivência na sinagoga e o casamento intrajudaico. Tragtenberg observa, não sem amargura, que fora uma espécie de "desgraça da família", o jovem que não se adaptava às expectativas profissionais e ao modo de vida familiar:

> "Todo mundo se orientava para o comércio. Um montou uma lojinha de artigos para senhoras. O outro montou lojinha de outras coisas. E eu não queria saber, tinha horror a comércio, preferia dar! Então, você imagina a desgraça. Diziam: "Não, não tem jeito; esse cara não tem jeito, não tem saída, não gosta de escola, não quer ganhar dinheiro." A família ficava apavorada. "O que vamos fazer com essa peça?" (MT, 1999: 22)

O jovem Maurício Tragtenberg se confrontará com este ambiente e sente-se desvalorizado diante da hierarquia familiar, pautada por valores monetários. Em sua avaliação, a família só passou a percebê-lo, a reconhecer o seu valor, após o doutorado e a carreira universitária.

---

[51] A imigração judaica diminuiu nos anos 1942-45. No pós-II Guerra Mundial, vários refugiados emigraram para o Brasil. Os anos 50 geraram a imigração dos judeus que moravam nas regiões do conflito árabe-israelense, e também da Hungria – que passara por uma revolução. Nos anos 1950/60, muitos dos judeus que aportaram nestas terras eram provenientes da Síria e do Líbano, novamente, vítimas do conflito no Oriente médio. (BECKER et al: In MEIHY, 1996: 309-10) Também RATTNER (1977: 98), observa que na segunda metade da década de trinta começam a chegar ao Brasil os primeiros refugiados da perseguição nazista: "Possuidores do *Know-how*, de uma cultura técnica e geral, esses elementos encontram bem menos dificuldades para aprender a língua e os costumes da sociedade ambiente e, apoiados em seu sucesso econômico, conseguem integrar-se profissional e socialmente, na sociedade industrial emergente."

Em seu percurso histórico os judeus foram empurrados para os poros da sociedade, desempenhando funções condenadas pela moral ideológica da época. Interditados à propriedade da terra e, depois, às atividades industriais, eles se envolveram com atividades bancárias e comerciais. E, à medida que evoluíram e, alguns entre eles se tornaram poderosos nestas áreas, também se fortaleceu o estigma de usurários e comerciantes avarentos.[52]

O sucesso dos judeus que conseguiram amealhar fortunas não lhes garantiu a segurança plena – sempre estavam à mercê das reviravoltas políticas – mas atraíram ressentimentos e ódio, sem mencionar o uso político do anti-semitismo pelos governos.[53] Vítimas do próprio êxito, estes judeus que alcançaram posições proeminentes nas sociedades em que viviam, procurando se integrar às mesmas, também encontram críticos entre o próprio judaísmo – não por serem judeus, mas por agirem como exploradores e capitalistas. Isto é perceptível desde uma simples, porém corrosiva, *Carta a meu Pai*[54], escrita por Kafka, à hostilidade dos "judeus cultos" contra os judeus que abraçavam uma *Filosofia do dinheiro*.[55]

Isto nos remete à opção de vida de Maurício Tragtenberg. Nos parece que seu horror em relação à atividade mercantil não pode ser debitada apenas ao *desajustamento*

---

[52] Este estigma é antigo e perpassa até mesmo a melhor literatura. Shakespeare, em *O mercador de Veneza*, transforma o judeu Shylock no vilão da história – enquanto Antônio, cristão e mercador, é a vítima e herói. Não obstante, Shakespeare reconhece em seu personagem judeu a mesma humanidade dos cristãos. É o que aparece na fala de Shylock: "Sou um judeu. Então, um judeu não possui olhos? Um judeu não possui mãos, órgãos, dimensões, sentidos, afeições, paixões? Não é alimentado pelos mesmos alimentos, ferido com as mesmas armas, sujeito às mesmas doenças, curado pelos mesmos meios, aquecido e esfriado pelo mesmo verão e pelo mesmo inverno que um cristão? Se nos picais, não sangramos? Se nos fazeis cócegas, não rimos? Se nos envenenais, não morremos? E se vós nos ultrajais, não nos vingamos? Se somos como vós quanto ao resto, somos semelhantes a vós também nisso. Quando um cristão é ultrajado por um judeu, onde coloca ele a humildade? Na vingança. Quando um judeu é ultrajado por um cristão, de acordo com o exemplo cristão, onde deve ele colocar a paciência? Ora essa, na vingança! A perfídia que me ensinais, eu a colocarei em prática e ficarei na desgraça, se não superar o ensino que me destes." (SHAKESPEARE, 1994: 326) Pode-se argumentar que a obra do autor apenas representa o contexto histórico da época. E, de fato, não podemos julgar um autor pelo que os homens fazem no presente. Mas também não podemos descartar a enorme influência que obras como essa têm no sentido de legitimar uma certa representação dos judeus, tomando-os como um todo homogêneo.

[53] Kurt LEWIN (1973: 196) observa que na Alemanha "foram as realizações econômicas, sociais e culturais dos judeus que deram impulso ao anti-semitismo".

[54] KAFKA, de início, não se opõe à atividade comercial do pai, mas o rejeita à medida que identifica o método pedagógico autoritário paterno com tudo o que envolvia as suas relações, inclusive a loja. "Você então tentou (hoje isso me parece tocante e vergonhoso) extrair, não obstante, alguma doçura da minha aversão pelo seu negócio, pelo seu trabalho – aversão que afinal era penosa para você – asseverando que eu não possuía senso comercial, que eu tinha idéias mais elevadas na cabeça, e coisas tais", escreveu ele ao pai. Kafka também revoltou-se com o autoritarismo do pai em relação aos empregados. (1966: 28)

[55] HABERMAS (1993: 93-94) levanta a hipótese de que "a hostilidade íntima dos "judeus cultos" contra os "judeus ricos" pode ter sido um motivo para o anti-semitismo sutil pelo qual certos judeus se opunham àquela outra espécie de judeus, cujo protótipo era Rothschild". Ele nota que Simmel, filho de um comerciante, escreveu uma *Filosofia do dinheiro*.

familiar; deve-se levar em conta, num primeiro momento, suas opções e influências políticas; e, não podemos esquecer que é o adulto Tragtenberg rememorando a sua vida – este sentimento de rejeição já fora, portanto, socialmente e historicamente construído em sua trajetória. Porém, nos faz lembrar a resistência dos "judeus cultos" contra os "judeus ricos", à qual se refere HABERMAS (1993: 93). Esta reflexão indica a hipótese de que a resistência do jovem Tragtenberg ao ambiente familiar é também uma forma de escapar ao estigma lançado contra os judeus. É perigoso imaginar que esta estratégia fosse consciente ao jovem Tragtenberg – é mais provável que suas opções fossem ditadas fundamentalmente por suas necessidades imediatas. Mas se pensarmos no Tragtenberg adulto que registra suas reminiscências, parece claro que ele se encontra num lugar privilegiado para combater os estigmas racistas contra os judeus, sem, porém, renunciar à perspectiva de classe social.

O jovem Maurício Tragtenberg terá a rua como seu campo de ação e nela se envolverá na militância e encontrará o seu caminho. Outras famílias serão a *sua* família, suas universidades. Já na pré-adolescência, ele vivencia uma crise que coloca em xeque os seus valores religiosos e estranha a forma como a sinagoga se organiza, separando homens e mulheres. Naquele tempo, estudava o Velho Testamento em hebraico, tinha acesso aos pensadores católicos (como Alceu Amoroso Lima) e lia artigos em revistas trazidas por seu irmão. Ele começou a achar que Cristo, afinal, até que "era um cara legal, não era tão mau assim". (MT, 199: 20-21)

As indagações do jovem Tragtenberg provocavam uma certa impaciência da parte da família. Diziam-lhe que estava com minhocas na cabeça e que era melhor se preocupar com coisas mais úteis, como ganhar dinheiro. A crise foi superada quando tinha 14-15 anos: "Nem judeu e nem cristão. Optei... pelo ateísmo", afirmou. (Id.: 21)

Porém, nunca deixou de sentir-se judeu. Seu sentimento de pertencimento à etnia judaica é dado pelo reconhecimento da sua tragédia; pela aceitação da cultura e dos valores humanistas judaicos. Ele incorpora e cultiva a cultura judaica secularizada.[56] O judaísmo é fundamental na formação da sua identidade.

---

[56] Há um paralelismo com Freud, um *judeu sem Deus*, pronto a enfrentar seus próprios pares sempre que a defesa da ciência o exigisse. (Ver GAY: 1992) Ou, como sugere VALVERDE, à maneira de Einstein, no sentido da extrema valorização da vida, "em tornar a existência de todos mais bela e mais digna". Relativiza-se, portanto, o aspecto religioso do judaísmo, superando-se a concepção comumente aceita sobre o significado da religião em geral. Para EINSTEIN: "O judaísmo não é uma fé. O Deus judeu significa a recusa da superstição e a substituição imaginária para este desaparecimento... Compreende-se claramente que 'servir a Deus' equivale a 'servir à vida'. (Apud, VALVERDE, 2001: 61)

Para DEUSTCHER (1970: 46), a identidade judaica, numa sociedade concreta e historicamente determinada, é resultante da alteridade[57], da pressão do ambiente externo fundada no estigma.[58] “O que vem recriando constantemente uma consciência judaica e injetando-lhe, sempre, nova vitalidade tem sido o hostil ambiente não-judeu que o cerca”, escreve. Ele questiona as definições que se fundamentam em argumentos étnicos[59], religiosos e/ou nacionalistas. Se a identidade do judeu não é dada por estes valores, qual será, então, o elemento que a define? A sua reposta é clara:

> “Se não é a raça, que é então que faz um judeu? Religião? Eu sou ateu. Nacionalismo judaico? Sou internacionalista. Dessa forma, em nenhum dos dois sentidos sou judeu. Sou judeu, entretanto, pela força da minha incondicional solidariedade aos perseguidos e exterminados. Sou judeu porque sinto a tragédia judaica como a minha própria tragédia; porque sinto o pulsar da história judaica; porque daria tudo que pudesse para assegurar aos judeus auto-respeito e segurança reais e não fictícios.” (Id.: 49)

Essa é uma resposta que pode muito bem ser aplicada à identidade judaica como Maurício a assume. Por outro lado, ele recusa o estilo de vida da família, em especial no

---

[57] Também SARTRE (1965: 42), define o judeu pela relação de alteridade. É o *outro* que cria o judeu: “Destarte, se queremos saber o que é um judeu contemporâneo, é mister perguntá-lo à consciência cristã: é preciso perguntar-lhe não “o que é um judeu”, mas “o que *fizeste* dos judeus? ” O judeu é um homem que os outros homens consideram judeu: eis a simples verdade de onde se deve partir.” Em outras palavras, “foram os cristãos que *criaram* o judeu, provocando uma brusca parada de sua assimilação e provendo-o, contra a sua vontade, de uma função em que depois primou”. RATTNER (1977: 133), observa que a definição sartreana “insiste nos aspectos negativos de *self-fulfilling profhecy*, ou seja, vê o judeu como produto dos preconceitos e estereótipos do mundo ambiente”. Ele considera que esta postura é “extremamente estática e a-histórica”, pois, ignora “a evolução do judeu real nas diferentes sociedades adotivas, que implicou e causou o desenvolvimento de uma ética e de um conjunto de valores sociais comuns, que se tornaram, por sua vez, fator de sobrevivência grupal”. Não me estenderei na discussão, por demais complexa, sobre a identidade judaica. DEUTSCHER (1970), GILL (2001), LEWIN (1973), RATTNER (1977), SARTRE (1965), SCLIAR (em seus vários livros), SHAKED (1988), entre outros, analisam esta questão. Sobre o conceito de identidade, em geral, ver CASTELLS (1999).

[58] A palavra *estigma* se origina entre os gregos, na antiguidade. Este povo usava este termo para se referir “a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos”. Na Era Cristã, o estigma se expressava através de sinais corporais que indicavam que aquele indivíduo tinha a graça divina ou simplesmente para identificar um distúrbio físico. É verdade que a anomalia corporal, ou uma simples característica que categoriza o indivíduo entre os que não são *normais*, induz ao estigma. Mas, como escreve Goffman, o termo “é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal”. O estigma indica um atributo depreciativo, que pode ser visível ou imputado ao outro pelos que se consideram ‘normais’. Em casos como raça, religião, postura política-ideológica, classe social etc, o estigma expressa uma postura não apenas de animosidade, mas também percepção ideológica valorativa de quem se considera superior ou ‘normal’. O outro é categorizado como não natural, fora do comum. (GOFFMAN, 1982: 11)

[59] COMAS (1970: 33), também recusa o critério de raça, restrito às características físicas, para identificar o judeu. Ele desenvolve a tese de que o judeu pertence a um povo heterogêneo, identificado muito mais pela religião, pelos valores e costumes. Para ele, “o anti-semitismo recorre ao *mito da raça judaica* numa tentativa de se justificar e de fornecer uma cobertura pseudocientífica às suas razões políticas e econômicas. O homem considerado como tipicamente “judeu” é, na realidade, muito comum entre os povos do Levante e do Oriente Próximo, embora a maioria desses povos não sejam nem nunca tenham sido judeus quer na religião quer em outros aspectos de sua cultura.” Michel LEIRIS desenvolve uma análise semelhante. (Ver: *Raça e Civilização*. In: COMAS (Org.), 1970: 196-97)

tocante às atividades comerciais. Talvez devido às pressões familiares para que ele se envolvesse com o comércio e se preocupasse em ganhar dinheiro o tenham levado a relativizar o peso da influência judaica, colocando o judaísmo em segundo plano. Outro fator a considerar é que, mesmo com a existência de diversos movimentos e organizações judaicas juvenis, Tragtenberg inicia sua militância no Partido Comunista e, posteriormente, aderirá ao trotskismo.

Maurício Tragtenberg explica a relação com o judaísmo pela mudança da sua família do Bom Retiro (um bairro essencialmente comercial)[60], para o Brás (mais industrializado e onde os aluguéis eram mais baratos). As condições sócio-econômicas do Brás caracterizam um novo contexto social que interage com o jovem Tragtenberg. Começara uma nova fase em sua vida, com outras influências e de caráter diferenciado. A partir desta época:

> "Todo o peso do judaísmo e da cultura judaica, quer dizer, da escola, da literatura e tudo mais, ficou em segundo plano. Por que? Porque o Brás era um bairro industrial, em primeiro lugar. Segundo, porque o Brás tinha realmente uma imigração italiana, espanhola e portuguesa. Era a época da queda da ditadura de Getúlio, e naquele tempo, como hoje [1983] se falava em abertura, Constituinte, representação, eleição direta para presidente, e todo mundo metia o pau no pelego sindical. Nessa época, começou uma movimentação assim: surgiu o Partido Comunista em minha vida". (MT, 1999: 23)

O que ele escreveu, seus depoimentos e o que escreveram sobre ele, confirmam que *ser judeu* não foi um fator determinante em suas relações sociais e profissionais. A percepção do seu pertencimento étnico não esteve no centro das atenções das pessoas com quem se relacionava; muitos nem sabiam da sua condição judaica.[61] Para uns, ele

---

[60] A vocação comercial do Bom Retiro se mantém, só que com outras características: agora, sua população predominante não é mais a judaica, mas a de imigrantes coreanos. Essa metamorfose se deu pela ascensão sócio-econômica dos judeus e pela recusa das novas gerações em seguir os negócios dos pais (os filhos preferiram seguir carreiras liberais, universitárias, etc.) Por outro lado, a prosperidade econômica levou os judeus a procurarem bairros residenciais, pois o Bom Retiro se tornara um bairro essencialmente comercial. O Bom Retiro perdeu seu caráter judaico. "Segundo a Federação Israelita de São Paulo, há 60 mil judeus no Estado, sendo 54 mil na capital. Desses, 40% vivem em Higienópolis, onde começaram a chegar em meados de 70. Os outros estão espalhados entre Perdizes, Itaim-Bibi, Pinheiros e Jardins", escreve ATHIAS (*FSP*, 16.06.2002). Interessante observar que a colônia coreana parece repetir o mesmo processo. Em depoimento à jornalista da *Folha*, Thomaz Chon, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Coréia, diz que 40% dos coreanos que vivem em São Paulo (cerca de 19 mil) ainda moram no Bom Retiro, mas que já há um movimento dos mais prósperos em direção a Higienópolis (centro) e à zona sul, principalmente Aclimação e Paraíso. (ATHIAS, *FSP*, 16.06.2002)

[61] Kurt LEWIN (1973: 196) classifica os judeus em três grupos: "os que sublinham em demasia a sua condição de judeus, os que se comportam normalmente, e os que tentam ocultar ou fazer passar despercebida a sua condição judaica". Em sua oponião, o indivíduo que camufla a sua condição judaica – que Sartre denominou de *inautêntico* – é o que sofrerá maior hostilidade do meio externo, já que um comportamento dissimulado é perceptível e gera insegurança. "O indivíduo do grupo central, que sabe em que situação e até que ponto deve acentuar a sua condição de judeu, é o que provavelmente se sai melhor", conclui. Este último tipo de comportamento corresponde à forma como Tragtenberg assumia o judaismo.

era o anarquista; para outros um socialista libertário que amalgamava Marx, os marxistas heterodoxos e os pensadores anarquistas; há quem o visse como weberiano ou demasiadamente eclético; mas poucos o viram como judeu. De fato, como professor, como intelectual ou como militante social, isto não era o mais importante. E, no entanto, ele jamais negou sua ascendência étnica: a condição judaica faz parte da sua formação e, neste sentido, constitui uma das suas *universidades*.

As suas universidades

> **"Há já muito tempo sentia a necessidade premente de compreender como nascera o mundo em que eu vivia e de que forma eu o percebia".**
> **"Vim ao mundo para não me resignar".**
>
> **(*GORKI*, 1987: 149 e 164)**

As raízes judaicas, o período da infância na colônia e em Porto Alegre e as experiências vivenciadas com a mudança para São Paulo, constituem influências que conformam sua identidade. Mas seus caminhos ainda estavam em aberto, precisando ser construídos em seu caminhar. Com efeito, a nossa formação é um processo permanente, embora os elementos básicos da nossa identidade se configurem bem antes de atingirmos a fase adulta.

Os anos de aprendizado do Maurício, no sentido da sua formação política-intelectual, correspondem às *suas universidades*. Tragtenberg, à maneira de Gorki[62], gostava de usar o termo *as minhas universidades*, para se referir às pessoas e instituições que contribuíram para o seu desenvolvimento intelectual.

O jovem Tragtenberg desvenda o mundo através do trabalho, do envolvimento na militância política no Partido Comunista, nas discussões na Praça do Patriarca, nos cursos no Partido Socialista Brasileiro, no convívio com a família Abramo, os Tomazini, Hermínio Sacchetta e os trotskistas; pelas leituras na *Biblioteca Municipal Mário de Andrade*, no centro da capital paulistana; e, com os espanhóis, catalães e anarquistas do Centro Republicano Democrático Espanhol, do Centro Catalão e do Centro de Cultura Social.

---

[62] Gorki, em russo, significa *amargo* (seu nome verdadeiro era Alexei Pechkov). Em *Minhas Universidades* (1987), ele descreve as mazelas e violências que sofreu. Gorki não era exatamente o autor preferido de Tragtenberg, mas sim, Dostoiévski, Kafka e Proust. Certo dia, ao encontrá-lo na Biblioteca Municipal lendo Dostoiévski, Antonio Candido disse-lhe: "Olha, leia Proust. É um autor importantíssimo". (MT, 1999: 49)

Em cada um destes espaços, em cada momento, experiências vividas, aprendizado acumulado que configuravam sua personalidade. Tragtenberg não esqueceria das diversas contribuições coletivas e individuais. Em seu depoimento observamos a gratidão, o tributo, a cada pessoa e coletivos que influíram em sua formação intelectual. Foram as *suas universidades.*

A sua *primeira universidade*, teve início a partir das relações sociais que empreendeu quando passou a trabalhar. Como ele registrou no *Memorial*:

> "Comecei a trabalhar muito cedo para ajudar um fraco orçamento doméstico, meu pai falecera e minha mãe costurava. Iniciei minhas "universidades", freqüentando um bar na rua Ribeiro de Lima, que tinha duas características: comida barata e mesa sem toalha. Lá acorriam trabalhadores de origem letã, lituana, russa, polonesa, muitos haviam, inclusive participado da Revolução Russa, haviam topado pessoalmente com Lenin, Trotsky, Zinoviev ou Bukharin." (MMT: 11)

As pessoas, os temas, os grandes acontecimentos e personagens da Revolução Russa, marcaram sua formação intelectual. É de se imaginar as conversas que jorravam nestes encontros, os temas discutidos. Tragtenberg, numa das características que o destaca, a valorização do conhecimento considerado como senso comum, fez questão de enfatizar: "Não eram "temas" de academia e sim expressões de relações sociais e políticas vividas". (Id.)

Em São Paulo, Maurício não escapa ao clima opressivo, próprio do Estado getulista. Era uma época em que a simples menção à palavra comunista poderia colocar o indivíduo em apuros. Ao escrever o *Memorial*, lembrou-se de um certo cidadão que "vivia de pijama e fumava cigarros *Fulgor*" e que morava com uma família judia de origem húngara. "O cidadão desaparecera, corria o boato de que ele era "comunista", delito gravíssimo sob o Estado Novo", afirma. (Id.)

Era um período de efervescência política. Logo após a sua mudança para o bairro do Brás, o país entrara em processo de redemocratização: cai o regime getulista e o Partido Comunista conquista a legalidade. O Partido cresce de modo excepcional. Pela primeira vez em sua história torna-se um partido de massas e o número de simpatizantes e de militantes aumenta extraordinariamente. É vasta a quantidade de jornais e revistas sob sua chancela, publicados em todos os Estados.

Vivia-se um clima de euforia que contagiava as velhas e novas gerações. A URSS e o socialismo saíram fortalecidos da II Guerra Mundial. No Brasil, o Partido Comunista ressurgia como a grande força dos trabalhadores e Prestes como a sua

legenda. “Era uma grande festa da liberdade”, afirmou Clara Charf. (In: AZEVEDO e MAUÉS, 1997: 133) Esse clima se repetia por todo o país. Nas praças, o PC fazia filiações em massa. “A gente gritava: “Companheiros...” – “entrem no partido de Prestes”, porque todo mundo era prestista naquela época”, relembra. (Id.: 135)[63]

Há que se considerar ainda o contexto social gerado pela guerra. Os jovens judeus se interessavam pelos rumos da política internacional, se envolviam em campanhas de solidariedade às vítimas do nazi-fascismo, participavam de debates sobre a situação política nacional e internacional, a luta pela paz, a redemocratização do país, etc. Muitos assumiam uma militância pró-Israel. Neste clima, muitos aderiram ao Partido Comunista. Com o passar do tempo, vários se desiludiram com a forma como este tratava a questão judaica, ignorando-a ou mesmo adotando uma postura anti-sionista; uns abandonaram-no por outros motivos; e, outros permaneceram militando em seu interior. Para estes, a esperança era que “a revolução comunista mundial provocasse o desaparecimento de problemas relativos às nações e às minorias em geral, incluindo a questão judaica”. (PINSKY, 2000: 22) Muitos dos que saíram do Partido Comunista passaram a militar em organizações da esquerda juvenil judaica.[64] Os caminhos de Tragtenberg serão outros.

A manifestação da intensa alegria popular com a redemocratização e o fim a guerra teve como marco o primeiro comício público, no Estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, com a participação do C*avaleiro da Esperança*, Luís Carlos Prestes, que havia saído da prisão com a decretação da anistia. Nesse comício, com a participação de mais de 80 mil pessoas, Prestes, a maior autoridade do PCB, seu secretário-geral, defende a política de união nacional e o apoio a Getúlio Vargas.[65] Prestes também faria

---

[63] Sobre esta conjuntura, não se quer afirmar que todos os que aderiam ao PC o faziam apenas pelo entusiasmo, na onda do momento. Apenas se deseja retratar minimamente o clima eufórico da época, o qual, sem dúvida, influiu sobre muitos. Esta realidade tem paralelismo com o final dos anos 1970 e inícios da década de 80: as greves operárias, a redemocratização do país e o surgimento de um partido como o PT que, a exemplo do PC dos anos 40, incorpora velhas e novas gerações, representando para muitos jovens a sua primeira experiência política.

[64] É o caso do movimento sionista e socialista *Dror* (*Pássaros da Liberdade*). O *Dror* brasileiro rivalizava com outra organização juvenil judaica, o *Hashomer Hatzair* (*A Jovem Guarda*), ambos criados em 1945. Os militantes do *Dror* alinhavam-se às posições do partido israelense MAPAI (Partido Trabalhista), a organização de Ben Gurion, Golda Méier, etc.; o *Hashomer Hatzair* vinculava-se ao MAPAM (Partido Obreiro Unido), o qual era pró-soviético. Alberto Dines, Bernardo Kucinski, Gabriel Bolaffi, Issac Karabtcchevsky, Paul Singer, entre outros, fizeram parte do *Dror*.

[65] Vargas deportou Olga Benário, grávida de Anita Prestes, para a Alemanha hitlerista, sendo executada em fevereiro de 1942, quando completaria 34 anos. Olga era comunista e judia, um duplo *pecado* à época. MORAIS (1985: 289) resgata o discurso pronunciado por Luis Carlos Prestes no comício do Rio de Janeiro, o qual ilustra bem a política do PCB à época: “A oposição exige que o Sr. Getúlio Vargas abandone o cargo para que seja mantida a paz interna. Mas será esse o caminho realmente democrático,

um concorrido comício no Pacaembu, em São Paulo. O prestígio do legendário comandante da Coluna Prestes estava no ápice.[66]

Este clima repercutiu no movimento sindical com a retomada das sucessivas greves pelos trabalhadores das diversas categorias. Mas a frágil democracia conquistada nos anos 40 mostrara-se incapaz de absorver as lutas dos trabalhadores e suas demandas sociais. Os sonhos e ilusões logo seriam frustrados. Apesar da política de conciliação de classes e de união nacional, o Partido Comunista foi colocado na ilegalidade e os espaços para a militância à esquerda se restringiram.[67] O governo Dutra decretou o fechamento das sedes do Partido Comunista, colocou na ilegalidade a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e desencadeou uma onda repressiva contra os sindicatos. O próximo passo seria a cassação dos mandatos dos eleitos pela legenda comunista. O dado novo que explica essa inflexão é a mudança na conjuntura internacional: a eclosão da Guerra Fria.

Foi neste contexto social e político que o jovem Tragtenberg entrou no Partido Comunista, sua primeira experiência política organizada. A adesão se deu na fase de ascensão, quando se vivia a euforia do fim do Estado Novo e o início da redemocratização. A proximidade da sua residência com a sede do PC, que funcionava na rua Belém, a poucos metros da rua Catumbi, onde morava, facilitou o seu engajamento no partido, atraído pelas discussões dos problemas sociais e por visualizar um quadro de referências muito diferente daquele que encontrava na família.[68] Na sua fala, podemos observar as influências que determinaram sua filiação ao PCB:

---

da ordem, da paz e da união nacional? Ao contrário, não terá razão o Sr. Getúlio Vargas ao afirmar que o seu dever é manter a ordem para levar o país a eleições livres e honestas e entregar o poder ao eleito da Nação? Sua saída do poder nesse momento seria uma deserção e uma traição que não contribuiria de forma alguma para a união nacional; pelo contrário, despertaria novas esperanças entre os fascistas e reacionários e aumentaria as dificuldades, tornando mais ameaçador o perigo de golpe de estado e de guerra civil. Assim como em agosto de 1942 voltou-se o nosso povo para o Sr. Getúlio Vargas, na esperança de que o antigo chefe do movimento popular de 1930 quisesse dirigi-lo na luta de morte contra o agressor nazista, o que nosso povo espera agora do Sr. Getúlio Vargas, prestigiado como está pela vitória das nossas armas na Itália, são eleições realmente livres e honestas. Este o seu dever de homem e de cidadão. Apesar de todas as divergências políticas que já nos separaram de Sua Excelência, contra cujo governo já lutamos de armas na mão, não temos o direito de duvidar do patriotismo do chefe da Nação."

[66] Nas eleições, realizadas em dezembro de 1945, o PCB elegeu 14 deputados federais e Prestes, com enorme votação, foi eleito senador pelo Distrito Federal (na época o Rio de Janeiro). Um ilustre desconhecido, Yedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis (RJ), que nem pertencia aos seus quadros, obteve 10% dos votos na eleição presidencial.

[67] O registro legal do Partido Comunista do Brasil foi cassado pelo TSE em 07 de maio de 1947. A votação foi de 3 votos a 2.

[68] Havia também, em frente ao PC, a sede do *Partido de Representação Popular*, de inspiração ideológica integralista.

> “Perto da minha casa, na rua Belém, o PCB alugara um quarteirão onde se instalara a sede de seu comitê estadual. (...) Foi lá que, na venda da esquina da rua Catumbi com a Ivinhema, encontrei um operário espanhol com o inevitável bigode, que, olhando minha aparência mirrada – na época o meu apelido social era Gandhi, tal a magreza – “Oh! Rapaz, queres ficar forte? Entre para o PCB.” Contribuiu para a mesma tendência um sapateiro espanhol, meu vizinho, que entre um prego e outro na sola do sapatão discorria sobre reforma agrária, o que fora a guerra civil espanhola e a importância do PCB.” (MMT: 12)[69]

Tragtenberg passou então a integrar uma célula do partido, que funcionava no bairro do Belém, composta por quatro pessoas: ele, um operário têxtil, um pedreiro e uma dona de casa. Suas tarefas eram pichar muros, colar cartazes, participar na organização de comícios políticos e fazer as leituras indicadas imperativamente pela direção partidária. “Nas reuniões, o secretário político trazia um resumo do jornal *O Estado de S. Paulo* e, assim, considerava cumprida a missão de informar em nível nacional e internacional o seu grupo”, recordou. (Id.)

Naquela época, Tragtenberg trabalhava como *office-boy* num laboratório farmacêutico na rua Catumbi. Foi então que ele conheceu um motorneiro que fazia a linha Belém-Praça da Sé. Era um bonde “cara-dura”, assim chamado porque indicava, num cartaz, o uso preferencial: “Bonde para Operários”. Enquanto tal, a passagem custava metade do valor cobrado no bonde comum. “Entre uma viagem e outra, eu colocava o caixote de medicamentos junto à direção do bonde, sentava e ouvia ele [o motorneiro] discorrer sobre o projeto socialista, a exuberância do potencial da URSS e o “grande Stalin” condutor dos povos”, relata. (Id.: 12-13)

A experiência com o PCB não durou muito. Maurício não se adaptou à rigorosa disciplina partidária, que, em tempos de preponderante cultura stalinista, proibia inclusive a convivência com militantes de outras correntes de esquerda, como os trotskistas, considerados inimigos da classe operária.[70]. Por outro lado, ele foi ingênuo o

---

[69] Este sapateiro chegou a lhe passar alguns livros. Em sua autobiografia, Maurício Tragtenberg fornece mais detalhes: “Perto de casa, tinha uma sapataria. De manhã, eu ficava lá conversando com o sapateiro. E ele, entre um prego e outro, falava da reforma agrária, do problema da terra. Era de origem espanhola, participou das lutas da Espanha e das greves do começo do século. Me explicava o que foi a guerra civil da Espanha e tal.” (MT, 1999: 25)

[70] Como mostra KAREPOVS e MARQUES NETO (In: RIDENTI & REIS F., 2002: 111), esta política têm origens na cisão internacional entre o stalinismo e o trotskismo. Desde então, “os partidos comunistas incorporaram em seu ideário uma lógica de defesa incondicional própria a um Estado, no qual os militantes em divergência eram transformados em inimigos, sujeitos às mais diversas sanções, desde a expulsão até a morte”. É comum verificarmos estes procedimentos em depoimentos dos militantes deste período. Lélia ABRAMO (1997: 58-59), por exemplo, conta como, ainda na década de 1930, viveu um amor impossível, pelo simples fato de que ela militava numa organização trotskista (a Liga Internacionalista Trotskista, liderada por Mário Pedrosa) e ele era militante do PCB. A direção do partido chegou a discutir o caso e ameaçou expulsar o seu amado se ele assumisse o namoro; ou, do contrário, ela teria que abandonar a Liga Internacionalista. Mesmo com o casamento marcado, romperam: “Ele optou por acatar a decisão do PCB. Aliás, eu mesma não aceitaria que ele fizesse o sacrifício de deixar a

suficiente para acreditar que havia espaço para discutir as divergências e expôs suas críticas à linha política de união nacional. Ficou sem ambiente e afastou-se do partido. Mas, embora curta, a passagem pelo PCB o marcará por toda a vida. Sua crítica à militância em partidos carrega esta marca.

Em muitos casos, em especial naquela conjuntura, aderir ao Partido Comunista significa ancorar um projeto de vida vinculado à utopia da transformação social. Muitas vezes, romper com o partido que parece encarnar os sonhos, é um processo traumático. Não esqueçamos também que à época prevalecia o mito do partido único revolucionário. O PCB arrogava-se o monopólio da verdade revolucionária; os de fora, mesmo à esquerda, eram considerados trânsfugas, traidores da classe operária, hereges que mereciam a excomunhão.

Maurício viu no partido, como é comum aos jovens que aderem às organizações de esquerda, um modo de lutar pelo que acreditava. A ruptura deixou-o deprimido. Por outro lado, esta experiência permitiu-lhe estabelecer contatos não apenas internamente ao partido, mas com outras pessoas de diferentes correntes ideológicas, em especial os trotskistas e abriu espaços para outros universos. Tudo isso lhe permitiu acumular um certo capital cultural e ajudou-o a superar a defasagem quanto à educação formal. "Eu só tinha feito o primário, não tinha feito o ginásio. Havia esse hiato entre o primário e a universidade. Como é que, na minha vida, esse hiato foi preenchido? Foi através desse tipo de capital cultural criado através do bairro, do contato com o pessoal do Partido", reconhece Tragtenberg. (MT, 1999: 44) Sem dúvida, o partido representou uma das suas *universidades*. Ele encontraria outras *universidades* que o ajudariam a superar a defasagem em termos de ensino formal.

A ruptura aproximou-o ainda mais do trotskismo – com o qual já flertava através da freqüência à Galeria Prestes Maia, na Praça do Patriarca, centro da capital paulistana. Era a *Universidade Livre*, reunião de populares e militantes autodidatas, anarquistas,

---

militância no partido. E ele jamais aceitaria que eu abandonasse minha militância no partido trotskista. Tínhamos nossas ideologias, a elas pertencíamos", sentencia. Também Florestan FERNANDES relata como, na década de 40, as divergências eram tratadas. "Para mim foi um choque o ostracismo a que os companheiros marxistas nos condenaram, pois pessoas com as quais eu convivia de maneira muito fraterna, de uma hora para outra passaram a nem me cumprimentar". (Entrevista à **Nova Escrita Ensaio**, ano IV, nº 8, 1980, pp. 18-19). Talvez o caso mais aberrante desta concepção política, fundada na relação amigo/inimigo, seja a eliminação dos anarquistas e trotskistas na Guerra Civil Espanhola. As relações no seio da esquerda são por demais complexas para serem analisadas aqui. Mas, com certeza, tanto no passado como no presente, encontramos vários exemplos da deterioração das relações humanas entre os que, sinceramente ou não, pretendem mudar o mundo. É um caso de psicologia política. Mas também, a sociologia nos ajuda a compreender. (Ver: BOURDIEU, 1998: 160-76)

socialistas, comunistas, trotskistas e até mesmo integralistas, que, ao ar livre, debatiam sobre temas políticos e sociais, como o papel do stalinismo na Guerra Civil Espanhola (1936-39), os rumos tomados pela Revolução Russa e a política do PCB de conciliação com a burguesia nacional e com Getúlio. "Foi aí que soube pela primeira vez, através do vidreiro Domingos Taveira, militante sindical, o que fora a Revolução Russa, como fora esmagada a Oposição Operária, fundada por Kollontai, pelo governo Lenin-Trotsky", escreveu. (MMT: 13)

Em meio à aglomeração popular, na Prestes Maia, um jovem, muito magro, cuja indumentária denunciava a sua condição social, interrompe o discurso de um senhor, que bem que poderia ser seu pai: "O camarada me concede um aparte?" Concedido: o adolescente expôs então as suas idéias. Outros apartes, em outras oportunidades, seriam solicitados. O jovem atraiu as atenções, por sua inteligência e o discurso articulado. O senhor, que ficara maravilhado, era Hermínio Sacchetta; o jovem era Maurício Tragtenberg. Iniciava-se assim um relacionamento que durou por décadas.

A influência do *Velho*, como carinhosamente era tratado Hermínio Sacchetta, cravou forte sobre a personalidade e a formação política do adolescente Tragtenberg, e perdurou em sua maturidade. Quando da morte do *Velho*, em 28 de outubro de 1982, Maurício escreveu:

> "Sob influxo do "Velho", líamos e fazíamos a crítica dos clássicos do bolchevismo, sem perder de vista que a realização de um projeto socialista não passa pela mera substituição de homens no poder do Estado, mas na ruptura com as formas de exploração e dominação existentes. Mais ainda, ensinara-nos o "Velho": a pessoa é mais importante que qualquer cargo, daí a rejeição à corrida ao sucesso e a gloríola fácil com que o sistema premia os heróis sem caráter, os macunaímas diplomados pelas universidades, os assessores da dominação." (In SACCHETTA, 1992: 160)[71]

O testemunho de Maurício Tragtenberg, um tributo de gratidão àquele considerado por ele como um *pai social*, não deixa dúvidas quanto à intensidade do relacionamento de amizade e companheirismo. "Já dizia Freud que a maior perda do ser humano é a morte de seu pai. É o que sinto com a morte de Hermínio Sacchetta, com quem formei minha visão de mundo. Seu desaparecimento é uma perda irreparável". (Id.: 160-61)

Sob a influência do *Velho*, Tragtenberg aderiu ao Partido Socialista Revolucionário (PSR), ligado à IV Internacional, um grupúsculo composto

---

[71] Trata-se do artigo "Hermínio Sacchetta, uma perda de todos", publicado na *Folha de S. Paulo*, em 02 de novembro de 1982.

essencialmente por intelectuais, frágil na atuação legal, a chamada frente de massas, e com uma ação subversiva confinada aos seus quadros, mas que permitia um intenso convívio, propício ao desenvolvimento político e intelectual.[72] Florestan, que também sob o influxo do *Velho* aderira ao PSR, testemunha:

> "Os debates eram sérios e profundos; a documentação externa, vinda do movimento internacional, alargava as visões dos problemas da revolução mundial e dos seus entraves. Era nisto e nos lançamentos da Editora Flama que se concentravam os verdadeiros vínculos com a aprendizagem marxista e o processo revolucionário como aspiração política decisiva." (In: id.: 77)

Para Florestan Fernandes, essa experiência funcionou como uma espécie de micro-universidade, estimulando-o a, por conta própria, estudar o jovem Marx.[73]

O ambiente gerado por este tipo de participação política, que acaba voltando-se para os intermináveis debates internos sobre questões tão díspares que vão da política nacional à caracterização do processo revolucionário na URSS, pode parecer estéril e enfadonho. Contudo, um dos seus subprodutos é o aprendizado político, resultante das leituras e discussões, exigidas pelas necessidades de se contrapor ideologicamente aos grupos rivais. Sem dúvida, o convívio com Sacchetta e os trotskistas representou para Tragtenberg uma das suas *universidades*, levando-o a ler textos clássicos sem a intermediação de intérpretes.

Outra das suas *universidades* foi o Partido Socialista Brasileiro (PSB), um dos focos de difusão cultural e política desta época, cuja sede central funcionava no edifício

---

[72] O PSR foi fundado em agosto de 1939, numa pequena propriedade, na área rural da cidade de Guarulhos (SP). Suas origens estão na cisão do Comitê Regional do PCB, em São Paulo, liderada por Hermínio Sacchetta e Heitor Ferreira Lima. Como era comum à época, os dissidentes foram acusados de trotskistas e, portanto, de traidores e inimigos da classe operária. Não era verdade. Mas, no processo de ruptura, vários deles se aproximam do trotskismo que, no período, estava agrupado em torno do Partido Operário Leninista (POL), enfraquecido devido a uma crise interna e por causa da repressão do governo Vargas. As conversações levadas entre o representante do POL, Febus Gikovate, que viajara do Rio de Janeiro a São Paulo, com o grupo de Sacchetta, levaram à fusão e formação do PSR. Este representaria a segunda geração de trotskistas brasileiros. O PSR, de outubro de 1946 a janeiro de 1948, editou o jornal *Orientação Socialista*. (Pedro Roberto FERREIRA (1989), sob orientação do Maurício, fez o seu mestrado sobre o jornal). O PSR se dissolveu em 1952, quando Hermínio Sacchetta rompeu com o Bureau Internacional, devido às divergências com a orientação política 'pablista", que preconizava o *entrismo* nos partidos comunistas.

[73] Florestan nasceu em 1920 sendo, portanto, nove anos mais velho do que Tragtenberg e, nessa época, ao contrário deste, já havia ingressado na vida acadêmica: concluíra o curso de Ciências Sociais e era professor assistente da Cadeira de Sociologia II na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e aluno de pós-graduação da Escola Livre de Sociologia e Política. Em 1947, tornou-se Mestre em Ciências Sociais (Antropologia), com a dissertação *A Organização Social dos Tupinambás*. Mas, com resistências. Maurício relata que ele e um grupo de jovens questionaram o jovem sociólogo: "Como você pode estudar Tupinambás com tantos problemas mais urgentes?" Nesta fase, Florestan vivia pesquisando na Biblioteca Municipal. Ele foi um dos que orientou as leituras de Tragtenberg, inclusive dando-lhe um manual de sociologia, uma edição espanhola, cujo autor era Morris Guinsberg. (MT, 1999: 50 e 53)

Santa Helena, na Praça da Sé.[74] Foi na sede do PSB que Maurício Tragtenberg conheceu Antonio Candido, Aziz Simão e Paul Singer, entre outros. O Prof. Antonio Candido relembra: "Conversávamos bastante e às vezes perambulávamos tarde da noite pelas ruas, então sossegadas do centro". (In: SILVA e MARRACH, 2001: 27)

Tragtenberg não era filiado ao partido, apenas freqüentava os cursos ministrados nos finais de semana – cursos como História do Brasil, por Antonio Candido; e, sobre sindicalismo e a burocracia, com Aziz Simão.[75] A freqüência nestes cursos também contribuiu para o acúmulo de certo capital cultural e social, a partir do relacionamento com intelectuais proeminentes. Porém, Maurício era cético em relação às potencialidades do PSB:

> "A princípio, eu achava o Partido Socialista meio babaca, porque o programa dele era eleitoralista, o voto era tudo. Falava muito de democracia, mas não tinha operário, só tinha intelectual e um chamado grupo de centro. Esse grupo era uma espécie de cabeça socialista. Rogê Ferreira, Oliveiros Ferreira, Aziz Simão, o Febus Gikovate. (...) Mas o programa do Partido Socialista de 1945, era um programa do Partido Socialista de 1926." (MT, 1999: 31)[76]

Com a aproximação com os socialistas, Maurício aprofundou o estudo sobre os clássicos do marxismo e tomou conhecimento dos descaminhos do bolchevismo. Nesta fase, também conheceu a história da revolução camponesa liderada por Makhno e sobre o que aconteceu com os marinheiros de Kronstadt. Já então, o tema da burocracia lhe fascinava.

---

[74] O PSB surgiu a partir da iniciativa de um grupo de intelectuais que, em 1945, logo após o término da II Guerra Mundial e a queda da ditadura getulista, formaram a *Esquerda Democrática* (EA) – esta, em 1947, por iniciativa da seção paulista, adotaria o nome de Partido Socialista Brasileiro. Com a participação de Antonio Candido, Febus Gikovate, Paulo Emílio, João Mangabeira, Domingos Velasco, Hermes Lima, Alípio Corrêa Neto e outros, a Esquerda Democrática teve a adesão de vários intelectuais de outros Estados da federação. O maior mérito deste agrupamento foi o de oferecer uma alternativa política à hegemonia do comunismo (representado pelo PCB) e do trabalhismo (o PTB, criado por Getúlio Vargas). A Esquerda Democrática, em especial sua seção paulista, liderada por Antonio Candido, Febus Gikovate e outros, representou o resgate do socialismo democrático, formulando uma crítica teórica ao stalinismo. É interessante o paralelismo entre o PSB desta época e o PT nos anos 80: como aquele, o PT surge enquanto crítica à política tradicional, da esquerda ou da direita, e resgatando os valores de uma concepção socialista-democrática. Paul Singer chama a atenção para o fato dos líderes proeminentes do velho PSB (Antonio Candido, Fúlvio e Perseu Abramo, Mario Pedrosa, Sérgio Buarque de Holanda e tantos outros), terem se reencontrado na fundação do PT. "O que Fúlvio, Febus, Antonio Candido, Paulo Emílio queriam criar em 1945, Lula, Olívio Dutra, Jacó Bittar, Hélio Bicudo e muitos outros conseguimos criar em 1980", afirmou. (Ver o depoimento de Paul Singer in: AGUIAR, 1999: 170-75)

[75] Tragtenberg registra, com orgulho, que Aziz Simão, nestes cursos, lhe deu o primeiro livro de nível universitário: *História Econômica e Social da Idade Média,* de Henri Pirenne.

[76] O PSB, como nota VIEIRA (In: RIDENTI & REIS F., 2002: 157-58), não se afirmava como um partido marxista. Seu lema era "socialismo e liberdade". Ele reconhecia tanto as contribuições da doutrina socialista quanto as "conquistas democrático-liberais", ainda que as considerasse insuficientes; ele não professava uma ideologia, uma doutrina filosófica, reconhecendo o direito dos seus filiados seguirem o que ditasse a consciência; afirmava se pautar por métodos democráticos de luta política. "O Partido não se destina a lutar pelos interesses exclusivos de uma classe, mas pelos de todos os que vivem do próprio trabalho" (Artigo XI). O PSB daquele período transitava entre o liberalismo e o socialismo.

Nas raízes da formação libertária de Tragtenberg temos que incluir a influência de Aziz Simão. Foi ele quem iniciou Maurício nas leituras de cunho anarquista, estimulando-o a ler a obra de Proudhon: "Aziz me mostrou que existia Proudhon, que era um pensador que tinha uma visão diferente da que se conhecia na época, nos partidos marxistas, e que era importante conhecer". (Id.: 50)

Nesta época, Tragtenberg militava no trotskismo e lia obras pertinentes a esta corrente política – também sob a influência de Florestan Fernandes. A partir das leituras proudhonianas, ele passou a questionar o doutrinarismo trotskista e começou a vê-lo como um "stalinismo mais intelectualizado", enquanto "uma espécie de dogmatismo mais elaborado". (Id.) Aprofundar-se-ia, então, o processo de negação da militância em partidos e organizações, iniciado com a experiência e a crítica ao PC.

Com a sinceridade que lhe era peculiar – mas também com a impetuosidade própria dos jovens que se imaginam descobridores do mundo – partilhou suas dúvidas com o *Velho*. Quando este o ouviu argumentar que o trotskismo, considerado estruturalmente, era "apenas o stalinismo com consciência ideológica", ficou furioso e por cerca de dois anos rompeu as relações com Tragtenberg. Só se reaproximou quando passou a valorizar o pensamento de Rosa Luxemburgo e a crítica ao bolchevismo.(Id.)

Por volta de 1956, convertido ao luxemburguismo, Hermínio Sacchetta e outros intelectuais, em sua maioria jovens estudantes (Alberto Luiz da Rocha Barros[77], Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, Michael Löwy, Paul Singer, os irmãos Emir e Eder Sader etc.), decidiram criar a *Liga Socialista Independente (LSI)*. Esta organização se pretendia revolucionária e marxista, anti-stalinista e crítica ao bolchevismo. Em depoimento sobre Tragtenberg, Löwy afirma:

> "... Maurício e eu participamos (...) da fundação de uma pequena organização que se reclamava das idéias do socialismo revolucionário e democrático de Rosa Luxemburg: a Liga Socialista Independente. Éramos, como de diz em bom português clássico, "meia dúzia de gatos pingados", mas bem decididos a acabar com a exploração capitalista no Brasil... Maurício investiu sua excepcional cultura socialista e suas convicções éticas e políticas no trabalho coletivo de redação do Programa da Liga e de seus primeiros documentos. Mas depois de algum tempo, cansado dos intermináveis debates sobre a natureza da URSS – coletivismo burocrático ou capitalismo de Estado? - , acabou se afastando, embora continuasse a simpatizar com a pequena – minúscula seria mais preciso - organização e a ajudá-la". (In: SILVA e MARRACH, 2001: 32)[78]

[77] Alberto Luiz da Rocha Barros, o Rochinha, faleceu em 30 de janeiro de 1990. Na *Revista ADUSP*, nº 17, de junho de 1999, o prof. Osvaldo Coggiola homenageou-o, rememorando a sua trajetória como militante e intelectual. Ele foi um dos articuladores da Associação dos Docentes da USP (ADUSP).

[78] LÖWY, em depoimento sobre Sacchetta, também se refere à participação de Maurício Tragtenberg nesta experiência. (Ver: SACCHETTA, 1992: 81). Em entrevista, por *email*, Löwy afirmou: "se bem me lembro, o Sacchetta era partidário da teoria segundo a qual a URSS era uma forma de capitalismo de

Bem antes do surgimento da LSI, ainda na segunda metade dos anos 40, Maurício lera Rosa Luxemburgo e simpatizara com suas teses. O contato com a obra luxemburguista se deu a partir do jornal *Vanguarda Socialista*[79], editado por Mário Pedrosa, e através da sua convivência com a família Abramo, outra das suas *universidades*.

Em 1989, no seminário sobre Rosa Luxemburgo, promovido pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Marília, Tragtenberg relembrou a influência da vertente luxemburguista em sua formação:

> "Às vezes fico pensando em que medida temos tantos viúvos de Rosa Luxemburgo. (...) Comecei a me interessar pelos malditos eternos problemas, como dizia Dostoiévski, em 45 ou 46. Quando caiu a ditadura Vargas, eu era mocinho e autodidata; comprava um jornal em São Paulo, na Praça da Sé, um semanário chamado *Vanguarda Socialista*, editado pelo Mário Pedrosa, que depois ia ser um dos fundadores do PT. Era um jornal incrível. Naquela época colaboravam Karl Korsch e James Farrow. (...) A *Revolução Russa* e as "Questões de organização da social-democracia", textos de Rosa, apareciam ao lado de trabalhos de Bukharin, Hilferding e Kautsky. E a gente se punha a par dos grandes dilemas do marxismo." (1991b: 37)

Os Abramo eram uma família internacionalista e socialista. Com eles, Maurício teve a possibilidade de conhecer o idioma e a cultura italiana e entrou em contato com a literatura não bolchevista. "Comecei a me interessar em estudar a obra política de Rosa de Luxemburgo e de outros autores considerados malditos", frisou. (MT, 1999: 30)

---

estado, enquanto que o Maurício e o Paul Singer defendiam a tese do coletivismo burocrático (formulada por Max Schachtmann, trotskista dissidente dos Estados Unidos). Acho que o Maurício perdeu a paciência com o caráter um pouco bizantino desta discussão interminável". (29.09.02) Moniz Bandeira, que também participou da formação da LSI, em depoimento por *email* (28.07.2002), afirmou: "Em abril de 1956, quando estava em São Paulo, decidimos, Sacchetta, eu e meu primo Alberto Luis da Rocha Barros, professor de física quântica na USP (assistente de Mario Schemberg), fundar a Liga Socialista Independente, que repulsava o bolchevismo, adotando as posições de Rosa Luxemburg, e conceituava a URSS como um capitalismo de Estado. Maurício Tragtenberg não quis aderir à LSI, na qual entrou Paulo Singer e na qual se formaram Michael Löwy, Eder e Emir Sader". Não há contradição entre os depoimentos. O que ocorre é que Maurício Tragtenberg contribuiu à sua maneira, sem engajar-se plenamente. Moniz Bandeira, frisa que Sacchetta estava em contato com MT, e que este estava relutante. "Sacchetta dizia que ele [Tragtenberg] "borboleteava", ou seja, porque conversava, estava conosco, mas não se engajava", recordou Bandeira. (Depoimento por *email*, em 23.08.2002)

[79] Isabel LOUREIRO conta que Maurício Tragtenberg tinha todos os números deste jornal e que, "com toda a generosidade que lhe era peculiar", colocou-os à sua disposição. Ela pesquisava o jornal *Vanguarda Socialista*, tema de mestrado, e entrevistou-o sobre o PSB. "E ele contou uma série de histórias divertidas e por vezes não muito abonadoras a respeito dos socialistas de São Paulo, que, no seu entender, não eram suficientemente radicais", disse. Na mesma época, ela entrevistou o médico Febus Gikovate, o qual "tinha uma visão engraçada do Maurício jovem, na época de seus 17, 18 anos. Ele dizia: "Aquele Maurício Tragtenberg vinha para o Partido Socialista para fazer entrismo". E perguntava o que teria acontecido com ele, cuja trajetória não acompanhava. Quando lhe disse que Maurício Tragtenberg estava na universidade e que era uma pessoa importante, ele se espantou." Ela considera provável que o primeiro contato de Maurício com o pensamento de Rosa Luxemburgo tenha se dado através das páginas do *Vanguarda Socialista*, que, à época, "publicava textos inacessíveis à esquerda brasileira, como o opúsculo de Rosa Luxemburgo, *A Revolução Russa*". LOUREIRO observa que Mário Pedrosa retornou ao Brasil, logo após o término da II Guerra, já crítico do trotskismo. Foi ele que traduziu este livro de Luxemburgo – ainda inédito no Brasil. (In: SILVA e MARRACH, 2001: 86-87)

Tragtenberg fez questão de registrar o imenso carinho que sentia por esta família, a qual o acolheu e abriu novos horizontes em sua vida. Em depoimento sobre Maurício, Lélia Abramo recordou que ele:

> "vivia lendo, consultando livros; era um fanático para aprender, para saber, para conhecer, essa era uma característica de sua personalidade. Meus irmãos souberam aconselhá-lo nas primeiras leituras e começaram a lhe emprestar livros antes de ele ser freqüentador assíduo da Biblioteca Mário de Andrade, que, naquela época, era a maior da cidade de São Paulo." (In: SILVA e MARRACH, 2001: 24-25) [80]

Maurício registra ainda o contato com a família Tomazini (ligada ao PC). "Por meio deles, comecei a entrar no mundo da música, no sentido da música erudita e a aprender muita coisa". Ele também lembrou de "um pessoal de origem italiana, ligada ao Oreste Ettore, que tinha feito uns dois jornais anarquistas italianos em Curitiba, junto com o Gigi Damiani". (MT, 1999: 31)

Tragtenberg passara a freqüentar a Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Nesta fase, ele trabalhava como escriturário no Departamento de Águas, na Secretaria de Obras Públicas. Foi neste emprego que ele teve contato com a burocracia e percebeu o ritualismo da instituição, o peso do formalismo, dos títulos, enquanto elementos significantes de *status* e fundamentos do discurso da autoridade. Tragtenberg verificou que o "estamento de engenheiros só atendia alguém se esse usasse o tratamento de "Doutor"; e, observou como a situação funcional do indivíduo dependia de relações de apadrinhamento, isto é, a quem este se encontrava ligado e qual era o *status* do seu protetor. "Você trabalhava ou ficava na ociosidade, dependendo do prestígio do seu "padrinho", afirmou. (MMT: 14)

Maurício trabalhava das 12:00hs às 18:00hs, e freqüentava a biblioteca às manhãs. Devido ao tipo de serviço que fazia tinha tempo livre, o que lhe dava condições de, sempre que possível, dar umas escapadinhas e ir à biblioteca, voltando no horário de saída para bater o ponto. À noite, lá estava Tragtenberg novamente na Biblioteca Mário de Andrade: lendo, estudando, circulando por suas salas, em torno da Minerva, a deusa da sabedoria, no meio do saguão. Eram cerca de seis a oito horas de estudos por dia.

---

[80] Lélia ABRAMO (1997: 50), relata que seu avô, Bortolo Scarmagnan, era anarquista. Ele pedia para que ela, com 8 ou 9 anos de idade, lesse para ele, em italiano, autores e jornais anarquistas. Sua família sempre teve acesso aos livros, à cultura. Na biblioteca do seu pai enfileiravam-se títulos dos maiores escritores ocidentais e, humanista, seu pai transmitiu à prole "sentimentos de solidariedade, rigor ético e desprezo pelo dinheiro". (Id.: 24). Vários membros da família Abramo tiveram – e tem – destacada atividade política e cultural. Uma família hospitaleira e um rico ambiente cultural e político. Eis as condições encontradas por Maurício. Lélia fornece elementos que nos permitem compreender a estrutura e cotidiano familiar e, também, porque esta convivência foi tão especial na vida de Tragtenberg.

Ele devorava os livros. A sede de saber o levava a transitar por todas as áreas do conhecimento humano. Autodidata, lia conforme o despertar do interesse: filosofia, história, política, poesias e romances. Mas logo passou a ler sob a orientação de Antonio Candido, Aziz Simão, Florestan Fernandes e outras pessoas que freqüentavam os mesmos ambientes e tinham uma atitude favorável à organização das leituras. Maurício era apaixonado por literatura: quando desejava descansar das áridas leituras sociológicas e políticas lia um romance. Na literatura ele se reencontrava com sua subjetividade, a essência do ser e os dilemas humanos.[81]

Num artigo publicado, com o sugestivo título *A importância da literatura para o homem de cultura universitária, qualquer que seja sua especialização*[82], Maurício demonstra seu amor à literatura:

> "De todas as formas de arte a literatura é a mais próxima da vida e a mais sintética, pois reúne a arquitetura, quando no processo de composição do romance, a música, na estrutura melódica da frase, a pintura, no traçar o caráter dos personagens, a filosofia, ao definir seus ideais de vida. Daí sua importância para a cultura."

Em 1962, publicou um artigo sobre Franz Kafka, iniciando a sua reflexão sobre a dominação. Através da obra kafkiana, ele analisará os processos autoritários e a questão da autoridade, tema recorrente ao longo da sua vida.[83]

Na biblioteca Maurício conheceu pessoas já famosas e outras que se tornariam conhecidas no meio intelectual, artístico e político.[84] Ele se somava aos autodidatas que

---

[81] VALVERDE (2001: 61-62) afirma que Maurício "iniciara o conhecimento do grande mundo", através da literatura. Tragtenberg lia desde a adolescência. Com isto, ele também aliviava "outra parte do superego: a tendência familiar, digamos, mais mercantil".

[82] Este artigo foi publicado na *Revista de História*, nº 44. Premiado no Concurso Nacional de Literatura para universitários, instituído pelo Ministério de Educação e Cultura e pela revista O Cruzeiro – Prêmio Graciliano Ramos – conforme publicação em 02.01.1960.

[83] O artigo – *Franz Kafka, o romancista do absurdo* – foi publicado como Separata da *Revista Alfa*, nº 1, do Departamento de Letras (FFCL de Marília). Este trabalho foi escrito quando Tragtenberg era acadêmico na USP. É parte da sua reflexão sobre a dominação, à qual deu continuidade a partir do estudo da obra de Max Weber, e tornou-se o *leitmotiv* da sua obra intelectual. Analisaremos adiante...

[84] "A "Turma da Biblioteca", escreveu Gilberto de Mello KUJAWSKI, "não obstante sua parolice, lia bastante. Pelo seu recinto circulavam leitores de freqüência diária, alguns bastante curiosos, tipos excêntricos e solitários, de poucas palavras, absortos em alfarrábios eruditos. Alguns gostavam de fazer discursos nos corredores, ou no saguão, sobre a importância da cultura". (*JT*, 11.12.1998) Também o Prof. Leon Frejda Szklarawosky, recorda da convivência com Maurício na Biblioteca Mário de Andrade: "... Conheci Maurício, rapaz pobre, esguio, às vezes triste, com o olhar longínquo em busca de algo que não conseguia alcançar. Não pudera estudar, em curso regular, como qualquer outro menino de sua idade, da classe média baixa, mas não deixava por menos. Estudava. Pesquisava. Meditava. Escrevia. Não dava trégua à sua inteligência aguçada, à sua imaginação fértil. Seu espírito inquieto e indomável conduzia-o para um universo até então desconhecido e, mergulhado nos livros, que lhe alimentavam a alma faminta e atiçava sua inteligência e a imaginação criadora, não se deixava dominar pelas adversidades. Pelo contrário, encontrava forças inesperadas e rompia o silêncio na busca desvairada da verdade, não importa onde estivesse. Foi um bravo, um lutador, um gigante, um exemplo de vida". (Publicado in *Nave da Palavra*, edição nº 25, de 31.03.00. Site: http://www.navedapalavra.com.br/cronicas/mauricio.htm)

freqüentavam este espaço público para se embeberem de conhecimento, mesclando-se com estudantes e professores.[85] Formara-se o *grupo da biblioteca*, composto por: Silvia Leser, Bento Prado Jr., Aracy Martins Rodrigues, Carlos Henrique Escobar, Flávio Rangel, Antunes Filho, Maria Lúcia Monet, Leôncio Martins Rodrigues, Cláudio Lemos e outros.[86] "Lia-se de tudo, de Aristóteles a Spengler, passando por Fernando Pessoa, Sá Carneiro e José Régio". (MMT: 15)

A *Turma da Biblioteca* se dividia em dois grupos rivais: a *Canalha Literária* e a *Canalha Científica*. Eles divergiam quanto aos interesses em relação ao saber: os do primeiro grupo se interessavam por poesia, temas literários, filosóficos, sociais e políticos; os outros, ligados à engenharia, física, medicina etc., falavam "de pontes e construções". Os da *Canalha Literária* achavam os outros "incolores"; já estes eram da opinião de que os primeiros não funcionavam bem da cachola. Resultado: as meninas de um grupo não conversavam com os rapazes do outro grupo e vice-versa. Tragtenberg, é claro, estava entre os 'loucos'. (MT, 1999: 52) "Foi o melhor período da minha vida!", diria ele anos depois. (Id.: 49) De fato, a biblioteca era a sua segunda casa. Sua dedicação aos estudos nesse espaço durou anos e foi uma verdadeira universidade em sua vida.

Foi ainda jovem, autodidata, repleto de leituras acumuladas, após beber em fontes stalinistas, trotskistas e socialistas, que Tragtenberg passou a freqüentar outra das *universidades* que marcariam sua trajetória intelectual e política: trata-se do seu convívio com militantes que haviam participado da Guerra Civil Espanhola e que, no Brasil, participaram da criação de centros culturais como o Centro Republicano Espanhol (anti-franquista), o Centro Catalão e o Centro de Cultura Social. Todos estes centros tinham bibliotecas.

---

[85] A profª Célia Nunes Galvão Quirino do Santos, em depoimento a FREITAS (1993: 95-96), confirma o hábito desta geração em freqüentar a Biblioteca Municipal, a qual, afirma ela, "era parte da nossa vida".

[86] Em entrevista à *Folha de S. Paulo* (25.06.00), Bento Prado Jr. ressaltou a importância da Biblioteca Mário de Andrade e fez referência ao Maurício: "Em 1954, passei a freqüentar a Biblioteca Municipal. Fiquei amigo do pessoal da esquerda anti-stalinista – Maurício Tragtenberg, Del Fiori –, mas também do pessoal de teatro – Manoel Carlos, Flávio Rangel, Fernanda Montenegro, Fernando Torres – e de inúmeros poetas. Maurício me emprestou livros de León Trótski. Entre 54 e 55, começamos a constituir uma juventude no Partido Socialista, da qual fui tesoureiro. Nosso líder e teórico era Paul Singer. Na biblioteca encontrei gente muito parecida comigo. O caldo cultural de então combinava modernismo literário e esquerdismo com certa irresponsabilidade, mas com muita vitalidade. Num artigo que escrevi sobre isso, disse que éramos socialistas, sim, mas com Proust e Kafka. O existencialismo tornou-se o melhor instrumento para substituir o marxismo doutrinário. Fornecia um esquerdismo ideológico mais livre, mais próximo da realidade." Em depoimento mais recente, (*Folha de S. Paulo*, 22.09.02) ele reafirmou a influência da Biblioteca Mário de Andrade para a geração dos anos 1940/50. Outros testemunhos – de Antonio Candido, Marilena Chauí e Roberto Schwarz – confirmam-no.

Os contatos no Centro Catalão levaram Maurício a aprender o idioma da Catalunha e a se interessar pela Espanha revolucionária. Mas sua experiência mais profícua e duradoura ocorreu com o Centro de Cultura Social (CCS). Este centro, remanescente das entidades culturais criadas pelos anarquistas durante a República Velha, foi fundado em janeiro de 1933.[87] Entre os seus fundadores estão Edgard Leuenroth e Pedro Catalo (sapateiro, dramaturgo e autor de peças de teatro). O CCS reunia portugueses, italianos e espanhóis de origem anarquista, muitos deles partícipes da guerra civil na Espanha. Em depoimento a VALVERDE (1996: 286-87), em maio de 1989, Jaime Cubero, autodidata e libertário, falou sobre as origens do CCS:

> "A idéia do Centro origina-se dos Ateneus Libertários.[88] A palavra ateneu vem do grego, *athenáion*, nome que designava as associações de caráter cultural, científico ou literário. Entidades não oficiais de instrução, como academias. O nome também se aplicava ao local onde acorriam as reuniões dessas sociedades".

Jaime Cubero enfatizou a importância atual de entidades como o CCS:

> "Os Centros de Cultura hoje, como os Ateneus ontem, são uma resposta. Desenvolvendo atividade social, no apoio às lutas das comunidades (ecologia, saúde, educação...), participando sempre em prol da autogestão, contra a manipulação dos partidos políticos. Incentivando a cultura e a educação libertária, com palestras, cursos, festas teatros, bibliotecas e tudo que a criatividade, num espaço reprimido, faça germinar. Como a mola mestra é o conhecimento, o Centro é o lugar de troca de idéias, do ensino mútuo, que acaba favorecendo o autodidatismo". (Id.: 299)

Maurício iniciou sua participação no Centro de Cultura Social na segunda metade da década de 1940. Nos debates promovidos pelo CCS, o jovem Tragtenberg, ainda embebido pela dogmática stalinista-trotskista, "enchia o saco" dos militantes anarquistas, os quais tiveram muita paciência com a sua impertinência juvenil. (MT, 1999: 46) Foram recompensados: o jovem Maurício se tornaria um libertário e consolidou relações de amizade (por exemplo com Jaime Cubero), mantendo-se vinculado à proposta política-pedagógica do Centro de Cultura Social e participando das suas atividades.

Tragtenberg ainda inclui em *suas universidades* a convivência com os dominicanos. Em conferência realizada nos anos 1990, em Marília-SP, ele recordou:

---

[87] O Centro de Cultura Social foi fechado em 1937, durante a ditadura Vargas, e, em 1969, no regime militar. Reabriu em 1985. AVELINO (2002), resgata as origens e a história do Centro de Cultura Social, através de depoimentos com militantes das várias gerações. Sua dissertação foi apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e teve a orientação do Prof. Edson Passetti.

[88] Os *Ateneus Libertários* surgiram na Europa, na segunda metade do século XIX, e dedicaram-se a fomentar a cultura entre o proletariado; associações autônomas e livres, cujos princípios fundantes eram o apoio mútuo, a liberdade e a autogestão.

“Eu reencontrei aqui o José Eustáquio Romão, o antigo Frei Estevão, dos dominicanos do Convento das Perdizes, que conheci na década de 1960. Sou autodidata e uma das minhas universidades foi o Convento dos Dominicanos. Eu, como judeu e ateu, freqüentava o Convento dos Dominicanos. E discutia muito nas palestras – me lembro de Flávio Mota, um grande crítico de arte, que também participava. E aprendi muito. Foi a época em que conheci o padre Lebret, que criou o movimento dos padres operários, na França”. (In: SILVA et. al., 1996: 149-150)

A Universidade

As *universidade*s freqüentadas por Maurício Tragtenberg abriram-lhe as portas para a Universidade formal. Sua formação autodidata permitia-lhe navegar por amplas áreas do conhecimento com certa desenvoltura. As pessoas mais próximas reconheciam o seu esforço intelectual e começaram a discutir a possibilidade dele entrar na universidade e fazer um curso regular. Havia então um problema que parecia intransponível: Maurício concluíra apenas o primário e, portanto, não estava habilitado a prestar o vestibular.

Em suas conversas com Tragtenberg, o Prof. Antonio Candido, à época assistente de Sociologia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, estimulou-o a fazer o Curso de Ciências Sociais na USP: “Um dia, na Biblioteca, o Antonio Candido me disse: “Maurício, você gosta de estudar. E há uma lei federal[89] que diz que se você fizer uma monografia e a Congregação aprovar, você tem direito a prestar vestibular na USP”. (MT, 1999: 53)[90]

Fernando de Carvalho[91] conheceu Maurício em 1947 na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, apresentado por Mário Franceschini, que trabalhava com Hermínio Sacchetta na *Folha da Manhã* e era professor de ensino secundário na cidade de Descalvado, interior paulista. Tragtenberg tinha então 17 anos e já havia rompido com o Partido Comunista. O Prof. Fernando de Carvalho relata:

[89] Decreto Lei 8.195 de 20.11.1945 (que dera nova redação a artigos do Decreto-Lei 1.190 de 04.04.1939), nos termos do artigo 31 § 2º Letra ‘d’.

[90] Anos depois, o mestre Antonio Candido recordaria: “Ele [Maurício] não tinha curso secundário, e isso o inabilitava. Mas acabamos por descobrir um dispositivo que facultava o acesso ao exame vestibular a quem apresentasse uma monografia de valor que devia ser aprovada por uma comissão de professores. Ora, o Maurício Tragtenberg era um autodidata aplicadíssimo e já tinha acumulado conhecimentos mais do que suficientes, graças às leituras extensas e intensivas, feitas sobretudo na Biblioteca Municipal”. (In: SILVA e MARRACH, 2001: 27-28) Sobre este episódio, Maurício registrou: “Eu já aumentara de peso e deixara de ser o “Gandhi” [alcunha que ganhou devido à sua acentuada magreza] Foi quando Antonio Candido, no saguão da Biblioteca Municipal, mencionara uma lei federal que permitiria eu apresentar uma monografia na FFCHL da USP, para prestar vestibular e cursar a universidade.” (MMT: 15)

[91] Professor aposentado de Literatura Brasileira da Faculdade de Ciências e Letras (UNESP, Campus de Araraquara-SP) assim titulou o seu depoimento sobre Maurício Tragtenberg: “As pessoas não morrem, ficam encantadas”. (Publicado em SILVA e MARRACH, 2001: 35-47).

> “Fiquei sabendo pela Rute Guimarães (*sic*) que ela tinha entrado para o curso de Letras, graças ao número de contos que tinha publicado, pois não tinha diploma algum. Fomos conversar: Franceschini, como é que se faz? Ele publica alguma coisa? Ele pode escrever alguma coisa e publicar. Publicar como? Agora? Que editora estará disposta a publicar um livro que provavelmente terá pouca vendagem? Naquela época, um livro de teor científico seria pouco vendável. Então um cidadão chamado Norman Potter, presidente do grêmio, resolveu falar com o professor Eurípedes Simões de Paula, então diretor da Faculdade de Ciências e Letras, para que permitisse que a gráfica da Faculdade imprimisse o texto de Maurício. Assim, graças à publicação do livro, Maurício ingressou.” (In: SILVA e MARRACH, 2001: 38) [92]

Maurício passou a se concentrar na tarefa de escrever a monografia. Em alguns meses[93] estava pronto o texto *Por que o socialismo deve vencer?*, síntese das suas leituras até então. O título expressa seu engajamento militante, sua perspectiva de vida e também a inexperiência diante do mundo acadêmico:

> “Aí eu dei para o Antonio Candido ler. Ele falou: “Isso para faculdade, esses termos aqui, toma cuidado que isso não é um manifesto conclamando a nada, isso é um trabalho para a faculdade”, quer dizer gente respeitável, respeitosa, bem vestido, com bons dentes, come três vezes ao dia, gente decente, uns vieram do estrangeiro”. (MT, 1999: 54)

As exigências acadêmicas não escapam à sua verve sarcástica. Mas escutou a voz da experiência. O trabalho foi publicado como um boletim da universidade, o que garantia a chancela oficial (conforme sugestão do Prof. Eurípides), sob o título: *Apontamentos sobre algumas constantes histórico-sociais tendentes à planificação*.[94] Apresentado à universidade, foi nomeado como parecerista o Prof. João da Cruz Costa, autor da *História das Idéias no Brasil*. O parecer foi favorável.

Maurício pôde prestar vestibular e ingressar na Universidade de São Paulo.[95] Sua opção inicial foi o curso de Ciências Sociais. Porém, não se adaptou à rotina escolar, ao sistema de exames e trabalhos e não obteve sucesso em algumas disciplinas. Preferia o estudo solitário, a leitura na biblioteca. Um comentário de Tragtenberg, citado de memória por Fernando de Carvalho, é significativo: “– Na aula de Antropologia tem antropometria, a gente vai lá para medir um crânio? O que é isso? A gente entra na faculdade para aprender isso?” (In: SILVA e MARRACH, 2001: 39)

---

[92] Tragtenberg também cita Ruth Guimarães: “uma romancista negra que se dedicava ao teatro. Ela apresentou um romance, *Água Funda*”. Ele ainda se refere ao conde italiano Cesare Core, que se dedicou à psicanálise, e Armando Ferrari. Eles prestaram o vestibular utilizando o mesmo dispositivo legal. (MT, 1999: 54)

[93] “Resumi em 90 dias o que li naqueles anos todos”, registrou Tragtenberg. (Id.) No *Memorial* ele afirma que estruturou este trabalho em 150 dias. (MMT: 15)

[94] Publicado em 1967, pela Editora Senzala, dirigida por J. Chasin, com o título: *Planificação: desafio para o século XX*. Voltaremos e esta questão no terceiro capítulo.

[95] FREITAS (1993) recupera a história da USP através do depoimento de vários professores. Seu trabalho, baseada no método da História Oral, abrange o período 1934-1954 e fornece informações importantes para a compreensão do contexto histórico, político e social da USP, possibilitando um maior entendimento do ambiente universitário vivenciado por Tragtenberg.

Em seu desapontamento com o curso, observa-se a presença da valorização do autodidatismo e a crítica à nulidade da instituição escolar enquanto reprodutora de determinados saberes acadêmicos. Maurício terminou por abandonar o curso de Ciências Sociais no primeiro ano e prestou vestibular para História, concluindo-o em 1959.[96] Na universidade conheceu professores como Paul Arbousse Bastide (o *Bastidão*), Roger Bastide (*Bastidinho*), Martial Gueroult e David Bohn, de quem recordou com carinho por sua simplicidade e desapego aos valores hierárquicos. Este professor ministrava a disciplina de Fundamentos Filosóficos da Física, que Tragtenberg cometeu a "loucura" de freqüentar. Aliás, suas opções não se atinham ao currículo burocrático, mas ao grau de interesse, freqüentando as aulas em função do professor e da disciplina dada. (MT, 1999: 55). Nesta fase, Maurício também freqüentou Cursos de Extensão Cultural, promovidos pela Secretaria de Educação e Cultura do município de São Paulo, com carga horária de duas horas semanais.[97]

Mesmo antes de entrar na vida acadêmica, Maurício freqüentava a Faculdade de Filosofia da USP, na Maria Antonia, devido à sua militância política. E por esta ligação, termina por ir aos mesmos lugares que, em geral, os jovens estudantes daquela época costumavam freqüentar. A vida intelectual desses jovens paulistanos concentrava-se em torno do centro: rua 07 de abril e adjacências. (onde ficava a Biblioteca Mário de Andrade; a sede do jornal *O Estado de S. Paulo,* etc). Foi nesse espaço, no chamado centrinho, que a Beatriz Romano, futura esposa do Maurício, o viu pela primeira vez. Nesta época, ela tinha uma amiga que tinha um amor juvenil por Tragtenberg, daqueles que inspiram os poetas.

Beatriz era uma moça de classe média, com uma infância saudável e sem grandes percalços na adolescência. Um certo dia, ao sentar à mesa para estudar o positivismo, observou que um jovem, do outro lado da mesa, não lhe tirava os olhos.

---

[96] Nesta época, História e Geografia eram um único curso.

[97] Eis a relação das disciplinas e respectivos professores responsáveis: 1) Prof. Irineu Strenger: *O Pensamento Político da Antiguidade aos nossos dias* (1955); 2) Prof. Frederico Patke: *Psicologia das Relações Humanas* (1955); 3) Prof. Bachir Aidar Jorge: *Psicologia da Personalidade* (1955); 4) Prof. Jamil Almansur Hadad: *Sociologia da Arte* (1956); 5) Prof. Irineu Strenger: *Filosofia da Política* (1957); 6) Prof. V. F. da Silva: *Introdução à Metafísica* (1958); 7) Prof. Inácio da S. Telles: *História da Filosofia Medieval* (1958); 8) Prof. H. Barbuy: *Introdução Geral à Filosofia* (1959); 9) Prof. Inácio da S. Telles: *A Filosofia da História na Idade Contemporânea* (1959); 10) Prof. Renato Cirell Czerna: *A Filosofia do Iluminismo e a Revolução Francesa* (1959); 11) Prof. V. E. da Silva: Introdução ao Existencialismo (1959); e, 12) Prof. Irineu Strenger: *O Pensamento Político Moderno e Contemporâneo* (1960). Estas informações constam do Memorial/Curriculum apresentado à Faculdade de Educação da UNICAMP, como parte dos requisitos para obtenção do título de Professor Livre Docente em Administração Educacional, em 1978.

Ele era magro, de fisionomia pálida: o protesto em pessoa. Ela levantou-se e saiu do recinto às pressas. O jovem acabara de ser vítima da fama de intelectual sabichão.

Conheceram-se num baile durante a campanha eleitoral do Centro Acadêmico. Maurício fora ao baile para fazer política e conquistar o apoio das mocinhas do Curso de Letras. Ele apoiava a chapa liderada pelo Rochinha. (Alberto Luiz da Rocha Barros), contra a chapa do Partido Comunista. Beatriz cursava Letras e fora ao baile. Não foi uma aproximação fácil pois acompanhava-o a pecha de intolerante e dogmático. Muitos, com receio, se distanciavam dele. Tragtenberg assumiria este traço da sua personalidade:

> "Eu não tinha perdido o dogmatismo e, no fundo, uma certa intolerância. Não a ponto de romper relações com as pessoas que discordassem de mim, mas sim no sentido de querer converter a pessoa ao que eu pensava. Já falei que eu era muito chato no sentido de jogar a minha erudição. Percebi que eu tinha essa tendência. Então, na universidade, tinha gente com medo de chegar perto de mim. Isso a própria Beatriz me confessou um dia...". (MT, 1999: 56)

Beatriz descobriu em Maurício uma pessoa fragilizada pelos traumas introjetados na infância e adolescência e se tornou a sua alma protetora – a *alma gêmea*, como ele costumava afirmar. Casaram-se em 1957, e, para não frustrar a família de Tragtenberg, fizeram uma cerimônia dentro do ritual judaico.[98]

Concluído o curso de História, Tragtenberg iniciou a vida kafkiana de professor dando aulas no Curso do Magistério em Iguape. Em sua viagem para esta cidade, levava na bagagem a obra de Max Weber. Dava aulas o dia todo, no Curso Normal e no Colégio e, no tempo que restava, aprofundava o estudo do pensamento weberiano.

Em 1963, a convite do Prof. Wilson Cantoni, foi contratado como docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto.[99] Ele ministrava aulas de Cultura Brasileira, nos cursos de Letras e Pedagogia. Na mesma época, Michel Löwy e Norman Potter também trabalharam nessa faculdade. Naquele ano, ocorreu a greve do magistério. Embora afastado de Iguape, Tragtenberg, do ponto de vista legal, mantinha seu cargo, já que era concursado. Maurício se envolveu com a direção da greve, a primeira da categoria.

---

[98] No entanto, Maurício ficou em dúvida se casaria de acordo com o ritual religioso. Hermínio Sacchetta aconselhou-o a fazê-lo. No ano seguinte, nasceu seu primeiro filho: Marcelo Henrique Romano Tragtenberg; ainda viriam Lívio e Lucila Tragtenberg.

[99] No ano anterior, ministrara a disciplina História da América, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté (instituição municipal). Quando Maurício foi trabalhar em São José do Rio Preto ainda não havia a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e os docentes trabalhavam por contrato.

Como concursado Maurício tinha o direito de pleitear transferências. Ficou um ano em Iguape e mudou-se para o Instituto de Educação Monteiro Lobato, em Taubaté, morando numa pensão no centro da cidade. Ele relata os motivos da mudança: "Por eu ser ateu, houve um conflito com o pároco católico local, apoiado pelo diretor do colégio, que era um maçom e por um aluno do curso noturno, que era protestante e, por sinal, chamava-se Calvino". Dois anos depois, abriu vaga em Mogi das Cruzes e Maurício transferiu-se novamente. "Lecionava no Instituto de Educação, das 19h30 às 22h30, utilizando diariamente o trem de subúrbio da Central do Brasil. Voltava diariamente do colégio em São Paulo à 1 hora da manhã na Estação Roosevelt, no Brás. De lá, tomava o ônibus Ferreira, que me deixava no Alto da Previdência, onde eu morava numa casa adquirida através do Ipesp", descreve. Ainda se transferiria para O Ginásio Estadual Cândido de Souza, no bairro do Sumaré, em São Paulo, onde lecionava no período noturno. (MMT: 16)

Os anos mais difíceis: provação e superação

> ***"1964 fora realmente o pior ano da minha vida. Saí do hospital, sem cargo, sem trabalho e com dívidas a pagar, por aí a gente vê como um currículo não pode ser somente "edificante" e vitorioso: é também composto de indecisões, incertezas e derrotas."*** **(Id.: 17)**

Com o golpe militar de 1964, vieram as delações, as perseguições, as demissões, as dificuldades de arrumar emprego, o assalto à sua biblioteca pelos agentes do regime militar. "Esse pessoal não espera o *Diário Oficial,* querem te enquadrar no ato; eles entram em tua casa e já começam a roubar livros", disse. (MT, 1999: 63) Vários destes livros seriam recomprados por ele nos sebos. Foi a fase mais difícil da sua vida.

O parágrafo 1º do artigo 7 do Ato Institucional nº 1, determinava o afastamento de funcionários envolvidos em atividades subversivas. Maurício, como professor concursado, titular da cadeira *História Geral e do Brasil,* foi demitido pelo Governo do Estado de São Paulo. Foi um processo kafkiano, como atesta o parecer do Dr. Miguel Reale[100]:

[100] O parecer do Dr. Miguel Reale consta dos Autos e foi uma peça importante para a defesa do Maurício Tragtenberg, no processo contra a Secretaria da Fazenda do Estado. Seu advogado foi o Dr. Manuel Alceu Affonso Ferreira, a quem agradecemos pelo testemunho e por permitir o acesso a seu arquivo. Em 1996, Maurício gravou um depoimento para a Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP, onde esclarece que a iniciativa partiu de Miguel Reale, que, chamou-o a seu escritório, entregou-lhe a carta (o parecer) e disse-lhe para usá-la como desejasse.

> “Nem mesmo foi ele convocado para apresentar a sua defesa, como se pode verificar pela convocação nominal dos professores, para a instauração de processo, em curso na Secretaria de Educação (Cfr. Diário Oficial do Estado, de 22 e 23 de setembro de 1964). Trata-se, pois, de ato nulo de pleno direito, insusceptível de produzir quaisquer efeitos válidos”.

O parecerista nota ainda que a administração estadual permitira que Tragtenberg se inscrevesse em três concursos, sendo classificado sempre em primeiro lugar, e que fora nomeado para dois cargos de professor de História Geral e do Brasil (conforme o Diário Oficial do Estado, de 25/08/1966, p. 20 e de 24/10/1968, p. 23). Assim, conclui:

> “Essas nomeações valem, de per si, como o reconhecimento de nenhuma eficácia do ato de demissão, feito à revelia não só da lei como dos mais elementares princípios asseguradores dos direitos individuais. À vista do exposto, tenho para mim que não é o Prof. MAURÍCIO TRAGTENBERG atingido pelas recentes disposições do Ato Complementar 75, pois o contrário equivaleria conferir efeitos a um ato de demissão eivado de nulidade insanável.” (Parecer: Dr. Miguel Reale. SP, 29.10.1969)

No interregno, entre o Ato Institucional nº 1 (1964) e o Ato Complementar 75 (1968), a vida de Maurício se transformara num inferno dantesco: as perseguições no pós-64 reinauguraram o período da caça às bruxas e muitos se aproveitaram da situação. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Preto, o clima opressivo também se devia a fatores provincianos ligados à política local. De acordo com Maurício, essa instituição fugia aos padrões dominantes da oligarquia local e as vagas dos docentes eram disputadas por interessados vinculados à Câmara Municipal, dominada por adhemaristas (Adhemar de Barros era o Governador de São Paulo). Todos queriam ser professores da faculdade e destilavam ódio porque a “prata da casa” não era aproveitada. (MT, 1999: 65)

Ele e outros professores foram demitidos. Maurício teve que, como afirmou ironicamente, fazer Curso de “Extensão Universitária” na Delegacia de Polícia, primeiro em São José do Rio Preto e, depois, na capital:

> “Era uma coisa de louco! O fulano estava dando um curso sobre Piaget, era interrogado sobre quem era o Piaget, e como é... e tinha que explicar as fases da inteligência segundo Piaget. Isso constava do depoimento, porra! E tinha um idiota que datilografava tudo isso como sendo um negócio altamente perigoso.” (Id.: 64)

Maurício Tragtenberg registra estes episódios em outros escritos e entrevistas que concedeu. No *Memorial*, assinala:

> “Porém, veio 64, fomos demitidos sumariamente e passamos a fazer curso de “extensão universitária” na Delegacia de Polícia local. Prestávamos declarações a respeito dos cursos que ministrávamos. Comecei meu depoimento com o início do processo de secularização da cultura ocidental a partir do século XII. Lembro-me da Profª Zélia Ramozi, psicóloga, discorrer sobre a filosofia de Kant e sobre a epistemologia genética de Piaget.” (MMT: 17)

Tragtenberg não suportou a pressão: teve um colapso nervoso e internou-se. “Fiz um tratamento para me reabilitar, primeiro fisicamente, para ter condições de ficar em pé. Era um tratamento à base de insulina”, recordou. (MT, 1999: 68) Quando foi cassado, em outubro de 1964, estava internado e sob efeito da insulina. Ficou no hospital por três meses. Apesar de tudo, não ficou inativo. Ainda no hospital começou a sistematizar e organizar as leituras e adiantou o trabalho que se tornaria a sua tese de doutorado. “Eu saí com um capítulo quase pronto de *Burocracia e Ideologia*, aquele primeiro capítulo, sobre o modo de produção asiático, saí com aquilo debaixo do braço”, declarou. (Id.: 69)

Teve que reconstruir a vida. Na conjuntura pós-64, Maurício especializou-se em passar em concursos que não lhe garantiam emprego. Graças à ajuda de Cláudio Abramo, trabalhou por três anos na *Folha de S. Paulo*, no setor de noticiário internacional. Apesar de todos os percalços conseguiu, através de um amigo, trabalhar, por certo período, em Ribeirão Preto, onde dava aulas de Filosofia Geral.

Maurício, em 1966, passou a trabalhar na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como professor de História e posteriormente na área de Ciências Sociais (Departamento de Política); ele também coordenou seminários na área da educação, junto com os professores Walter Garcia e Casemiro dos Reis Filho, fundadores da *Editora Autores Associados*, que também teve a participação do Maurício.[101] Em 1968, passara a trabalhar como professor de Sociologia aplicada à Administração, na Fundação Getúlio Vargas (SP).[102]

Quando o clima parecia aliviar, eis que é promulgado o Ato Institucional nº 5 e, em sua decorrência, o Ato Complementar 75. Este Ato determinava que docentes atingidos pelo Ato Institucional nº 1, não poderiam exercer a docência em instituições que recebessem verbas governamentais. O Ato Complementar cassou seus direitos no

---

[101] O grupo que criou a Editora Autores Associados, em 1979, estava integrado por Antonio Joaquim Severino, Casemiro dos Reis Filho, Dermeval Saviani, Gilberta S. de Martino Jannuzzi, Joel Martins, Maurício Tragtenberg, Moacir Gadotti, Miguel de La Puente, Milton de Miranda e Walter E. Garcia.

[102] Maurício trabalhou em várias instituições de ensino superior, em algumas delas por curtíssimo período. Seu currículo, de 1973, registra o vínculo com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté; em 1963/64, como vimos, trabalhou em São José do Rio Preto. Mas sua carreira acadêmica concentrou-se na PUC/SP, na FGV/SP e na Faculdade de Educação da UNICAMP. Um dado interessante, registrado em seu currículo, é a passagem pela Universidade de S. Paulo, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, como professor de História da América, em 1967; registra também que trabalhou, em 1969, como Prof. de Sociologia da Comunicação, na Fundação Armando A. Penteado (FAAP). Em 1972, Tragtenberg ministrou o Curso de Extensão Universitária, “A Contribuição de Max Weber às Ciências Humanas”, na Universidade Federal do Paraná; e, o Curso de Especialização na Faculdade de Filosofia Barão de Mauá, em Ribeirão Preto, como professor de Sociologia (1973).

Estado. A FGV submeteu-se e o afastou; a PUC manteve-o. Por outro lado, por força de aprovação nos concursos que prestou[103], havia reingressado no serviço público, sendo nomeado professor de História Geral e do Brasil, no Colégio Estadual "Profª Zuleika de Barros Martins Ferreira".

Com a cassação pelo Ato Institucional I, em outubro de 1964, Maurício entregou a defesa do processo jurídico de reintegração dos direitos a um advogado, amigo seu, que fora trotskista ligado à IV Internacional. Porém, seu defensor mostrou-se um verdadeiro *amigo da onça* e Tragtenberg perdeu todos os prazos. Passaram-se cinco anos. Com o Ato Complementar 75, ele tomou uma decisão sábia: mudou de advogado.

Maurício declarou que estava crente de que "o cara estava agindo". Ele afirmou que não sabia que seu advogado havia mudado, "que tinha participado de Comissões de Atos Institucionais na Secretaria de Justiça, que ele já estava do outro lado da cerca. Geralmente, nessa coisa, a gente é o último a saber." (Id.: 70) Na verdade, Maurício confiava muito nas pessoas e essa não foi a única vez em que foi desapontado.

Tragtenberg conseguiu um novo defensor num golpe de sorte: numa carona que pegara na PUC/SP com o seu amigo, Flávio Di Giorgio, um senhor ouviu-o contar toda a sua história e, ao descer, deu-lhe um cartão e disse-lhe para passar em seu escritório. Era um conhecido jurista, de passado integralista, que sofrera a repressão do Estado Novo e, portanto, conhecia bem os meandros do autoritarismo: era o Dr. José Frederico Marques. Um fator determinante é que este conceituado jurista também trabalhava na PUC/SP. Mas, de fato, quem o acompanhou durante o processo foi o Dr. Manuel Alceu Affonso Ferreira, do mesmo escritório.

O Ato Complementar era claro e não havia como questioná-lo judicialmente. Porém, como atestava o parecer do Dr. Miguel Reale, Maurício fora punido pelo Ato 1, à época do General Castelo Branco, sem ter o direito de defesa, que, ao menos formalmente, se previa. A segunda demissão lhe abria novos prazos, novas possibilidades. Assim, seu advogado entrou com um Mandado de Segurança. Perdeu: 15 a zero. Mas pelo menos o relator indicara o caminho correto: entrar com Ação Ordinária. Só então que Maurício teve acesso ao processo e descobriu quem o delatou: "Então, vi ex-aluno, ex-professor meu, da USP, vi aquela prova do vestibular, vi colega

[103] Maurício fez concurso para o Magistério Oficial do Estado de São Paulo em 1966, 1967 e 1968.

minha do magistério secundário, do colégio que dei aula, todos colegas! Mas finalmente, ganhei na primeira instância!". (Id.: 74)[104]

Nesses anos difíceis, poucos foram os amigos verdadeiros com quem Maurício pôde contar. Mas ele nunca os esqueceu, nem esses o esqueceram. Não é necessário nomeá-los – até porque, nestes casos, corre-se o risco de se cometer injustiças.[105] Quando foi perseguido pela ditadura militar, Tragtenberg não tinha estrutura de apoio, seja de organizações políticas ou religiosas; mas teve a sorte de, nos momentos mais desesperadores, encontrar as pessoas certas e contar com seu apoio.

Uma pessoa merece destaque especial: sua esposa Beatriz Tragtenberg. Maurício, em vários momentos da sua trajetória, reconhece a incalculável importância da sua família. Seria esta outra das suas *universidades*? Suas palavras expressam o reconhecimento. Ele fez questão de ressaltar que "os lados positivos" da sua vida "só foram possíveis de aparecer graças ao imenso apoio" da sua companheira: Beatriz Tragtenberg. (MMT: 20)

Em 27 de abril de 1973, Maurício defendeu sua tese de doutorado, junto ao Departamento de Ciências Sociais (Área de Política), da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Intitulada *Burocracia e Ideologia*, seu trabalho foi aprovado com distinção pela banca examinadora: Francisco C. Weffort (Orientador), Leôncio Martins Rodrigues Neto, Manoel Tosta Berlink, Mario Wagner Vieira da Cunha e Juarez Rubens Brandão Lopes.

Iniciava-se uma nova fase em sua vida. Além da PUC e FGV, ele passaria a trabalhar na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas

[104] A prova do vestibular à qual Maurício se refere é a avaliação de História realizada quando do seu ingresso na USP. Esta prova foi retirada da secretaria e juntada ao processo como "prova" de que ele era adepto do materialismo dialético. (Id.: 66) No depoimento de umas das testemunhas, Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, consta que o "denunciante, sr. Ricardo Roman Blanco, não merecia a confiança dele" e que, pelo que tinha conhecimento, "o referido Blanco tinha sido afastado da Universidade Católica de São Paulo e do Convento do Carmo, em Santos, acusado de haver retirado e conservado em seu poder documentos históricos daquela entidade". (Autos da Ação Ordinária – Prova testemunhal da Ré, 2ª Testemunha) O Secretário substituto do Ginásio Estadual "José Cândido de Souza", na capital, também se declarou disposto a testemunhar contra a diretora, Sra. Doracy Camargo Bertagna, relatando o quanto a mesma "obstruiu os trabalhos profícuos no sentido cultural e humano que exercia o prof. Tragtenberg junto aos estudantes do estabelecimento, onde sempre foi conceituadíssimo pelos alunos e colegas e perseguido desassombradamente pela diretoria de então". Segundo o declarante, Sr. Luiz de Miranda Junior, o motivo de tal perseguição era "a elevada cultura filosófica, humanística e histórica do referido professor que fazia sombra à mentalidade medíocre da diretora-substituta." (Fls. 28, do processo nº 66-0635/65)

[105] Esta e outras questões pertinentes ficam para um estudo biográfico de maior fôlego. Aqui, como anunciamos, objetivamos apenas esboçar sua biografia.

(UNICAMP). Seu ingresso nesta instituição, segundo seu depoimento, ocorreu de forma inesperada – quando soube, sua contratação já estava formalizada no Diário Oficial; à época o reitor era Zeferino Vaz.[106] E, além da tese de doutorado, publicaria outras obras e vários artigos e resenhas em jornais e revistas, destacando-se sua atuação na Coluna *No Batente,* no jornal *Notícias Populares*.

Os tempos sombrios seriam superados e Tragtenberg se tornaria um reconhecido intelectual, mas também um homem de ação vinculado às *suas universidades*. É este indivíduo concreto e datado historicamente que influirá na vida de muitos que conviveram com ele na PUC, na FGV, na UNICAMP e, também, no movimento sindical e popular. Analisar a extensão desta influência é mais uma tarefa a fazer. No entanto, como escreve Tragtenberg, alguém que influenciou a "mudança de paradigmas numa área e fecundar uma obra como a de Fernando Prestes Motta, José Henrique Faria, na teoria administrativa, Fernando Coutinho Garcia da UFMG, conseguiu seus objetivos. Isto porque, segundo os clássicos chineses, influenciar é ter poder." (MMT: 20)

[106] Maurício relata o ingresso na Unicamp em depoimento gravado em 14 de novembro de 1996, produção realizada por Edson Passetti (Programa de Pós-Graduação em Ciências e História da PUC/SP). Ele afirma que Zeferino Vaz, fora membro do Conselho Estadual de Educação, quando da "inquisição" que se abateu sobre São José do Rio Preto em 1964. Para Tragtenberg, o "sentimento de culpa" teve influência em sua contratação pela Unicamp. No período, recordemos, ainda prevalecia a ditadura militar. Mas Zeferino Vaz tinha carta branca. Como nota SCHWARTZMAN (2001: 293): "Enquanto Zeferino Vaz esteve no comando, considerou-se que a Universidade de Campinas estava atravessando uma fase provisória, circunstância essa que, na prática, significava que Zeferino Vaz e seus companheiros próximos dispunham de plenos poderes para contratar professores e designar as autoridades universitárias". O reitor enfrentou críticas por permitir o ingresso de *esquerdistas* como Maurício.

CAPÍTULO II
EDUCAÇÃO INFORMAL E MILITÂNCIA LIBERTÁRIA

> **"... ante os fatos, já nos ensinava Espinosa, nem rir, nem chorar, compreender. Mais ainda, denunciá-los e combatê-los, quando negam o humano. Pois, ante os fatos há argumentos".**
>
> **(*Maurício Tragtenberg*)**

Neste capítulo analisaremos a militância de Maurício Tragtenberg no movimento social, buscando identificar os seus aspectos libertários. Tragtenberg foi um *intelectual engajado*,[1] envolvido com as lutas sociais desde a juventude. Examinaremos seu engajamento político e social enquanto uma forma de *responsabilização*[2] perante os dilemas da sua época.

Intelectual autodidata: a valorização do saber informal

Maurício Tragtenberg foi um intelectual cuja formação é anterior e exterior ao sistema de ensino formal, uma vez que antes de ser acadêmico, ele foi autodidata e militante. O autodidatismo tanto pode ser uma estratégia de sobrevivência quanto uma atitude de resistência à dominação. Em ambos os sentidos expressam a contraposição

---

[1] O debate sobre o engajamento político dos intelectuais não é novo. Já Tocqueville, no século XIX, censurava-os. O Prof. Zevedei BARBU nota que Tocqueville definia os intelectuais como *"penseurs de cabinet"*, isto é, críticos da sociedade tradicional, mas cuja alternativa se limitava a sonhos e fantasias. "Na visão de Tocqueville, o pecado capital cometido por essa *intelligentsia* foi o de pensar e escrever a respeito de uma nova sociedade sem possuir qualquer experiência em assuntos públicos. Assim, a *intelligentsia* constituía um protótipo de marginalidade, ficando sempre suspensa entre a sociedade real, que ela rejeitava, e a sociedade de seus sonhos, que era irrealizável", comenta. (In: TOCQUEVILLE, 1982: 16) Durante o século XX, a discussão sobre os intelectuais, seu engajamento político e social e a relação com o poder político, foi enfatizada a partir da obra e ação de intelectuais como Sartre e do envolvimento nos embates sócio-políticos contemporâneos. Ver: BOBBIO (1997); GRAMSCI; GONZALEZ (2001); SARTRE (1993 e 1994); SILVA (1995).

[2] O engajamento, muitas vezes, configura-se numa forma de submissão a um aparato, à liderança, ao Estado. Como afirma BOBBIO (1997:100): "Prefiro falar mais de responsabilidade a falar de engajamento porque importa não que o homem de cultura se engaje ou não se engaje, mas por que coisa se engaja ou não se engaja, assumindo todas as responsabilidades da sua escolha e das conseqüências que dela derivam". Seguindo essa concepção, o que está em questão não é o engajamento em si, mas a causa pela qual o intelectual se engaja: há causas que são equivocadas e, nesses casos, talvez seja melhor o não-engajamento.

entre ensino formal e ensino informal. GUSDORF (1995: 132), embora valorize o esforço individual do autodidata, chama a atenção para a sua orfandade:

> "O autodidata representa aqui o órfão da cultura, o *selfmade-man*, que, chegado muito tarde à preocupação do conhecimento, só deve a si próprio sua iniciação. Para ele, a cultura é um saber capitalizado nos livros, a totalidade indefinida das aquisições humanas, que precisa abordar sozinho. Ninguém lhe abre os caminhos, ninguém estabelece, no seio desta massa, as distinções hierárquicas indispensáveis. Saber e sabedoria apresentam-se-lhe como uma aglomeração, uma totalidade sem perspectiva; acha-se perdido na imensidão das bibliotecas como um viajante perdido num deserto sem pontos de referência, e que insistisse ao acaso, sucessivamente, em todas as direções, condenado afinal a morrer sem ter encontrado o caminho".

O autodidata vive um drama: sua tarefa é gigantesca e seus recursos são parcos. "A cultura se oferece a ele como um bloco sem fendas, e que o esmaga, porque ninguém lhe serviu de mediador", afirma GUSDORF. Para o autodidata, a "cultura é um assunto de quantidade mais que de qualidade". (Id.)[3] Dependendo basicamente de si mesmo, tende a conservar um sentimento de inferioridade, muitas vezes disfarçado pela aparente arrogância do saber adquirido.

O autodidata encontra-se em situação pior que o discípulo: esse tem no mestre a referência espiritual que necessita; aquele se encontra abandonado ao próprio *eu*, submerso nos livros e na atividade febril em busca da sabedoria. No fundo é um herói, mas um "herói sem esperanças", pois lhe falta o essencial: o mestre. (Id.: 133) É este que concede à cultura um caráter pessoal; é esta a sua tarefa. Seguindo a análise de GUSDORF, conclui-se que ainda que o autodidata devore todos os livros da biblioteca e tenha assimilado de cor todo o conhecimento, ele se ressentirá da ausência do mestre.

Em GUSDORF temos a relativização do autodidatismo enquanto estratégia de conhecimento. BOURDIEU (In ORTIZ: 1983: 114), ressalta que a atividade autodidata resulta das exigências e exclusões inerentes ao sistema de ensino formal:

> "Não é paradoxal dizer que o autodidata é um *produto do sistema escolar*, o único habilitado a transmitir esse corpo hierarquizado de aptidões e de saberes que constitui a cultura legítima e a consagrar, pelo exame dos títulos, o acesso a um nível determinado de iniciação: porque ele ignora o direito de ignorar, privilégio dos virtuosos, e porque não adquiriu sua cultura segundo a ordem legítima da instituição escolar, trai sem cessar, na sua própria ansiedade da boa classificação, o árbitro de suas classificações e, por aí, de seus saberes, espécie de pérolas sem

---

[3] GUSDORF exemplifica essa assertiva citando a obra sartreana *A Náusea*, na qual o autodidata é observado na biblioteca: "De repente, os nomes dos últimos autores cujas obras consultou voltam-me à memória: Lambert, Langlois, Larbalétrier, Lastex, Lavergne. Fez-se luz: compreendi o método do Autodidata – instrui-se por ordem alfabética. Contemplo-o com uma espécie de admiração. Que vontade não lhe é preciso para realizar lentamente, obstinadamente, um plano de tão vasta envergadura? Um dia, há sete anos (disse-me que estudava há sete anos), entrou com grande pompa nesta sala. Percorreu com o olhar os inumeráveis livros que forram as paredes, e deve ter dito, talvez como Rastignac: 'Vamos a isto, Ciência Humana!', depois foi pegar o primeiro livro da primeira prateleira da extrema direita (...). E vai chegar o dia em que dirá, ao fechar o último volume da última prateleira da extrema esquerda: "E agora?" (Citado in GUSDORF, 1995: 132-33)

fio, acumuladas ao longo de um aprendizado singular, ignorando as etapas e os obstáculos institucionalizados e estandartizados, os programas e as progressões que fazem da cultura escolar um conjunto rigorosamente hierarquizado e hierarquizante dos saberes implicativos".

Na perspectiva libertária, VALVERDE (1996: 09) afirma que "o autodidata, ao romper com o formalismo da educação escolar tradicional, cria as condições de antecipar-se e engendrar novas fronteiras de problemas tradicionalmente esquecidos ou resolvidos de maneira chã". Mais do que a crítica às instituições de ensino formal, esta perspectiva valoriza o autodidatismo enquanto fator de conquista e afirmação da liberdade e possibilidade de *recuperação do indivíduo*. Mas este não é o indivíduo burguês ou pequeno-burguês, pois, "o anarquista é – pelo menos no seu ideário e horizonte político e ético –, o antípoda desses tipos sociais". (Id.: 10) Sua ênfase incide sobre as experiências educacionais desenvolvidas fora do âmbito do ensino formal; sua perspectiva é militante. A atividade autodidata vinculada à militância tem um sentido político e ético, construído a partir da experiência cotidiana, no trabalho e nos embates sociais.

Porém, o autodidatismo não é um fenômeno restrito à militância libertária, mas sim um fato histórico amplo que ultrapassa os murais do âmbito das classes sociais e encontra-se disseminado por toda a sociedade. "Seu florescimento mais intenso se deu nos momentos em que o modo de produção capitalista negou aos trabalhadores o acesso à cultura, pela alfabetização escolar formal, tornando-se necessidade vital para a organização das lutas sociais", assinala VALVERDE. (Id.: 212)

O autodidatismo é uma atividade inerente à capacidade humana de conhecer. Todo indivíduo, em certo sentido, pode ser um autodidata.[4] O contrário, é imaginar que só se atinge o conhecimento através da freqüência à escola.[5] Mesmo a esfera do conhecimento formal (os espaços institucionais de ensino-aprendizagem), não esgota

---

[4] VALVERDE (1996: 204), enfatiza essa simples verdade: "O ato de aprender por si mesmo não é novidade. É tão velho quanto o mundo". O autodidata é, por definição, o que estuda sem um mestre. O autodidatismo nega a contradição educador-educando e funda-se na vontade autônoma de alcançar o saber. O autodidatismo caracteriza-se pelo individualismo, por relações horizontais e o ensino mútuo; apóia-se sobre a vontade comum dos indivíduos ou um grupo de pessoas. De qualquer forma, como ressalta FRIJHOFF (1996: 06), o autodidatismo coloca *"la question essentielle de savoir jusqu'où l'homme peut être autonome dans son accès à la culture et maître de son propre destin, et jusqu'à quel point tout processus d'apprentissage préssuppose une interaction sociale ou culturelle"*.

[5] Na verdade, a História da Pedagogia resulta num tipo de História da Educação que privilegia as formas institucionais de educar e de transmitir cultura. Não por acaso, um dos problemas enfrentados por quem deseje estudar o fenômeno do autodidatismo é precisamente a raridades das fontes. Com efeito, as experiências autodidatas se situam no extremo oposto das instâncias coletivas que geram os arquivos públicos, ou seja, o autodidatismo não *freqüenta* os *anais da história*. O autodidatismo fica reduzido a uma prática cultural individual, visto como um deserto social e cultural. Por isso, a maior parte das experiências autodidatas se apresentam sob a forma de autobiografias ou biografias. (FRIJHOFF: 1996)

todas as possibilidades de *conhecer*. Em certas circunstâncias, o saber formal canônico vê-se obrigado a reconhecer o saber autodidata e incorporá-lo.

Maurício teve uma formação autodidata, base para o seu ingresso no mundo acadêmico e para a apropriação do conhecimento formal. Esta origem será o seu diferencial enquanto intelectual comprometido com o mundo do trabalho e com os movimentos sociais. Em sua militância e na atividade acadêmica, Tragtenberg valorizará as iniciativas autodidatas e o conhecimento informal.[6]

Tragtenberg soube cultivar a erudição e o rigor teórico e, simultaneamente, escrever numa linguagem inteligível aos trabalhadores, tornando-se um instrumento de propagação da voz dos diversos setores oprimidos. Através da sua *práxis* o mundo do trabalho deixa de ser mero objeto de estudo acadêmico, restrito, na maioria das vezes, às necessidades de titulação dos agentes inseridos no âmbito universitário. Tragtenberg expressa um dos pilares que possibilitou a inserção dos trabalhadores no mundo acadêmico, constituindo o esteio para a formação de novos *intelectuais orgânicos* vinculados aos grupos sociais subalternos.

A concepção de Tragtenberg sobre o saber operário, o saber habitualmente denominado de *senso comum*[7], tem similitudes com a formulação gramsciniana acerca da definição de intelectual. GRAMSCI não absolutiza a divisão entre trabalho manual e intelectual. Para ele, trata-se apenas de maior ou menor energia utilizada no desempenho de atividades profissionais específicas. O operário da linha de montagem emprega maior esforço físico (*muscular-nervoso*), mas isso não significa que ele, à maneira do protótipo do operário taylorista[8], não pense ou não desenvolva atividade intelectual. Na acepção gramsciniana não existem *não-intelectuais*. Toda atividade humana envolve ação intelectual; o operário é, simultaneamente, *Homo faber* e *Homo sapiens*.

---

[6] Observemos que Valverde estuda o autodidatismo dos militantes libertários orientado por Maurício.

[7] Hannah ARENDT (1993), resgata a importância do *senso comum* a partir do conceito de ***compreensão***. Analisamos esta concepção em: "A impotência da argumentação racional (ou quando 2+2=5)". *Revista Espaço Acadêmico*, nº 27, agosto de 2003. Site: http://www.espacoacademico.com.br/027/27pol.htm.

[8] Este aspecto é analisado por Tragtenberg: "Taylor procura fazer com que os operários possam executar em "ritmo mais rápido, os mais pesados tipos de trabalho. Para isto seleciona para seus testes, dois dos melhores trabalhadores, isto é, atípicos, que "por sua robustez física se tenham revelado dedicados e eficientes", sendo, porém, os de menor "nível mental". Está claro que Taylor não toma como base o operário médio, valorizando um tipo de fadiga, a muscular, desconhecendo a fadiga mais sutil, a nervosa". (MT, 1974: 76)

Logo, a divisão não é entre os que pensam e os que não pensam.[9] Se uns vivem mais do pensar e outros mais do labutar físico, isso não se deve à capacidade ou incapacidade inata de uns ou outros, mas sim às necessidades impostas pela organização social que, historicamente, engendra categorias e funções específicas e especializadas, e impõe uma fenda entre o *saber formal* e o *informal*.[10] Como analisa Tragtenberg:

> "O capitalismo, no seu processo de desenvolvimento, separou da vida produtiva a criação e a transmissão da cultura, seqüestrou, o corpo de conhecimentos, cuja origem é social, em instituições privadas ou estatais: daí a emergência da instituição escolar como diferenciada, com a pretensão de monopolizar a aprendizagem e a integração social. O exercício e o controle deste monopólio acadêmico são entregues ao Estado. Assim, o acesso à cultura se identifica com cumprimento de uma legislação, obediência a normas, consumo de algo definido como "ensino" pelos chamados "órgãos competentes". (MT, 1980a: 53-54)

Trata-se de um processo no qual o saber formulado nos espaços sociais inseridos no cotidiano é *expropriado*, transformado em conhecimento especializado e em mercadoria de consumo. Enquanto tal, passa a ser o único valorizado:

> "Daí surgirá um universo de *falsas identificações*. Identificar *aprender* com ser *ensinado*, valer para alguma coisa com ser reconhecido como válido pelos títulos outorgados pelo sistema, ser inteligente com assistir às aulas, submeter-se a exames, o grau de cultura de um país com a porcentagem de população escolarizada. O ensino como sistema, em suma: tende-se a alienar os indivíduos em benefício da produção dominante." (Id.: 54)

A *expropriação* do *saber popular*, denominado pejorativamente como *senso comum*, também é analisada por BRANDÃO (1984). Ele nota que, inicialmente, a educação era comunitária, fundada em práticas sociais cotidianas. Ensinava-se e se aprendia sem o estatuto de assim fazer-se, mas como um processo natural, cotidiano, imposto pela necessidade de produção e reprodução da vida. Os mais velhos faziam e ensinavam; os jovens observavam, repetiam e aprendiam. Nesse caso, os ritos de passagem indicavam apenas que o jovem estava preparado para a vida adulta, isto é,

---

[9] "O erro metodológico mais difundido (...), consiste em se ter esse critério de distinção que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto de relações no qual essas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais. Na verdade, o operário ou o proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual instrumental, mas por esse trabalho em determinadas relações sociais...". (GRAMSCI, s.d.: 10) E, mais adiante: "Em suma, todo homem, fora da sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar." (Id.: 11)

[10] "Embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens intelectuais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de idéias, de símbolos, de visões, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (o poder ideológico é extremamente dependente da natureza do homem como animal falante)". BOBBIO (1997: 11)

havia acumulado saber suficiente para se responsabilizar por si mesmo e por sua futura família. Não havia divisão social do saber: esse era comunitário.

Com o desenvolvimento da divisão social do trabalho e o advento da propriedade privada dos meios de produção, a educação deixa de ser algo intrinsecamente ligado ao cotidiano, lugar da sua morada, e o saber popular passou a ocupar uma posição marginal e subalterna. O saber é cindido entre o erudito e o comum, o formal e o informal.[11] Os *espaços formais* (escolas, colégios, universidades) passam a delimitar a área do saber considerado *legítimo*.

Esses argumentos corroboram a concepção de Maurício Tragtenberg sobre as relações entre o saber formal e o saber informal. “Assim, o *saber* que se constitui inicialmente como prática coletiva social passa a ser algo que se ‘constrói’ nesses centros especializados separados da totalidade do social”, afirma Tragtenberg (MT, 1980a: 54). Ou, nas palavras de BRANDÃO (1981: 26): “O *ensino formal* é o momento em que a educação se sujeita à *pedagogia* (a teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados”.

O transcorrer do tempo favorece a postura de *naturalização* dos fenômenos sociais. Assim, a escola aparece aos nossos olhos enquanto o único espaço onde se aprende, se transmite e se desenvolve o saber legítimo. Porém a escola, como a conhecemos, é uma necessidade social da modernidade. Celso de Rui BEISIEGEL (1982) nota que a implementação do ensino formal no Brasil imperial resultou da imposição do Estado. As classes dirigentes, predominantemente agrárias e fundadas no trabalho escravo, não viam a escola como uma necessidade para o conjunto da população.[12] Este tipo de ensino era restrito às elites.[13]

---

[11] “A produção de um saber popular se dá, pois, em direção oposta àquela que muitos imaginam ser a verdadeira. Não existiu primeiro um saber científico, tecnológico, artístico ou religioso “sábio e erudito” que, levado a escravos, servos, camponeses e pequenos artesãos, tornou-se empobrecido, um “saber do povo”. Houve primeiro um saber de todos que, separado e interdito, tornou-se um “sábio e erudito”; o saber legítimo que pronuncia a verdade e que, por oposição, estabelece como “popular”o saber do consenso de onde se originou. A diferença fundamental entre um e outro não está tanto em graus de qualidade. Está no fato de que um, “erudito”, tornou-se a forma própria, centralizada e legítima de conhecimento associado a diferentes instâncias de poder, enquanto o outro, “popular”, restou difuso – não-centralizado em uma agência de especialistas ou em um pólo separado de poder – no interior da vida subalterna da sociedade”. (BRANDÃO,1984: 25)

[12] Vanilda PAIVA (1987: 58) salienta que: “O regime de escravidão e as condições sociais do conjunto da sociedade não propiciavam um interesse especial pelo ensino. A educação pouco podia contribuir para a ascensão dos membros daquela formação social; não existia, tampouco, grandes possibilidades de

O desenvolvimento capitalista e o progressivo aumento da urbanização e da industrialização impuseram a necessidade da educação formal e as elites esclarecidas assumiram este objetivo enquanto um projeto político-ideológico. Esse projeto foi imposto à população em geral. Sob a influência das idéias liberais, importadas e implantadas nos limites da realidade brasileira, inicia-se o processo de estender a educação à parcela cada vez maior da população. Num segundo momento, nos estágios mais avançados do capitalismo brasileiro, será a massa popular quem reivindicará a ampliação do ensino. Observa-se, então, a crescente massificação do ensino formal.

Não é nosso intuito analisar este processo nem discutir as experiências de educação popular no Brasil. Objetivamos apenas demonstrar que há uma esfera de conhecimento, em geral vista de maneira preconceituosa e descartada pelos que restringem a análise da educação aos parâmetros formais, que diz respeito ao homem comum e aos excluídos do sistema de ensino formal (espaços oficializados e titulações reconhecidas pelo Estado). Esta esfera do saber é reconhecida como legítima e valorizada por Maurício Tragtenberg.

Neste aspecto, o *olhar tragtenberguiano* sobre a educação não-formal é análogo ao olhar pedagógico dos militantes libertários. Não obstante, cumpre assinalar que a educação não-formal, embora à margem e nem sempre reconhecida, sempre esteve presente nos processos educativos. Em certos períodos históricos há a sua valorização e redescoberta. A militância libertária é, em si, uma atitude pedagógica. Por outro lado, a educação libertária também ocorre nos espaços do ensino formal, embora as estratégias da atuação dos anarquistas legitimam e reconhecem o saber informal e autodidata.[14]

---

participação política para qual a educação pudesse ser importante. Além da religião, poucos eram os motivos que atuavam em favor do desenvolvimento do ensino".

[13] Um rápido olhar pela História da Educação comprova que a educação formal se restringia à formação da elite. Quando muito, como em Roma Antiga, admite-se a formação de escolas técnicas e profissionalizantes voltada aos ofícios manuais (mas a formação da elite dirigente, isto é, o ensino centrado na retórica e na gramática, se dará em espaços separados e próprios). Essa realidade não sofre modificações na idade média: o ensino formal continua voltado à formação das castas dirigentes – às massas resta aprender pela palavra dos pregadores, através das imagens e festas populares. "Como já ocorria no mundo antigo e como tinha sido teorizado por Platão em *A República*, a educação do povo se cumpria, essencialmente, pelo trabalho. Era o aprendizado, na oficina ou nos campos, que, desde a idade infantil, dava uma formação técnico-profissional e ético-civil ao filho do povo", assinala GAMBI (1999: 166). Numa sociedade de analfabetos, a educação informal (conhecimentos ligados à crença, à tradição e à observação) adquire importância fundamental. Mesmo com a modernidade e as exigências do sistema fabril, o povo, por longo tempo, ficará à margem do ensino formal.

[14] Essa relação tensa entre o saber não-formal e a necessidade de estabelecer espaços formais, ainda que não vinculados ao Estado, mas reconhecidos pela sociedade, também se expressa, na "tensão dialética *separatismo/assimilação*". Como registra HARDMAN (2002: 58-59): "Esse problema foi analisado com muita sensibilidade por Hobsbawm ao tratar da "cultura operária" na Inglaterra. Se de um lado, é o

Portanto, o autodidatismo se insere no contexto da educação não-formal, mas também pode ser um excelente recurso mesmo no âmbito do ensino formal – no sentido de estimular o interesse e a curiosidade, do aprendizado solitário, de ampliar o grau de autonomia do educando, etc. Deve, assim, ser considerado não apenas como expediente alheio e contraposto à educação formal. O espaço para a atividade autodidata enquanto fator vinculado à militância é proporcional ao grau de exclusão produzido pelo sistema de ensino: quanto mais esse sistema for capaz de incorporar a demanda pela educação formal, maior a probabilidade do autodidatismo se restringir a uma estratégia individual de aprendizado, complementar ao ensino formal.

A crítica ao ensino formal não redunda mecanicamente em apologia do autodidatismo. Em tempos de novas tecnologias observa-se a tendência à ampliação do conceito de Educação; passa-se, cada vez mais, a aceitar que os processos de ensino-aprendizagem não se restringem aos espaços formais: o lar, o trabalho, os espaços de lazer, o cotidiano, passam a ser reconhecidos enquanto *locus* de desenvolvimento de um saber que também precisa ser valorizado.[15]

A experiência autodidata tanto pode bastar-se em si mesma quanto pode descerrar novos horizontes: as *universidades* de Tragtenberg ajudaram-no a abrir as portas do ensino formal. Tragtenberg, a rigor, admite a necessidade do ensino formal. Os depoimentos e testemunhos confirmam-no: ele estimulou operários a estudarem na universidade e, graduados, a fazerem mestrado e doutorado. A valorização do saber operário e popular e das instâncias onde se produz o conhecimento vinculado ao senso comum não implica necessariamente na negação do saber formal, do saber acadêmico. Tragtenberg, à maneira *freinetiana*, não admite que, em nome de um saber

---

"separatismo institucional da Inglaterra – na escola, na taberna, por toda parte – que acentua o separatismo cultural", de outro, "a cultura das classes hegemônicas é sempre, de qualquer modo, o modelo prático a que aspiram as classes subordinadas. É o único que elas conhecem". Hobsbawm localiza a necessidade, no interior da classe operária, que têm os "ambiciosos", a "aristocracia operária" e a "vanguarda consciente e militante", de adquirir *respectability* ante o conjunto da classe e aos olhos da classe dominante. É importante ressaltar que a utilização dessa *respectability* poderá se dar em sentidos antagônicos, seja buscando a conciliação de classes, seja demonstrando as capacidades e o potencial de uma direção revolucionária".

[15] "Com isto um novo campo da Educação se estrutura: o da educação não-formal. Ela aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não-governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou processos educacionais, fruto da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados etc." (GOHN, 2001: 7). A autora dedica sua obra a Maurício Tragtenberg: "Com ele muito aprendi. Seu espírito crítico, simplicidade, erudição, dignidade, compromisso com a verdade e com a liberdade, são exemplos de comportamento que o tempo jamais apagará. O legado de sua obra será uma eterna fonte de consulta e inspiração".

pretensamente científico, se faça *tábula rasa* dos saberes acumulados pelos homens comuns a partir das suas experiências de vida.

Tragtenberg não abdica de expressar a crítica contundente ao *campo acadêmico* e a valorizar práticas pedagógicas – como a do Sindicato do Ensino da Confederação Nacional do Trabalho (CNT/Espanha), constituído em 1976[16] – nas quais emergia uma pedagogia antiburocrática, fundada em princípios libertários e capaz de promover a "recuperação do conhecimento, que é *social* nas condições de sua produção e reprodução, porém é seqüestrado por instituições privadas ou estatais burocráticas, descrevendo o mesmo movimento da mercadoria: produzida pelo produtor, volta-se contra ele e o esmaga". (MT, 1980a: 62)

O Sindicato do Ensino da CNT, chama a atenção de Tragtenberg por expressar uma experiência pedagógica cujo objetivo é "devolver a educação à sociedade", negando o sistema de ensino formal e restituindo o processo ensino-aprendizado aos "diretamente interessados". A prática pedagógica resgatada por esta experiência reafirma, na concepção de Tragtenberg, os "princípios pedagógicos da Associação Internacional dos Trabalhadores, na defesa de *uma 'educação integral e igualitária' como condição da auto-emancipação dos trabalhadores e portanto de toda a sociedade"*. (Id.: 56 e 57 – grifos do original) Ao descrever o seu funcionamento, Tragtenberg enfatiza os procedimentos autogestionários:

> "A pedagogia fundada na autogestão é incompatível com qualquer tipo de autoritarismo, daí que todos os membros do sindicato têm iguais direitos e deveres, têm funções que não se constituem em cargos, em hierarquia diferencial. Ninguém manda ou obedece, tudo é decidido pela assembléia, que decide o que irá executar. O sindicato de ensino se estrutura num conjunto de assembléias ou grupos autônomos com relação direta e solidária entre si". (Id.: 58-59)

Dessa forma, combate-se o taylorismo intelectual, anula-se o fosso que separa professores/estudantes, docentes/pessoal não-docente. "É responsabilidade de todos os militantes do sindicato realizar de forma rotativa as funções, assumindo coletivamente os serviços que o funcionamento do sindicato requer: limpezas dos locais, cópias mecanográficas, atas", ressalta Tragtenberg. (Id.: 59)

O sindicato aglutina docentes, discentes e não-docentes. Tragtenberg enfatiza os elementos críticos à escola tradicional vinculada ao Estado e a conseqüente valorização

---

[16] "O sindicato foi fruto de um movimento de massas, nas diversas manifestações de protesto contra a elevação das matrículas, singularizando-se por sua reivindicação de livre entrada gratuita de qualquer pessoa a qualquer tipo de ensino, questionando os mecanismos de avaliação e seletivos e a titulação como fonte de privilégios". (MT, 1980a: 58)

de uma escola fundada nos interesses de todos os diretamente envolvidos com o processo educacional e baseada na comunidade. O conhecimento expropriado e transmutado em conhecimento formal, legitimado pelas instituições privadas e ou estatais, é reapropriado pela comunidade e ressocializado. Neste contexto, o conhecimento tido como senso comum, não-formal, encontra espaços para alçar vôos e dialogar, numa tensão construtiva, com os saberes ditos formais e eruditos.

Tragtenberg exemplifica este processo. Autodidata por necessidade, encontrou no campo acadêmico as condições para estabelecer pontes entre saber informal (senso comum) e o saber formal (erudito). Estas pontes traduzem-se em sua militância sócio-política, na qual o intelectual se amalgama com a realidade extra-acadêmica, reconciliando-se com o mundo.[17] E, neste mundo conturbado e contraditório, o autodidatismo ainda se faz presente.

Tragtenberg, ao adentrar os "portões do Olimpo" poderia, à maneira dos que sucumbem à vaidade e aos rituais do meio acadêmico, apagar o passado autodidata. Mas, não. Observa-se em seus depoimentos a valorização das suas raízes e, mesmo, um certo orgulho. Isso, a depender do analista, pode, por exemplo, ser tomado como uma falha em sua formação e induzir ao não reconhecimento dos seus pares; por outro lado, torna-o susceptível a reconhecer e ser reconhecido pelos que, como ele, não tiveram acesso aos bancos escolares ou que têm dificuldades em freqüentar a universidade.

De qualquer forma, essa diferenciação se traduz na valorização do *saber informal*, o saber dos trabalhadores, o conhecimento gerado pela própria ação dos trabalhadores e, portanto, externamente às instâncias formais de ensino. A idéia que funda essa posição é a de que a luta operária representa a grande escola, as *universidades* dos excluídos das instituições escolares, em particular, do ensino superior. Sua militância, como analisaremos a seguir, comprova-o.

---

[17] ARENDT (1999: 26), ao traçar os perfis biográficos de homens e mulheres que viveram em *tempos sombrios*, se reporta a uma "realidade aparentemente insuportável", diante da qual os homens exilam-se em si mesmos, "na invisibilidade do pensar e do agir". Nesse contexto, há "a tentação de se desviar do mundo e de seu espaço público para uma vida interior, ou ainda simplesmente ignorar aquele mundo em favor de um mundo imaginário, "como deveria ser" ou como alguma vez fora". Tragtenberg também teve os seus *tempos sombrios*. Contudo, o que desejamos salientar é o mundo prático, materializado no cotidiano e na *compreensão* do senso comum; ou seja, a capacidade de relacionar teoria e vida concreta, teoria e prática.

Tragtenberg: o militante-intelectual

Forjado nas lutas sociais, ele reviu sua posição política e ideológica vinculada à breve experiência na esquerda comunista dos anos 1940-50 e adotou uma postura independente dos partidos políticos, definitivamente libertária. A sua formação plural, o contato com a obra de Rosa de Luxemburg, com os clássicos do marxismo e do anarquismo; e, por outro lado, a militância no *Centro de Cultura Social* e a experiência intelectual autodidata acumulada, são fatores que explicitam a posição político-ideológica que fundamenta a sua intervenção social.[18]

Maurício Tragtenberg relativiza a importância dos intelectuais formados pela academia, os quais, em sua opinião, se realmente desejam contribuir com o movimento operário, devem se colocar a serviço deste. Sua tese é que na medida em que o trabalhador assume o conhecimento, o intelectual se torna desnecessário. A maior contribuição do intelectual resume-se, assim, a *dar uma força* ao movimento. Isso pressupõe que o intelectual desça do seu pedestal e abandone a postura do *iluminado*, cuja pretensão é dirigir o movimento operário, isto é, estabelecer relações verticalizadas que submetem o trabalhador e reproduzem as relações sociais capitalistas – as quais também estão presentes na relação educadores/educandos.

Tragtenberg recusa tanto a posição vanguardista dos que se consideram defensores dos oprimidos quanto a postura demagógica dos que tutelam os trabalhadores. Para ele, esses procedimentos induzem à infantilização, dependência e desvalorização do conhecimento do operário. É preciso *falar a língua* do trabalhador; mas, para isso, é preciso, primeiro, *saber ouvi-lo.*

No relacionamento com os trabalhadores, como nos cursos dados para as oposições sindicais, Tragtenberg evita os procedimentos e a linguagem academicista. "Se eu falar com eles no ritmo que falo na universidade, será a melhor maneira de ninguém entender. Segundo, jogar textos em cima deles e citar autores, não refresca nada", afirmou. Nem mesmo a linguagem da imprensa alternativa escapou às suas críticas. Para ele, era uma *inutilidade*. "É uma imprensa do eu comigo mesmo, uma imprensa de salão", disse. (MT, 1999: 134)

---

[18] O esboço biográfico traçado no capítulo I fornece elementos para a compreensão da evolução política de Maurício Tragtenberg. Nesse capítulo, nos ateremos aos anos 1970-90.

Em sua residência, nos espaços universitários, nos sindicatos, associações de trabalhadores etc., proferindo palestras, ouvindo, escrevendo em jornais e revistas, Tragtenberg exercita a linguagem dos oprimidos; utiliza os meios que dispõe para denunciar, ser solidário e estimular apoios, informar e contribuir para a formação política-sindical dos trabalhadores. Ele ressalta que a universidade, à maneira da televisão, cultua o estrelismo e as celebridades. Seu esforço em *ouvir* e *falar* a língua dos dominados é, ao mesmo tempo, uma crítica ao *homo academicus*.[19]

Esta preocupação com a linguagem, no sentido de se tornar inteligível aos trabalhadores, também exprime uma abertura para aprender com o saber tido como senso comum, ou seja, uma atitude de humildade intelectual. Isto pode ser observado e analisado em sua atuação jornalística, em especial através da sua coluna NO BATENTE, no jornal *Notícias Populares*. Intelectual reconhecido no mundo acadêmico, ele demonstrou coragem e ousadia ao assinar este espaço por vários anos, publicando às quartas e domingos. Quem conhece esse jornal paulistano sabe do seu estilo sensacionalista, expressão do *mundo cão*; um jornal que, dizia-se à época, *espremendo sai sangue*. E, no entanto, era lido pelos trabalhadores.

Tragtenberg, em sua autobiografia, confirma-o. Numa reunião no Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo e Diadema (SP), um militante afirmou que "para cada *Folha* [*Folha de S. Paulo*] que entra na Volks entram quarenta *Notícias Populares*". Tragtenberg afirmou então que esse era o motivo que o levava a escrever no *Notícias Populares*. (Id.) Simultaneamente, ele escrevia na *Folha de S. Paulo*, um jornal direcionado mais à classe média e que pressupõe outro estilo lingüístico. Os artigos no *Notícias Populares* são curtos e diretos; no jornal *Folha de S. Paulo*, Tragtenberg se permite uma linguagem mais rebuscada e com maior aprofundamento dos assuntos.

Tragtenberg utiliza a coluna como instrumento de denúncia das condições de vida e de trabalho no interior do espaço fabril e, também, para a divulgação e apoio às lutas dos trabalhadores, contribuindo para a sua organização e conscientização:

> "Se tenho um espaço no jornal, vou dar força para a comissão de fábrica, para os poucos sindicatos que não estão no esquema do peleguismo. Como branco, vou dar força para o pessoal do movimento negro. Como judeu, estou dando uma força para os palestinos. Quer dizer que é aparentemente incoerente, mas eu me sinto muito coerente comigo." (Id.: 126)

---

[19] BOURDIEU (1984), em obra homônima, analisa as características do *homo academicus*, centrada na necessidade da *distinção*, isto é, de acumular *capital simbólico* (BOURDIEU: 1998 e 2000).

A coluna *No Batente* traduzia "o que ocorria no interior das empresas, na política sindical e na política em geral". (MMT: 18-19) Sua linguagem simples transformou-a num espaço onde os trabalhadores tinham vez e voz:

> "A seção dirige-se a quem está "no batente" e não àqueles que estão afastados da produção querendo falar em nome dos que trabalham. Receberá com o maior interesse e atenção cartas de trabalhadores que retratem os problemas do interior da fábrica como sugestões de temas de interesse de quem trabalha, que a seção deva tratar." (*Notícias Populares*, 06.12.1981) [20]

Mais adiante, esclarece a sua posição aos "desavisados" e/ou "cidadãos de consciência pesada":

> "A Coluna está aberta aos trabalhadores assalariados em geral, das fábricas, bancos ou escritórios. Às donas-de-casa, estudantes, às minorias raciais na justa luta por seus direitos. A Coluna está aberta à população trabalhadora sindicalizada ou não, às oposições sindicais de várias categorias na sua luta contra os "pelegos" ou mesmo aos trabalhadores de várias categorias que, ao elegerem diretorias sindicais "autênticas", num primeiro momento, verificam que as citadas transformam-se em inautênticas ao assumirem ante a classe a figura de ex-operários, agora portadores de cargos, afastando-se das "bases" em que se apoiavam ou procurando usá-las para fins eleitoreiros." (NP: 13.07.1982)

Tragtenberg difunde a fala dos operários e dos excluídos em geral. Ele *traduz* os documentos sindicais, o material veiculado na imprensa sindical e as conversas com os trabalhadores, com os quais manteve contatos permanentes. Neste caso, *traduzir* significa escrever numa linguagem acessível aos trabalhadores.

Os trabalhadores souberam utilizar esse espaço: de um lado, fornecendo a *matéria prima* (jornais operários, panfletos, cartas documentos, depoimentos orais etc.); de outro, lendo e reproduzindo, ampliando o número de leitores. Esses procedimentos foram muito utilizados pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.[21] Era o período de luta pela redemocratização do país e de reorganização do movimento operário e popular. Era importante contar com este recurso: a denúncia ou a divulgação num jornal de grande circulação fortalecia a militância.

Paulo FREIRE (1985: 32), afirma que a pedagogia do oprimido "tem que ser forjada com ele [o oprimido] e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta

---

[20] Doravante, as citações dos artigos de Maurício Tragtenberg publicados na imprensa serão identificados apenas pela abreviatura do nome do jornal e a data de publicação correspondente.

[21] "Nessa coluna de jornal, Maurício Tragtenberg, durante vários anos, contribuiu com nossa luta, levando longe nossas idéias e nossos posicionamentos pela democracia pela base e contra a burocracia", afirma Cleodon Silva. (In: SILVA e MARRACH, 2001: 327) Vito Giannotti declara: "Quando Maurício Tragtenberg foi convidado a escrever na coluna do NP, *No Batente*, logo veio consultar a Oposição se valeria a pena. Na discussão vimos que seria útil, e assim ele aceitou o convite. Na Oposição sua coluna era usada, às vezes por todo mundo, às vezes por aqueles que mais concordavam politicamente com suas idéias. Mas serviu bastante. Tirávamos xerox e usávamos nas fábricas, nos diferentes tipos de reuniões". (Depoimento concedido por *email*, em 16.04.03)

incessante de recuperação da sua humanidade". Tragtenberg exercita essa *pedagogia*, enquanto intelectual orgânico dos trabalhadores: dialoga, incorpora os anseios da classe, amplifica sua voz, torna-se instrumento da sua luta. Vejamos como esse engajamento se traduz em seus textos.

Autoritarismo e redemocratização

Na conjuntura de finais dos anos 1970, com a retomada e ascenso do movimento operário e popular, as polêmicas se tornam acirradas. Tragtenberg, coerente com a sua trajetória e o compromisso com a causa social, assume posições claras: não dita receitas, mas recusa a posição de intelectual neutro e seguro em sua torre de marfim.

Em 1977, Tragtenberg denuncia as restrições da propalada abertura política e disseca, de um ponto de vista histórico e psicanalítico, a essência da censura. Embora enfoque o aspecto político, não lhe passa despercebido a função da censura no âmbito da sociedade civil: "Toda censura é política, por ocupar determinado espaço e pelo seu papel no âmbito do Estado, onde cumpre uma das funções estatais, a função repressiva. Isso não elimina a existência de censuras no nível da sociedade civil do tipo paroquial, como "orientação moral dos espetáculos". (FSP, 08.12.1977)

Tragtenberg historiciza os caminhos percorridos pela censura e pelos censores: da moral fundada na religião – e sustentáculo do absolutismo – à moral burguesa ditada pela necessidade de controle da sociedade e do Estado. A censura institucionaliza-se e passa a ser a rotina dos funcionários estatais:

> "É o "complô das belas almas", que se realiza por intermédio da censura como estrutura burocrática, do Poder que lhe dá cobertura, e da autocensura que funciona como censura inculcada. Isso me lembra uma frase de Jorge de Sena: em se tratando de inquisição preferia ele a católica, pois os inquisidores pelo menos eram teólogos." (Id.)[22]

[22] Tragtenberg, em seus textos e palestras, utiliza expressões que comprovam uma característica reconhecida por seus interlocutores: a fina e irreverente ironia. Há em sua fala e escrita um traço característico do humor judaico, cujo berço foi a Europa Oriental do século XIX, vinculado à linguagem iídiche. "O humor judaico tende a ser antiautoritário. Ele ridiculariza a grandiosidade e auto-indulgência, a hipocrisia, a pomposidade. Ele é fortemente democrático, enfatizando a dignidade e o valor do cidadão comum, satirizando figuras proeminentes da sociedade e também do mundo judaico, como os rabinos, cantores de sinagogas, sábios, intelectuais, professores, doutores, homens de negócio filantropos. Ele recorre à familiaridade, à intimidade; e neste sentido dá margem à ternura", esclarecem os organizadores da coletânea *Do Éden ao Divã – Humor Judaico*. (1990) A descrição é bem típica do modo de ser de Maurício Tragtenberg.

Numa época em que ainda prevalecem as restrições à liberdade de expressão, Tragtenberg escreve, então, sobre a censura em geral, enquanto fundamento dos governos despóticos em todos os tempos e lugares. Está dado o recado...

Maurício Tragtenberg também enfrenta o autoritarismo presente na esquerda autodenominada marxista-leninista. Os partidos comunistas e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), ainda que com divergências políticas e teóricas, adotavam posições políticas semelhantes em relação à conjuntura e ao movimento sindical. Isto resultava em alianças com o "peleguismo" e numa prática sindical que, no caso do MR-8, descambava para a agressão física. Conforme relata Tragtenberg:

> "No dia 14/12/79, às 20:30hs na porta do Sindicato dos Metalúrgicos de S.P. 30 elementos adeptos do jornal HORA DO POVO, estranhos à categoria profissional, agrediram os membros da Oposição Sindical Metalúrgica com cacetes, correntes e barras de ferro, resultando em ferimentos em Vito Giannoti e Raimundo de Oliveira. (...) O que é de pasmar, é que os membros da Oposição Sindical refugiaram-se no Clube Militar lá existente (...), onde um coronel de revólver na mão impediu a invasão e agressão aos operários clamando: – Vocês têm que respeitar quem pensa diferentemente!" (ET, 17 a 23.01.1980)

Para Tragtenberg, o MR-8 representa o *fascismo proletário*. Ele enfatiza que o autoritarismo não se restringe ao Estado, mas constitui um cancro que se alastra por toda a sociedade civil, em especial, "no seio de grupúsculos que se jactam de dialéticos, porém, usam **práticas fascistas** como meio para chegar a seus pretensos fins: libertar a classe operária da exploração e da dominação". (Id.)

Em sua avaliação, este fascismo se origina numa prática que se universalizou "no meio operário por meio de um irmão inimigo: o stalinismo". Sua referência é a Espanha revolucionária dos anos 1936/39, "onde os êmulos espanhóis de A HORA DO POVO esmagaram as correntes de esquerda não-autoritária" e permitiram a vitória do franquismo.[23] "Ainda sobra tempo para meditar nisso, porém, esse tempo é exíguo", alerta.(Id.)

O jornal *Hora do Povo,* respondeu veementemente às críticas de Tragtenberg, num artigo com o sugestivo título: "O autoritarismo anti-autoritário". Neste, o articulista parte para o ataque pessoal, classificando-o de: "socialista de fardão", "figuraço", "fariseu" e "pedantão". Tragtenberg, em sua resposta, argumenta que o tom do seu

[23] Tragtenberg resgata a história da Revolução Espanhola e refuta a afirmação de que o POUM era anarco-trotskista: "Eis que o movimento anarquista articulava-se na Espanha em torno da CNT (Confederação Nacional do Trabalho)..." Por outro lado, relembra que os anarquistas, durante a revolução camponesa dirigida por Makhno e no episódio de Kronstadt, foram reprimidos pelo exército vermelho liderado por Trotsky. "O POUM por sua vez, surgira de uma cisão do trotskismo; nos "Escritos da Espanha" Trotsky dedica metade do volume criticando o POUM", salienta. (ET, 07 a 21.02.1980).

crítico mostra a ausência de objetividade e, em seu lugar, “permanece o “terrorismo intelectual”, a técnica da intimidação destinada a inibir a crítica – recurso totalitário digno do fascismo”. (ET, 7 a 21.02.1980)[24]

Nesta polêmica, Maurício Tragtenberg resgata algo que lhe é peculiar: a pertinaz busca da coerência na relação entre prática e teoria, entre meios e fins. Ironicamente, afirma:

> “Ora, os fins a atingir são definidos pelos meios empregados, jamais se conseguirá desalienar uma classe batendo em seus membros com cassetetes, correntes, barras de ferro. Deus livre a classe operária de tais libertadores, ao contrário, uma das condições de auto-libertação da classe consiste em livrar-se de tais “libertadores” ou “representantes”.” (ET, 17 a 23.01.1980)

Tragtenberg condena tanto a violência de *A Hora do Povo* quanto a violência em geral que brota no movimento sindical. No *Encontro Nacional das Oposições à Estrutura Sindical* (ENTOES), realizado no Rio de Janeiro, em 1980, a pancadaria deu o tom das discussões. Comentando este acontecimento, ele aponta os principais responsáveis: os “Décio Malho”, tropa de choque do sindicalista Joaquim dos Santos Andrade, o “Joaquinzão”, na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Porém, não perdoa o comportamento dos grupúsculos sectários da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, a qual “sofre de uma doença infantil, qual seja, ela não consegue conviver com sua própria formação heterogênea em nível ideológico-político”. Resultado: não tem maturidade suficiente para resolver as divergências através do diálogo e do debate democrático. A conclusão é grave:

> “O desrespeito à diferença, a intolerância agressiva mostram que o autoritarismo e a ditadura não são somente fenômenos do aparelho de Estado, estão inseridos na sociedade civil, nas instituições que a compõem. A desgraça maior é ver que cada um de nós traz um ditador dentro de si, um déspota intolerante à divergência, em suma um nível de autoritarismo que corrói as melhores intenções democráticas.” (FSP: 27.10.1980)

Eis mais um traço característico em sua militância: o compromisso com a luta social não redunda em alinhamentos automáticos e acríticos. Tragtenberg não se presta à manipulação. Ao *traduzir* a fala operária, do trabalhador no comércio, no escritório etc., da dona de casa, dos índios e negros, ele é cauteloso em relação aos pretensos líderes e ou partidos que falam em seu nome. Desta forma, “reserva-se o direito de não ser canal de transmissão de “palavras de ordem” de partidos políticos, por melhores que se apresentem e pretendam “representar” o trabalhador”. (NP: 13.07.1982)

---

[24] Adelmo GENRO Fº, Marcos ROLIM e Sérgio WEIGERT (1981), realizaram uma análise crítica do jornal *Hora do Povo* e concluíram que este expressa “uma vertente para o fascismo”.

Por outro lado, não advoga o papel de *líder profissional*, em substituição às lideranças reais surgidas entre os próprios trabalhadores. “Não pretende a Coluna falar em nome da classe trabalhadora, mas sim abrigar seus legítimos anseios”, escreve. Tragtenberg coloca-se apenas como *professor*, isto é, como assalariado que “nunca “amaciou” cadeira de “presidente” de sindicato”, nem pretende “candidatar-se a cargo algum”. (Id.)

Politicamente, Maurício situou-se ao lado das forças políticas que fundaram a CUT e o PT: combateu o sindicalismo pelego aliado aos patrões e governantes e apoiou as oposições sindicais que surgiam no período; usou a coluna – e os espaços que tinha em outros jornais – para denunciar as artimanhas dos que buscavam se perpetuar nos aparatos sindicais; acreditava que a retomada dos sindicatos pelos trabalhadores pressupunha, naquele momento histórico, a vitória dos sindicalistas combativos e oposicionistas.

Para ele a questão central era a estrutura sindical e, portanto, o fundamental era apoiar a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Com esse intuito, escreveu vários artigos, explicando aos trabalhadores o funcionamento dos sindicatos e estimulando-os a acreditarem apenas na sua própria força, a construir a sua autonomia.

Logo percebeu como o processo de burocratização das oposições sindicais, quando da ocupação da máquina sindical, favorecia o surgimento de um novo tipo de sindicalismo atrelado ao Estado: o *pelego vermelho*. Antes radical e crítico à estrutura sindical; hoje beneficiário desta mesma estrutura.

O partido contribuía nessa dinâmica ampliando as possibilidades para o carreirismo. “Todos eles (candidatos ou partidos) se apresentam como defensores do povo, no poder. Quem defenderá o povo deles?”, escreveu em 1982, ano em que o PT disputou sua primeira eleição. E, alertava:

> “A ilusão do peão é que haja governo de peão. Mesmo aquele que foi peão e hoje ingressa em partido político — seja ele PDT ou PT — se eleito, deixará a fábrica, freqüentará o Parlamento, terá que vestir-se de terno, colete e gravata e, às vezes usar suspensórios. Com os anos ele esqueceu que foi peão. Numa nova eleição ele se lembra de novo que fora peão, aí põe boné, camiseta e vai pedir votos em porta de fábrica. Porque o maior problema para aquele que foi eleito pela primeira vez é ser reeleito. Assim é que começam as carreiras políticas.” (NP: 14.11.1982)

A propósito, em 1986, ventilou-se a hipótese de que Tragtenberg poderia ser candidato a deputado pelo PT paulista. Ele esclareceu publicamente que não era nem seria candidato e aproveitou a oportunidade para criticar o carreirismo: “Deputados,

Senadores, Vereadores, mesmo sendo ex-trabalhadores com o tempo costumam esquecer suas origens sociais, fazendo o papel de **amortecedores ou administradores** das lutas sociais". E reafirmou o intuito de permanecer na profissão de professor-pesquisador e de *dar uma força* à organização dos trabalhadores: "Se alguém acha que indicando o nome desse autor dessa coluna como candidato a candidato está homenageando-o está redondamente enganado". (NP: 23.04.1986)

A recusa de Tragtenberg e a crítica aos partidos e ao parlamento se inserem na tradição anarquista. Bakunin, por exemplo, criticou as ilusões sobre o sufrágio universal e a ficção do controle popular sobre os seus representantes.[25] Nesta perspectiva, Maurício Tragtenberg diria que "o voto universal é a aparência do governo popular." (FSP: 14.11.1982) O poder adquirido pelos representantes no exercício do mandato produz as condições para a sua emancipação em relação aos eleitores. O poder que nasce do povo, não lhe é restituído e a política termina por se transformar numa *ciência oculta* incompreensível para o povo.

Analisando a história da conquista do sufrágio universal, os governos social-democratas e sua trajetória nas sociedades modernas, Tragtenberg é cético quanto às possibilidades de mudanças reais decorrentes da estratégia eleitoral:

> "Vença quem vencer as eleições, nada muda no interior das fábricas, nos campos e nas oficinas. Nos escritórios, nos bancos, nos hospitais. As relações hierárquicas de dominação e exploração continuarão as mesmas, só que administradas por um governo que, em "nome do povo", poderá pedir-lhe "sacrifícios" e, se for o caso, usar o aparelho repressivo do Estado como usaram-nos todos que ocuparam o poder de Cabral até hoje. (...) Concluindo, a ilusão eleitoral faz parte da "ilusão do político", onde intelectuais e políticos tendem a crer como suas (independentes da base econômica) as metas que se propõem a si e aos outros." (Id.)

Embora fosse crítico, colaborou com os partidos de esquerda, em especial o PT. Não obstante, ainda nos anos 1980, Tragtenberg detectaria o *dilema da estrela*. Numa fase em que o PT estava em franca ascensão, ele analisou a luta de tendências em seu interior e concluiu que, no caso de prevalecer a tendência hegemônica (a *Articulação*), o partido se definiria "como um vasto partido de trabalhadores com caráter de massas",

---

[25] "Por mais democráticos que sejam seus sentimentos e suas intenções, atingida uma certa elevação de posto, vêem a sociedade da mesma forma que um professor vê seus alunos, e entre o professor e os alunos não há igualdade. De um lado, há o sentimento de superioridade, inevitavelmente provocado pela posição de superioridade que decorre da superioridade do professor, exercite ele o poder legislativo ou executivo. Quem fala de poder político, fala de dominação" sentenciou Bakunin. (In: WOODCOOK, 1986: 99) Bakunin, não obstante, mostrou-se ambíguo quanto à participação eleitoral. Tragtenberg observou algumas situações em que esse "*abstencionista* decidido e apaixonado" se pronunciou favoravelmente ao sufrágio: na carta a Gambuzzi, de 16.02.1870, na qual felicita-o por ter se elegido deputado; na correspondência com Celso Cerretti (1872), aconselhando os companheiros italianos a colaborarem com

num "estilo social-democrático de atuação política". Em outras palavras, se simbolizarmos o *dilema da estrela* contrapondo o branco ao vermelho, é a primeira a cor que, em sua análise, tendia a prevalecer. (JT, 17.12.1988)

A voz dos excluídos

No Batente enfatiza os aspectos da militância sindical – em especial, o setor operário. Tragtenberg também utiliza esse espaço – e o de outros jornais – para tratar de temas como o racismo, a opressão contra as mulheres, os índios, a luta dos trabalhadores rurais e sem-terras, etc. Um primeiro aspecto a observar é a perspectiva classista. Tragtenberg, por exemplo, não analisa a mulher em geral, mas a mulher no contexto social do mundo do trabalho e das lutas na fábrica ou no campo. Por outro lado, rompe com as dicotomias fáceis entre a especificidade da questão feminina e as condições sociais gerais em que a mulher se insere:

> "A defesa da especificidade do movimento de mulheres não significa "alheamento" em relação ao movimento global das classes trabalhadoras na luta por suas reivindicações. Da mesma forma que o grupo negro, homossexual, a mulher está inserida na totalidade do real e ao mesmo tempo tem problemas específicos, no contexto da totalidade, que não podem ser escamoteados. (...) O movimento feminista, à margem dos partidos e seitas políticas, luta especificamente pela melhora da condição da mulher, seja da classe média ou operária, inserido no conjunto da luta de todos que trabalham e são explorados. Isso é muito diferente das seções feministas dos chamados partidos de esquerda (!) onde os homens vão às reuniões e as mulheres continuam no forno e no fogão." (FSP: 26.02.1981)

Estas palavras ilustram bem o pensamento de Tragtenberg a respeito das relações de gênero. Nestes anos, polemizou com os adeptos do *Hora do Povo*, os quais teceram comentários nada elogiosos sobre a organização do 3º Congresso da Mulher Paulista (1981). Segundo o MR-8, essas mulheres seriam "infelizes", "problemáticas", "grã-finas e lésbicas", cuja ação política estaria sendo "estimulada pela burguesia". (Id.) Este, afirma Tragtenberg, é um argumento fascista. O maniqueísmo popular *versus* burguês mascara posturas preconceituosas, racistas e intolerantes:

> "É sabido que o racismo, a intolerância são irmãos da morte. Eis que a "Hora do (anti) Povo" estigmatiza as mulheres feministas como lésbicas hoje, amanhã passará a criticar os judeus, ou aqueles que não rezam pela cartilha stalinista MR-8. Já vimos na história muitos movimentos aparecerem com o nome de *revolucionários* e se constituírem nas piores reservas da reação e do capitalismo de Estado. (...) Criticar as mulheres independentes que pretendem levar à frente a realização do 3º Congresso por se preocuparem com a sexualidade é ignorar que ela é também uma questão política. A mulher é explorada pelo sistema capitalista e também pelo patriarcal, daí a unicidade de reivindicações econômico-sociais-políticas e sexuais...". (Id.)

---

os partidos, no sentido de atingirem os objetivos imediatos; e em relação às eleições francesas (1876), quando Bakunin apóia o partido republicano. (MT, 1983a: 287-288)

No Batente denuncia as condições de trabalho das mulheres.[26] Não lhe escapa que a condição da trabalhadora negra é específica: vítima de mecanismos racistas, visíveis e camuflados, ela, em geral, exerce as ocupações manuais em setores onde os salários são os mais baixos. A mulher trabalhadora negra é discriminada de forma tríplice: socialmente, sexualmente e pela sua condição racial. "A trabalhadora negra de hoje não difere de seus antepassados escravos. A trabalhadora rural é uma mera "escrava do eito", a empregada doméstica é a "mucama" que criava os filhos do patrão banco, a servente e a trocadora de ônibus são a "escrava de ganho" do passado", enfatiza. (NP: 03.06.1982)

Maurício apóia o *Movimento Negro Unificado*, formado em 18 de junho de 1978, em São Paulo. Observando que "o negro deixou se ser escravo sem tornar-se cidadão", estimula a participação dos trabalhadores negros:

> "... o Movimento Negro precisa de negros com consciência social e política e não de "jaboticabas". Negro que reproduza relações sociais de dominação, que tem "alma branca" ou vota no PDS, preferentemente. Negro "jaboticaba" é a aquele que é negro por fora, branco por dentro, com um caroço duro de engolir." (Id.)

Tragtenberg ainda utiliza a coluna *No Batente* para repercutir a produção acadêmica dos intelectuais. Tomando este caso como exemplo, observamos que suas fontes são os artigos da socióloga Lélia Gonzalez, publicado no jornal *Mulherio*, editado pela Fundação Carlos Chagas (São Paulo). Isto ilustra o seu método de trabalho como escritor-militante: ele não procura reinventar a roda; pelo contrário usa a coluna como caixa de ressonância dos órgãos da imprensa operária e também das publicações acadêmicas voltadas para a questão social.[27] O mesmo ocorre com os artigos publicados em outros jornais e mesmo nas revistas acadêmicas.[28]

---

[26] Uma breve consulta em relação aos títulos dos artigos demonstram a preocupação de Tragtenberg com a mulher no mundo do trabalho: *Costureiras mostram que cooperativismo pode ser possível* (NP, 10.01.1981); *A mulher trabalhadora* (NP, 12.05.1982); *A mulher e o trabalho* (NP, 06.10.1982); *Ainda a mulher e o trabalho* (NP, 10.10.1982); *Mulheres do campo* (NP, 21.08.1985) e *Mulheres na luta pela terra* (NP, 30.04.1986).

[27] Eis uma pequena amostra das suas fontes: *Boletins de Greve* (impressos nos estaleiros de Gdansk, Polônia); *O Metalúrgico* (Santos-SP); *Luta Sindical* (Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo); *CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação*; *O São Paulo* (jornal da Arquidiocese de São Paulo); *CPT* (Comissão Pastoral da Terra); *Centro Pastoral Vergueiro* (depois, *Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro*); *Tribuna Metalúrgica* (SBC e Diadema); *Tribuna Sindical* (Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo); *Boletim do DIEESE*; *Piquetão* (Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica – Região Sul); *Boletim dos Gasistas* (Oposição Sindical); *Jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André* ("Coluna do Mão de Graxa"); e, jornais de Comissões de Fábrica, Boletins da Cipa, Cartas Abertas e manifestos, jornais das oposições sindicais e de associações de trabalhadores, a imprensa alternativa, correspondência pessoal, conversas com trabalhadores etc.

[28] Um exemplo é o artigo *Violência e trabalho através da imprensa sindical*, publicado na Revista *Educação & Sociedade* (1979: 87-120). Nesse artigo Maurício analisa a condição operária no Brasil numa

As atenções de Maurício Tragtenberg concentram-se sobre a questão social: seja o trabalhador na fábrica ou no escritório, os trabalhadores rurais, a mulher na cidade ou no campo, as condições sociais dos negros, índios, etc. *No Batente* era publicada duas vezes por semana. Certos acontecimentos eram tratados por vários números seguidos.

Política e a questão social

O tratamento dado por Tragtenberg à temática social vincula-se à política e à economia num contexto global. O desenvolvimento capitalista gera as condições para a normalização dos conflitos entre as classes: as demandas trabalhistas e sociais ganham legitimidade e passam a ser aceitas como inerentes ao sistema e ao seu necessário aperfeiçoamento.

Este progresso coloca noutro patamar a questão social. A especificidade dos direitos sociais, e mesmo dos direitos de camadas específicas da sociedade, como os negros, as mulheres etc., passa a ser reconhecida. As lutas sociais impõem conquistas e, por outro lado, são incorporadas e institucionalizadas pelo Estado. Essa dinâmica se manifesta no setor privado com o reconhecimento da organização sindical e dos direitos trabalhistas e, também, pela adoção de mecanismos de participação e co-gestão que procuram cooptar ou incorporar os trabalhadores à administração empresarial.

Enquanto o capitalismo global avança no sentido da normalização dos conflitos sociais e, portanto, da legitimação da questão social, no Brasil a roda gira ao contrário ou estaciona no tempo. "A classe operária na realidade não tem direito à cidadania. Salvo raras exceções, o sindicato não é a casa do trabalhador, é a casa do "pelego", assinala Tragtenberg. Ele observa que não existe liberdade sindical; que a representação operária é regulada burocraticamente, sujeita à intervenção e prisão dos líderes operários; e os conflitos sociais são enquadrados na ótica do Estado tutelador e repressor, cuja função é "vigiar, punir e matar em nome da lei". (FSP: 08.11.1979) [29]

---

analogia com as referências de Karl Marx, descritas em *O Capital*. A base do artigo são as notas (mais que as páginas dedicadas ao texto). Nessas, ele transcreve literalmente textos e matérias dos jornais operários, depoimentos etc. Pode-se dizer que o artigo é um pretexto para dar a voz a quem não tem e divulgá-la no espaço universitário.

[29] Nesse artigo, Tragtenberg resgata o *Manifesto da Aliança Liberal*, publicado em O *Estado de S. Paulo*, de 21.09.1929, o qual reconhecia a existência da questão social: "Bem ao contrário da afirmação que corre como oficiosa, se não como oficial, de que o problema social no Brasil é uma questão de polícia, nós estamos convencidos de que também aqui, como em todos os países civilizados, o problema social existe. Existe a questão social, porque não poderia deixar de existir: existe nas cidades, nas vilas, nos

Nestas condições, a questão social é espezinhada e a propalada abertura política patrocinada pelo governo militar torna-se piada de mau gosto. “A bala que vitimou o operário Santo Dias da Silva marca os limites exatos dessa abertura”, enfatiza Tragtenberg. A saída apontada por Maurício para a superação desta situação é a auto-organização autônoma dos trabalhadores e sua “determinação em criar uma estrutura social onde crimes como o assassinato de Santo Dias da Silva sejam inconcebíveis”.(Id) Ou seja, um dia em que a questão social deixe de ser tratada como caso de polícia.

A implantação da *Nova República*, na análise de Tragtenberg, não modifica substancialmente este quadro: permanecem a estrutura repressiva estatal, a reprodução das desigualdades sociais e os fundamentos da estrutura sindical:

> “Diremos que **estruturalmente** nada mudou. O fosso entre os trabalhadores urbanos e rurais permanece, a classe média cada vez mais empobrecida, cada vez mais expande-se a rede bancária e fecham as fábricas. Porém, **conjunturalmente**, algo mudou. Verdade que é muito pouco. A mudança que se vê no horizonte é da liberdade de organização e reunião, que, é fundamental para os trabalhadores conjuntamente estruturarem suas reivindicações. Que possam reunir-se em seus locais de trabalho, nas praças públicas, nos seus órgãos de classe, sem sentirem-se delinqüir por fazê-lo.” (NP: 17.03.1985)

Tragtenberg insiste nesses temas: denuncia as recaídas dos nossos liberais-democráticos, a *democracia do cassetete* (a repressão às greves e aos movimentos sociais), a sobrevivência das leis autoritárias, a forma como é tratada a questão social; propugna, enfim, pelo alargamento das liberdades políticas e pela democracia.

Mesmo com os avanços democráticos no âmbito político-sindical, a inspiração da militância t*ragtenberguiana* permanece sendo o cotidiano dos trabalhadores no *inferno fabril*, o *chão da fábrica*:

> “O regime fabril é muito parecido com a prisão: as leis e normas que vigoram na rua não se aplicam no interior da prisão ou da fábrica.
>
> A fábrica se constitui como um mundo à parte, intramuros, onde a atividade humana, os movimentos, a vida humana é medida em função da produção. Onde o homem é visto acima de tudo como um corpo produtivo.
>
> Pode haver Assembléias, Constituintes, Reformas Constitucionais, passeatas, comícios, o que for, o mundo do interior da fábrica é desolador e a **necessidade** domina o mundo do **fazer**, do **obedecer** e onde acima de tudo “tempo é dinheiro”. (NP: 08.03.1985)

Os grandes temas políticos desse período, como o *Pacto Social* e a *Constituinte*, são analisados a partir dessa perspectiva. Tragtenberg nota que, na história brasileira,

---

campos, no comércio, nas indústrias urbanas, nas indústrias extrativas. A existência da questão social entre nós nada tem de grave e inquietador; ela representa um fenômeno mundial, é demonstração de vida, de progresso. O que é inquietador e grave no Brasil é a preocupação de ignorar oficialmente a existência de problemas dessa natureza.” Nos idos de 1970, Maurício usa o capitalismo para criticar o capitalismo em sua especificidade brasileira, recorre aos liberais para reforçar seus argumentos anti-autoritários.

todas as vezes que as massas populares radicalizam sua ação o discurso *conciliacionista* volta à tona. Foi assim no período regencial, com a repressão às diversas revoluções populares; repetiu-se nos anos do Estado corporativo getulista, com o populismo janguista dos anos 1960; e, com o advento do *Colégio Eleitoral*, mecanismo de canalização da mobilização popular na campanha pelas eleições diretas para presidente.

Com a *Nova República*, o discurso de conciliação se manifesta através da proposta do Pacto Social. Tragtenberg perfila-se ao lado dos críticos dessa proposta (PT, CUT, setores da Igreja ligados à Teologia da Libertação etc.) e na oposição aos defensores da *Nova República* e do pacto (dos empresários aos partidos comunistas – PCB e PC do B – incluindo o MR-8). Amparado na análise da história brasileira e na experiência espanhola (o *Pacto de La Moncloa*) conclui:

> "O Pacto Social nada mais é do que a retradução no plano das classes sociais da "Conciliação" que opera a nível político. Razão pela qual, os trabalhadores, os militantes de comissões de fábricas, sindicatos devam pensar, e muito antes de aderirem ao mesmo. Estarão vendendo sua primogenitura por um prato de lentilhas, como na Bíblia." (FSP: 07.04.1985)

A crítica ao *Pacto Social* demonstra o ceticismo tragtenberguiano em relação às soluções negociadas no âmbito do Estado. Para ele, a única estratégia eficaz na luta dos trabalhadores é a sua organização autônoma: o resto é embromação. Como se dizia à época: os patrões só escutam a linguagem das máquinas paradas. Em *No Batente*, numa versão resumida, ele retoma este tema:

> "Os bóias-frias de Guariba e Sertãozinho sentiram na pele o cassetete democrático e sabem o que é a repressão democrática. Sabem também, que, somente pela auto-organização qualquer classe dominada conseguirá alguma coisa. Atuando diretamente sem intermediários é que os trabalhadores conseguirão a parte que lhes cabe no você trabalhou e o Brasil mudou. Não é político profissional algum que irá fazê-lo." (NP: 27.02.1985)

Esta mesma atitude de desconfiança em relação à institucionalização da luta social e a subordinação da autonomia operária aos conchavos elitistas e pactos sociais negociados através do aparato estatal se manifesta na postura em relação ao *Congresso Constituinte*, eleito em 1986. A *Nova República*, é verdade, expressou o avanço da luta pela liberdade e os direitos políticos. A perspectiva naqueles anos era que a Constituição, promulgada em 1988, sedimentasse os direitos conquistados na luta contra a ditadura militar e avançasse em direção à consolidação da democracia política e econômica. Para muitos, a Constituinte tornou-se um fórum privilegiado para o debate sobre a questão social, gerando expectativas de avanços na conquista da cidadania.

Tragtenberg apontou os limites do *Congresso Constituinte*: eleito sem uma reforma política que corrigisse, por exemplo, a deformação da relação representante-representado (o voto de um eleitor do Amapá vale 15 vezes o voto de um eleitor que resida no Estado de São Paulo); e, ainda, sob o peso do entulho autoritário, como a Lei de Segurança Nacional. "As liberdades não são fruto de inscrições em papéis, tenham o nome que tiverem. Elas são o resultado da capacidade de organização de e de luta dos trabalhadores, o resto é conversa mole prá boi dormir", ressaltou. Em sua opinião, o lema dos trabalhadores deveria ser: "Não a uma Constituinte fajuta". (NP: 27.01.1986)

Nestes anos, iniciou-se o debate sobre qual a melhor forma da organização política do Estado: parlamentarismo ou presidencialismo. Os defensores do parlamentarismo, em geral, buscavam nos exemplos dos países de capitalismo desenvolvido os argumentos para a sua defesa. Tragtenberg apontou as incongruências de analisar a nossa realidade política com "óculos europeus", apontando a fragilidade da nossa democracia e a inexistência de partidos ideológicos:

> "No Brasil muda-se de partido como quem muda de camisa ou muda de correia de relógio, seguindo a última moda. Temos um Partido Trabalhista dirigido por cidadãos que não são trabalhadores, conhecem fábrica por ouvirem falar. Um Partido Democrático Social que não é uma coisa nem outra, foi o biombo da ditadura militar no país. Um Partido Comunista que pretende "abrir" o sistema bancário no Brasil à participação dos bancos internacionais, que procura aliar-se ao Deus e ao Diabo e até ao PDS. Positivamente, o Parlamentarismo aqui é um sonho de uma noite de verão e de um Congresso que aprovando-o, legislará em benefício próprio." (NB: 26.01.1986)

A política libertária

É costume restringir a política à política partidária. Há, ainda, quem imagine existir apenas uma forma de militância política, no interior do *partido do proletariado*. Assim, exige-se do intelectual engajado o compromisso com o partido que, em tese, representa os trabalhadores. Porém, a militância partidária – em partidos ditos revolucionários ou não – é apenas uma das manifestações da política.

Ausente da política partidária, Tragtenberg fez política em todos os espaços em que atuou. No campo da política libertária, Maurício foi um dos principais estimuladores das iniciativas de rearticulação de uma esquerda de inspiração anarquista e autonomista em São Paulo. Como relata José Carlos Orsi Morel, do Centro de Cultura Social, os contatos dos militantes libertários com Maurício Tragtenberg se intensificaram a partir de 1975. "Havíamos constituído, com cerca de dez

companheiros, o Grupo Projeção, com o propósito de melhorar, na medida do possível, as atividades libertárias em São Paulo", escreve. Tragtenberg apoiou a iniciativa e participou de inúmeros debates e palestras. Morel confirma que "sua presença na mesa era praticamente obrigatória" e fator facilitador do debate das propostas anarquistas. "Eu sinceramente perdi a conta dos debates nos quais participou; entre setembro de 1975 e maio de 1978; com certeza, foram dezenas", afirma. (In: SILVA & MARRACH, 2001: 276-77)

Tragtenberg contribuiu para a formação de uma geração de intelectuais cuja inspiração funda-se nos princípios libertários.[30] Os anarquistas freqüentavam a sua casa e ele, com a família, participaram das muitas vivências, realizadas num sítio localizado na Serra do Mar, nos fins de semana e feriados prolongados. "Discutia-se muito, não apenas teoria, mas também os rumos práticos do movimento e, num clima bastante informal, aprendia-se tanto na convivência despretensiosa quanto nas ocasiões mais formais, nas reuniões, palestras e nos debates que organizávamos", relata Morel. (In id.: 279)

Em 1977 é lançado em Salvador (BA), o jornal *O Inimigo do Rei*.[31] Em São Paulo, os militantes libertários se incorporam a este projeto. Maurício apóia a iniciativa: escreve, colabora financeiramente, estimula e conquista leitores e, várias vezes, cede a própria casa para as reuniões do grupo. Os libertários conquistariam mais um apoio na família Tragtenberg: seu filho primogênito ingressa no curso de Física da USP e se envolve com a tendência estudantil de caráter anarquista, a *Vento Novo*. Marcelo terminaria por optar pela militância no Partido dos Trabalhadores.

A atuação libertária de Maurício Tragtenberg foi um ponto de apoio fundamental para resgatar a proposta anarquista, contribuindo para a sua legitimação perante as demais tendências políticas. O anarquismo passa a ser minimamente respeitado e levado mais a sério.[32] Até então era tratado, segundo Morel, "como uma espécie de aberração no panorama da esquerda brasileira: relíquia do tempo de um proletariado artesanal;

[30] Morel cita Antonio Valverde, Lúcia Bruno e Edson Passetti, observando que sua intenção não é atribuir a todos "o mesmo comprometimento com o anarquismo", mas apenas ilustrar "a formação de uma tendência". (In: SILVA & MARRACH, 2001: 277)
[31] O jornal "O Inimigo do Rei" foi lançado em outubro de 1977, por um grupo de jovens estudantes da UFBa dos cursos de Filosofia, Economia, Comunicação e Ciências Sociais. Este jornal, "se tornará o porta-voz do anarquismo baiano, carioca, paulista e gaúcho". (AVELINO, 2002: 95)
[32] Sua contribuição também se deu no campo editorial com a direção e publicação de coletâneas de textos anarquistas. Voltaremos a este tema no próximo capítulo.

tendência pequeno-burguesa do socialismo; um aliado objetivo da direita; fóssil social sobrevivente apenas nos miolos de algum velhinho do Brás”. (Id.: 276-77)

Maurício foi amigo de Jaime Cubero e, como vimos, freqüentou por muitos anos o Centro de Cultura Social (CCS). Edson Passetti, chama a atenção para a contribuição intelectual de Tragtenberg ao Centro de Cultura Social e o papel importante que desempenhou na sua reconstrução.

Nos anos 1980, realizou-se, na PUC/SP, um curso sobre anarquismo. Este curso, sempre aos sábados, foi promovido pelo Centro Acadêmico e pelo Centro de Cultura Social, com a participação do Maurício. Passetti lembra ainda que, em 1992, ocorreu o Encontro Anarquista, na PUC/SP, com a participação de intelectuais vindos da Europa e da América Latina. “Maurício participou, no mínimo em duas mesas ou três, com contribuições decisivas e muito corajosas na abordagem. Explicitava essa abordagem marxista do ponto de vista econômico e bakunista do ponto de vista político”, declarou.[33]

Estas atividades, ainda que realizadas no *campus*, tinham para o Maurício um significado militante. Segundo Passetti, Tragtenberg:

> “Via naquele evento um sentido para a universidade, promovendo o diálogo entre ativistas desvinculados dos efeitos pernósticos do academicismo. Confiante nas reflexões de Bakunin, pensava que o dever do cientista é vulgarizar o conhecimento (...). Sabia e procurava reafirmar constantemente que os saberes não se restringem à ciência, que esta não ocupava uma posição superior ante os demais saberes e que tampouco teria condições de disciplinar a todos”. (Id.: 105-106)[34]

A auto-organização dos trabalhadores

A autonomia da organização operária foi defendida por várias correntes políticas nos anos da redemocratização brasileira e traduzida na defesa da retomada dos

[33] Depoimento ao autor (em 25.09.2001, na PUC/SP). Noutro depoimento sobre a participação do Maurício no evento, denominado “Outros 500”, Passetti fornece mais detalhes: “Maurício Tragtenberg não só apresentou suas originais teses sobre as acomodações das associações de trabalhadores em torno dos benefícios diretos e indiretos, oferecidos pelo Estado, como recebeu os companheiros anarquistas em sua casa, no encerramento do encontro, para um delicioso vatapá preparado por Beatriz, regado a música, poesia e vídeos” (In: SILVA & MARRACH, 2001: 105). Corroborando a avaliação de Morel, Passetti considera que os anos 1980 foram muito positivos, no sentido de alçar o anarquismo a uma posição respeitável e legitimada no interior da academia. O anarquismo se tornou parte do currículo.

[34] Passetti assinala que, apesar de participar destes eventos e de contribuir com os anarquistas, Maurício “nunca aderiu”. “Não tem isso, nunca foi assim: ‘sou anarquista’. As pessoas que diziam que ele era. Eu, pelo menos, acho que o Maurício era um libertário, mas anarquista no sentido mais contínuo, de vínculo com o próprio anarquismo, no sentido da análise ser uma análise totalmente filiada ao anarquismo etc.”, disse. Entrevista ao autor (25.09.2001).

sindicatos livres, na oposição à estrutura sindical vigente, na construção e fundação de uma central sindical e, até mesmo, na perspectiva de fundar um partido dos trabalhadores. As interpretações, portanto, são várias.

Para Maurício Tragtenberg, a defesa da auto-organização dos trabalhadores implica na valorização de toda e qualquer luta espontânea da classe, por mais insignificante que pareça. À organização política em sua forma de partido, ele contrapõe a organização horizontal dos trabalhadores, formas associativas que superem a separação entre dirigentes e dirigidos, entre os que sabem e os que obedecem. Essa organização é constituída a partir da luta espontânea e autônoma dos trabalhadores: um grupo de fábrica, a comissão de fábrica, a organização de uma greve etc. "Nas fábricas, muitas vezes, temos operários que ensinam muito engenheiro, especialmente desenho industrial", assinala (MT, 1991b: 43). A defesa da autonomia operária vincula-se à valorização do saber operário; um saber expropriado que, em suas lutas, ele o reconquista.

Esta postura política resgata elementos da tradição anarquista: a ênfase na ação direta, a organização nos locais de trabalho, a recusa dos aparatos burocráticos (partido ou sindicato) e o apego à liberdade (de palavra e ação) em relação aos partidos e ao Estado. Como salienta BRUNO (1985: 08-09):

> "Essa ação direta unifica o poder de decisão e execução, elimina a divisão entre dirigentes e dirigidos, e extingue a representação por delegação de poder. No terreno da autonomia operária, o trabalhador não se faz representar, ele se apresenta. Trata-se de um processo de luta no qual a classe operária se organiza e dirige, diferenciando-se das classes dominantes e de suas instituições, das práticas e ideologia de integração. É uma prática que unifica todas as frentes de luta: econômica, política e ideológica, tendo-se como objetivo final a constituição do socialismo".

Mas qual socialismo? Maurício defende uma concepção de socialismo crítica às experiências conhecidas como socialismo real.[35] Quanto ao partido revolucionário, a denominada vanguarda do proletariado, sua posição é de crítica à tradição leninista fundamentada na teoria organizacional exposta em *Que fazer* (1902).

No século XX, os marxistas, em geral, concederam ao partido a proeminência na relação com o movimento social e a espontaneidade das massas. Numa analogia com a pedagogia, esta concepção de partido centra-se no educador: o dirigente ensina, o

[35] Retomaremos este tema no próximo capítulo.

operário e militante de base aprende.[36] Como o professor que vê os alunos enquanto recipientes vazios na qual deposita a sua sabedoria, a concepção vanguardista da política termina por adotar o ponto de vista do opressor, na medida em que se coloca como detentor do conhecimento e da verdade, os quais devem ser transmitidos e assimilados pelos trabalhadores – e nisso se reduz a sua participação no processo de ensino-aprendizagem.[37] Estes, quando preparados, isto é, quando tiverem assimilado aquilo que os dirigentes e o partido consideram necessário, serão retransmissores da mensagem aprendida. Em nome da crítica ao sistema capitalista anula a crítica: modelam-se indivíduos conformados ao *status quo* partidário, subservientes ao mito do partido e à sua autoridade, repetidores de fórmulas. Dessa maneira, produz-se um caldo cultural propício ao desenvolvimento do fanatismo e do autoritarismo.[38]

Tragtenberg tenciona o pêndulo para o lado oposto e, nesse movimento, sua fundamentação se ampara tanto nas teorias anarquistas, quanto na versão do marxismo considerada heterodoxa e no pensamento de Rosa Luxemburgo. Para Maurício o sentido revolucionário das lutas sociais é dado pela autonomia e auto-organização do movimento dos trabalhadores, o qual deve partir da base para o topo. A propósito da posição leninista, escreve:

> "Portanto, no universo de discurso de Lênin, é importante saber se a greve é econômica ou política. Daí surge a discussão do espontaneísmo ou não. Lênin diz que o movimento operário jogado a si mesmo é espontaneísta, e só o partido organiza. Essa é uma linha de pensamento

---

[36] Paulo FREIRE, critica o vanguardismo na educação, a postura do educador enquanto guia ou autoridade do saber contraposto à ignorância absoluta do educando. Podemos pensar o vanguardismo político a partir dessa crítica: "Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que ainda não sabem, cabe àquele dar, entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser de "experiência feito" para ser de experiência narrada ou transmitida. Não é de estranhar, pois, que nesta visão "bancária" da educação, os homens sejam vistos como seres de adaptação, de ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos. Na media em que esta visão "bancária" anula o poder criador dos educandos ou minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação". (FREIRE, 1985: 68-69)

[37] Lenin até admite que os operários participam do processo de assimilação da consciência socialista. "Mas participam não na qualidade de operários, participam como teóricos do socialismo, como os Proudhon e os Weitling: em outras palavras, não participam senão na medida em que conseguem adquirir os conhecimentos mais ou menos perfeitos de sua época, e fazê-los progredir", escreve Lênin em nota de rodapé, comentando Kautsky. (LENIN, 1978: 31)

[38] São os *apóstolos da razão*. (Ver: SILVA, 2002) A propósito, esse fenômeno não passou despercebido a Maurício Tragtenberg. Em sua exposição sobre Rosa Luxemburg, observa que ela, embora apóie a Revolução Russa, "enuncia um cuidado que se deve ter entre um apoio a um processo revolucionário e uma visão acrítica, beata, de sacristia, desse processo revolucionário". Maurício relembra que, infelizmente, isso aconteceu em relação a muitos setores da esquerda. "Com Lênin aconteceu o que ele temia, a santificação. Erigiu-se-lhe um mausoléu, mas quão longe hoje em dia se está de suas idéias centrais", afirma. (MT, 1991b: 45)

> respeitável, mas é possível ser marxista sem ser leninista. Como a própria Rosa o foi. Isso quer dizer que o próprio movimento de auto-organização pode começar espontâneo, mas, no processo da luta, a classe se organiza: greves que começam com reivindicações econômicas passam a questionar a divisão de trabalho, passam a questionar a hierarquia. Na fábrica, greves contra a cronometragem, contra o ritmo de trabalho, não só por reivindicações econômicas." (MT, 1991b: 43)

Esta postura política é, em geral, caracterizada como *espontaneísmo* e, para determinados críticos, expressaria uma forma de ingenuidade e romantismo. Pois, como pensar a transformação da sociedade e o socialismo sem o partido dirigente do processo revolucionário? Para Maurício Tragtenberg,

> "... a organização das lutas espontâneas é o processo de auto-organização de uma classe numa comunidade de existência. Ou seja, não há separação entre organização e espontaneísmo porque não há separação entre luta econômica e luta política. Marx nunca fez tal separação. Logicamente, o que ocorre é que a influência da vitória da Revolução Russa e a hegemonia de Lênin no movimento marxista levaram justamente a institucionalizar pretensas oposições, como espontaneidade-organização, luta econômica-luta política, e também um certo fetichismo da idéia do partido, que no início era meio e depois se converte em fim em si mesmo". (Id.: 43-44)[39]

O leninismo amalgamou-se ao stalinismo e ao trotskismo, resultando, como escreveu Maurício, no *marxismo-leninismo-stalinismo* e no *marxismo-leninismo-trotskismo*. Em sua trajetória política, Maurício flertou e rompeu com ambos. Nem o luxemburguismo conseguiu cativá-lo por muito tempo. A crítica à burocracia levou-o a se distanciar cada vez mais das organizações políticas. O questionamento das relações de poder constitui o cerne da sua obra. Em torno desse eixo ele demarca uma postura política ideológica em defesa da autonomia operária, dando a esta atitude um sentido libertário. A autogestão se insere nesta perspectiva.

Participacionismo e autogestão

> "A partir do momento em que os partidos tradicionais da "esquerda" não possam sofrer "reformas" ou serem convertidos em instrumentos de emancipação dos trabalhadores, apoio crítico a eles ou trabalhar "no interior do partido" significa lutar pelo que *não* se quer no lugar do *que* se quer". (MT, 1987a: 25)

Essa questão teórica, político-ideológica, base dos debates entre anarquistas e comunistas, desde o século XIX, é traduzida por Tragtenberg em termos bem simples:

---

[39] "Não se trata, para Tragtenberg, de privilegiar um espontaneísmo de caráter messiânico, que repentinamente transformará a classe trabalhadora em sujeito revolucionário. São as condições objetivas, em sua contradição, que permitem ao trabalhador compreender a lógica e os mecanismos sociais aos quais está submetido, criando as possibilidades para que ele possa não só pensá-los, mas formular sua própria visão política e desenvolver sua prática de lutas e de criação de novas relações sociais fundadas na solidariedade e na cooperação. Essa convicção o acompanhou durante sua vida, mesmo nos momentos em que a classe trabalhadora apresentava-se acuada e em posições meramente defensivas, tal como nesses últimos anos 90", assinala Lúcia BRUNO. (In: SILVA & MARRACH, 2001: 119)

“Toda vez que um grupo de trabalhadores se une para reivindicar algo diretamente, sem intermediários, está realizando a autogestão de suas lutas; quando os trabalhadores procuram gerir seus locais de trabalho, realizam a autogestão social.” (FSP: 13.01.1987)

Ou seja, a escola dos trabalhadores é a luta; é na ação militante, por mais isolada que pareça, que eles aprendem a prática da autogestão, a qual aponta para um modelo de sociedade sem Estado. As burocracias sindical e partidária, por necessidades intrínsecas, atuam em sentido oposto à autogestão. O trabalhador perde o controle sobre o processo da luta, da sua organização e passa a depender dos seus representantes. Ou, em termos ainda mais simples: “Vira “vaca de presépio” esperando a “direção” lutar por ele, quando a chamada “direção” luta por si, pela ocupação dos cargos burocráticos no aparelho de Estado.” (NP: 15.02.1987)

Os defensores da co-gestão e outros tipos de *participacionismo* têm em Maurício um crítico perspicaz. Ele compara a introdução destes mecanismos à *estratégia da raposa*, numa alusão a Maquiavel.[40] Para Tragtenberg a participação real dos trabalhadores pressupõe a construção de organizações de base dos trabalhadores e a autogestão. Para ele, os estatutos da Comissão de Fábrica da Cobrasma (1968) e da Asama (1982) constituem modelos. Maurício também valoriza as iniciativas cooperativistas e outras que envolvam a participação direta da população.[41]

Da mesma forma, Tragtenberg expressará a crítica às iniciativas como a implantação dos Círculos de Controle de Qualidade e outras técnicas como a *administração por objetivos.* “Os CCQs são uma técnica de empulhação do trabalhador visando: aumento da produtividade à custa da manipulação psicológica, controle de qualidade com a finalidade de maior: redução de custos para o empresário. O que o trabalhador ganha com isso?”, questiona. (FSP, 28.07.1982)[42]

---

[40] Sobre a proposta da administração do Metrô paulistano em incorporar a participação dos trabalhadores no Conselho de Representantes, de caráter meramente consultivo, Tragtenberg escreve: “Já ensinava Maquiavel que o Poder ora se apresenta como leão, ora como raposa”. E, conclui: “É preciso ver claro que neste momento (...) o Estado – em São Paulo – despe-se das vestes de leão e adota as de raposa, como já ensinava Maquiavel”. (FSP, 13.03.1983) Ver também: “O Sindicato da Volks” (FSP.18.10.1980)

[41] Ver, por exemplo: “Costureiras mostram que cooperativismo pode ser possível” (FSP, 10.01.1981); “Coociência”, êxito de uma cooperativa” (FSP, 13.01.1981); e “Associação das compras comunitárias do ABC”. (NP, 18.05.1986)

[42] Esse tema foi objeto de polêmica. Ver o artigo “Controle de qualidade ou do trabalhador?” (FSP, 31.05.1982), de Maurício Tragtenberg; a crítica de Osvaldo Peralva, “Sobre o controle de qualidade” (FSP, 10.06.1982); e, as respostas de Tragtenberg: “Ainda sobre Círculos de Controle de Qualidade” (FSP de 27.07.1982 e 28.07.1982)

A ênfase na auto-organização dos trabalhadores constitui a essência da ideologia libertária e um aspecto inerente à formulação político-pedagógica de Maurício Tragtenberg. “Toda tutela implica em infantilizar o trabalhador, transformando-o em 'menino de recados' de dirigentes sentados em seus gabinetes sindicais e ainda trocando de carro todo ano”, critica. (NP: 30.06.1982)

Analisando a experiência da Comissão de Fábrica da Ford, em São Bernardo do Campo (SP), Tragtenberg observa que seus estatutos atrelam-na à estrutura sindical, conferindo ao dirigente sindical, a condição de membro *nato*. “O atrelamento da Comissão à diretoria do sindicato, por melhor que ele seja, é negativo, especialmente num país onde o Estado intervém e destitui diretorias legitimamente eleitas por sua categoria, como ocorreu com o próprio Sindicato de São Bernardo do Campo”, critica (FSP: 04;12.1983)[43]

Tragtenberg resgata autores como Gramsci e Pannekoek: as comissões e conselhos de fábrica enquanto fator de organização permanente no âmbito da produção (e não apenas restrita à luta econômica) e enquanto “fonte da democracia operária, prática da autonomia e representação direta.” (Id.) Ele recupera ainda o debate sobre partido e conselhos de fábrica, a partir da obra de Gramsci e da crítica de Amadeo Bordiga. (MT: 1991b).

Para Tragtenberg, as experiências das Comissões de Fábrica cumprem um papel estratégico no sentido dos trabalhadores construírem organizações livres e independentes do Estado, seja ele capitalista ou socialista. As comissões expressam formas embrionárias da organização da futura sociedade fundada em bases libertárias. Elas são “o solo onde se desenvolve a educação social e política do trabalhador”. (FSP: 04;12.1983) Portanto, a educação dos trabalhadores é um processo que se dá no enfrentamento, na luta cotidiana, através da construção das suas organizações nos locais de trabalho.

[43] Essa crítica resultou numa reunião com os metalúrgicos de S. Bernardo do Campo, relatada por Maurício: “Eles disseram: “Não, não há problema, esse atrelamento que você vê, não tem peso, porque o nosso sindicato é de briga, nós somos de briga”. “Eu reconheço, vocês são de briga, mas quem garante que esse sindicato não pode sofrer uma intervenção. E se houver uma intervenção, o atrelamento se volta contra a comissão de vocês”. Tragtenberg ressalta que estava só, com todos contra ele e que, portanto, deveria ter muita confiança em si para defender e manter a sua posição. “No fim, nós saímos de lá muito amigos. É gozado, no começo eles me receberam com quatro pedras na mão... “Vem um intelectual aí encher o saco da gente, a serviço de não sei quem...” Porque estavam querendo saber qual era a minha, de onde eu vinha e tal, e no fim fomos tomar sopa de Mocotó”. (MT, 1999: 126)

Ele alerta para o risco das Comissões de Fábrica se constituírem em correias de transmissão dos sindicatos (sejam suas diretorias pelegas ou autênticas) e de se atrelarem a grupos, seitas ou partidos políticos. Isso pode causar a sua degeneração: “Enquanto na Comissão ecoa a **voz** do peão da linha de produção, na estrutura sindical (...) e nos partidos políticos o peão é reduzido a uma massa submissa e disciplinada que é convocada para ouvir a voz dos que pretendem **falar por ele**.” (Id.)

Aos que argumentam que sua posição em prol da organização autônoma dos trabalhadores resulta em paralelismo sindical, Tragtenberg responde:

> “Atrás de toda acusação de “paralelismo” há um **burocrata sindical** que defende a **unicidade sindical**, o imposto sindical, taxa assistencial, que lhe permitem praticar **o máximo de assistencialismo e o mínimo de reivindicações pelas quais lutar** — o que caracteriza o sindicalismo burocrático criado desde 1931.” (Id.)

Para ele, a Comissão de Fábrica da Asama (SP) constitui uma experiência contraposta à Comissão da Ford de São Bernardo do Campo. Tragtenberg reconhece que a experiência da Ford representa um avanço na luta dos trabalhadores, mas considera que é preciso ir além e defende o modelo da Comissão da Asama. Esta não é tutelada nem atrelada e, em seu estatuto, o sindicato é considerado apenas enquanto órgão consultivo e os mandatos dos seus membros são revogáveis, bastando somente que 2/3 da assembléia dos trabalhadores da fábrica decidam.

A defesa da organização autônoma dos trabalhadores implica em valorizar a democracia direta, outro elemento intrínseco à concepção libertária. Trata-se não apenas de defender a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, mas essencialmente de enfatizar a construção de estruturas horizontais nas quais a oposição dirigentes versus dirigidos seja superada. A democracia pela base pressupõe a tolerância e o respeito aos que pensam diferentemente; a defesa intransigente da verdade como princípio educativo; a busca incessante da coerência entre a teoria e a prática (este princípio funda-se na idéia de que os meios indicam os fins); e a defesa da liberdade.

Maurício Tragtenberg reafirma esta posição na *II Conferência Brasileira de Educação*, realizada em Belo Horizonte, em junho de 1982. Nesta oportunidade, ele coordenou o simpósio, o qual teve os depoimentos de José Carlos Brito, Luiz Paulo Giannini e Waldemar Rossi. Segundo Tragtenberg, as instâncias horizontais propiciam espaços de reapropriação do conhecimento pela classe operária. Isto ocorre na medida em que, ao construir sua própria organização no local de trabalho, “o trabalhador se apresenta, enquanto que nos partidos políticos ele só se representa”. Ele ressalta que “a

auto-organização do trabalhador é a condição de recuperação do saber por uma classe a quem a classe dominante só permite o fazer. A união do fazer (prática) e do saber (teoria) é o ponto de partida e chegada da auto-organização do trabalhador via comissão de fábrica”. (MT, 1983c: 82)

Tragtenberg advoga que a luta concreta fornece a possibilidade pedagógica do aprendizado. O mais importante é não esconder a verdade, pois “não se educa ninguém com base na mentira e na “desconversa”. (NP: 27.12.1981) Esse processo pedagógico implica na negação de qualquer tipo de vanguardismo. “Não se confunda a classe trabalhadora com os partidos ou grupos que pretendem falar em seu nome”, enfatiza. (Id.)

Não obstante, ele simpatiza com as experiências da administração pública que favorecem e estimulam a participação da população. Uma experiência, em particular, angariou seu apoio: a democracia participativa em Lages (SC). No prefácio de *A Força do Povo: Democracia Participativa em Lages* (ALVES: 1988)[44], Tragtenberg afirma:

> “Em Lages, a democracia deixou de ser um ritual com conivência popular, uma frase oca onde políticos profissionais procuram suporte para suas ambições pessoais e de classe.
>
> Lages realiza uma prática democrática fundada num estilo administrativo em que a mobilização popular e a participação direta do povo, dos diretamente interessados nas decisões constituem a característica fundamental. (...) A auto-organização popular é o fundamento dessa prática administrativa, social e política”. (MT, 1980b: 08)

Isto ilustra bem o fascínio de Maurício em relação ao que presenciou em sua estadia neste município.[45]

Tragtenberg não se apega a doutrinas políticas fechadas. A gestão de Lages à época (1976/1982) estava sob a direção de Dirceu Carneiro (PMDB). Isso não interferiu em sua avaliação. Da mesma forma, ele elogia a administração municipal de João Hermann (PMDB), em Piracicaba (SP). Quando este deixou a prefeitura, Tragtenberg

---

[44] A primeira edição é de 1980. O relato do autor fornece elementos sobre o papel desempenhado por Tragtenberg para a publicação e divulgação desta experiência: “Tomei conhecimento da existência de uma administração inovadora na Prefeitura de Lages através de uma conversa com o diretor da Editora Brasiliense, que me pôs em contato com o prof. Maurício Tragtenberg que acabava de voltar de Lages, fascinado com o que vira por lá”. (p. 13)

[45] Sua *fascinação* transparece também no artigo publicado com o sugestivo título: “Lages, a cidade onde o povo tem o poder” (FSP, 26.12.1980) Ao que tudo indica, esse fascínio foi compartilhado pelo autor, o qual concluiu que Lages representava um modelo. (ALVES, 1988) Em “Administracion Participativa em Brasil: Lages y Boa Esperança” (MT, 1982a: 248-49), Tragtenberg confirma que: *“Lages demuestra la importancia de la participación del pueblo em las decisiones administrativas y la pertinencia de la búsqueda de soluciones alternativas para la construción de uma forma democrática de vida. Al mismo tempo, Lages potencializa lo que hay de creativo em la iniciativa popular, tirando por tierra el mito de la ignorancia del pueblo como un obstaculo para cualquier proyecto social más amplio”*.

criticou o seu sucessor por desmontar "uma prática pedagógica que estava vinculada à transmissão de conhecimento ao homem comum, capacitando-o a lutar por uma sociedade mais justa. Tal prática era fundada no desenvolvimento do espírito de solidariedade, independência e criatividade". (FSP, 29.01.1983)

Tragtenberg elogiou também a administração de Boa Esperança, interior do Espírito Santo, cujo prefeito era Amaro Covre, do Partido Democrático Social (PDS). Ele conheceu esta experiência *in loco* e também ficou encantado. Eis suas palavras:

> *"La "revolución" de Boa Esperança radica en la modificación del sistema de relaciones sociales, baseadas en la cooperación como fuerza productiva, ya que, en general, las inversiones estatales massivas no dan lugar a la formación de la "comunidad" como fuerza de trabajo, por no poseer efecto multiplicador. Hay uma democracia politica y uma democracia económica"*. (MT, 1982a: 257)

A democracia política à qual se refere Tragtenberg se funda nas instâncias que definem o processo de participação popular, com destaque para o Conselho Municipal de Desenvolvimento, composto por todos os setores da sociedade e que tem a função de assessorar o prefeito e os órgãos técnicos. Analisando os mecanismos que permitem a participação popular, Maurício concluiu que a comunidade tem o "*poder de control sobre la burocracia y sobre el poder político (...) en la medida en que los concejales de la Câmara pertencen a las comunidades y el voto del Prefecto es solo uno, igual al del último lider rural del menor "riachuelo" del municipio*". (Id.)

O que se sobressai na postura política de Tragtenberg não é o comprometimento político com esta ou aquela administração, ou com este ou aquele partido. Seus elogios têm como alvo o conteúdo, o significado político e as realizações. Sua simpatia e apoio resultam basicamente do fato dessas experiências administrativas se aproximarem ou representarem as suas concepções político-pedagógicas. Em Lages, nota ALVES (1988: 30), foram aplicadas as idéias de Paulo Freire e Freinet, sem que estes tenham sido lidos. Este é um dos aspectos que suscitou o apoio de Maurício Tragtenberg:

> "Retomando o trabalho como elemento fundante da vida social, em Lages, desenvolve-se a cultura de legumes e frutas em fundos de quintal; nas escolas cultivam-se hortas; educação e trabalho andam juntos; é a realização dos grandes ideários dos educadores como Rousseau, Pistrak, Celestin Freinet e Francisco Ferrer". (MT, 1980b.: 11)

Outro aspecto a considerar para compreendermos a fascinação de Maurício Tragtenberg em relação às gestões participativas – independente da coloração ideológico-política do gestor – é a permanente valorização do saber popular e, portanto, de todas as experiências que permitam a manifestação do povo e a influência sobre a

administração. Estas práticas participativas são vistas como um aprendizado em direção à constituição de formas de organização sociais horizontais, cuja centralidade está na autogestão. O modelo autogestionário de Tragtenberg se funda nas experiências concretas dos trabalhadores. Em seu estudo sobre o processo das coletivizações na Espanha revolucionária (1936-1939), ele ressalta que a autogestão "não constitui nenhum imperativo ideológico", mas se legitima "na medida em que surge das reivindicações do movimento real dos trabalhadores". (MT, 1987a: 31)[46]

As experiências de Lages, Piracicaba e Boa Esperança, constituem exemplos de que a adoção de mecanismos de participação da população não é patrimônio da esquerda, nem mesmo é inerente a esta. As administrações petistas – e outras – adotaram o modelo participacionista através de propostas como o *Orçamento Participativo*. Não é o caso de avaliarmos estas gestões aqui. Contudo, parece-nos claro que: 1) os partidos de esquerda no governo podem reproduzir práticas tão autoritárias quanto as que criticam quando se encontram na oposição; e 2) as práticas participativas não excluem necessariamente procedimentos manipulatórios, fazendo com que a participação seja tutelada, cooptada e, na prática, controlada pelos líderes e políticos.[47] O participacionismo político, em suma, também pode redundar em mero *faz de conta* do exercício democrático.

Desse modo, impõe a atenção o fascínio de Maurício Tragtenberg diante das experiências relatadas. Ele relativiza as questões acima. Talvez um dos fatores que explique a sua atitude seja a conjuntura da época – que davam um tom especial a estas experiências e colocavam a necessidade de divulgá-las positivamente; talvez o olhar generoso de Maurício Tragtenberg tenha sido mais forte do que o seu olhar crítico. É interessante que em relação ao *participacionismo* nos locais de trabalho, Tragtenberg se mostra um crítico veemente. Não se pode, contudo, afirmar que seria ingenuidade política. Já antes dessas experiências de gestão ele elaborou a crítica ao participacionismo e à teoria da co-gestão, com destaque para a obra *Administração, Poder e ideologia* (publicada em 1980).

[46] Adiante analisaremos como este tema se reflete em sua obra; por ora apenas observemos que para ele a autogestão não é uma questão restrita à teoria ou ao voluntarismo político.

A questão judaico-palestina

> **"A lembrança, vaga agora, remete-me à noite de 14 de maio de 1948. Vejo-me caminhando pelas ruas do Bom Fim. Vejo fisionomias radiantes, ouço gritos de júbilo... O Estado de Israel acabava de ser proclamado. Eu não podia me dar conta do que aquilo exatamente significava, mas a emoção me invadia irresistivelmente. O Estado judeu era uma realidade. Se para um garoto de onze anos a data revestiu-se de tal significado, imagine-se o que ela representou para os adultos, muitos deles emigrantes da Europa Oriental, vários sobreviventes do Holocausto. Imagine-se o que significou para as comunidades judaicas de todo o mundo. A sensação era de que um sonho enfim estava se realizando. Aliás, não era só sensação: era aquilo mesmo. Um sonho se realizava."**
>
> **(*Moacyr SCLIAR*. Apresentação de *O Estado Judeu*, de Theodor HERZL, 1988)**

Imagine-se qual o significado deste evento para Maurício Tragtenberg que, naquele ano, completava 19 aniversários. Não temos registro da reação do jovem Tragtenberg diante deste evento. Contudo, a análise dos seus escritos e do envolvimento com a questão do conflito no Oriente Médio demonstra que este fator também marcaria a sua vida. Tragtenberg, em todas as ocasiões em que sentiu a necessidade de intervir, assumiu a condição de judeu não-sionista. Walter Benjamin, já em 1912, expressou o significado desta opção política: "Eu sou judeu e quando vivo como homem consciente vivo como um judeu consciente".[48]

A fundação do Estado de Israel potencializa os debates no interior da comunidade judaica em todo o mundo. Questões como o futuro do Estado israelense, da relação com a diáspora, da política governamental e, principalmente, o posicionamento diante da questão palestina, etc., exigiam respostas. O aprofundamento deste debate exige um trabalho de reflexão histórica e política que está além das nossas condições e dos objetivos deste texto. Não faremos, portanto, uma história do conflito no Oriente Médio. Interessa-nos, sobretudo, analisar como Tragtenberg reagiu diante dos dilemas colocados, como expressou a sua posição e qual a sua prática política.

Em temáticas como esta é normal que os indivíduos assumam posturas historicamente construídas nos embates. Tragtenberg, em vários momentos, expressa análises e posições disseminadas no meio judaico. Suas opções políticas divergem do

---

[47] IBSEN (2001) demonstra como os indivíduos, sob o engodo da participação, podem ser manipulados e constituem a 'tirania da maioria', institucionalizando a hipocrisia.

[48] *Carta a Strauss*, de 10.12.1912. (Citado in CHAVES 2000: 235). Walter Benjamin era considerado um judeu assimilado. Sua "reconciliação" com a identidade judaica implica uma "rigorosa distinção entre judaísmo e sionismo" e a crítica a esse último. Sobre a relação de Benjamin com o judaísmo, CHAVES (2000: 238) conclui: "Ele não deixava de ser judeu por não ser sionista, pois ao contrário dos sionistas, afirmava estar mais próximo do "espírito judaico" porque era capaz de reconhecê-lo como "Idéia".

sionismo e da postura do governo israelense em várias conjunturas. Num texto da maturidade, *Dialética do Sionismo*, Maurício analisa esse movimento:

> "O sionismo aparece como um fato "revolucionário": leva pessoas a deixarem seu país para viverem uma vida radicalmente diversa, renunciando à sua origem social, à sua língua, à sua cultura, às suas relações sentimentais, rompendo brutalmente com seu passado, para reconstruírem sua vida. Os únicos precedentes paralelos são as Cruzadas e os emigrados que fundam os E. U. A. Nos futuros Estados-Nação não estava previsto um lugar para os judeus. Eles eram "diferentes". (MT, 1982b: 105)

Tragtenberg reconhece no sionismo um "movimento de libertação, puro e corajoso". Todavia, observa que tanto entusiasmo olvidou um aspecto de suma importância: *"a Palestina já era um território habitado"*. Ele partilha da análise de que o projeto sionista é, em seu início "produto dos nacionalismos europeus" e "parte da última vaga da expansão imperialista". (Id.: 106)

Para Tragtenberg a *judaização* da Palestina, através das constantes ondas imigratórias, deixou a população árabe diante de opções nada entusiásticas: subordinar-se ou emigrar. O sionismo, em sua avaliação, amparara-se nas potências internacionais, em detrimento do diálogo com os árabes-palestinos: as aspirações destes não foram levadas em consideração. Nessas circunstâncias, a criação do Estado judeu na Palestina "só conduziria a uma situação colonial, com um tipo de racismo e afrontamento militar de etnias". (Id: 112) Em suma, Maurício Tragtenberg, compartilha da avaliação de que o sionismo tem um caráter colonialista específico:

> "O caráter colonial da implantação do sionismo na Palestina reside no fato de que o sionismo não desejava as riquezas do país, *mas sim a substituição da mão-de-obra árabe pela judaica na Palestina*. A compra de terras pela organização sionista dos latifundiários árabes, levou o "felah" à exclusão do processo produtivo, quanto mais aumenta a compra sionista de terras, mais aumenta o número de camponeses árabes *sem* terra. É a colonização sionista que cria reativamente o *nacionalismo árabe*. Os camponeses árabes diaristas, despojados de suas terras, são a base do problema palestino. Inimigo da assimilação judia o sionismo crê que possa assimilar os árabes a seu projeto." (Id.) – Grifos no original.

Tragtenberg é enfático em sua conclusão:

> "Em suma, economia "autárquica" judaica fechada ao "árabe" palestino, expropriação do mesmo e sua transformação em "refugiado", discriminação racial, criando um cidadão de segunda classe, o Estado Sionista procura realizar-se pelo expansionismo a pretexto de "defesa". Os massacres de Sabra e Chatila mostram até que ponto o racismo pode levar ao extermínio, aliás os judeus sentiram-no em sua pele na Segunda Guerra Mundial. Seria o caso de não transformar os palestinos nos "judeus do século XX". (Id.: 114)

Esta não poderia deixar de ser uma postura polêmica no campo do judaísmo: encontra defensores e críticos. Helena SALEM (1986: 96), por exemplo, afirma que os

palestinos são "os novos judeus de nossa época".[49] CARVALHO (1984: 181-82), expressa a crítica à leitura *tragtenberguiana*. Segundo ele, *Dialética do Sionismo* constitui "uma série de escritos razoavelmente alinhavados pelo autor, cujo denominador comum é a tese, tão cara a certos pensadores de esquerda, sobre o "caráter colonial do sionismo". Ele argumenta que, apesar dos esforços "de rigor científico" do autor, permite transbordar "um evidente sentimentalismo e preconceito inclusive vinculados por alguns judeus, com sérios problemas em função de suas identidades judaicas". Em sua avaliação, Maurício Tragtenberg repete Máxime Rodinson, um autor que "passa por cima de todos os problemas que ameaçavam a existência judaica e se revelaram tragicamente por ocasião do nazismo, para finalmente concluir que Israel é "um fato colonial", deixando de lado uma série de questões em aberto e mal respondidas".[50]

Francisco Moreno de Carvalho conheceu Maurício Tragtenberg no início da década de 1980. As divergências políticas entre ambos não foram empecilho para desenvolverem atividades conjuntas em relação aos dilemas impostos pela evolução da conjuntura política israelense e mundial. Com a Guerra do Líbano em 1982, e o massacre nos campos de refugiados de Sabra e Chatila[51], militantes declaradamente sionistas, como Carvalho, passaram a assumir publicamente a crítica ao governo de Israel e terminariam por formar um grupo denominado *Amigos Brasileiros do Paz Agora* (São Paulo).[52] Maurício chegou a participar de algumas reuniões deste grupo e

---

[49] Ela desenvolve esta análise em *Palestinos, os Novos Judeus* (Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, 1978). Sua postura pró-palestinos, a exemplo de Maurício Tragtenberg, gerou dissabores: "Talvez seja difícil imaginar, hoje, a solidão que experimentei em 1973/74, com apenas 25 anos, em plena ditadura militar brasileira, em conseqüência de, sendo judia, ter ousado assumir posições criticas à política do governo do Estado de Israel". (1991: 15). SALEM, judia com nome árabe, relata nessa obra a guerra no Oriente Médio, em 1973. Na época, era correspondente do *Jornal do Brasil*.

[50] A crítica de Fernando Moreno de CARVALHO foi publicada na *Ensaio*, nº 13, 1984, pp. 181-189. Para a comparação de "Dialética do Sionismo", de Tragtenberg, com Máxime RODINSON, ver: "Israël, Fait Colonial?", publicado em *Les Temps Modernes*. (Paris: Éditions Denoel, 1968, pp. 17-88).

[51] A título de "resenha", Maurício sintetizou o trabalho de Amnon Kapeliouk (*Sabra et Chatila: Enquête sur un Massacre*, Paris, Editions du Seuil, 1982). Amnon recolheu o testemunho de dezenas de civis e militares israelenses, palestinos e libaneses e jornalistas internacionais, além de se apoiar em pesquisa documental como os anais do Parlamento Israelense e as declarações prestadas junto à Comissão de Inquérito Judicial de Israel. (Ver: MT, 1984: 191-211). Este trabalho também foi publicado in: ***Cadernos Palestinos*** nº 5, editado pela *Organização para a Libertação da Palestina* (OLP), sob o título: "Sabra e Chatila: enquete de um massacre"; e, em *Direito e Avesso – Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira,* Ano II, nº 3, 1983, pp. 195-221.

[52] O movimento *Amigos do Paz Agora* surgiu em Israel, em 1977, com a divulgação de um manifesto assumido por cerca de 300 oficiais, quando da visita do Sadat à Jerusalém. O *Paz Agora* defende a proposta de constituição do Estado Palestino juntamente com a existência de Israel: "Dois povos, dois Estados".

incluiu a questão do Solidariedade polonês, propondo que se aprovasse um manifesto de apoio.

Tragtenberg não era sionista, mas defendia a existência de Israel. "Da mesma maneira que defendemos o direito de Israel subsistir como Estado, defendemos o direito dos palestinos construírem seu Estado, terem seu lugar ao sol", escreveu. (FSP: 02.07.1982)[53] Ele salienta que os palestinos enfrentam não apenas o governo israelense, mas também os árabes:

> É bem verdade que, contra eles, não milita somente Begin, milita a 'Legião Árabe' de Hussein da Jordânia que já promoveu um genocídio de palestinos há anos atrás, o conservadorismo atroz da monarquia saudita, o oportunismo da diplomacia egípcia e o oportunismo dos componentes da OPEP, cujo silêncio ante o genocídio implica em cumplicidade. (Id)[54]

Sua crítica incide sobre a política do governo israelense, em especial a escalada militar no Líbano. Segundo ele a "máquina de guerra de Sharon", apoiada pela administração americana, então sob comando de Ronald Reagan, poderia até atingir o objetivo de "liquidar os palestinos como povo, mas é certo que liquidará os israelenses como seres humanos. Essa é a 'banalidade do mal' em sua versão atual", afirmou. Tragtenberg considerou "melancólico que um povo que conheceu o genocídio, os campos de concentração, seja utilizado como arma pela minoria governante em Israel, que serve a interesses espúrios". (Id.)

Tragtenberg foi um dos signatários do *Manifesto de Repúdio à violência de Israel no Líbano*.[55] Ele é enfático na crítica ao militarismo expansionista do governo israelense. Não obstante, reafirma a sua origem étnica e a tradição judaica:

---

[53] Trata-se do artigo "Quando os "justos" tem as mãos sujas". Publicado também in: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 07, dezembro de 2001. (Site: http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag_jud.htm)

[54] Sobre esse aspecto, o Prof. Henrique RATTNER (2003) escreveu: "Importa ressaltar o papel dúbio e as políticas contraditórias dos países árabes na luta dos palestinos. Instigando a liderança palestina a recusar qualquer acordo através de negociações, forneceram armas em profusão, sem contudo estimular e financiar o desenvolvimento do território ocupado pela população palestina, na margem ocidental do rio Jordão. Pior ainda, em setembro de 1970, as tropas jordanianas massacraram 20.000 palestinos e, em 1982, provavelmente com a conivência das tropas israelenses, as milícias libanesas cometeram o massacre de Sabra e Chatila, nos subúrbios de Beirute. Nem os acordos e conseqüentes tratados de paz com o Egito de Anwar Sadat e o reino Hashemita de Hussein foram suficientes para influenciar os outros países, mais belicosos e radicais, a tentar uma aproximação com o estado de Israel". In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 31, dezembro de 2003. (Site: http://www.espacoacademico.com.br/031/31ip_rattner.htm)

[55] O *Instituto Cultural Israelita Brasileiro* condenou o massacre de Sabra e Chatila: "Enquanto judeus, repudiamos a invasão do Líbano e condenamos a presença militar neste país, que não é fator de paz nem da ordem, e sim, de acirramento da situação local, já por si muito conturbada. Enquanto judeus, a cumplicidade do governo Begin na chacina mancha irremediavelmente a ética humanista do povo judeu, pois acrescenta à negra crônica de atos criminosos e bárbaros cometidos ao longo da História Humana, também a participação judaica. Enfraquece até mesmo um dos fundamentos do Estado de Israel, que é o de ser lar para as vítimas do genocídio nazista.". O documento exige a imediata retirada das tropas israelenses do Líbano e a apuração das responsabilidades. "Somos a favor da formação de um Estado

"Por tudo isso, ser fiel à tradição judaica é condenar mais este genocídio praticado contra o povo palestino.

É necessário acabar de vez com o etnocentrismo que toma a forma de judeu-centrismo, onde o massacre de judeus brancos por brancos europeus tem um status diferente do massacre dos armêmios pelos turcos, dos negros africanos pelos traficantes de escravos, dos chineses na Indonésia. Assim, Auschwitz é elevado a potência metafísica. Sou um dos últimos a minimizar as atrocidades cometidas em Auschwitz, porém, **as lágrimas de outros povos não contam***?*

Esse massacre de palestinos, a escalada militar no Líbano, a expropriação das terras de camponeses palestinos à custa dos quais fundou-se o Estado de Israel, são conseqüências da hegemonia em Israel do bloco religioso ao fascismo, que tem em Begin sua maior expressão. Compreender o "fenômeno Begin" é condição indispensável para compreensão de um fenômeno que transformou o Estado de Israel na Prússia do Oriente Médio. (FSP: 21.09.1982)[56]

A despeito da crítica, Tragtenberg não renuncia à condição de judeu. "O que favorece o anti-semitismo latente no mundo é a escalada militar e o genocídio que a acompanha. A crítica pública a essa política é o primeiro dever de quem não renunciou à tradição humanista judaica, presente em Einstein, Hannah Arendt e nos críticos atuais", assinala. (Id.)

O embaixador de Israel no Brasil reagiu às palavras de Maurício Tragtenberg e acusou os signatários do manifesto de serem coniventes ou amigos da OLP., questionando-os por não serem especialistas em Oriente Médio. Tragtenberg respondeu:

"Convenhamos, sua interpretação, segundo a qual quem não é genocida no estilo Begin, Sharon, Eytan é "manipulado" pela OLP, tem um nome: delírio lógico; isso é tratado pela psicanálise. No Brasil há bons psicanalistas, diga-se de passagem. A invasão do Líbano por Begin tem a OLP como pretexto; ele invadiu o país para aniquilar um Estado Palestino em formação: hospitais, escolas e Exército eram a infra-estrutura com que a OLP assumiria o Estado Palestino onde fosse criado.

Desqualificando as críticas do Manifesto, s. sa., argumenta que os assinantes não são "especialistas em Oriente Médio". Sem dúvida. Por acaso, milhares de pessoas no mundo que assinaram manifestos contra o genocídio nazista, os fornos crematórios e campos de concentração na Alemanha de Hitler eram especialistas em Política Européia ou História Política da Alemanha?". (FSP: 02.09.1982)[57]

Maurício ressalta o caráter colonialista da ocupação israelense dos territórios palestinos e refuta a argumentação do embaixador:

"Eu não sou servo de organização alguma nem obedeço a palavras de ordem de quem quer que seja, não sou "judeu profissional", não pertenço à burocracia de nenhuma organização judaica ou não judaica. Mas s. sa. é embaixador de um governo – não confundo com Estado ou Povo – cujo poder de mando se baseia num compromisso clerical-fascista. Nessa medida é co-responsável pelo colonialismo de Begin, e a Cisjordânia é exemplo dessa prática colonialista. Lá há 160

Palestino na forma da resolução inicial da ONU", afirma. ("O Massacre no Líbano, a Paz no Oriente Médio". Posição do Instituto Cultural Israelita Brasileiro". São Paulo, 22.09.1982, mimeo., 2 págs).

[56] Ver o artigo "Menachem Begin visto por Einstein, H. Arendt e N. Goldman", publicado na *Folha de S. Paulo* (21.09.1982) e, também in: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 07, dezembro de 2001.
(Site: http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag_jud01.htm)

[57] O título expressa uma fina ironia: "Resposta de um intelectual a um coronel embaixador". Também publicado in: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 07, dezembro de 2001.
(Site: http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag_resposta.htm)

> colônias israelenses, com previsão de mais onze colônias. Isso suscitou reações da população drusa. Que "tratamento" ela teve? (Id)

Para Tragtenberg o povo judeu permanecerá sendo reconhecido pela obra de personalidades como Espinosa, Freud, Marx e Einstein, e não através de "figuras sinistras como Begin, Sharon e Eytan":

> "O termo "figuras sinistras" não é mera retórica. Após exílio de 12 anos, o ex-prefeito de Ramallah (zona ocupada), Nadain Zaro, publicou nota na imprensa de Jerusalém onde condena a **destruição** de casas, **fechamento** e universidades e jornais, **detenção** de acadêmicos, ativistas sindicais e estudantes, **prisões** domiciliares e **confisco** de terras.(Revista *Shalom*, cit. pág. 12). São fatos relatados por uma revista judaica, "*Shalom"*, antifascista, editada na rua da graça em São Paulo, no Bom Retiro. S. sa., do alto da Versalhes brasileira – Brasília – deve ter ouvido falar do bairro; lá **morei** muitos anos". (Id)

E, após citar o jornalista Isaac Ackselrud, que desvendara o "mistério da política de ocupação" israelense[58], alfineta a burocracia:

> "Pelas cartas de s. sa. à FSP vejo que Begin envia o melhor do seu quadro diplomático para os países da América Latina. Espero que tal debate público não prejudique s. sa. em sua carreira burocrática, pelo contrário, ajude-a. Pois a burocracia é o espaço onde a obediência ao poder é premiada, onde cresce um saber instituído e dominante chamado "competente". Ele é burocratizado e por isso não oferece perigo como o saber crítico. Sua função é servir à dominação e à intimidação social e política. Espero não ter sido inócuo esse debate com um funcionário da dominação. Ante ela e ante os fatos já nos ensinava Espinosa, nem rir, nem chorar, compreender. Mais ainda, denunciá-los e combatê-los, quando negam o humano. Pois, ante os fatos há argumentos. Receba minhas saudações judaicas." (Id.)

Nessa situação, defende acentuadamente uma concepção política que prima pelo diálogo, pela negociação:

> "Já dizia Clausewitz ser a guerra um assunto muito sério para ser levado adiante por militares, a guerra é a política sob outras formas. Política significa negociação, significa sentar-se a uma mesa para dialogar. Com a morte de 30 mil pessoas até agora, Israel poderá ter a vitória no Líbano; será por outro lado a derrota na vitória, jamais conseguirá apagar da memória os horrores dos bombardeios, em suma, essa 'escalada' poderá significar também o começo do fim de Begin e seus aliados. Quem viver, verá." (Id.)

Tragtenberg critica o governo israelense e é solidário com a causa palestina. Mas sempre reafirma a sua condição de judeu e advoga o direito de Israel existir. É um equívoco imaginá-lo como uma espécie de D. Quixote enfrentando a política oficial de Israel e os seus representantes. Na verdade, o triste episódio do massacre de Sabra e Chatila provocou a crítica generalizada e a repugnância de setores judaicos em Israel e

---

[58] Segundo Ackselrud, com o qual concorda Tragtenberg, o mistério da política israelense consiste em, a pretexto de defender-se, expandir: "E quando mais se expande mais precisa defender-se". Em sua opinião, isso caracteriza uma "paranóia política", triunfalista e arrogante. "Um povo que oprime outros não pode ser livre, quem sofreu o Holocausto não pode impô-lo a outras comunidades. O racismo está ligado ao extermínio. Que respeito pode haver para um governo como o de Begin, quando, referindo-se aos palestinos, usa a desprezível expressão "política de vara e cenoura como se os palestinos nos territórios ocupados fossem gado que precisasse ser alimentado a cenouras e tocado a vara?". (Citado por Tragtenberg: *Revista Shalom*, junho/1982, pp. 12 e 17).

por todo o mundo. Ocorreu, então, um *cisma na alma* judaica, uma *crise de consciência*: Comentando a repercussão destes acontecimentos, Tragtenberg escreve:

> "Não é necessário ser sionista – não o sou – para verificar que a 'Operação Paz para a Galiléia' que levou à invasão do Líbano fez explodir uma **crise de consciência** que atingiu a sociedade civil em Israel, levando 400.000 pessoas a protestarem publicamente contra essa invasão, assim como abalou o apoio incondicional que, até então, as comunidades judaicas fora de Israel manifestavam ao mesmo." (FSP: 02.04.1984)

No Brasil, uma das conseqüências desta crise foi o surgimento da revista **Encontro**, a qual propugna por um sionismo progressista e pretende constituir um pólo de reflexão sobre o judaísmo e seu papel diante do conflito no Oriente Médio. Tragtenberg, não participa do grupo fundador da revista; mas, como lhe é característico, utiliza o espaço que tem na imprensa para divulgá-la.[59]

A defesa os palestinos é, portanto, um aspecto importante da militância de Tragtenberg. Posicionado muitas vezes numa trincheira solitária, enfrentou incompreensões e críticas à sua postura de judeu pró-palestino. A despeito das dificuldades, permaneceu nessa senda e, sempre que teve condições, retomou esse tema. Num dos seus artigos, sobre o *Dia da Terra*, ele cita o testemunho de Sônia Dayan-Herzbrun e Paul Kessler, que denunciam as condições de vida a que são submetidos os palestinos nos territórios ocupados. "O fato de sermos judeus *não* afeta nossa objetividade em relação ao tema tratado", afirmam. Sônia e Paul participaram do Centro de Cooperação com a Universidade de Bir-Zeit, um foco de resistência cultural dos palestinos. Tragtenberg ressalta sua concordância ("É o que também pensamos") e, mais uma vez, defende o povo palestino: "O "Dia da Terra" é a reafirmação de um povo que pode ser expropriado, espezinhado, torturado, caluniado; vencido nunca." (FSP: 29.03.1985)

Em 1987, um caminhão israelense atropelou quatro palestinos no campo de refugiados de Jebalya, na faixa de Gaza. Desencadeou-se então uma reação, na Cisjordânia e em Gaza, contra a ocupação israelense. Os rebeldes, em sua maioria, eram jovens na faixa dos 15 aos 25 anos criados nos campos de refugiados. Essa revolta chamou a atenção de Tragtenberg por sua espontaneidade, "surpreendendo as lideranças

---

[59] No artigo "*Israel: o cisma na alma*" (FSP, 02.04.1984), Tragtenberg faz um resumo das principais matérias. Ele utiliza praticamente todo o espaço disponível. "Inúmeras matérias não puderam ser apresentadas ao leitor, por problema de espaço. Porém, o interessado na revista, encontrá-la-á na redação, à rua Bandeirantes, 474, Capital. '**Encontro**' é uma alternativa em informação, apresenta problemas para serem discutidos. Pode-se estar a favor ou contra a revista; desconhecê-la, não". O Comitê Editorial da revista, de periodicidade mensal, era composto por: Celso Gabarz, Francisco Moreno de Carvalho, J. Klintovitz, Dan I. Gedanken, Y. Talenberg e Isaac Akcelsrud.

palestinas, inclusive a OLP”, e pelo fato desses jovens estarem vinculados à Jihad Islâmica, um grupo sunita favorável á *Guerra Santa* contra Israel. (FSP: 08.02.1988)

Na análise de Tragtenberg, a política israelita permanecia neocolonialista, inclusive com a exploração de mão-de-obra barata fornecida pelas regiões ocupadas. Esta política, recordou ele, causa *crises de consciência* em Israel: protestos, manifestações públicas, críticas do movimento *Iesh Gvul* (*Há limite*), liderado por reservistas que se recusaram a lutar no Líbano, em 1982. Em meio a tudo isso, o elemento novo que chama a atenção de Tragtenberg é que, nesta conjuntura, a entidade reconhecida pelos palestinos como a sua legítima representante, tem uma nova força concorrente: o fundamentalismo sunita da Jihad. “Como todo movimento fundamentalista é teocrático e rígido”, ressalta. Por outro lado, Maurício recorda que o fundamentalismo religioso também está presente em Israel. “A postergação da solução do problema palestino continuará a manter o Oriente Médio como um barril de pólvora com conseqüências imprevisíveis”, alerta. (Id.)

Por fim, é importante esclarecer, o apoio à causa palestina não significa alinhamento automático com a OLP. Tragtenberg apoiou iniciativas das organizações solidárias aos palestinos – por exemplo, contribuiu por um certo período com o jornal *Jerusalém* e, inclusive, participou do 3º Congresso das Entidades Árabe-Palestino-Brasileiras. Porém, ele se afastava sempre que percebia práticas que rompessem os limites da tolerância ou colocassem em xeque a existência do Estado de Israel. Sua postura lhe trouxe dissabores na comunidade judaica. Mas, por outro lado, atesta um dos princípios que lhe era fundamental: a solidariedade.

A solidariedade é uma característica dos libertários. Não há, é claro, um nexo causal entre ser anarquista e ser um indivíduo solidário. Mas, para Maurício Tragtenberg ser solidário é, acima de tudo, uma atitude de vida. Os depoimentos, escritos ou orais, confirmam-no: para ele a Solidariedade não é apenas uma bela palavra, um ideal político-ideológico; mas é, sobretudo, uma prática expressa nos detalhes mais simples da vida cotidiana.

Sua militância se nutre do espírito solidário, traduzido no compromisso com os oprimidos. A solidariedade manifesta-se sem condicionantes político-ideológicos ou preconceitos de raça, sexo ou religião. Esta atitude está presente na sua atuação como professor, na relação com os trabalhadores e outros setores do movimento social etc.

A liberdade como opção

> **“Relatório reservado de 25 de abril de 1949 referente a investigação efetuada em torno do epigrafado (...), consta que o mesmo reside em companhia de seus genitores, à rua Catumbi, nº 50, e trabalha na firma “Paul J. Christoph”, à rua São Bento. E acentua o relatório: “Trata-se de um elemento de grande atividade comunista e freqüentador assíduo da Biblioteca Municipal, onde procura aliciar elementos para as fileiras do seu partido.”**
>
> **(*Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública – Polícia Civil de São Paulo – Divisão de Informações/CPI/DOPS/SP*)**

O epigrafado ao qual se refere o relatório acima, produzido por algum funcionário lotado no antigo DOPS, é Mauricio Tragtenberg. Esse “comunista virulentíssimo, chefe do dispositivo comunista de alunos da Faculdade de Filosofia da USP durante os anos de 1956/1960”, conforme relato do Ministério da Guerra datado de 20.05.64, teve sua atuação política e profissional vigiada durante décadas (o DOPS relata minuciosamente suas *atividades subversivas* e, como é comum nesses casos, beira o ridículo).

Não obstante a caracterização dos agentes do Estado, a análise da prática política de Maurício Tragtenberg demonstra uma opção pela não-violência e pelo diálogo. A recusa em participar da política institucional (partidos, representação no Estado) indica que ele tinha claro esse outro âmbito da política. Tragtenberg enfatiza o diálogo enquanto fator determinante na política. Contudo, reconhece que a política não está isenta da violência. Na apresentação da biografia de Ben Gurion, afirma: “A ação política é “em si” impura na medida em que é uma ação sobre o outro, dirigida a grupos. Nesse sentido, nenhum político é **inocente**. Governar é **prever**; e existe o imprevisto: eis a tragédia.” Tragtenberg observa a contradição entre a *moral da responsabilidade* e a *moral da consciência*. Em política inexiste a inocência original, os pactos com os demônios se tornam imperativos:

> “... em política inexistem belas almas, perde-se o álibi das boas intenções. Não há escolha entre pureza e violência. A pureza das idéias sionistas socialistas **coexiste** com a campanha do Sinai, com armas francesas. Há apenas a escolha entre as **diversas formas de violência**. Em suma, quem tem a razão histórica (armada) pode dispensar a razão teórica (ideológica).” (In: BAR-ZOHAR, 1968: pp. 07-09)

Como Max Weber, Tragtenberg reconhece a impossibilidade da política se fundar no *Sermão da Montanha*. Não obstante essa postura *realista*, parece-nos que ele, a exemplo de Weber, também considera que a política deve ter em conta o mínimo de ética, do contrário se torna *inviável* e resulta no reino da hipocrisia e do terror. Como escreveu o sociológico alemão: “É óbvio que a política não é questão de ética. Todavia,

existe certo limite mínimo de pudor e decência que não pode ser impunemente transgredido, mesmo em política”. (Citado por Tragtenberg. In: MT, 1974: 121)

Este dilema da consciência humana determina os desafios da busca constante e cotidiana da coerência entre discurso e a prática política, ente os fins buscados e os meios para atingi-los. Por outro lado, suas posições políticas expressam um sentido libertário: autonomia das organizações operárias, não atrelamento às instituições burocráticas, independência em relação aos grupos e partidos e defesa intransigente de valores como a liberdade da crítica e a solidariedade, em qualquer circunstância onde a opressão, o preconceito e a intolerância estejam presentes. É preciso, ainda, ressaltar a valorização do saber expropriado dos trabalhadores e os espaços de educação informal (sendo que a militância constitui, nesse sentido, espaço privilegiado).

A atividade extra-acadêmica de Tragtenberg, elemento de fusão entre a atividade intelectual e a luta social, fundamentou-se em princípios historicamente vinculados ao movimento operário: a autogestão, a autonomia e a solidariedade. Dessa forma, ele resgata a idéia central já presente na *Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)*: a concepção de que a “emancipação dos trabalhadores tem que ser obra dos próprios trabalhadores”. Confiar em si mesmo e aprender com a própria experiência; construir as próprias organizações nos locais de trabalho, com liberdade e democracia direta. Autonomia, auto-organização, liberdade e solidariedade: eis, em resumo, os princípios que norteiam sua prática militante.

A atuação de Maurício Tragtenberg atesta o vínculo do intelectual com as lutas sociais, em especial no movimento sindical. Sobressai-se nesta intervenção uma postura libertária: defesa e respeito ao saber operário e popular, à autogestão e autonomia operária, crítica à burocracia (partidária ou sindical) e às ideologias autoritárias. Um aspecto que se destaca neste percurso é o seu modo de ser socialista libertário: busca constante da coerência entre teoria e prática, a solidariedade sempre presente, a heterodoxia e a tolerância política.[60]

---

[60] Em seu ensaio sobre Teresina Carini Rocchi, Antonio CANDIDO enfatiza a integridade e coerência, isto é, o seu modo de *ser socialista*: “Teresina ilustrava de maneira admirável o que é “ser socialista”, – aparentemente um paradoxo, porque em geral focalizamos no socialismo o pensar e o agir, enquadrados em organizações ou produzindo atos e obras especificamente políticos. Isto faz esquecer que devem existir também os sentimentos e a ética de um socialista. Ela passou a maior parte da vida fora da ação partidária, vivendo os últimos quarenta anos quase isolada politicamente numa cidade pequena. Talvez esta circunstância haja estimulado a densa precipitação de um “modo de ser”, segundo o qual a revolução se torna concepção integral, iluminando e condicionando o pormenor dos atos e a tonalidade da vida. À sua maneira, foi portanto uma revolucionária, embora a mais complexa que se possa imaginar,

As avaliações sobre o engajamento intelectual de Maurício Tragtenberg são positivas. O testemunho de José Carlos Orsi Morel é exemplar:

> "Sua maior contribuição à luta dos trabalhadores, a meu ver, se dará entretanto por meio de uma humilde coluna sindical, denominada "No batente". (...) Creio que "No batente" conseguiu, durante sua existência, contribuir para a formação de uma visão mais ampla dos trabalhadores sobre os problemas sindicais; creio que contribuiu para mostrar que o salário não é a única questão relevante para o trabalhador, e que muitos problemas do cotidiano, como a prepotência, o autoritarismo e a mistificação, também necessitam ser combatidos; em primeiro lugar, porque não constituem uma exceção ou uma maldade como muitos querem fazer crer, mas sim um método efetivo de controle e dominação; em segundo, porque tais lutas são importantes por desafiarem o capitalismo em seu cotidiano, bem no covil da fera, na ditadura do local de trabalho". (In: SILVA e MARRACH, 2001: 284-85)[61]

Maurício Tragtenberg, na definição do Prof. Paulo-Edgard Almeida Resende, foi *o intelectual sem cátedra, o judeu sem templo, o militante sem partido*.[62] O próprio Maurício diria: "Eu me sinto naquela posição que o Florestan definia, a do militante sem partido". (MT, 1999: 134)

---

englobando fraternalmente as ideologias do contra de Rousseau a Lênin. A sua grande força foi a coerência com que abrigou todas essas camadas sem fazer confusão, absorvendo dois séculos de pensamento libertador e outras modalidades que reinterpretava conforme este". (CANDIDO, 1980: 28) Essas palavras, guardadas as devidas proporções, também poderiam definir aspectos do *modo de ser* de Maurício Tragtenberg.

[61] No livro organizado por SILVA e MARRACH (2001), em homenagem a Maurício Tragtenberg, há outros depoimentos. Vejamos alguns:

Ricardo ANTUNES: "Sua coluna no *Notícias Populares* era um canal da denúncia operária contra as mais distintas formas de opressão de classe e mesmo das mais diversas formas de dominação. Era uma incansável tribuna de defesa dos trabalhadores, a que Maurício dava sempre vez e voz. E centralidade". (p. 102)

Lucia BRUNO: "Seu compromisso com a classe trabalhadora o levou a escrever semanalmente no jornal *Notícias Populares*, no qual produziu as primeiras análises acerca das novas formas de controle e exploração que estavam sendo criadas no interior das empresas, tais como os Círculos de Controle de Qualidade e outras formas participativas. Instrumentalizava, assim, esses seus leitores, aqueles para os quais o trabalho acadêmico nunca é divulgado, para a compreensão do que viria a ser, nas décadas seguintes, um dos elementos centrais da reestruturação produtiva; a criação de formas institucionais de exploração da capacidade de pensar da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, mecanismos disciplinadores de sua estrutura psíquica, tendo em vista as metas e os objetivos da empresa". (pp. 118-19)

Paulo-Edgar Almeida RESENDE: "Em linguajar acessível, a coluna "No batente" revela o esforço visando ao diálogo com o operariado, isento de doutrinação. As ocorrências no interior das fábricas, que lhe são trazidas, são a chave da explanação para reflexão de grupos de operários, que se reúnem *ad hoc*". (p. 139)

Iolanda Toshie IDE: "As conversas com Maurício Tragtenberg fazem considerá-lo um homem sem fronteiras. A despeito das zombarias de alguns acadêmicos, não hesitou em criar e manter durante mais de sete anos a coluna intitulada "No batente", no jornal *Notícias Populares*". (292)

Também é ilustrativo o testemunho de Antonio José Romera VALVERDE: "Os muros da universidade sempre foram muito restritivos para ele. Sua *práxis* fez também com que mantivesse por dez anos a coluna "No Batente" (...). Semanalmente, respondia cartas, publicava artigos, polemizava. Seus temas prediletos foram sindicalismo, racismo, feminismo, educação, política nacional e internacional, etc. Em linguagem extremamente acessível, praticava um jornalismo opinativo, tão ausente nos dias que correm. Sucesso de público". (Ver: "A Inteligência do Orientador". *RAE – Revista de Administração de Empresas*, jul./set. 2001. São Paulo, v. 41, nº 3, pp. 62-3)

[62] É dessa forma que RESENDE intitula o artigo que publicou na coletânea *Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas* (SILVA e MARRACH, 2001: pp.135-147)

CAPÍTULO III

HISTÓRIA, POLÍTICA E PENSAMENTO LIBERTÁRIO

No capítulo anterior, abordamos a militância intelectual de Maurício Tragtenberg. Agora, passamos à apresentação e análise de parte da sua obra cujos temas extrapolam a especificidade da educação: são trabalhos de cunho essencialmente sociológico, histórico e político. Antes, porém, advertimos que não temos a pretensão de analisar a totalidade da obra de Maurício Tragtenberg, nem de efetivar um trabalho exegético. O objetivo é apresentar ao leitor um panorama dos trabalhos que consideramos fundamentais e, simultaneamente, analisá-los no sentido da identificação dos aspectos libertários presentes nos mesmos.

Primeiros escritos

Como vimos no primeiro capítulo, o livro *Planificação: desafio do século XX*, publicado em 1967, resulta da monografia apresentada por Maurício Tragtenberg na Universidade de S. Paulo, que lhe deu o direito de prestar o vestibular. “Este trabalho foi escrito, há alguns anos, com a finalidade de INTEGRAR uma série de leituras e reflexões pessoais sobre as tensões internacionais, sobre seus pontos de convergência e seus pontos de atrito”, esclarece o autor. (MT, 1967: 04)

Nas primeiras páginas, ele analisa as diversas concepções sobre o homem: a judaico-cristã, o homem da polis grega, a naturalista – o *homo faber*. Uma característica que salta à vista é que ele se apóia em autores que constituem um campo amplo e variado: Nietzsche, Dostoiévski, o jovem Marx, Lenin, Kierkegaard, Franz Kafka, Kant e Eric Fromm. Nos capítulos seguintes, nos quais ele analisa desde as condições de surgimento do capitalismo ocidental à evolução da sociedade russa – das origens ao stalinismo –, a lista é acrescida por outros autores como: Friederich Engels, Leon Trotsky, Max Weber, Rosa Luxemburgo, Victor Serge, Werner Sombart, etc. Isto

expressa o conjunto dos seus estudos e leituras realizadas, de forma autodidata, por vários anos. Mas, por outro lado, demonstra a abertura de espírito à absorção do conhecimento em suas diversas fontes.

O "testemunho de um amigo de muitos anos e algumas vicissitudes comuns", Antonio Candido, enfatiza o caráter heterodoxo do trabalho tragtenberguiano:

> "O livro que se vai ler foi escrito com profundo empenho vital e intelectual, por um homem que vive em profundidade os problemas da sociedade e do espírito. O leitor verá a tentativa bem conduzida de caracterizar momentos importantes na evolução do capitalismo e do espírito burguês e, depois, nos embates que estes sofreram dos grandes movimentos revolucionários do nosso tempo. Simultaneamente, verá o esforço de reconhecer, na diversidade dos tempos e dos caminhos da história, algumas constantes que permitem localizar o processo desfechado na idéia e na prática da planificação econômica. *Com honestidade e heterodoxia, longe de dogmas e preconceitos, o Autor circula entre fatos históricos, sociais e econômicos com uma formosa liberdade, manifestando a cada instante uma equação pessoal que não se quer omitir e atua como presença fecundante*. Apesar de alguma obscuridade ocasional de expressão, saímos da leitura mais capazes de compreender os temas abordados". (Id. grifo nosso)

O depoimento acima, a título de apresentação da obra, proporciona a síntese dos temas tratados. Destes, destacamos dois aspectos que estão diretamente relacionados com a preocupação que nos move: 1) a influência da obra de Dostoiévski; e, 2) a análise da Revolução Russa e seus desdobramentos.

Tragtenberg se fundamenta na antropologia dostoiévskiana para afirmar a ***liberdade***. Grande leitor deste autor clássico russo, Tragtenberg parece identificar-se com alguns aspectos de sua obra[1], em especial a ênfase dada ao *sofrimento* enquanto "fonte de conhecimento":

> "Nietzsche e Dostoiewsky (sic.) sabiam que o homem é terrivelmente livre, que sua liberdade, trágica, é fardo e sofrimento. Até nas últimas criaturas o homem encontra o seu "eu", conforme nos mostra um personagem de "Humilhados e Ofendidos" (não esqueças que o último dos homens é teu irmão). Assim, o sofrimento é caminho que decorre da liberdade. Todo o destino do homem obedece à dialética da liberdade. Mas o caminho do sofrimento é o caminho do sofrimento que deve ser percorrido pelo homem. (Id.: 09)

Esta relação sofrimento/liberdade, que dá à liberdade um caráter autônomo para além do bem e do mal, e a compreende num sentido amplo enquanto "liberdade de consciência" (id.), Tragtenberg percebeu-o ainda jovem quando lia Dostoiévski na *Biblioteca Mario de Andrade*, na capital paulistana. O autor de *Crime e Castigo* o fez refletir sobre o sofrimento humano como remissão para a purificação do pecado; o fez pensar sobre a angústia inerente à liberdade.

---

[1] Observemos que na biografia de Maurício Tragtenberg ressalta-se as dificuldades e sofrimentos, explicadas por suas origens sociais, mas também pelo apego à liberdade.

Em *Os Irmãos Karamazov*, Dostoiévski questiona o livre arbítrio dado por Deus ao homem. Não teria sido melhor garantir-lhe pão e paz de consciência? “Consentindo no milagre dos pães, teria acalmado a eterna inquietação da humanidade – indivíduos e coletividade – isto é: “Diante de quem se inclinar”. Esse desejo de submissão é o paradoxo da liberdade: o homem livre almeja encontrar uma entidade incontestável à quem se submeta. *O Grande Inquisidor* critica a divindade por ela ter dotado o homem da liberdade de escolha, essa carga terrível que o esmaga: “Em lugar de te apoderares da liberdade humana, tu ainda a estendeste! Esqueceste-te, então, de que o homem prefere a paz e até mesmo a morte à liberdade de discernir o bem e o mal? Não há nada mais sedutor para o homem do que o livre arbítrio, mas também nada de mais doloroso”. (DOSTOIÉVSKI, 1970: 190)

Como nota Maurício Tragtenberg, o *Grande Inquisidor* se pretende o verdadeiro “amigo” do homem, já que o livrou do peso da liberdade e deu-lhe a segurança, o *pão terrestre* que satisfaz as suas necessidades mundanas.[2] Cristo e o *Grande Inquisidor* expressam o paradoxo da liberdade e necessidade. “Enquanto Cristo implicar uma mensagem de liberdade e autodeterminação, constitui fonte de angústia, sofrimento para o homem, que abre mão dessa “liberdade”, alienando-se mas mãos do Grande Inquisidor”, afirma. (MT, 1985a: 39)

Dostoiévski é um homem de *consciência inquieta*, seus personagens expressam a intensidade da aflição humana diante da sua existência, a reflexão sobre a condição humana e todos os conflitos inerentes ao ser. Tragtenberg expressa o tipo dostoiévskiano: tem a *consciência inquieta*.[3] Ele viveu intensamente a angústia de ser livre, da necessidade de optar e a consciência do significado das suas escolhas. Ainda que não o desejem, os homens que amam a liberdade, parecem destinados a carregar a humanidade em suas costas e a viverem em constante busca da redenção. O homem que tem consciência da liberdade, compromete-se com o mundo e a humanidade e, inclinado a incorporar os seus pecados, sofre. É mais cômodo e menos angustiante viver pelo pão, não ter *saber de, consciência de, saber-se livre para*.

---

[2] Maurício observa como o personagem Chigalev, na obra *Os Possessos*, de Dostoiévski, elabora um projeto de sociedade no qual aliena a liberdade em prol de um déspota e, dessa forma, “antecipa em muito as formas de organização de inúmeras seitas políticas da Rússia de então”. (MT, 1985a: 39)

[3] “Juro-vos senhores que uma consciência muito perspicaz é uma doença, uma doença autêntica, completa. Para uso do cotidiano seria mais do que suficiente a consciência humana comum...”. DOSTOIÉVSKI (1992: 68)

A consciência do *ser livre*, traz o sofrimento de responsabilizar-se perante si mesmo e os outros. Ao nos submetermos ao *Grande Inquisidor*, livramo-nos do pesado fardo que carregamos, pois, transferimos a responsabilidade dos nossos atos para ele, que, *bondosamente*, aceita o encargo e nos dá em troca a segurança, o pão que precisamos. E a nossa consciência se aquieta. Mas a paz de consciência tem um preço: é preciso não apenas abdicar da liberdade, é necessário submeter-se.

Maurício Tragtenberg escolhe o caminho da liberdade e demonstra ter consciência do profundo sentido do "absurdo da vida", expressado na obra de Dostoiévski. Na legenda do *Grande Inquisidor*, Dostoiévski desvenda o processo de burocratização da Igreja Romana e "mostra que toda idéia religiosa ou social desenvolve-se sob o signo do absurdo". Maurício explica este processo:

> "Em sua fonte original a idéia é limpa e pura: o cristianismo na pessoa do Cristo. Quando porém ela se institucionaliza – Igreja, dogma e clero -, ela se nega a si própria. Daí o cristianismo poder findar em Inquisição, como o culto à "deusa razão" terminou no "despotismo da liberdade", contra a tirania, de Robespierre. Se Deus não existe, tudo é permitido, então eu gozo de uma liberdade ilimitada. O máximo de liberdade consiste na prova de meu aniquilamento. Eu me mato para provar a minha liberdade e ao mesmo tempo que Deus não existe. Esse é o "absurdo" do homem que vai da liberdade ilimitada ao auto-aniquilamento. (MT: 1962)

Na *literatura do absurdo* – cujas raízes estão em Dostoiévski e inclui Albert Camus[4] e Franz Kafka – os conflitos são próprios dos homens que questionam a submissão e a instituições burocráticas.[5] Eis o segundo aspecto a ressaltar. Em *Planificação: desafio do século XX*, Maurício analisa o processo revolucionário russo, expondo as suas contradições e vicissitudes. Sua crítica à burocratização da Revolução Russa incorpora as análises da obra de Leon Trotsky e Rosa Luxemburgo, mas também Max Weber e o pensamento e libertário.

Tragtenberg chama a atenção para os fatores que culminaram no "golpe de Estado" levado a cabo pelo Partido Bolchevique em novembro de 1917. A vitória deste partido, numa sociedade predominantemente agrícola, em guerra com as forças

---

[4] "Em *La Peste* de Albert Camus esse absurdo tem um aspecto imanentista: é a morte; uma multidão de ratos invade uma cidade, espalhando-a, tornando-a quotidiana. A coabitação com a morte tira dela qualquer aspecto "trágico". É o inumano bordejando o humano: ele é imanente à própria existência", escreve Maurício. (MT: 1962)

[5] Em *O processo*, Kafka narra o drama de Josefh K, preso e julgado por motivos que desconhece. Ele denuncia o absurdo da instituição judiciária que o condena: funcionários corruptos, advogados ineptos e uma lógica que foge à compreensão humana, pois consiste em negar a simples lógica processual – como ocorreu com Tragtenberg e outros perseguidos pelo Regime Militar pós-1964. Condenado, e à beira da morte, K. se pergunta: "Era ainda possível alguma ajuda? Não haveria objeções, que se tinham esquecido. Com certeza que as havia. É certo que a lógica é inquebrantável, mas não pode opor-se a um homem que quer viver. Onde estava o juiz que nunca tinha visto? Onde estava o alto tribunal ante o qual nunca comparecera?". (KAFKA, 1979: 244)

imperialistas do ocidente, dilacerada numa guerra civil e sem muitas esperanças quanto às possibilidades de uma revolução européia, dada a falência da social-democracia diante da I Guerra Mundial, expressa a impossibilidade de construção do socialismo em solo russo. O caminho encontrado pelos bolchevistas foi a implantação do "comunismo de guerra", um regime de coerção.[6] "Os teóricos do bolchevismo, porém, procuravam racionalizar sob forma de preceito ideológico esta situação acidental e particular", critica. (MT. 1967: 89-90)

A principal conseqüência do "comunismo de guerra" foi a inversão do processo de autogestão, isto é, o controle operário das fábricas, administradas sob o princípio da direção coletiva, uma prática comum no primeiro período da Revolução Russa. Sob o argumento das necessidades impostas pela guerra, a gestão dos meios de produção foi retirada dos produtores diretos e passou para a responsabilidade de um diretor nomeado pelo Estado.[7] Tragtenberg salienta:

> "Assim, uma das conquistas básicas da revolução, o domínio e controle das fábricas, era arrebatado à classe operária, aparecia o administrador nomeado pelo Estado. Ao despojamento das fábricas seguiu-se o dos Sindicatos. Os sindicatos operários – como o Vikjel – que tiveram papel determinante na revolução, no "comunismo de guerra" apareciam ligados simbolicamente ao novo Estado que surgia. (...) Transformados em organismos estatais os Sindicatos confundem-se com sua burocracia". (Id.: 91)[8]

A classe é substituída pela minoria dirigente, pelo partido. O mesmo ocorre com os *Sovietes,* os conselhos, burocratizados e submetidos ao Estado. A rebelião dos marinheiros de Kronstadt representa, na leitura tragtenberguiana, um dos mais expressivos movimentos de resistência ao processo de burocratização e desvirtuamento dos ideais revolucionários. O governo Lenin/Trotsky, pelo contrário, encarou esta rebelião como um afrontamento ao poder bolchevique, um grave perigo, e reprimiu-a violentamente. *"O esmagamento da insurreição de Cronstadt (sic) foi o toque de*

---

[6] Tragtenberg cita Trotsky: "A coerção é a condição indispensável para refrear a anarquia burguesa e para a socialização dos meios de produção. A militarização do trabalho não é pois, camaradas, no sentido que indiquei, uma invenção de alguns políticos, mas um método inevitável de organização e disciplina da mão-de-obra na época da transição do capitalismo ao socialismo". (Citado in: MT, 1967: 90)

[7] Eis a justificação de Trotsky: "A direção uni-pessoal no domínio administrativo e técnico contribui para isso (aproveitamento das forças, talentos e aptidões dos operários). Por essa razão é superior e mais fecunda que a direção coletiva". (Citado em id., p. 91)

[8] A resistência à política de militarização dos sindicatos e substituição da direção coletiva das fábricas pela administração unipessoal sob controle do Estado partia de dentro do próprio partido bolchevique. A *Oposição Operária* surge no contexto da luta no interior do partido bolchevique, pela defesa da gestão coletiva, da liberdade de expressão, da participação dos sindicatos nas decisões sobre os rumos da economia da Rússia Soviética. Sua plataforma política expressa a crítica ao processo de burocratização do partido, naquele momento, sob a direção de Lenin e Trotsky. Ver: KOLLONTAI, 1980.

finados na intenção socialista que animava a Revolução Russa", sentencia Tragtenberg. (grifos do original) "A burocracia dominante vencera", escreve. (Id. 102)

Maurício Tragtenberg não apresenta novidade ao analisar o processo revolucionário russo sob este prisma crítico.[9] Não obstante, sua posição poderia ser outra: trotskista, stalinista, liberal ou direitista. Talvez seja apressado defini-lo como libertário a partir deste texto – e talvez nem seja o caso de procurar enquadrá-lo numa definição. Contudo, vemos que sua análise é profundamente simpática aos anarquistas. Isto fica evidente com a sua defesa dos marinheiros de Kronstadt, contra a posição oficial do governo bolchevique de Lenin e Trotsky.

Tragtenberg manterá essa análise crítica até a sua morte.[10] Nos idos de 1967, ele concluía que "é necessário diferenciarmos rigorosamente *socialização* dos meios de produção de sua *estatização* pura e simples". (grifos no original) Para ele:

> "É pela socialização dos meios de produção controlados pela classe operária organizada em suas organizações diretamente representativas, que é possível efetuar-se a passagem de uma sociedade liberal capitalista a uma sociedade planificada, ***evitando o capitalismo de estado e o totalitarismo, conservando as liberdades básicas do homem***". (Id: 59-160 – Grifos nosso)

Burocracia, Ideologia e Poder

> "Enquanto estudante da USP através de um artigo a respeito de Franz Kafka, de outro sobre o pensamento de Max Weber, iniciara uma reflexão sistemática sobre a dominação. Reflexão essa que fluira através de outros artigos e inúmeras conferências (...) a respeito de Weber e da burocracia. Tal preocupação amplia-se, quando da tradução de um texto de Weber profundamente anti-burocrático "Parlamento e Governo numa Alemanha Reconstruída". Esse texto sujeito a uma interpretação sistemática corporificara sua tese de doutoramento 'Burocracia e Ideologia', editada posteriormente". (Maurício Tragtenberg)[11]

A crítica à burocracia e ao poder burocrático constituem aspectos fundamentais da obra de Maurício Tragtenberg. Isto fica evidente a partir da elaboração e publicação de *Burocracia e Ideologia*, que, sem dúvida, constitui um marco na sua produção

---

[9] Em *Burocracia e Ideologia* (1974: 190-93), Maurício resgata as teorias sobre a burocratização da Revolução Russa: Trotsky, Isaac Deutshcer, C. Bettelheim, M. Dijilas, S. Stojanovic, F. Fejtö.

[10] Como professor-orientador propunha leituras e seminários de autores críticos, por exemplo, à posição leninista-trotskista quanto ao episódio de Kronstadt. A leitura que fez desse acontecimento histórico o marca por toda a vida. "No fundo toda revolução é uma grande desconhecida, quando entendemos por revolução não a simples substituição de homens no poder, mas sim a criação de novas relações de produção, novas relações sociais", escreveu. Ele concebeu a resistência dos marinheiros de Kronstadt como "Uma revolução na revolução russa". (*FSP*, 10.04.1983)

[11] ***Memorial*** apresentado à Faculdade de Educação da Unicamp, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Professor Livre Docente em Administração Educacional, em 1978. Tragtenberg traduziu os textos de Max Weber e Habermas para a Coleção *Os Pensadores*; e, escreveu "Atualidade de Max Weber", introdução à edição brasileira da obra de Max WEBER, *Metodologia das Ciências Sociais* (São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1992), publicada em dois volumes.

intelectual. As circunstâncias em que escreveu este trabalho, sua tese de doutoramento, eram completamente desfavoráveis. Afora isso, ele ainda teve que enfrentar os bloqueios psicológicos em relação ao ritual de defesa da tese. “Eu tinha horror ao espetáculo da tese! Me dava uma resistência psicológica muito grande”, declarou. Pressionado pelos prazos, Tragtenberg conseguiu concluir:

> “Porém, eu precisava trabalhar. Aí chegou o secretário da faculdade e me pôs na parede. Me disse: “Até o fim do ano você tem que apresentar essa sua tese, ante uma banca, senão você vai ter que fazer curso de mestrado, defender mestrado e depois o doutorado”. Isso foi nos anos mil, novecentos e setenta e pouco. Eu tinha dez meses para terminar. Mas tinha uma vantagem, já tinha saído do hospital com um capítulo estruturado, definido”. (MT, 1999: 69)

Em seu depoimento, Tragtenberg expõe abertamente as dificuldades enfrentadas para fazer o doutorado e, também, o método de estudo adotado:

> “Não é que comecei a ler simplesmente; vi que dava tempo para fazer muito mais, para pegar, por exemplo, a sociologia do direito e *reconstituir os estudos* sobre direito inglês, islâmico, judaico ou romano, *a partir das indicações das notas de rodapé*, paralelamente à leitura do próprio Weber.” (Id.: 59)

Apesar das *pedras no caminho*, Tragtenberg não deixa de produzir e publicar e, simultaneamente, vai pavimentando a estrada que precisa percorrer para concluir a tese: quando se vê em apuros, encostado na parede pela burocracia e pelos prazos, ele já tem onde se apoiar. Vejamos, de forma resumida, o caminho que ele percorre. Maurício Tragtenberg desperta para a questão da burocracia já na fase autodidata. No período em que era estudante na Universidade de S. Paulo, aprofunda o estudo do pensamento weberiano. Em 1966, já licenciado em História, publica o artigo “O pensamento de Max Weber”, no qual sintetiza a obra e a biografia do sociólogo alemão. Em 1971, Tragtenberg faz a defesa de Max Weber, polemizando com Marcuse.[12] Observe-se, ainda, que sua análise da liderança bolchevique e a sua sucessão, efetivada em *Planificação: desafios do século XX*, se ampara, em grande parte, nos tipos weberianos de dominação, em especial a *dominação carismática*. (MT, 1967: 114-122)[13]

Neste percurso, seu interesse também se volta para os temas relacionados às teorias da administração. “Através da leitura crítica de Weber o A. [Maurício

---

[12] Isabel LOUREIRO afirma que leu o artigo e ficou “chocada” com a refutação do Maurício. Segundo ela, o ensaio de Marcuse, “Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber”, é um dos seus “melhores textos”. Para ela, Tragtenberg fez “críticas absolutamente injustas porque ele não expõe o movimento das idéias do autor criticado, limitando-se a pegar frases soltas, por vezes mal traduzidas, o que faz que certas formulações acabem tendo um sentido problemático”. Ela sugere que este equívoco ocorreu porque Mauricio não conhecia o conjunto do pensamento de Marcuse, caso contrário, “certamente teria percebido pontos de contato entre suas idéias e as idéias do filósofo alemão”. (In: SILVA & MARRACH, 2001: 91)

[13] Esta análise foi reproduzida in: *Perspectiva*, Ano 5, nº 17, Erexim (RS), maio de 1981, pp. 10-19.

Tragtenberg] aprendeu que existe uma Teoria Geral da Administração, tão transitória quanto as condições que lhe deram origem e cuja aplicação as várias estruturas – educacionais, por exemplo – perfazem o que se chamou convencionalmente de 'administração educacional'", anota Tragtenberg em seu *Memorial* (1978). Isto, por um lado, esclarece o seu crescente envolvimento com a área educacional; e, por outro, até mesmo pela convivência na Fundação Getulio Vargas, o leva a escrever sobre o assunto. Assim, ainda em 1971, ele publica "A Teoria Geral da Administração é uma Ideologia?", na *Revista de Administração de Empresas da FGV-RJ*. Este artigo, assinala um momento importante em sua vida, pois aponta para uma nova leitura no campo administrativo.[14]

A incorporação de Max Weber à obra de Maurício Tragtenberg expressa o acúmulo teórico que aparece com todo vigor em sua tese de doutoramento. Nesta, apoiando-se em clássicos como Hegel, Karl Marx, além de Max Weber, ele efetiva uma análise histórico-crítica das formas de dominação burocráticas presentes tanto no modo de produção asiático quanto na sociedade capitalista moderna e no estatismo soviético. Desta maneira, Maurício dá continuidade às análises já presentes em *Planificação: desafios para o século XX*, particularmente, em sua crítica à burocratização da Revolução Russa.

É no âmbito do Estado que se encontra "o *segredo* da gênese e estrutura da Teoria Geral da Administração", isto é, da organização formal burocrática. Antes que esta surgisse como fundamento da racionalidade capitalista da empresa privada, ela já se realizava nas formas assumidas pelo Estado no modo de produção asiático. "Foi Hegel que, no nível do plano lógico, operacionalizou o conceito *burocracia* em nível do Estado e da corporação privada", afirma Tragtenberg. (1974: 21)[15]

---

[14] No final do artigo, Tragtenberg indica que o tema será concluído, num próximo artigo, "com a abordagem crítica dos modelos de Drucker, Katz & Kahn, Max Weber e James Burnham, ainda no âmbito da teoria geral da administração como ideologia". Tudo indica que este não chegou a ser publicado. De qualquer forma, demonstra que Tragtenberg não só iniciara uma nova reflexão, como pretendia dar-lhe continuidade. (Ver: MT, 1971: 21) No *Memorial*, de 1990, ele explora hipóteses sobre a sua influência na teoria administrativa. Retomaremos adiante...

[15] "O objetivo do Estado torna-se o objetivo da burocracia, cujo espírito é o segredo mantido no plano interno pela rigidez hierárquica no fluxo da comunicação, e pelo seu caráter de corporação fechada no plano externo. Encontramos assim em Hegel *as determinações conceituais que permitem a análise da burocracia do Estado, enquanto poder político que antecede em séculos a emergência da burocracia determinada pelas condições técnicas da empresa capitalista, oriunda da Revolução Industrial*". (MT, 1974: 27-28)

Sem negar a contribuição de Hegel para a formalização de uma teoria do Estado, na qual a burocracia aparece como fundamento lógico de um aparato que funde os interesses universal e individuais, fazendo com que o Estado apareça como uma *"realidade moral"*, uma *"instância suprema que elimina todas as particularidades no seio de sua unidade"*, Maurício enfatiza que a análise hegeliana da burocracia estatal "encobre uma realidade que ele [Hegel] desnatura, reduzindo arbitrariamente a oposição e traindo o real". (Id.: 22-23)

Trata-se, portanto, de estudar a burocracia contextualizando-a historicamente, isto é, de observar as especificidades da organização formal burocrática enquanto respostas às necessidades políticas e sociais historicamente determinadas. O modo de produção asiático exigiu a constituição de uma burocracia estatal capaz de organizar e impor os interesses das elites dominantes da época; no estatismo soviético e na democracia liberal capitalista, a burocracia (o Estado) adquire o status de representação da "*vontade geral* como um universal que encobre determinações privatistas":

> "A burocracia protege uma generalidade *imaginária* de interesses particulares. As finalidades do Estado são as da burocracia e as finalidades desta se transformam em finalidades do Estado. A burocracia é sinônimo de toda casta, seja hindu ou chinesa. Ela possui o Estado como sua propriedade. A autoridade é a sua ciência e a idolatria da autoridade, seu sentimento mais profundo". (Id: 24)

Ao analisar o modo de produção asiático[16], Tragtenberg busca apreender, nas origens do Rússia antiga, aspectos sociais que resistiram ao tempo e se mesclaram com os novos valores instituídos pela Revolução Russa de 1917. Em outras palavras, ele procura demonstrar que há uma linha de continuidade na história da Rússia, "determinando a longo prazo certos aspectos da vida social e econômica que a nós, ocidentais, podem parecer impostos pela Revolução Autoritária (1917) (sic.), mas que são de fato prolongamentos de instituições preexistentes da antiga Rússia, fornecendo dados para a compreensão da realidade russa contemporânea". (Id.: 29)

---

[16] "O modo de produção asiático engloba todas as sociedades asiáticas, como também o México e o Peru. O modo de produção asiático é ao mesmo tempo um modelo histórico e um modelo sem história. É histórico, porque existiu no passado histórico das sociedades asiáticas; não tem história porque é impossível precisar a época de seu início e desaparecimento e porque não se deu simultaneamente em todas as sociedades. É um modelo que revela os interesses econômicos passados dessas sociedades. O modo de produção asiático para estabelecer-se pressupõe a escassa divisão de trabalho entre campo e cidade, a transição da economia de consumo para a produção do excedente, levando à exploração do sobre-trabalho. A existência de uma autoridade suprema (o Estado, para saquear, guerrear e dirigir obras públicas); para tal, o Estado dever ter a propriedade da terra. A burocracia confunde-se com o Estado, é composta pelos militares, elite intelectual, funcionários públicos". (Id.: 28)

O atraso econômico destas sociedades impõe “uma maior utilização da força produtiva do trabalho humano”, dado os parcos recursos técnicos, o que significa intensificar a exploração da força de trabalho como forma de compensar a “subutilização das possibilidades tecnológicas”. Nas circunstâncias históricas de regimes políticos como o socialismo soviético, impõe-se o culto à autoridade burocrática, na qual o partido se confunde com o Estado, e a sua conseqüente onipresença e controle da sociedade civil, colocando-se como expressão dos interesses dos trabalhadores, camponeses e da sociedade em geral. Um alto grau de autoritarismo cujas raízes estão nos próprios fundamentos da sociedade russa desde os tempos mais longínquos, ou seja, no modo de produção asiático. Este processo histórico, no caso russo, resultou no *Capitalismo de Estado*: partido único, controle monocrático das empresas, domínio político absoluto da burocracia partidária e estatal.[17]

Ao estudar como a burocracia se institui no plano do Estado, Tragtenberg observa que esta expressa uma forma de opressão das elites dominantes, seja no modo de produção asiático ou no tipo de socialismo instituído após a revolução bolchevique de 1917. No *socialismo burocrático*, a burocracia funde-se e confunde-se com o aparato de Estado, a partir do qual domina a sociedade. Seu poder reside no controle dos recursos econômicos e também dos instrumentos de coerção. Contudo, mesmo com o controle do aparato coercitivo, a burocracia dominante não pode prescindir da ideologia, isto é, de formas e simbologias que garantam a persuasão. Um dos fundamentos ideológicos deste poder burocrático consiste em fazer com que a burocracia apareça como expressão dos interesses universais, ou mais precisamente, como guardiã e representante do proletariado.[18] A burocracia, portanto, não é apenas uma forma de organização racional que garante a dominação de certos grupos e classes sociais, mas

---

[17] “O Capitalismo de Estado, ou melhor, o processo de modernização levado a efeito por uma elite, industrializante sob a direção de um partido único, implica nos seus inícios, já na burocracia. Essa burocratização já ameaça, 3 anos após a tomada do poder por Lenin, o regime em sua totalidade. O monopólio do poder, pelo partido único, é o elemento que assegura a seleção da elite dirigente, onde a ascensão na escala partidária assegura igual subida na burocracia do Estado. Esta burocracia possui o Estado como propriedade privada, dirigindo coletivamente os meios de produção, é a tecno-burocracia dirigente, que persiste de Lenin até hoje. Mas, vigiada pelo partido, não possui nem os meios de produção, nem a hereditariedade da fortuna”. (Id.: 40-41)

[18] “O Partido Comunista na URSS tem por fundamento o universalismo estático e institucional de Hegel. Entende-se por ocasião da cisão Trotsky-Stalin, a definição do primeiro: “o partido tem sempre razão, pois a História não tem outras vias para realizar sua razão”, declaração ultra-hegeliana. A concepção hegeliana de Trotsky, do Estado e do Partido, levariam à repressão de Cronstad e da Ucrânia criando condições ao absolutismo de Stalin, como produto acabado”. (Id.: 189)

constitui também uma forma ideológica de poder. O *coletivismo burocrático* é a forma histórica que ela assume na modernidade soviética.

O *socialismo burocrático* evidencia como a burocracia, de mediadora entre os interesses universalistas (Estado) e particularistas (Sociedade Civil), assume a função de dominação: o poder tecno-burocrático. O mesmo ocorre com a empresa privada capitalista. A análise tragtenberguiana da burocracia parte do Estado – gênese da organização burocrática – para mostrar como esta se constitui no espaço da empresa privada capitalista, consubstancializada em teorias administrativas. Estas teorias, por sua vez, expressam contextos históricos particulares e, enquanto respostas políticas a determinadas necessidades da dominação racional capitalista, correspondem a formas ideológicas de dominação de classe. A burocracia, portanto, não é apenas a organização formal, um mero processo de racionalização da empresa moderna capitalista, ela é, sobretudo, uma forma de opressão e de dominação.

Em *Burocracia e Ideologia*, Tragtenberg expõe como as teorias administrativas assumem um aspecto ideológico, possibilitando aos incautos tomá-las como se fossem meras teorias explicativas da administração e da organização racional dos processos produtivos. Destarte, elas são despidas de sua natureza ideológica, enquanto expressão da dominação de classe. Negadoras dos conflitos entre as classes sociais, e portanto da necessidade de estabelecer formas de controle social nas unidades produtivas e nas relações de assalariamento em geral, as teorias administrativas, de Saint-Simon a Elton Mayo, são apresentadas como *harmonias administrativas*. Assim, tais teorias se constituem herdeiras do positivismo durkheiniano.

Maurício Tragtenberg desmistifica esta concepção. Fundado em bases teóricas marxistas[19], ele analisa as "determinações históricas que condicionaram a emergência da Revolução Industrial na Europa, traduzida no plano teórico pelos socialistas utópicos e pela obra de Karl Marx". (Id.: 58) Trata-se de apreender o processo histórico-social que gerou as condições necessárias para a eclosão das teorias administrativas correspondentes a cada fase do desenvolvimento capitalista:

---

[19] A epígrafe do capítulo II de *Burocracia e Ideologia* sintetiza-o: "Em cada época histórica, a propriedade desenvolveu-se diferentemente numa série de relações sociais inteiramente diversas. Assim, definir a propriedade burguesa é expor todas as relações sociais da produção burguesa. Definir a propriedade burguesa como uma relação independente, uma categoria à parte, de uma idéia abstrata e eterna, constitui uma ilusão metafísica ou jurídica". (MARX, K. *Misère de la Philosophie*. Paris: Ed. Sociales, 1947, p. 120-21; citado in id., 58)

> “Assim como as teorias macroindustriais do século passado de Saint-Simon, Fourier e Marx representaram a resposta intelectual ante os problemas oriundos da Revolução Industrial, as teorias microindustriais de Taylor-Fayol responderão aos problemas da era da eletricidade, e a Escola das Relações Humanas, Estruturalista e Sistêmica refletirão os dilemas atuais”. (Id.: 89)

Para Tragtenberg, a teoria de Taylor corresponde à etapa do desenvolvimento industrial capitalista na qual se impõe a direção monocrática fundada no princípio hierárquico de obediência à autoridade administrativa:

> “Há em Taylor, uma *paidéia*, um ideal de formação humana de um tipo de personalidade, conseqüência lógica da aplicação e vivência do Sistema de Administração Científica. Tem seu sistema o mérito de acentuar a virtude do ascetismo, a mentalidade entesourada no que se refere a dinheiro, a abstinência de álcool, trabalho constante com a “figura do chefe enérgico, paciente e trabalhador” (Taylor), que incita a ambição do subordinado, condena a negligência e dissipação”. (Id.: 75)

Tragtenberg mostra que o *ethos* burocrático de Taylor se fundamenta em valores puritanos relacionados à ética protestante: o trabalho como vocação, disciplina e poupança.[20] A disciplina pressupõe obediência hierárquica, ou seja, a garantia de que os trabalhadores aceitarão passivamente as ordens emanadas da administração, e substituirão, no sentido dostoievskiano, a liberdade pela segurança: pressupõe-se que buscarão aumentar o rendimento salarial. O taylorismo consolida a separação entre direção e execução, poder e saber, saber e saber-fazer; a administração procura convencer os trabalhadores de que seus interesses são representados por ela: a obediência exige que se aceite a identificação dos interesses conflitantes, anulando-se as contradições de classe.

Fayol segue a mesma linha: restringe o operário à função desempenhada no trabalho parcelado, procura convencê-lo a aceitar, sem reclamos, o papel que lhe é destinado na organização social; reafirma a direção monocrática, combinando-a com um “tratamento paternalista do operário”. Segundo Tragtenberg:

> “Os modelos administrativos Taylor-Fayol correspondem à divisão mecânica do trabalho (Durkheim), em que o parcelamento de tarefas é a mola do sistema. Daí ser importante neste sistema que o operário saiba *muito* a respeito de *pouca* coisa. No referente à remuneração, Fayol continua a tradição *quaker* de Taylor – não pecar por excesso.” (Id.: 78)

Neste sistema, a identidade do operário desfaz-se na função – o papel que desempenha na organização social do trabalho. Neste processo, a burocracia é alçada ao

---

[20] “A perda de tempo, portanto, é o primeiro e o principal de todos os pecados. A duração da vida é curta demais e difícil demais para estabelecer a escolha do indivíduo. A perda de tempo através da vida social, conversas ociosas, de luxo e mesmo do sono além do necessário para a saúde – seis, no máximo oito horas por dia – é absolutamente indispensável do ponto de vista desta moral”. (WEBER, 1983: 112) A literatura oferece *tipos ideais* de avarentos que levam ao limite essa moral, cultuando o e*spírito do capitalismo*. Um ótimo exemplo é o Sr. Grandet, personagem balzaquiano. (Ver: BALZAC: 1971)

status de legitimação do poder da direção administrativa. "O esquema Taylor-Fayol aparece com um processo de impessoalização, definida esta pelo enunciado de tarefas e especialmente das mesmas; as pessoas se *alienam* nos papéis, estes no *sistema burocrático*", escreve. (Id.: 79) Fayol radicaliza a tradição taylorista transpondo a disciplina militarista para o âmbito fabril.

Analisando o desenvolvimento capitalista, Tragtenberg nota que as mudanças ocorridas nas condições do trabalho induzem às transformações no âmbito administrativo. O modelo clássico Taylor-Fayol deixa de corresponder plenamente às novas exigências do processo produtivo. Impõe-se um novo tipo de trabalhador, uma nova maneira de conceber a hierarquia. "O princípio organizacional não se estrutura na hierarquia de comando; ele se define na tecnologia que requer a *cooperação* de homens de vários níveis hierárquicos e qualificações técnicas", observa. (Id.: 80)

Entra em cena a *Escola de Relações Humanas*. Com Elton Mayo, as relações sociais no interior do processo produtivo são psicologizadas[21], buscando criar um ambiente mais prazeroso para o trabalho e tratando os casos de inadaptação ao sistema como fatores subjetivos e psíquicos individuais, enquanto *anomia*.[22] Mayo procura fortalecer os laços de cooperação no processo de trabalho, levando os operários a aceitarem as diretrizes da administração. Ele representa a continuidade da ideologia da *harmonia administrativa*, na medida em que busca eliminar os conflitos pela imposição da cooperação através de mecanismos psicologizantes e manipulatórios capazes de sanar a anomia e estabelecer a saúde do corpo social:

> "A Escola de Relações Humanas surge numa época em que se funda o sindicalismo vertical, por indústria, em substituição ao de ofícios. Cabe ao conselheiro de relações humanas a supressão das resistências informais às exigências administrativas. Enquanto a Escola Clássica pregava a *harmonia* pelo autoritarismo, Mayo procura-a pelo uso da Psicologia, convertendo a resistência em problema de inadaptação pela manipulação dos conflitos, por pessoal especializado em Psicologia Social e Sociologia industrial, ou melhor, relações industriais". (Id.: 83)[23]

---

[21] "A *psicologização* dos problemas do trabalhador teve como finalidade seu condicionamento fundado no convencimento de que vive no melhor dos mundos, havendo somente *casos pessoais* a serem tratados ou quando muito minigrupos. Com isso, se escamoteiam referências à *totalidade* do social". (Id.: 199)

[22] "Durkheim é o grande predecessor de Mayo na sua crítica à supressão dos grupos de referência, desencadeada pela Revolução Industrial, que promove a substituição da mão-de-obra estável por outra em contínua rotação, gerando a sensação de desenraizamento (anomia)". (Id.: 83)

[23] Em certo sentido, a *Escola de Relações Humanas* significa um retrocesso, na medida em que é mais eficiente em escamotear as contradições de classes: "Mayo vê o conflito na empresa em nível de *meros desajustes*, quando na realidade, *se dá a oposição de duas lógicas: a lógica do empresário que procura maximizar lucros, minimizar custos* (incluindo a mão-de-obra) e *a lógica do operário, que, procura maximizar seu salário*. Nesse nível, a Escola Clássica (Taylor-Fayol) era menos alienada em relação às determinações econômicas na conduta empresarial: para ela o administrador não devia falar em *relações humanas, moral na empresa*, mas sim, usar a linguagem dos *custos*". (Id.: 84)

O desvendamento das teorias administrativas enquanto *ideologias de harmonias*, seja pela imposição hierárquica monocrática e/ou por estratégias de manipulação, marca a preocupação intelectual e política tragtenberguiana em esmiuçar os mecanismos do poder e da opressão de classe. A burocracia é despida do seu manto ideológico e surge em sua realidade concreta, enquanto ideologia e poder de dominação:

> "A Teoria Geral da Administração é *ideológica*, na medida em que traz em si a *ambigüidade* básica do processo ideológico, que consiste no seguinte: vincula-se ela às determinações sociais reais, enquanto *técnica* (de trabalho industrial, administrativo, comercial) por mediação do *trabalho*; e afasta-se dessas determinações sociais reais, compondo-se num universo sistemático organizado, refletindo deformadamente o real, enquanto *ideologia*". (Id.: 89)

No *Capitalismo de Estado*[24], o papel da burocracia é predominante e manifesto; na sociedade capitalista, no *locus* do processo produtivo, ela desempenha a função de sustentáculo da ordem interna, mantenedora da saúde do sistema, fundamento do poder da administração – autoritário ou manipulatório – que induz à *harmonia social* e produz, no caso da *Escola de Relações Humanas*, uma *ideologia participacionista*.

O estudo da burocracia, a partir de Max Weber, resulta na *passagem da Teoria da Administração à Sociologia da Organização*. Weber aprofunda a análise sociológica da burocracia a partir da experiência administrativa que viveu num hospital durante a Primeira Guerra Mundial. Este estabelecimento, enfatiza Tragtenberg, era "dirigido por burocratas não-especializados" e Weber os converteu de "*diletantes em burocratas racionais*". (Id.: 137)

Na contracorrente dos que definiram o sociólogo alemão como um ideólogo da burocracia[25], Maurício chama a atenção para um aspecto singular: "Weber estudou a burocracia porque via na sua expansão no sistema social *o maior perigo ao homem*. Estudou-a para criar os mecanismos de defesa ante a burocracia". (Id: 139) Este fator é essencial no contexto da obra de Maurício Tragtenberg. Para ele, não se trata de fazer apologia da racionalidade burocrática, mas de compreendê-la para além do formalismo, isto é, enquanto organização formal que interage com aspectos irracionais e informais presentes nas relações sociais.

---

[24] Tragtenberg assinala:"O equivalente na URSS à *Escola de Relações Humanas* dos EUA chama-se *trabalho ideológico, propaganda e agitação*". (Id.: 86) Ele salienta que a URSS assimilou o taylorismo, desde a época de Lenin, enquanto "uma técnica stakhanovista de intensificação do trabalho a serviço da burocracia dominante". (Id.: 89) Em ambos os casos, o objetivo é o mesmo: manipular os trabalhadores.

[25] "No nível da Teoria da Organização, contrariamente a Litterer, Peter Blau, Suaghness, Peter Heintz, Johnson, Merton e Frankel, *propomos que Weber longe de ser um ideólogo da burocracia é seu grande crítico*". (Id.: 208)

Reconhecendo a contribuição de Max Weber para a crítica da organização burocrática, Tragtenberg nota que

> "o *modelo weberiano*[26] para o qual a burocracia se esgota como *organização formal*, não explica situações em que a burocracia não é agente dos detentores do poder econômico – como sob o capitalismo clássico – mas, definida como um poder econômico e politicamente dominante. (...) Enquanto Weber, na sua análise da burocracia, preocupa-se com a enumeração de critérios que a constituem, parece-nos fundamental estudá-la em sua dinâmica interna, isto é, a maneira pela qual ela estrutura suas raízes na sociedade e o princípio em torno do qual ela aumenta seu poder". (Id.: 189)

Tragtenberg refere-se aos limites do *modelo weberiano* em explicar o domínio burocrático em sociedades onde o monopólio do poder reside no partido único, nas quais a burocracia se apropria da mais-valia e participa diretamente do sistema de dominação. Nestes casos, não é necessário a observância dos critérios racionais-formais que regem o funcionamento da burocracia enquanto organização racional capitalista. "O acesso aos cargos do partido *não* depende de conhecimento técnico ou profissional, não é necessário ser remunerado pelo partido para ter cargo importante", frisa. (Id)

No capitalismo a burocracia é assimilada pela burguesia, mas compete entre si nos ramos privado e público. Nas condições capitalistas a burocracia atua "antiteticamente":

> "De um lado, responde à sociedade de massas e convida a *participação de todos*, de outro, com sua hierarquia, monocracia, formalismo e opressão afirma a *alienação de todos*, torna-se jesuítica (secreta), defende-se pelo sigilo administrativo, pela coação econômica, pela repressão política". (Id.: 190)

No capitalismo ou no socialismo, tal qual como os conhecemos historicamente, a burocracia assume um caráter político, relacionado ao problema do poder político. Já Marx, em *O 18 Brumário*, resgatado por Tragtenberg, tratou a burocracia enquanto dominação. Conceber a burocracia enquanto poder político fundado em critérios racionais-formais indica a necessidade de considerar os riscos inerentes à sua natureza. Como nota *Weffort*, no prefácio de *Burocracia e Ideologia*, "a burocracia é essencialmente um conceito de esfera política, e, nesta medida, se diz respeito ao poder, diz respeito também à liberdade". (Id.: 12)

---

[26] "A burocracia para ele [Weber] é um tipo de poder. Burocracia é igual à organização. É um sistema racional em que a divisão de trabalho se dá racionalmente com vistas a fins. A ação racional burocrática é a *coerência* da relação de meios e fins visados. Assim, para Weber, a burocracia implica predomínio do formalismo, da existência de normas escritas, estrutura hierárquica, divisão horizontal e vertical de trabalho e impessoalidade no recrutamento dos *quadros*. Assim, a administração burocrática para Weber apresenta como notas dominantes a especialização, o fato de constituir-se em profissão e não em honraria; a separação do administrador dos meios de administração, a fidelidade impessoal ao *cargo*, a remuneração em dinheiro. A nomeação do burocrata é sempre feita por autoridade superior a ele, e sua atividade constitui carreira que finda com sua aposentadoria do serviço". (Id.: 129)

Não é casual a preocupação de Maurício Tragtenberg em estudar este tema. Ele enfatiza a defesa weberiana da ***liberdade*** (o que ilustra a preocupação em "salvá-la ante os perigos da burocratização") e da ***tolerância*** ("Valor básico para Weber, fundado no politeísmo dos valores, luta contra a intolerância racial e ideológica. Além de valor cultural permanece como valor vital no *ethos* político de Weber"). (Id.: 174)

Tragtenberg incorpora estes valores e este *ethos*. Contudo, é preciso salientar que a ***liberdade*** e ***tolerância*** no sentido weberiano encontram-se vinculados à ideologia liberal (o que inclui também o individualismo, a igualdade formal e jurídica, o conceito de contrato e a propriedade). Tragtenberg considera estes fatores enquanto limites do pensamento weberiano, produzidos num contexto histórico contraditório.[27] Ele observa que Max Weber é um homem em desencontro com a sua época; um homem que *"representa a vivência de valores liberais numa época em que o liberalismo atravessa crise mortal"*. Sua força e sua fraqueza residem na recusa de abrir mão da arma da crítica, de não se submeter às pressões, à direita e à esquerda; em não sacrificar o intelecto. (Id.: 165)[28] Maurício analisa a obra e o pensamento de Max Weber, sem preconceitos, buscando sua incorporação e superação crítica. Trata-se de compreender o autor à luz do contexto histórico e na totalidade da sua obra.

Tragtenberg, como Weber, estuda a burocracia para confrontá-la. Na análise weberiana, o antídoto ao *perigo burocrático* está na política, no parlamento eleito, na responsabilização do burocrata a partir da pressão externa emanada do parlamento eleito. A ação burocrática racional na esfera da organização formal, tende à irracionalidade em outras esferas. O burocrata, cumpridor dos seus deveres, pode ser um excelente funcionário e se mostrar um péssimo estadista: "Enquanto o burocrata sacrifica suas *convicções pessoais* à obediência hierárquica, o líder político caracteriza-se por assumir publicamente a responsabilidade dos seus atos". (Id.: 141)

---

[27] Em outro texto, no qual analisa as posições de Max Weber diante da Revolução Russa, Tragtenberg reafirma o quanto o ambiente político daqueles anos influiu sobre a personalidade e as análises weberianas: "As convicções políticas de Max Weber, na sua gênese, constituíram-se num amálgama de nacionalismo alemão orientado para a uma política de poder, como se manifestara nos fins do século XIX e a fidelidade ao liberalismo democrático". (MT, 1976b: 47)

[28] Tragtenberg observa que a obra weberiana, em seu conjunto, não expressa os "interesses ideológicos de nenhuma camada social particular". (MT, 1974: 165) Desenraizado da sua classe social, a burguesia – criticada por Weber devido à covardia política – e amante da liberdade de opinião, Weber também não encontra espaço nas organizações proletárias da época, as quais tendiam ao sectarismo. Isto não significa que ele deixasse de assumir posições políticas – por exemplo, apoiou os conselhos de operários e camponeses. Contudo, dado as dificuldades de adesão às forças políticas da época, lhe restou "o recolhimento, a pesquisa e o trabalho intelectual contínuo". (Id.: 166) O conhecimento da biografia de Tragtenberg indica similitudes com a sua apresentação de Max Weber.

Os políticos, na concepção weberiana, poderiam desempenhar uma função de *"equilíbrio contra a dominação da burocracia"* (Id.: 146). Isto pressupõe um parlamento com qualidades para desafiar a burocracia e os interesses plutocráticos no Estado.[29] Diante das dificuldades de atuar politicamente, Weber "transpôs sua atividade para a ação intelectual ligada aos problemas mais imediatos", procurando influenciar através da sua escrita (Id.: 153). [30] Contudo, observa Tragtenberg, a crítica política weberiana se restringe *"ao nível da superestrutura"*. (Id.: 158)

Maurício Tragtenberg aposta na auto-organização dos trabalhadores e nos processos de autogestão, fundados em critérios de liberdade, democracia pela base e solidariedade. Sua ênfase recai sobre as experiências autogestionárias enquanto estratégias de enfrentamento da opressão burocrática. Da sua análise do poder burocrático sobressai não um desencantamento com a inevitabilidade do domínio da burocracia, mas a esperança. "A mesma sociedade que criara a burocracia como dominação que separara o trabalho físico do intelectual, que condenara o operário ao idiotismo da profissão e agente passivo do processo produtivo, produz o oposto", acentua. (Id.: 212-13) A burocracia produz a sua oposição: o anti-burocratismo.

Alice no país das maravilhas: a crítica da co-gestão

Em *Burocracia e Ideologia*, Tragtenberg analisa a emergência das teorias administrativas e sua natureza intrinsecamente ideológica. Administração significa controle burocrático do trabalho vivo.[31] Este processo adquire formas diferenciadas em contextos históricos diversos: despotismo explícito, formas despóticas esclarecidas e *participacionistas*. É esta última que Tragtenberg examina em *Administração, Poder e Ideologia*.

---

[29] "O utopismo de Weber consistia em opor à burocracia prussiana o sistema de controle parlamentar inglês", afirma Tragtenberg. (MT, 1980: 153)
[30] Tragtenberg ressalta que a influência política de Max Weber se deu através da sua atividade intelectual, como escritor e polemista no jornalismo: "Ele influi pela crítica de ideologias ineptas, superadas pelo processo histórico, desmistificando-as, mostrando assim sua nocividade social. Realiza-se em função de sua ética de convicção do senso de responsabilidade social que lhe é inerente...". (Id.: 157)
[31] "O verbo *to manage* (administrar, gerenciar), vem de *manus*, do latim, que significa mão. Antigamente significava adestrar um cavalo nas suas andaduras, para fazê-lo praticar o manège. Como um cavaleiro que utiliza rédeas, bridão, esporas, cenoura, chicote e adestramento desde o nascimento para impor sua vontade ao animal, o capitalista empenha-se, através da gerência (*management*) em *controlar*. E o controle é, de fato, o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais, como foi reconhecido implícita ou explicitamente por todos os teóricos da gerência". (BRAVERMAN, 1981: 68)

Nesta obra Tragtenberg retoma a análise da ideologia administrativa, enfatizando as grandes corporações capitalistas. Após expor criticamente as teorias sobre as corporações, ele passa a examinar "Alice no país das maravilhas", uma ironia insinuante às teorias participacionistas e de co-gestão. Ele desvenda o mistério de *Alice*, mostrando que o participacionismo é uma sofisticada estratégia de manipulação e controle. Para isso, ele retoma o modelo administrativo das "relações humanas", cuja linguagem psicologizante e polida oculta os verdadeiros objetivos. "Qualquer livro de relações humanas trata da autoridade, comando, trabalho em grupo, comunicação e conflito. "Relações Humanas" significa agir sobre os indivíduos e grupos para provocar neles as atitudes que convêm à empresa", ressalta. (MT, 1989: 17)

Um fator a salientar em sua análise é a crítica à não-diretividade – neste caso, aplicada às relações no interior das empresas. Como a dominação do professor sobre os alunos, amparada em estratégias de manipulação que incluem a retórica pretensamente democrática e a ilusão de que o aluno participa do *poder*, a *gestão participacionista* aconselha a gerência e a chefia a deixarem o autoritarismo de lado e a serem não-diretivos. "A finalidade da política de relações humanas é acentuar a integração, privilegiando o conformismo", frisa Tragtenberg.[32] Esta ideologia conformista nega ou coloca um véu sobre a realidade social em sua totalidade, não permitindo o questionamento da estrutura e dos fundamentos da sociedade de classes:

> "Fazer relações humanas é, no jargão da escola, "formar em profundidade" para chegar a um "comportamento de maturidade". Com "relações humanas" surge a empresa educadora de homens, pois parte-se da noção de que a experiência das responsabilidades do trabalhador tem valor formativo, mas deixa a cargo da empresa e a seus conselheiros *agir sobre* os que processam a formação. Relações humanas é um elemento simplificador e idealista, manipulador e realista". (Id.)

Tragtenberg argumenta que esta técnica de controle, fundada na teoria não-diretiva, se mostra muito eficaz e mantém o princípio da autoridade incólume. Trata-se, na concepção positivista, de eliminar os conflitos e alcançar a coesão e a integração dos trabalhadores ao universo gerencial, gerando a ilusão de que eles participam, mas mantendo o controle nas mãos da administração. "O que escapa à norma dominante é punível", afirma. (Id.: 21)

---

[32] Tragtenberg cita Rogers como o "pai da não-diretividade" (1989a: 19). SYNDERS (1978: 148), também critica esta teoria: "Nos diálogos de Rogers, o progresso esperado reduz-se a uma conversa interior: não há nada para mudar no mundo, trata-se simplesmente de lançar um outro olhar sobre o mundo. Poder-se-ia dizer que, num certo sentido, o mundo não existe (...) Todas as dificuldades residem no próprio indivíduo, na maneira de encarar os seres e as coisas. o mundo é posto entre parêntesis; como poderia tratar-se de o transformar?"

Em sua avaliação, a teoria participacionista em administração também integra as técnicas de dinâmica de grupo desenvolvidas por Kurt Lewin:

> "Lewin, com sua técnica, mostrara que as forças coletivas exercem influência sobre cada um dos membros do grupo, tomados individualmente. Observou também que a discussão intergrupal modifica muito mais a conduta de seus membros, tomados individualmente, que quaisquer outras técnicas. Concomitantemente, Bavelas mostrou que a participação dos operários na discussão dos problemas relacionados à produção contribuía para a elevação da moral do grupo e aumento da produtividade, daí a idéia de mudar a conduta de cada um partindo da mudança de conduta da liderança". (Id.: 22)

Tragtenberg afirma que Mayo incorpora este *psicologismo* e, assim, promove uma regressão do fator político, resultando na infantilização e manipulação dos indivíduos. *"O que o poder pede à psico-sociologia é ocultar os conflitos do nível político, pois o conflito ao nível político pressupõe a divisão do poder"*, critica. Isto significa recusar o caráter histórico das relações sociais e de poder, pois, "sem conflitos sociais não há história". (Id.: 28)

As técnicas de *dinâmica de grupo* cumprem este papel na medida em que reprimem sutilmente o indivíduo a partir da pressão do grupo e anulam as contradições de classe e a exploração do trabalho, eliminando a dimensão política, econômica e social. O indivíduo que se insurgir contra a opressão, ou que levantar qualquer questionamento, será considerado inapto e desajustado: o grupo será estimulado pelo animador a reagir e isolá-lo. Os animadores do grupo tendem a, numa perspectiva rogeriana, valorizar apenas os fatores considerados positivos concernentes aos indivíduos e ao grupo. A empresa e a sociedade em geral só são incluídos neste esquema na medida em que confirmam ou reforçam estes valores.

Tragtenberg argumenta que esta ideologia do consenso é reforçada pelo Estado e pela formação da mão-de-obra, na escola ou no interior das empresas. O processo educacional dos trabalhadores se restringe à formação profissional no sentido de treinar a mão-de-obra para melhor se adaptar às inovações tecnológicas e também ao sistema de dominação. "Assim, o esquema "formativo" reproduz o esquema "escolar" tradicional e familiar; a hierarquia ativa e o "estudante" passivo", escreve. (Id.: 32) A dependência e exigências de submissão dos alunos em relação aos professores assume, no *locus* do trabalho, o mesmo caráter: uma mão-de-obra conformista e dependente.

Um dos efeitos desta ideologia é a transformação da educação em mercadoria, produto de consumo, valor de uso e de troca. Os objetivos educacionais são substituídos por finalidades burocráticas. "O erro desta análise é não discutir as finalidades e valores,

aliás, a estratégia do organizador e do tecnocrata é não discuti-los". (Id. 42) Numa perspectiva crítica, o processo educativo pressupõe a superação do mero treinamento da mão-de-obra, a formação profissional: trata-se de preparar homens que exerçam a cidadania de forma crítica, capazes de participar ativamente do devir histórico. A educação fundada em processos de manipulação e ajustamento dos indivíduos à fabricação de um consenso que elimina as potencialidades do fazer a história não pode cumprir este papel. Desta maneira, a crítica ao psicologismo não-diretivo em relação às empresas também se estende aos processos manipulatórios observáveis no âmbito escolar.[33] Afinal, cumprem os mesmos objetivos: fabricar o consenso e inculpar os indivíduos que não se enquadram ou fracassam na competição capitalista.

No centro da análise tragtenberguiana encontra-se a preocupação em desvendar as relações de poder. Em que medida as práticas de co-gestão modificam estas relações? Qual o poder real conferido aos trabalhadores? Em primeiro lugar, Tragtenberg nota que a co-gestão, a exemplo da *Escola de Relações Humanas*, "é entendida oficialmente como equilíbrio de poderes, tendo em vista o bom funcionamento da empresa". A co-gestão equivale essencialmente à participação nos lucros e se funda sob a exigência da *cooperação*. Esta é um processo de "consulta inicial, onde uma das partes decide, mas informa à outra, e formalmente a associa à outra parte na execução da decisão deliberada em comum, mas adotada, em última análise, só por ela". (Id.: 42)

Tragtenberg conclui que, a exemplo das demais teorias administrativas, o objetivo da co-gestão é garantir a ordem e paz social, constituindo-se, portanto, em mais uma manifestação das tentativas de alcançar a *harmonia administrativa* no âmbito privado e estatal. Para ele:

> "O fundamento ideológico da co-gestão situa-se no universo das Encíclicas papais, tendo como fim básico a *colaboração de classes*. Na realidade, ela é uma *panacéia administrativa*, na medida em que permite muitas manipulações patronais. Por exemplo, a participação no lucro líquido da empresa é facilmente descartável, já que ela determina qual o lucro líquido passível de declaração, desaparecendo o que passar do montante declarado. Os segredos comercial, industrial e bancário funcionam como mecanismo que permitem essas manipulações". (Id.: 196-97)

A participação dos trabalhadores nos conselhos das empresas – privadas ou estatais – não modifica a essência da estrutura de poder: este permanece intocável e nas mãos da burocracia empresarial. Mais um engodo:

---

[33] Desenvolveremos este tema no próximo capítulo. Por ora, observamos que a análise do sistema de ensino levada a cabo por Maurício Tragtenberg está vinculada à maneira como ele vê a sociedade e as relações de poder no mundo do trabalho.

> "Nos aspectos econômicos da empresa, o conselho só tem direito de informação, mesmo assim tal informação não é utilizada, na maioria das vezes, em função da existência do segredo industrial e comercial, tendo em vista a concorrência. (...) Ele participa na seleção de trabalhadores que devem ser despedidos, em função de conjunturas; os patrões vêem nisso atividades de "colaboração", ao mesmo tempo empregando a energia operária em assuntos sociais na empresa (creche, refeitório, controle de horas legais de trabalho), desviando a mão-de-obra de atividades mais significativas. Além de poupar tempo e dinheiro ao patrão, essas atividades "periféricas" dão a impressão de "participação". (Id.: 197)[34]

A *Escola de Relações Humanas* foi uma reação ao sindicalismo norte-americano; as propostas de co-gestão respondem à contestação operária e popular. Enquanto movimentos de contenção da radicalidade da luta de classes, ambas cumprem objetivos políticos, econômicos e, principalmente, ideológicos. Há neste processo um caráter positivo na medida em que também representa conquistas operárias em relação à realidade vivida. Contudo, em sua ambigüidade intrínseca, expressa também novas formas de controle e de alienação, encerrando em si as contradições dos interesses de classes: os operários tendem a resistir e desenvolver novas estratégias de enfrentamento.

Heterodoxia, Tolerância e Liberdade

Maurício Tragtenberg, em *Burocracia e Ideologia*, explicita tanto um método de estudo e pesquisa quanto uma postura metodológica. Podemos percebê-los no tratamento das fontes, nas notas de referência e na diversidade dos autores, normalmente adotados isoladamente nas Ciências Humanas. Exemplar neste procedimento é a maneira como ele incorpora o pensamento de Max Weber:

> "O importante é a possibilidade de despertar do *sono dogmático*, pensar e refletir criticamente com Weber e não *polemizar contra* Weber, sem subterfúgios, escamoteação dos problemas centrais, penetrando na reflexão efetiva para superar, isto é, absorver a contribuição de Weber e excedê-la. *Superar* em Weber as limitações do tempo e contexto social em que se situa a sua obra; discuti-la *sem* compromissos ideológicos *que impliquem o sacrifício do intelecto* com o respeito que uma obra do porte que ele nos legou, implica". (MT, 1974: 156-157)

O proceder metodológico não dogmático, respeitoso e fundado na liberdade do intelecto, permite a Tragtenberg reunir teorias conflitantes sem aprisioná-las nas grades da ortodoxia, sem tratá-las como cânones acima da crítica. Desta maneira, Tragtenberg afirma a *formosa liberdade* e a *heterodoxia* como fundamento da sua atitude intelectual. Como Max Weber, Maurício Tragtenberg se recusa a fazer o *sacrifício do intelecto*.

---

[34] "A coogestão enquanto co-decisão acaba sendo exercida na área "social", isto é, em questões que se referem a instalações sanitárias, horas de repouso, roupas de trabalho e restaurante. De qualquer forma, a co-gestão se caracteriza por uma participação no conselho de administração da empresa, mas não em sua direção. Esse conselho controla, mas nem sempre administra", escreveu MOTTA (*JT*, 17.01.1981)

As fontes que influenciaram sua formação e obra intelectual incluem desde pensadores no campo do marxismo, a começar por Marx, Engels, Lenin e Trotsky; passando pelos clássicos do anarquismo (Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Malatesta); incluem os socialistas não-bolcheviques vinculados à experiência da Revolução Russa, a crítica antiburocrática de Kollontai e Rosa de Luxemburgo, e o marxismo heterodoxo. No campo oposto ao marxismo, ele dialoga com a obra de Max Weber, em especial a sua contribuição para o entendimento da burocracia e da superestrutura do sistema capitalista. Tragtenberg incorpora ainda a contribuição teórica de autores vinculados ao campo educacional (Ferrer, Lobrot, Pistrak, etc.). Destaca-se, ainda, a presença dos clássicos da literatura, particularmente, Dostoievski, Kafka, Lima Barreto. Maurício Tragtenberg dialoga com todos, exercendo a liberdade intelectual com tolerância e respeito às idéias divergentes.

Eis o método tragtenberguiano: não se deixar prender nas algemas visíveis e invisíveis das escolas de pensamento. Ele se mantém aberto aos conhecimentos e utiliza os meios que as ciências colocam à disposição. Sua obra não se presta a maniqueísmos e dogmatismos. Tragtenberg é um daqueles indivíduos difíceis de enquadramentos em rótulos: os *ismos* que comumente ouvimos e falamos no ambiente acadêmico e político não permitem compreendê-lo.

Se este quadro expressa seu desapego às ortodoxias, enquanto textos sagrados, sugere, aos espíritos mais estreitos, um certo *ecletismo*. Por outro lado, é preciso esclarecer que a ***tolerância***, em sua concepção, não tem o sentido e conteúdo liberal. Tragtenberg critica o *ethos* político liberal weberiano:

> “A *tolerância* como categoria político-ideológica nada mais é do que a transposição da livre concorrência mercantil; é a concepção mais ajustada à sociedade mercantil, fundada no reconhecimento voluntário do direito de interesses opostos existirem e serem promovidos. Funciona como aceitação, de meio-termo entre os interesses competitivos. Os problemas de *princípios* reduzem-se a conflitos de *interesses*. Na medida em que funcione o mecanismo de mercado, ele implantará as restrições mútuas exigidas pela tolerância dos interesses conflitantes; falhando, o Estado intervirá como *poder compensador*”. (Id.: 179)

Tragtenberg admite que teorias e práticas de tolerância podem refletir “máscaras hipócritas a ocultar aterradoras realidades políticas”.[35] A crítica tragtenberguiana incide sobre um aspecto central: o *individualismo*. Neste caso, valores como liberdade,

---

[35] Ele, na verdade, assume as conclusões de Paul Wolf e Barrington Moore, os quais afirmam: “concluímos todos ao analisar as teorias e práticas predominantes de tolerância, que elas são em graus variáveis máscaras hipócritas a ocultar aterradoras realidades políticas”. (Citado in MT, 1974: 179). Tragtenberg não fornece a referência bibliográfica.

igualdade, tolerância, justiça, se restringem à formalidade, tornam-se valores *formais*. "A partir do *individualismo* pode-se demonstrar a necessidade de *nenhum* sistema particular de valores. O indivíduo adequa-se a qualquer sistema de moral e valores", afirma. (Id.: 181)

Eis um dos fatores que explicam o fenômeno do apoio a regimes políticos totalitários: desprovidos de valores morais substantivos, os indivíduos predispõem-se a assumir outra moral, tão logo a conjuntura político-econômica o exija. Como indica Tragtenberg, o *individualismo* é moralmente neutro e, em situações de crise, os indivíduos facilmente substituem valores como liberdade e tolerância, por seus opostos: ditadura, intolerância, discriminação racial ou social.

No cerne da crítica tragtenberguiana à maneira liberal-individualista de conceber a tolerância está a sua exigência de engajamento responsável do intelectual perante o mundo. Neste sentido, Tragtenberg não foi um homem tolerante, mas sim, *intransigente*.[36] Ele exprime tolerância se compreendermos este conceito enquanto a defesa do direito de divergir, da liberdade de ser e pensar diferente. O apego à liberdade fundamenta a sua atitude intelectual heterodoxa e sugere um *olhar crítico*, mas não-excludente diante do saber: a *dúvida* constitui o fator metodológico central.

Tragtenberg incorpora as contribuições de Max Weber, superando-o; lê Marx, sem adotá-lo de maneira canônica; nos apresenta Bakunin sem transformá-lo em ícone. Em Max Weber, Tragtenberg aponta os limites do seu modelo sociológico, na medida em que se fundamenta e tem como referência a conduta individual, mas reconhece sua contribuição para a compreensão não apenas da burocracia mas, especialmente, dos fatores referentes à superestrutura da formação social capitalista (sua explicação da influência da ética protestante para o *espírito do capitalismo* moderno; a sociologia da religião, etc.). Em Karl Marx, ele enfatiza a análise do funcionamento da sociedade capitalista, dos aspectos que constituem a estrutura econômica, as relações de produção.

[36] Este aspecto foi observado por Lucia Bruno: "A tolerância, por sua vez, inscreve-se na ordem moral, do dever-ser. Tragtenberg nunca foi um homem de moral, refúgio último da hipocrisia. Sob a capa da tolerância reafirma-se todo tipo de discriminação, colocando-a aparentemente em suspenso. (...) A tolerância tal como é concebida e praticada, nada mais é que uma forma de administrar e enquadrar os conflitos que advêm da diversidade e da complexidade da vida social, sem encarar os problemas e as questões por ela colocadas. Tragtenberg foi em tudo, o contrário do homem tolerante. Foi absolutamente intransigente com o poder, com todas as formas de exploração econômica, com a mentira institucionalizada. Ele foi sobretudo um homem ético, que estabeleceu como norma de seu agir cotidiano a coerência entre meios e fins, nos quais acreditou e pelos quais lutou durante toda a sua vida". (In: SILVA & MARRACH: 2001: 118)

Esta é a postura intelectual de Tragtenberg: admitir a influência de um pensador para superá-lo. A história oferece exemplos clássicos:

> "A influência, signo da *continuidade* que explicará o que há de criador no pensamento de um autor, só tem valor explicativo na medida em que é julgada em função do que separa e opõe, mais do que liga e continua. É *ultrapassando* Kant que Hegel se firma como representação do movimento interno do pensamento a procura de si; é *criticando* Hegel que Marx funda o materialismo dialético. A única fidelidade válida na história do processo de formação e do desenvolvimento das idéias é a fidelidade criativa, que constitui *superação*". (Id.: 154)

Só os espíritos livres, os que se recusam a fazer o *sacrifício do intelecto*, são capazes de dialogar e superar.[37] Uma das condições essenciais para garantir este procedimento é a irrestrita liberdade intelectual de crítica, sem a qual não é possível a ciência.

Maurício Tragtenberg trata deste tema na *introdução* que escreveu para a obra de Max Weber (*Sobre a universidade*). De início, denuncia o quanto é perigosa a ingerência da política partidária e dos mesquinhos interesses políticos nos assuntos acadêmicos, em especial nos regimes onde "a razão da força" sobrepôs-se "à força da razão". O caso brasileiro, na época da ditadura militar, é exemplar:

> "... inúmeros professores e pesquisadores foram cassados, outro sem número de docentes sofreu pressão, cassações "brancas"; a avaliação dos currículos dependia de parecer de Assessorias de Segurança e Informação que não constavam dos processos de contratação. Foi quando a delação se constituiu para muitos em estratégias de ascensão universitária". (MT, 1989b: 7)

A liberdade acadêmica também é atingida quando critérios não-acadêmicos interferem na contratação dos docentes, casos nos quais a política externa à universidade impõe a admissão.[38] Talvez ainda mais grave, são os fatores de cunho intra-universitário, ou seja, a tirania dos que não conseguem conviver com a dúvida, com a crítica e a dissidência; aqueles que se colocam como guardiões da "verdade" absoluta. Tragtenberg lembra o caso de Robert Michels, "um simples estudioso em Marburg, que decidira habilitar-se como *Privatdozent* na Universidade de Jena, e lá foi informado de que dificilmente seria aprovado pela Congregação". Michels, crítico da social-democracia à época, foi vetado menos por suas convicções políticas e mais por colocar em prática suas idéias e impedir "que seus filhos fossem batizados". (Id.: 9) Isto levou WEBER (1989: 63) a concluir que *"a liberdade acadêmica existe na Alemanha*

---

[37] Em *Burocracia e Ideologia*, Tragtenberg mostra como Max Weber dialoga com a *sombra de Marx* e, simultaneamente, resiste ao marxismo oficial, isto é, à interpretação da social-democracia alemã.

[38] "Weber critica inicialmente o fato de um ministro impor um professor à maior universidade alemã, a de Berlim; notando melancolicamente que o número de professores submissos está crescendo. Ele destaca uma lei geral no recrutamento de professores: um medíocre numa universidade traz outros atrás de si". (MT, 1989: 8)

dentro dos limites da aceitabilidade política e eclesiástica. Fora destes limites, não existe de modo algum".[39]

"Até parece que Weber estivera no Brasil", ironiza Tragtenberg. E, relembra o ocorrido na Faculdade de Filosofia, em São José do Rio Preto.[40] Estes exemplos reafirmam a necessidade de defender a liberdade acadêmica:

> "Porém, o exercício da liberdade acadêmica implica que os membros da universidade – professores, alunos e funcionários – não estejam jungidos às formas repressivas internas. Ou seja, que o clima de debate intelectual na universidade seja suficientemente vivo para impedir que "departamentos" confundam autonomia com separatismo, solidariedade entre seus componentes com "panelas burocráticas". Também, que órgãos a pretexto de incentivar a docência e pesquisa não se convertam em superburocracias que, em nome do "interesse geral", liquidem com a miserável autonomia que gozam os departamentos no sistema universitário". (MT, 1989b: 17-18)[41]

Para além da defesa de uma liberdade abstrata as palavras de Maurício Tragtenberg indicam que liberdade acadêmica encontra-se estreitamente vinculada à liberdade no âmbito da sociedade global: quanto menor a liberdade de expressão, de organização e política na sociedade, maiores as possibilidades de intervenção externa e de procedimentos internos ao estilo da delação e outros tipos mais sutis de perseguição. Como diria Tragtenberg, "é necessário acentuar que nenhum campus universitário é uma ilha. A falta de liberdade de associação e pensamento na sociedade global torna inviável a liberdade acadêmica". (FSP, 21.10.1979)

O intelectualismo individualista descomprometido socialmente tende a não levar em conta as condições sociais, econômicas, políticas e culturais, que condicionam a sua ação e as instituições. Ao isolar a universidade deste contexto geral, tende não apenas a se voltar para si, para o próprio umbigo, mas também a conceber a liberdade no sentido estritamente liberal, formal, abstrato e inclinado ao niilismo. A liberdade acadêmica

---

[39] Tragtenberg faz um paralelo com a situação brasileira nos anos da ditadura, no qual ficou patente que a aceitabilidade política dos docentes era determinada pelos órgãos de segurança. Ele cita o depoimento do reitor Antonio G. Ferrari à Comissão Especial de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 18 de agosto de 1977. (Id.: 10-11)

[40] Ele cita *O livro negro da USP*, editado pela Brasiliense, em 1979: "Da mesma forma em Rio Preto passaram-se fatos tristíssimos na Faculdade de Filosofia ali existente, porque houve a denúncia de que na biblioteca da Faculdade havia obras de Karl Marx. Professores comunistas foram recolhidos à cadeia, escolhidos ao que parece por sorteio, pois quatro deles foram detidos e dois mais precavidos tiveram que desaparecer". (Citado in id.: 12)

[41] Em 1979, em entrevista a Maria Carneiro da Cunha, publicada no *Folhetim*, Tragtenberg afirmou: "No plano interno, a divisão dos docentes em inúmeros escalões, por decretos do poder, através de "reformas" que são verdadeiras "restaurações", o culto do "doutorismo" substituindo o "bacharelismo", constituíram fatores de transformação dos *campi* universitários em cemitérios de esperanças perdidas. No caso específico da UNESP, há outro elemento a considerar: distribuída pelas cidades do interior a instituição é vulnerável à politicagem local, que interfere nas nomeações dos diretores de suas unidades. Ainda estamos na época da enxada e do coronelismo, sem o voto". (FSP, 21.10.1979)

vinculada ao compromisso e responsabilidade social sugere a necessidade de definir a posição do intelectual diante da ciência e da técnica.

É possível uma ciência neutra? É possível, como deseja Max Weber, a *neutralidade axiológica*? Analisando a sociologia weberiana, Tragtenberg se opõe à idéia da neutralidade do cientista. Ele observa que Weber, ao negar a influência do *juízo de valor* no âmbito da atividade científica, "*o faz em nome de certos valores*. Seu ascetismo em relação a juízos de valor, decorre de outro juízo de valor. A verdade implica a aceitação de outros valores que correspondem formalmente ao método da Ciência, da lógica, da administração da prova". (MT, 1974: 114) Saliente-se que Weber admite a influência dos juízos de valor no *início* da pesquisa, isto é, na definição do objeto a ser pesquisado e quanto à opção metodológica.

Tragtenberg nota que a sociologia weberiana se funda na ação racional do indivíduo, sendo este o ponto de partida. Desta maneira, as instituições sociais são pensadas enquanto "produto de *entidades individuais*, são palcos onde se define a ação social de uns quantos *indivíduos*". Um dos efeitos desta teoria sociológica é a separação entre meios e fins, isto é, a Ciência passa a se justificar pela "eficácia dos *meios*, *mas não funda a legitimidade dos fins*". (Id.: 114-15)

Um dos problemas desta concepção é a não observância de que a *razão iluminista*, na qual o indivíduo se ampara, corresponde à racionalidade burguesa, fundada no individualismo e na defesa de valores formais (liberdade, igualdade, justiça); a *razão* tem, portanto, um conteúdo ideológico, na medida em que se assume enquanto universal:

> "Em suma, *a metodologia de Weber*, com sua ênfase na *neutralidade do sujeito* observador no processo e término da pesquisa, com sua ênfase no *sujeito* como portador da ação racional e portanto numa razão constituinte do processo de ação, *representa um momento historicamente definido do processo de industrialização extensiva e mecanizada* que realiza o aproveitamento capitalista da aplicação da Ciência como resultado, na forma de *tecnologia autonomizada no plano das representações ideológicas*". (Id.: 205)

O *ethos liberal* possibilita excluir os *juízos de valor* e garantir a neutralidade axiológica. Em tais circunstâncias, o cientista se orienta pela fé na razão, a ciência lhe aparece enquanto produto da razão e livre de valoração. Ele termina por se desresponsabilizar perante os *fins*, por tratar a ciência como técnica e instrumentalizá-la.

Esta postura *racional* possibilitou o planejamento e o exterminínio *racionais* do povo judaico, ciganos, homossexuais etc.; ou, ainda, as experiências *científicas*

realizadas por indivíduos diplomados e bem-educados. ARENDT (2003) adverte a que ponto pode chegar o cientificismo desprovido de valores éticos, isto é, despreocupado quanto aos *fins*. A racionalidade instrumental ao extremo induz à banalização do mal.[42]

Neste contexto, o poder burocrático torna-se assustador, concretizando-se as previsões de Max Weber. Neil POSTMAN (1994: 93-94), numa análise crítica sobre as relações entre cultura e tecnologia, nota como, historicamente, o próprio significado da palavra burocrata sofreu transformações:

> "A palavra "burocrata" passou a significar uma pessoa que, por treinamento, compromisso e até temperamento, é indiferente ao conteúdo e totalidade de um problema humano. O burocrata considera as implicações de uma decisão apenas até o ponto em que ela irá afetar as operações eficientes da burocracia, e não assume nenhuma responsabilidade por suas conseqüências humanas. Desse modo, Adolf Eichmann torna-se o modelo básico e metáfora de um burocrata da Era do Tecnopólio".

Comparando a burocracia atual com a organização e eficiência dos campos de concentração, sob a liderança de Eichmann, o autor observa que os argumentos de burocratas deste tipo descartam os motivos humanos e valores morais e éticos, não se perguntam sobre os fins ou os meios, mas apenas cumprem ordens:

> "Embora os trabalhos dos burocratas do tecnopólio de hoje tenham resultados menos horrorosos, é provável que a resposta de Eichmann esteja sendo dada cinco mil vezes por dia só na América: não tenho responsabilidade pelas conseqüências humanas de minhas decisões. Sou só responsável pela eficiência de minha parte da burocracia, que deve ser mantida a qualquer custo". (Id.: 94)

Estas palavras corroboram a crítica tragtenberguiana à racionalidade tecno-burocrática fundada na eficácia dos meios, para que se atinja determinados fins, os quais não são pensados em termos de valores éticos, mas racionalmente, isto é, *objetivamente*. Isto supõe uma atitude crítica diante do saber, o desprendimento diante da sacralidade dos textos, a defesa intransigente da liberdade, inclusive acadêmica, amparada numa prática social que desvende a ideologia subjacente aos conceitos e à própria *razão*. Em Tragtenberg, os conceitos não estão *soltos no ar*, mas vinculados à realidade.

---

[42] A racionalidade tecno-burocrática pressupõe a *objetividade*. ARENDT (2003: 83) observa como os nazistas agiam *objetivamente*: "Essa atitude "objetiva" – falar dos campos de concentração em termos de "administração" e dos campos de extermínio em termos de "economia" – era típica da mentalidade da SS, e algo que Eichmann ainda muito se orgulhava no julgamento". Os nazistas adotaram, inclusive, uma linguagem codificada, isto é, "regras de linguagem", algo semelhante ao que ORWELL (1998) identificou como *novilingua*. Assim, na documentação que escapou à guerra, raramente se encontram palavras como "extermínio", "eliminação" ou "assassinato": "Os codinomes prescritos para o assassinato eram "solução final", "evacuação" (*Aussiedlung*), e "tratamento especial" (*Sonderbehandlung*); a deportação – a menos que envolvesse judeus enviados para Theresienstadt, o "gueto dos velhos" para privilegiados, caso em que se usava "mudança de residência" – recebia os nomes de "reassentamento" (*Umsiedlung*) e "trabalho no Leste" (*Arbeitseinsatz im Osten*)..." (ARENDT, 2003: 100)

Crítica ao Marxismo-Leninismo-Trotskismo

A crítica à burocracia, a heterodoxia e a defesa da liberdade, evidenciam-se, ainda, na maneira específica como Tragtenberg se posiciona em relação ao marxismo e ao anarquismo enquanto ideologias e movimentos políticos. Ele os analisa criticamente, particularmente quanto à prática política-ideológica que se auto-intitula marxista.[43]

No início dos anos 1980, Maurício organizou uma coletânea de textos cujos autores, desconhecidos para a maioria do público acadêmico e não-acadêmico brasileiro, vinculam-se ao *marxismo heterodoxo*. Vejamos sua definição:

> "Definimos marxismo heterodoxo como uma leitura de Marx não regida pelos moldes "ortodoxos" definidos pelo chamado "marxismo-leninismo-stalinismo" ou "marxismo-leninismo-trotskismo", que fundamentam as análises dos PCs vinculados ao modelo da URSS e fundamentavam até há pouco as análises dos integrantes da IV Internacional antes da sua divisão em três correntes e posterior subdivisão em duas tendências.
>
> O "marxismo heterodoxo" coloca em discussão dogmas aceitos acriticamente pelos militantes e teóricos dialéticos, especialmente a noção de "ditadura do proletariado", quando é sabido que Marx no *Manifesto do Partido Comunista* e *Guerra Civil* em França, tem diferentes concepções a respeito do conceito e quanto é notório que Lênin em *Duas Táticas*, *O Estado e a Revolução*, *O Capitalismo de Estado* e o *Imposto em Espécie* apresenta diferentes versões do conceito". (MT, 1981a: 07)

Tragtenberg recorre a Marx e Lenin contra a leitura hegemônica que os auto-intitulados *marxismos*, do stalinismo ao trotskismo, fazem do partido enquanto vanguarda do proletariado e expressão dos seus interesses na ditadura do proletariado. Através dos pensadores "heréticos" ele promove o resgate de uma concepção político-ideológica crítica ao *socialismo burocrático*, recolocando em pauta a possibilidade de um projeto socialista fundado na auto-organização dos trabalhadores e na liberdade enquanto valor intrínseco do *socialismo libertário*.

Ao recuperar a contribuição teórica de autores como Jan Waclav Makhaïski[44], Tragtenberg sinaliza às novas gerações, e aos de espírito livre e crítico, que a implantação do socialismo não se restringe à mera socialização dos meios de produção. Sem a superação da divisão social do trabalho, sedimentada na "separação e supremacia do trabalho intelectual sobre o manual", o resultado será "uma ditadura de intelectuais burocratas sobre o proletariado". (Id.)

---

[43] Este aspecto sobressai no capítulo anterior. Trata-se, aqui, de analisar sua produção teórica sobre o tema, que, evidentemente, fundamenta sua militância.

[44] Tragtenberg, além de organizar a obra *Marxismo Heterodoxo*, apresenta os autores, fazendo um breve relato biográfico sobre cada um. Ele informa que Makhaïski (1866-1926), nasceu em Pintzov, província de Kielce, na Polônia, submetida à Rússia. Deste autor, Maurício selecionou os seguintes textos: *O socialismo de Estado* (1900), *A ciência socialista, nova religião dos intelectuais* (1905), *A Conspiração operária* (1908) e *A revolução operária* (1918).

Tragtenberg, vimos no capítulo anterior, apóia o *Solidariedade* e a resistência dos trabalhadores poloneses ao domínio burocrático do Partido Comunista.[45] Sua postura sintetiza os princípios abraçados em sua *práxis* desde os primeiros tempos da militância. Em consonância com a tradição libertária, ele considera os trabalhadores poloneses "legítimos herdeiros da primeira Oposição Operária nos anos 1920-21, e dos marinheiros de Cronstadt." (FSP: 11.09.1986)[46]

Passaram-se muitos anos, mas as reivindicações da *Oposição Operária* e do *Solidarnosc* podem ser resumidas numa palavra: Liberdade. Nos idos de 1920 ou nos anos de 1980, a luta dos trabalhadores tem um sentido preciso: contra a opressão. Mesmo diante do golpe de Estado do general Jaruzeslki, o regime político polonês encontrou defensores na esquerda marxista. Tragtenberg, com ironia, brinda os "cavaleiros da desesperança" com estas palavras:

> "Na Polônia, os donos do poder tacham o sindicato Solidariedade de divisionista e se colocam como campeões da unicidade sindical, só lá, onde eles dizem que o operário é classe dominante, na hora H, é o único que apanha. Nunca vi classe dominante apanhar, classe dominante bate. Se ela bate em operário é lógico que a classe dominante é outra." (NB: 09.12.1981)

Ele conclui que os acontecimentos políticos na Polônia mostram a incompatibilidade entre um projeto socialista e libertário e as experiências comunistas de partido único. Sua preocupação essencial é ajudar os trabalhadores a aprenderem com o exemplo polonês. "É muito importante que os trabalhadores brasileiros vejam na ditadura militar que se instala na Polônia o que os esperaria, se os defensores no Brasil de regimes iguais ao que o general Jaruzeslki reinstala, tivessem o poder", escreve. (NB: 16.12.1981) Ele não poupa críticas aos comunistas brasileiros que, à época, apóiam o *governo operário polonês* e se opõem ao *Solidarnosc*:

> "Não entendem esses vanguardistas convertidos em policiais do Estado Socialista que é através do processo de existência real que uma classe operária forma sua consciência político-social, e não por meio de injeções doutrinárias da autodenominada vanguarda constituída em sua maioria por ex-militares e filhos do latifúndio ou da classe média, como é o caso das direções clássicas do PCB. Os partidos autodenominados esquerdistas têm-se notabilizado pela eficiência com que tomam o poder, porém, isso não é sinônimo de construção do socialismo. Não cabe confundir alhos com bugalhos." (FSP: 23.12.1981)

Retomamos este debate sobre a Polônia, a partir da sua atividade enquanto escritor-militante, no intuito de contextualizar o lançamento de *Marxismo Heterodoxo* e,

---

[45] Tragtenberg adverte para a necessidade de historicizar e resgatar suas raízes: "A compreensão do movimento de 1980, implica no reestudo dos levantes de 1956 e 1970 que, reafirmam conjuntamente a importância da auto-organização operária nos locais de trabalho e realizam a crítica a delegação de poder à burocracia do Partido e do Estado ..." (MT: 1980e)

[46] Observe-se que, nos artigos em que trata o tema, ele utiliza tanto a grafia *Cronstadt* como *Kronstadt*.

simultaneamente, relacionar as idéias que ele desenvolve e apóia nesta iniciativa com suas posições políticas evidenciadas na militância. Não é acidental que Maurício Tragtenberg relacione entre os textos que compõem a obra *Marxismo Heterodoxo* reflexões críticas sobre a concepção leninista de partido, mas também contribuições que permitem avaliar a função, significado e limites da *ação parlamentar* e de palavras de ordem como a *Assembléia Constituinte*. Para Tragtenberg:

> "A atualidade da "postura do marxismo heterodoxo" se expressa através da análise de Gorter[47], que coloca nas comissões de fábrica o fundamento da ação do operariado e partilha com Bordiga[48]a crítica à ação parlamentar, mesmo para efeitos de propaganda, dividindo com o mesmo a crítica à política de bolchevização dos partidos comunistas da III Internacional que redundou na sua dependência dos modelos importados da URSS e inaplicáveis na Europa Ocidental". (MT, 1981a: 08)

Há um fio condutor entre a posição política que Tragtenberg enfatiza em *Marxismo Heterodoxo* e os seus primeiros textos. Seu pressuposto é a crítica da Revolução Russa e ao socialismo autoritário. Além dos artigos que publicou em jornais e revistas, Tragtenberg examina este processo histórico nos livros *Reflexões Sobre o Socialismo* (1986) *e A Revolução Russa* (1988a). São obras escritas numa linguagem simples e apresentadas didaticamente para facilitar a leitura aos neófitos, em especial aos militantes.[49]

Em *Reflexões Sobre o Socialismo*, ele salienta os temas críticos à Revolução Russa: a autogestão, a rebelião de Kronstadt, a revolução makhnovista, a luta pela autogestão no leste europeu, a experiência autogestionária espanhola. Seu intuito é explicitado nas primeiras palavras:

> "O objetivo deste trabalho é mostrar o processo das lutas dos trabalhadores, isto é, as lutas condicionadas pelo tempo e lugar, oscilando entre a capacidade de criar novas relações sociais igualitárias e sua deformação em relações desiguais, hierárquicas, quando os partidos ou aparelhos políticos substituem os trabalhadores na direção das suas lutas". (MT, 1986: 5)

---

[47] Herman Gorter (1864-1927), militante, poeta e teórico marxista holandês, publicou a "Carta aberta ao companheiro Lenin", em 1920, resposta a "Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo", de Lenin. Esta carta consta da coletânea *Marxismo Heterodoxo*. Tragtenberg prestou inestimável contribuição ao facilitar o acesso a textos, como este, que permitem o diálogo crítico com Lenin. Observe-se que o texto leninista é tomado, em muitos casos, como a palavra sagrada e incontestável. É de se perguntar quantos que citam os textos de Lenin, leram os seus críticos; é o caso, também, de Kautsky: muitos conhecem a sua obra apenas pela ótica leninista que o condenou como "o renegado".

[48] Amadeo Bordiga (1889-1970), comunista italiano. O texto publicado na coletânea é: "O comunismo abstencionista no biênio vermelho (1919-20)".

[49] *Reflexões Sobre o Socialismo*, por exemplo, inclui um quadro cronológico (desde a fundação da I Internacional, em 1864) e, na *Parte Suplementar*, consta um relato sobre "A Oposição Sindical na URSS", que atua "nos limites impostos pela "legalidade" russa" e resgatam a "bandeira da Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada por Marx e Bakunin". (p. 77). Há, ainda, depoimentos de trabalhadores russos, perseguidos e internados em hospitais psiquiátricos; um quadro sinóptico sobre os membros do *Sindicato Livre*, profissões e situação; e, por fim, um glossário.

No processo histórico, os trabalhadores, através da luta direta, criam estruturas coletivas e horizontais, embriões do socialismo que, na prática, eliminam a cisão entre o poder de decidir e o planejamento, ou mais exatamente, a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, entre os que pensam e os que fazem, os que dirigem e os que são dirigidos. Estes embriões são gerados na luta contra o capitalismo, mas são historicamente suplantados tanto pela repressão e reciclagem capitalista quanto pelas organizações políticas verticalizadas dos trabalhadores.

Tragtenberg observa que esta é uma tendência presente nos momentos históricos decisivos, desde a Comuna de Paris (1871).[50] Estas experiências históricas colocam em evidência a possibilidade da *democracia direta*, criando-se as condições para a "eliminação do Estado", o qual, "a pretexto de "defender" a sociedade, oprime-a cada vez mais":

> "A "democracia direta" rompe com o monopólio da informação, o sigilo deixa de ser a arma de poucos contra a maioria. A "libertação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores", como definiam os fundadores da Associação Internacional dos Trabalhares (AIT), pois trabalhador não luta por delegação, luta por si próprio; caso contrário, há um arremedo de luta que, na realidade, é manipulação de minorias vanguardistas". (Id.: 06)

Seu horizonte estratégico, vale dizer, sua utopia, pauta-se pela possibilidade de construir uma alternativa social que expresse a extinção do Estado.

Para Tragtenberg, "não são as reivindicações – sejam elas econômicas ou políticas – que definem o caráter revolucionário de uma luta, mas sim a associação igualitária dos trabalhadores nesse sentido". (Id.) Ele acentua a importância da auto-organização dos trabalhadores enquanto possibilidade de estabelecer novas relações sociais que superem a separação entre o econômico e o político e, simultaneamente, fortaleçam o aprendizado político e a consciência ideológica do proletariado, tornando-os cada vez mais independentes das vanguardas dirigentes e das organizações burocráticas que as sustentam. E se opõe ao esforço destas organizações em tomarem para si a função de demiurgos da história e de se apresentarem como a encarnação da razão histórica que expressa os interesses do proletariado.

Tragtenberg aponta que a fundamentação ideológica desta "tecnocracia dirigente" está na "teoria da vanguarda", desenvolvida por Karl Kautsky e aperfeiçoada por Lenin; ele afirma que estes partidos tendem a se manter como grupos minoritários

[50] Ele relaciona a Revolução Russa (1917), as revoluções alemã e húngara (1918), a Guerra Civil Espanhola (1936-39), o *Maio de 1968* e Sindicato Solidariedade polonês. (MT, 1986: 05)

ou a se tornarem partidos de massa interclassistas, poderosos guardiões da ordem. Criticando a "teoria da nulidade operária" de Kautsky e Lenin, a qual supõe "haver consciência independente da existência social", Tragtenberg objetiva demonstrar que "a história das lutas operárias é também a história da "ultrapassagem" dos partidos pela classe trabalhadora". Em outras palavras, os partidos são construções históricas e, enquanto tal, são transitórios e superáveis. Os trabalhadores, através da auto-organização, da luta direta e das experiências de *democracia direta*, tendem a criar formas de organização "autogeridas", tornando os partidos desnecessários. (Id.: 6-7)

O que Tragtenberg nos coloca não é apenas um pensamento que confronta a opressão, em sua forma capitalista ou *socialista*, mas é, essencialmente, a utopia de uma sociedade autogestionária. Sua mensagem é otimista:

> "Em resumo, procura-se definir um otimismo revolucionário: as lutas sociais podem tender à burocratização e à perda de suas finalidades iniciais, mas há sempre alguém – a classe trabalhadora – que reage a isso criando suas entidades igualitárias e novas relações sociais antagônicas à burocratização. Se o leitor conseguir entender essas tendências, o objetivo deste trabalho terá sido atingido". (Id. 08)[51]

Em *A Revolução Russa* (1988a), também em estilo didático, Tragtenberg retoma a crítica à burocracia e a defesa da autogestão. Ele resgata as origens da Rússia imperial, enfatizando os aspectos críticos e os movimentos de contestação que surgiram no seu processo histórico. Esta obra expõe uma interpretação da Revolução Russa, situada no campo da crítica às leituras oficiais, numa perspectiva político-ideológica à esquerda. Nas primeiras páginas, num bate-papo com o leitor, Tragtenberg explicita a sua posição:

> "Feita em nome da igualdade, [a Revolução Russa] produziu nova desigualdade social, onde os burocratas do Estado e do partido ganham salários dezenas de vezes maiores do que um operário qualificado, possuem *dachas* (casas de campo), automóveis oficiais e podem adquirir, com dólares, produtos em lojas especiais. A Revolução feita em nome da liberdade política, degenerou no domínio de uma burocracia militar-policial que submete o trabalhador a uma escravidão moderna, tecnificada." (MT, 1988a: 02)

Quando este livro foi publicado, comemorava-se os 70 anos da Revolução Russa e a URSS passava por uma fase de abertura política (*glasnost*) e flexibilidade da economia (*perestroika*). Estaríamos, finalmente, diante da possibilidade do regime soviético transformar-se em socialismo democrático? Tragtenberg responde:

---

[51] Nestes livros, que podemos considerar de caráter militante, é comum o estilo direto e a busca do diálogo com os leitores. Prefaciando a obra do anarquista espanhol Diego Abad de Santillán, Tragtenberg reafirma esse propósito: "Conclusivamente com a publicação do *Organismo Econômico da Revolução*, pretendemos levar ao leitor brasileiro o registro de uma prática dos trabalhadores, que, comprova a capacidade da mão-de-obra em gerir a produção e a vida social e isso para nós é o ponto de partida e o ponto de chegada". (In: SANTILLÁN, 1980c: 10)

> “Regime “soviético”? Ele não tem sovietes, o que existem são “conselhos” dirigidos pelo partido e pelo Estado, sem autonomia alguma. O socialismo não corre perigo na URSS, pois ele inexiste. Quanto à democracia, que o digam os membros do CC de Lenin, fuzilados nos Processos de Moscou de 1936-38, os atuais líderes da Oposição Operária internados em hospitais psiquiátricos, os judeus e os dissidentes de hoje. A *Glasnost* (transparência) é a tentativa de Gorbachev de reformar a burocracia por meios burocráticos, como o fizeram Pedro o Grande e Ivan o Terrível.” (Id.)

Em sua exposição sobre a Revolução Russa, ele reafirma a defesa dos marinheiros de Kronstadt, do movimento liderado por Makhno e da Oposição Operária, e, por outro lado, a crítica aos partidos e ao *socialismo autoritário*. Observando a pluralidade de partidos que se autodenominavam representantes dos trabalhadores, isto nos primeiros anos da Revolução Russa, Tragtenberg assinala que, “por simples dedução lógica”, fica demonstrado “que *não existe nenhum* partido da classe trabalhadora”. Na verdade, “todos os partidos carismáticos (que cultivam o liderismo) *desconfiam* profundamente da classe operária”, afirma. (Id.: 118)

Tragtenberg argumenta que os trabalhadores devem exercer o poder através de assembléias e do controle coletivo dos meios de produção. O autoritarismo burocrático reproduz as relações de opressão e exploração e, portanto, negam o socialismo:

> “Tudo isso porque o partido que se autoconsidera “vanguarda do proletariado” tem medo da participação generalizada dos que trabalham nas fábricas e nas comunas rurais, que podem federar-se. A base pode destituir quem exerce o poder em *seu nome* e não cumpre as decisões coletivas. O socialismo funda-se na *solidariedade e entendimento mútuo*. Makhno ou Kronstadt não delegam poder a ninguém, nem exigem que os outros abdiquem do seu. Em troca, oferecem a todos um trabalho comunitário, num plano de igualdade radical no que diz respeito aos direitos de participação e decisão”. (Id.: 118-19)

Tragtenberg reafirma a posição política de Rosa Luxemburgo. Ele relembra que esta revolucionária, em plena Revolução Russa, criticou tanto o governo Lenin/Trotsky quanto Kautsky.[52] Para Luxemburgo, o socialismo não pode ser outorgado ou introduzido por um decreto, nem poderá ser obra exclusiva de um partido.[53]

---

[52] Nas palavras de Luxemburgo: “O erro fundamental da teoria de Lenin-Trotsky é que, como Kautsky, contrapõe ditadura à democracia. “Ditadura ou democracia”, assim se colocam as questões tanto para os bolcheviques como para Kautsky. Este decide-se pela democracia, entendida como a democracia burguesa, como alternativa à transformação socialista. Lenin e Trotsky decidem-se, ao contrário, pela ditadura, em oposição à burguesia, e conseqüentemente por uma ditadura de um punhado de homens, isto é, uma ditadura segundo o modelo burguês. São dois pólos opostos, igualmente distantes, um e outro, da verdadeira política socialista”. (Tragtenberg cita “La Revolution Russe”, Ed. Spartacus, Paris, 1946. Ver seu artigo: *Uma Revolução na Revolução Russa*. *FSP*, *Folhetim*, 10.04.1983).

[53] Rosa Luxemburgo alerta, em polêmica com Lenin, para o risco da centralização burocrática que levaria o partido a substituir a classe, depois esse seria substituído pelo Comitê Central e, finalmente, esse último pelo secretário geral. À burocratização ela contrapõe a energia e espontaneidade das massas: “Os erros cometidos por um verdadeiro movimento revolucionário são, historicamente, de uma fecundidade e de um valor incomparavelmente maiores que a infalibilidade do melhor dos comitês centrais”, conclui. (LENIN & LUXEMBURGO, 1985: 39-40)

A crítica de Tragtenberg aos partidos representa a recusa do método de delegação de poderes. “*Delegar* poder é perder poder”, afirma. Para ele:

> “A representação só tem sentido quando os representantes controlam os representados. Por isso, a decantada necessidade da ditadura do proletariado, exercida em seu nome pelo partido, que realizaria a fase de “transição” do capitalismo ao socialismo, é uma grande mistificação. Em nome dessa “transição”, o partido funde-se com o Estado e exerce seu poder *sobre* o proletariado; é uma ditadura sim, mas *sem* proletariado como sujeito ativo; este aparece apenas como mão-de-obra a ser explorada pela burocracia, que possui o Estado como sua propriedade privada, conforme dizia profeticamente o velho Marx nos inícios do movimento operário”. (Id.: 120)

Reafirmando o que escrevera nos anos 1960, Maurício conclui que as intenções socialistas da revolução Russa caíram por terra com a repressão aos trabalhadores, aos marinheiros de Kronstadt e ao movimento makhnovista. Na Revolução Francesa, Robespierre abriu o caminho para a era napoleônica ao reprimir os radicais (*enragés*); na Revolução Russa, Lenin e Trotsky, com o aniquilamento da esquerda revolucionária, prepararam o terreno para a ditadura stalinista. Tragtenberg descarta as teorias justificadoras do “cerco capitalista” e da “transição ao socialismo”, as quais, em geral, inocentam o governo Lenin-Trotsky e debitam as deformações da revolução às chamadas “condições objetivas”. Ele faz questão de inocentar Karl Marx:

> “Felizmente Marx morreu a tempo. Assim não pôde assistir à repressão aos operários de Berlim oriental, Hungria, Tchecoslováquia e Polônia; caso contrário, iria denunciá-lo ao proletariado mundial como o fizera com a repressão à Comuna de Paris em sua obra *A guerra civil na França*. Disso temos certeza. Ele não é o responsável pelo que os autonomeados “marxistas” fazem em seu nome”. (Id.: 125)

É com estas palavras que ele conclui a obra *A Revolução Russa*. O que sobressai destas obras é uma concepção libertária do socialismo.

Marxismo e Anarquismo

Maurício não se coloca no campo oposto a Marx, mas sim aos denominados “marxistas”. Ele resgata as obras e conceitos de Karl Marx que permitem afirmar um pensamento socialista não-autoritário. Isto significa tratar seus textos de modo não-canônico e assimilar sua contribuição, sem fazer o sacrifício do exercício da dúvida e do pensar livre e independente. Aliás, como sugere a leitura da obra de Karl Marx. Paralelamente à crítica aos “marxismos”, Maurício vislumbra a construção de uma alternativa teórica e ideológica que resgate os aspectos libertários da obra de Karl Marx.

Em *Marx/Bakunin*, Tragtenberg faz uma análise comparativa nada ortodoxa da obra destes autores. Ele sublinha a necessidade de separar a produção intelectual de

Marx em relação às interpretações dos seus seguidores. Recorda que o próprio Marx recusou a alcunha de "marxista": "Tudo que sei é que *eu* não sou *marxista*". O termo "marxismo" surge no calor da polêmica com Bakunin.[54] Tragtenberg observa que Marx desempenhou "um papel importante, enquanto autor dos documentos centrais dos quais se constituiu a I Internacional". Ele afirma que, nas conferências e congressos, Marx atuava "na penumbra", aparecendo publicamente quando da *Carta à Comuna*, "ocasião em que seus adversários qualificam-no como "o partido Marx, ampliando o conceito para "dinastia de marxistas" ou "líder de partido", "autoritário", enquanto seus adeptos são qualificados de "agentes". (MT, 1983a: 279-280)

Maurício defende Marx da acusação de monolitismo teórico; para ele, o tratamento do "marxismo" enquanto um pensamento monolítico, detentor da verdade absoluta, é obra do stalinismo. "Comparativamente falando, enquanto Marx estrutura uma obra crítica à economia capitalista em *O Capital*, não se encontra na obra de Bakunin algo parecido, nem no conjunto das obras dos chamados "libertários" que se opõem aos chamados "autoritários", escreve Tragtenberg. (Id.: 280-281) Ele observa que a linguagem de Bakunin corresponde ao *imediato*:

> "... daí muitos dos seus escritos parecerem uma reivindicação do humanismo abstrato, constituem sistematização da prática dos "nihilistas" russos influenciados pelo "Catecismo Revolucionário" de Netchaiev. Pensador impulsivo, explosivo, uma hora privilegia o conceito "natureza" no melhor estilo de Comte, noutra hora, como hegeliano, atribui ao espírito uma função criadora da história, utiliza expressões como "instinto", através do vitalismo – sua postura da "vida" contra a "ciência" – biológico transferido ao social. (...) Organicismo, culto ao indivíduo e federalismo são as bases do seu "credo". (Id.: 281)

Tragtenberg situa as divergências entre Marx e Bakunin e nota que o primeiro se posiciona contra o dinheiro e o Estado em obras como *Crítica à Filosofia Hegeliana do Estado*, *Crítica à Filosofia Hegeliana do Direito* e *A Questão Judaica*. Por outro lado, mostra que Bakunin sucumbiu às circunstâncias políticas, sendo incoerente com a sua rejeição teórica do sufrágio universal, e expõe criticamente o conceito de organização bakuninista, fundada em princípios autoritários, centralista e com a mais rigorosa disciplina.[55] Tragtenberg observa que a estrutura desta organização contrasta com a "valorização da "espontaneidade" do movimento social". (Id.: 292)

---

[54] "Em primeiro lugar, Marx nunca usou a expressão marxismo. Esse foi um termo usado por Bakunin para definir as pessoas que atuavam em torno de Marx. Poderia dizer que o termo marxismo não é monolítico; o marxismo, enquanto conjunto de textos, imbrica em várias leituras". (MT, 1983b: 17) HAUPT (1980) analisa as origens dos termos *marxismo* e *marxista*. (In: HOBSBAWM, 1980: 347-75).

[55] O adepto da *Fraternidade Internacional*, sociedade secreta criada por Bakunin, deveria fazer um juramento de submissão. (Ver MT, 1983: 291-92).

A partir desta análise, ele faz um alerta fundamental:

> "O debate entre o autoritarismo e o libertário tende a tornar-se meramente filológico e paroquial, na medida em que está descolado do movimento real do proletariado, onde se dá o processo de união via associação, que procura vencer não simplesmente o "autoritarismo" dominante, mas a divisão social do trabalho, fonte do chamado "autoritarismo". Discuti-lo como categoria em si mesmo, é uma inutilidade, pois ela é expressão de uma relação social". (Id.: 294)

Maurício Tragtenberg assegura que Bakunin, "preso ao chauvinismo eslavo", incide numa "judeofobia incompatível com sua proposta libertária". (Id.: 281) Ele não hesita em registrar vários trechos da obra bakuninista onde o autor, na ânsia de combater o *judeu* Marx, resvala para o racismo e o anti-semitismo. Sua crítica a este aspecto da personalidade do revolucionário Bakunin é implacável.

Por outro lado, ressalta que Marx e Bakunin expressam cenários sociais diferenciados: o primeiro tem raízes na Europa industrializada e seu projeto político se fundamenta no antagonismo das classes geradas pela Revolução Industrial, a burguesia e o proletariado; o segundo provém de uma região economicamente atrasada, um país essencialmente agrícola, onde se iniciava a transição feudal para o capitalismo e, portanto, politicamente voltado para os camponeses.

Por fim, enfatiza que a atualidade do debate Marx/Bakunin está em recolocar a questão do "papel de "minorias organizadas" na forma de "ditadura invisível" e suas relações com as massas trabalhadoras ou seu isolamento ante as mesmas". Ele acentua a importância desta polêmica, "desde que não se limite à oposição "ahistórica" entre autoritarismo e liberdade". (Id.: 299)

Tragtenberg alerta para a necessidade de romper o círculo vicioso próprio do discípulo acrítico: a adesão fanática a um dos lados, identificando o outro como "o inimigo". A leitura crítica impõe a identificação dos limites inerentes às escolas de pensamento. Maurício, em "Uma leitura libertária de Marx"[56], proporciona um exemplo do leitor crítico e inverso à miopia do dogmático. Num comentário sobre o anarquismo, afirma:

> "O problema é que o anarquismo, enquanto conjunto de textos, não desenvolveu uma crítica sistemática do capitalismo, do Estado, da burocracia e do autoritarismo. Lendo os textos econômicos anarquistas pode-se perceber que a reação a isso é mais emocional do que propriamente estruturada". (MT, 1983b: 17)

---

[56] Esse texto resulta de debate promovido pela APROPUC (*Associação dos Professores da PUC/SP*), e o DCE-Livre da PUC, em 1983, ano do centenário da morte de Karl Marx. Além de Tragtenberg, também participaram do evento Luiz Gonzaga Beluzzo, Octávio Ianni e Leandro Konder. (Ver: MT, 1983b)

Maurício se propõe a desmistificar as fáceis interpretações e as verdades tidas como inquestionáveis, tanto dos anarquistas em relação a Marx quanto dos marxistas em relação a autores como Bakunin. É o caso, por exemplo, da idéia comumente veiculada de que Marx fundamenta uma concepção autoritária e hierárquica, e que o pensamento bakuninista expressaria uma proposta organizacional horizontal, igualitária e democrática. O equívoco, aqui, reside em tomar o marxismo e o leninismo pela obra de Marx. As conclusões de Tragtenberg são desconcertantes: "No fundo, o que concluo pelo que li em Bakunin, é que sua herança é ambígua. Ela pode tanto ser interpretada no sentido libertário como também tem muitos aspectos autoritários, muitos aspectos negativos, no sentido do vanguardismo de alguns pós-marxistas". (Id.: 18)

Tragtenberg enfatiza a contribuição de Karl Marx para a luta dos trabalhadores: uma concepção voltada para a valorização da autonomia da luta proletária e ênfase na liberdade política, "sem a qual nenhum planejamento econômico pode inclusive ser discutido". Segundo Maurício:

> "A maior preocupação de Marx era com a compreensão do movimento que leva à auto-emancipação do trabalhador e ela só viria como fruto da auto-atividade, entendida como a verdadeira ação de classe. A intelectualidade poderia colaborar na educação política do trabalhador, porém, não a substituindo no processo de auto-organização e ação". (Id.: 18-19)

Tragtenberg reafirma uma atitude cara à sua trajetória de intelectual engajado: a defesa da auto-organização dos trabalhadores, a idéia de que a luta direta tem uma função pedagógica – o trabalhador se educa na ação direta – e a percepção de que o intelectual não deve substituir o trabalhador ou se colocar acima dele:

> "A função do intelectual não é dirigir, enquadrar. É simplesmente, quando solicitado, assessorar, e não querer dizer para o trabalhador o que é melhor para ele e não se transformar em sacerdote do Estado, porque Estado capitalista não se discute, mas também o Estado operário é um termo que Marx nunca usou, porque é aquele aborto da sociedade a que se referia ele falando da prática da associação feita pelo proletariado por ocasião da Comuna de Paris[57]". (Id.: 20)

A crítica tragtenberguiana ao centralismo autoritário da organização bakuninista, próprio de seitas, guarda paralelo com a sua recusa do vanguardismo marxista-leninista. O centralismo e autoritarismo, bem como o culto à personalidade, não é um problema restrito aos marxismos: também os anarquistas podem incorrer em práticas e teorias que negam o pensamento libertário. Por outro lado, é importante salientar que a crítica não representa a recusa em bloco das contribuições bakuninistas.

---

[57] "A grande novidade da Comuna de Paris – vista por Marx – era ser um poder político em extinção", escreve Tragtenberg. (MT, 1997: 54)

Na análise das complexas relações entre Marx/Bakunin, marxismo/anarquismo, distinguem-se as características que marcam a obra de Tragtenberg: o espírito livre e heterodoxo e a preocupação em pensar os eventos históricos inseridos em seus próprios contextos e como possibilidade de contribuir para atuar diante dos dilemas atuais. Vemos, novamente, que ele consegue amalgamar diversas fontes, tratando-as com liberdade e heterodoxia. Em outras palavras, Tragtenberg está longe de ser um anarquista ortodoxo; sua análise do anarquismo busca apreender a atualidade das suas formulações no sentido de contribuir para a práxis militante contemporânea. Não é uma simples afirmação de princípios ou uma adesão acrítica.

Pensamento e Ação

Maurício Tragtenberg contribuiu decisivamente para a difusão do pensamento anarquista. Ele dirigiu, organizou e escreveu as introduções de textos clássicos do anarquismo, publicados na *Coleção Pensamento e Ação*.[58] Um aspecto a observar é o próprio nome da coleção. Com efeito, Maurício procura vincular a teoria à prática, pensar e agir: os autores que ele divulga têm esta característica. Em suas palavras:

> "Já o filósofo francês Henri Bérgson dirigia-se a seus alunos alertando que o homem de pensamento deve *pensar* como homem de ação e este *agir* como homem de pensamento.
>
> Neste sentido a Coleção preocupa-se em trazer ao público as obras relevantes para o pensamento social que realizaram verdadeiras revoluções teóricas criando novos paradigmas. Por outro lado, terão acolhida nesta Coleção as obras que são produto de novas práticas sócio-políticas identificadas com as lutas da classe trabalhadora na construção de novas alternativas de Sociedade. Também, registrando as lutas das *minorias* nacionais e étnicas por sua independência e expressão, bem como das minorias sexuais a essa altura do século. Pretende a Coleção ser um registro escrito da luta dos excluídos, dominados e explorados pelos sistemas econômicos expoliadores [sic] e pelos sistemas políticos fundados na dominação de "poucos" sobre "muitos".
>
> Assim, a coleção Pensamento e Ação pretende rejeitar o sectarismo doutrinário e estar aberta ao pluralismo ideológico, fundado no valor, igualdade, tolerância à diferença e liberdade". (MT, 1989c: 153)

A iniciativa de Maurício Tragtenberg em facilitar o acesso dos leitores brasileiros a estes autores e obras indica simpatias libertárias e também uma forma de militância. Ele apresenta autores como Bakunin e Malatesta, sem concessões e apologismo. Não obstante, observamos a ênfase em determinados aspectos, *insights* que confirmam uma concepção libertária do socialismo.

---

[58] Foram publicados os seguintes títulos: Max WEBER. *Sobre a Universidade: o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica*. (Vol 1); Mikhail BAKUNIN. *Federalismo, socialismo, antiteologismo*. (Vol. 2); Mikhail BAKUNIN. *Deus e o Estado* (Vol. 3); Nestor MAKHNO. *A revolução contra a revolução* (Vol. 4); Errico MALATESTA. *Anarquistas, Socialistas e Comunistas* (Vol. 5).

Da leitura das introduções, notas e apresentações dos autores publicados na coleção **Pensamento e Ação**, ressalta-se a defesa da liberdade. Qualquer *libertação* que se apóie na opressão dos "poucos" sobre os "muitos", chame-se Revolução Francesa ou Socialismo de Estado, não é libertação real, mas opressão. O formalismo liberal restringe a liberdade aos direitos formais do individuo cindido (cidadão/burguês); o socialismo de Estado universaliza a liberdade fazendo-a prisioneira da razão de Estado e do Partido, que, em tese, representaria os interesses do conjunto da sociedade.

A maneira como Tragtenberg apresenta estes autores ilustra a preocupação de atualizar o pensamento libertário. Mas atualizá-lo não no sentido de sacralizar, isto é, de dispor para as novas gerações textos sacramentados pela tradição. O *atual* para Maurício Tragtenberg significa que estes textos, escritos em contextos sociais completamente diferentes, podem contribuir para a compreensão e superação de dilemas que enfrentamos em nosso tempo. Não porque seus autores sejam profetas e suas palavras, a doutrina válida para quaisquer circunstâncias históricas, mas porque, simplesmente, os problemas daquela época persistem, ainda que assumam outros aspectos.

Insistimos nesta questão porque aos desavisados poderia parecer que o dispêndio de energias para resgatar e difundir textos e autores do passado teria apenas uma função propagandística e ideológica. Pelo contrário, Tragtenberg debruça-se sobre eles na medida em que acredita que esta é uma forma de contribuir com a ação sobre a realidade social e política vigente. Por exemplo, através do texto de Max Weber (*Sobre a Universidade*) Tragtenberg estimula os leitores a compreenderem a necessidade de defender a universidade enquanto um espaço privilegiado da crítica, a relacionarem a realidade descrita por Weber com os problemas enfrentados no período ditatorial, enfatizando-se a liberdade de crítica e expressão como condição fundamental para o exercício intelectual; esta obra favorece a reflexão sobre a atuação em relação ao campus, aos alunos e à comunidade externa, e sobre a necessidade de impor o saber acadêmico ao *ethos* burocrático que tende a asfixiá-lo. São problemas enfrentados por Max Weber, mas ainda presentes em nossa realidade universitária.

Através de *Federalismo, socialismo e anti-teologismo*, Tragtenberg recupera a discussão sobre o papel da religião na sociedade capitalista. A predominância do laicismo nas sociedades modernas, aquilo que Max Weber denominou como secularização e *desencantamento* do mundo, não redunda na sua superação. "Já

mostrava Max Weber que a finalidade de qualquer religião é a procura da legitimação do poder e da domesticação das massas", afirma Tragtenberg. Bakunin se insere nesta perspectiva: ele conclui que "embora haja governos e Estados que não acreditem na religião, protegem-na, desde que ela ensine a paciência, a resignação e a submissão" (MT: 1988b). A ciência e a propaganda do socialismo se antepõem à religião e às exigências de resignação que ela embute. Mas, realça Tragtenberg, trata-se de uma ciência positivista.

Se levarmos em conta a conjuntura histórica daqueles anos, com a ascensão dos movimentos sociais sob intensa influência da Teologia da Libertação, parece-nos que o resgate de temas polêmicos como a relação entre ciência e religião, e Estado e religião, cumpre um papel preciso na formação da militância e enquanto subsídios para refletir sobre questões teóricas e práticas.

O mesmo podemos afirmar sobre a obra *Deus e o Estado*, de Bakunin. Na introdução, Tragtenberg mostra como o autor, a partir de uma posição enfaticamente anarquista, rejeita "toda legislação, toda autoridade e toda influência privilegiada, titulada, oficial e legal, mesmo emanada do sufrágio universal". Tragtenberg compartilha desta análise. Seja no âmbito político-eleitoral, religioso ou acadêmico, Tragtenberg assume a posição de crítico ativo da autoridade constituída. A mensagem que enfatiza é a de que não devemos acreditar em líderes e representantes, mas sim nas nossas próprias organizações e nas nossas próprias ações. Se considerarmos que as novas gerações tendem a se envolver entusiasticamente com as estruturas construídas nos processos históricos, parece-nos, que a mensagem tragtenberguiana consiste num alerta à dinâmica de institucionalização das utopias. É o que podemos observar neste trecho:

> "Para ele [Bakunin], qualquer ideologia, mesmo a mais revolucionária, ao tornar-se oficial, infalivelmente se corrompe e se burocratiza, transforma-se numa mentira. Geralmente, quando os antigos revolucionários transformam-se nos novos funcionários do regime recém-instituído – revolucionário – opera-se uma transformação na ideologia. Passa a ser ela oficial, a ter um livro sagrado, intérpretes oficiais e, logicamente, seus "heréticos". A burocratização da ideologia cria uma casta de funcionários encarregados de interpretá-la conforme os mandamentos do Poder, e transmiti-la à grande massa. Logicamente, quem diz ideologia oficial, diz intérprete oficial, fala em privilégios. É "o privilégio que corrompe, os privilégios econômicos e políticos depravam o espírito e o coração". (MT, 1988c: VIII)

Portanto, estes escritos oferecem a possibilidade de os militantes refletirem sobre a burocratização e institucionalização do movimento, quando a organização *meio* transforma-se em *fim*, e o discurso revolucionário de ontem é anulado pelo apego à

preservação dos privilégios. Tragtenberg possibilita às novas gerações a oportunidade de aprenderem com a história e a não se iludirem com os *novos e falsos profetas*.

A mensagem tragtenberguiana, porém, não é cética. Se a crítica à autoridade pressupõe a recusa à servidão da inteligência e aos modelos pedagógicos burocráticos e opressivos, a própria história oferece alternativas que privilegiam a liberdade, sem "professores patenteados, nem profetas, nem sacerdotes" e que não exige a fundação de uma "nova Igreja e Estado"; uma alternativa alicerçada na liberdade, na igualdade e na solidariedade. (Id.: XXIX) O olhar de Tragtenberg volta-se para aquelas experiências históricas nas quais as massas oprimidas tomaram o destino em suas próprias mãos:

> "Outra não foi a prática dos libertários em plena Revolução Russa de 1917-1921 na Ucrânia e na Espanha de 1936-39, e hoje em dia, com o desenvolvimento da educação popular fundada no método Ferrer, ateneus populares, levando o conhecimento às massas anônimas, as autoras da história". (Id.)

A análise dessas obras e dos textos introdutórios escritos por Maurício Tragtenberg permitem estabelecer similitudes entre este e os autores apresentados. Tragtenberg analisa-os contrapondo as diversas correntes do pensamento anarquista, isto é, não tomando-o como homogêneo. Em determinados trechos, ele passa a impressão de que assume *para si* o que está entre aspas, deixando claro quando diverge.

Na introdução a *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*, Tragtenberg observa que Malatesta não concebe o anarquismo como uma teoria de cunho filosófico ou científico, mas como uma *atitude* antiautoritária e solidária. "Uma visão bem diferente de outros teóricos do anarquismo, para os quais, como Kropotkin, o anarquismo se constituía enquanto sistema ou em obediência às leis da ciência", escreve. Malatesta formula uma "concepção voluntarista" contraposta à "concepção determinista de Kropotkin" e também aos marxistas. Opondo-se ao *determinismo histórico*, Malatesta enfatiza a *vontade* realizadora e a ação das massas. (MT, 1989c: VII)

O exame tragtenberguiano da obra de Malatesta oferece argumentos às críticas ao *desvio espontaneísta* imputado àqueles que se opõem à militância em organizações partidárias. Na política, a palavra *voluntarismo* tem um sentido negativo na medida em que é identificada com idealismo ou a proeminência da vontade sobre as condições materiais. E, em geral, isto ocorre. Contudo, o *voluntarismo* tem um aspecto positivo na medida em que realça a subjetividade e, portanto, indica que a história é construída por escolhas e decisões dos indivíduos, e que não está determinada *a priori*, nem resulta de qualquer *fatalismo*.

Por outro lado, na acepção de Malatesta, a *vontade* resulta da propaganda anarquista, “difundindo idéias e exemplificando com fatos”, constituindo, portanto, uma “vontade organizadora” não restrita ao *espontaneísmo*, mas como “ação consciente e voluntária” (Id.: VIII). Tragtenberg salienta que essa concepção não idealiza as massas; estas, na visão de Malatesta, podem assumir um caráter reacionário, conservador ou revolucionário. Daí a necessidade da propaganda e ação anarquistas, da *atitude* enquanto exemplo pedagógico.

A liberdade em Malatesta não é apenas “um ideal de realização longínqua”, um conceito abstrato ou de cunho ideológico, “mas também uma *norma de conduta, de luta a partir do aqui e do agora, no contexto da sociedade existente*”.[59] Tragtenberg não desconhece o fato de que a liberdade é maltratada até mesmo pelos anarquistas. “Muitas vezes eles agem autoritariamente hoje, reservando-se para o amanhã agirem libertariamente”. (Id.: XI) A coerência entre o discurso e a prática, o que Malatesta denomina de ***atitude*** e ***norma de conduta***, pressupõe a recusa de todo tipo de dogmatismo e de práticas autoritárias.

Tragtenberg recupera um exemplo de dogmatismo autoritário, relatado por Malatesta: “Uma vez, na pequena aldeia da Úmbria, em Foligno, em junho de 1897, um Círculo Católico quis inaugurar sua sede com uma procissão religiosa. Os anticlericais da localidade, incluindo os anarquistas, dissolveram a procissão a paus e socos”. (MT, 1989: XI) O próprio Malatesta condenou esta atitude: “está na hora de limitar e deter o avanço do autoritarismo que existe em nossos meios e dizer bem alto que *não é anarquista o que não respeita nos outros a liberdade que reclama para si*, que, odiando os esbirros, adota suas posturas quando tem oportunidade de fazê-lo”. (Id.: XII, grifo nosso)

Tragtenberg recusa veementemente qualquer atitude violenta. Ele concorda com Malatesta: o autoritarismo, em geral, é acompanhado de atos violentos para impor *uma verdade* – trata-se não apenas da violência física, o próprio discurso autoritário indica uma forma de *violência simbólica*. Os pequenos ditadores imaginam que os meios justificam os fins, isto é, que é necessário a violência contra os adversários para suprimir a verdade deles. Este não é um raciocínio que tenha a anuência de Tragtenberg, nem de Malatesta:

[59] Saliente-se que o pensamento de Malatesta tem forte influência sobre os anarquistas brasileiros, especialmente aqueles vinculados ao Centro de Cultura Social. (Ver: AVELINO: 2002)

> "... o adversário pode estar errado, sua propaganda pode produzir danos, no entanto tem direito à liberdade mais completa. De outra maneira: quem julgaria qual é a verdade permitida e a verdade proibida? O direito de combater e suprimir o erro pela violência é teoria de *inquisidores*, serviu de justificação a todas as tiranias". (Id.: XIII)

A violência, na concepção de Malatesta, só pode ser assumida por um anarquista "para resistir e subtrair-se a ela". Porém, ter uma *atitude libertária* não significa aceitar como próprio da liberdade os atos que a aniquilam, como a prática fascista que assassina, incendeia e saqueia. Isto tem outro nome: "arbitrariedade infame, prepotência e violação de todas as liberdades". (Id.)

A *conduta libertária* respeita a liberdade de imprensa, expressão, organização e confessional. Criticar a religião, negá-la enquanto fundamento que legitima a dominação e a exploração social, não significa negar o direito da crença religiosa. Até porque, "é possível que da idéia de Deus uns deduzam que é importante lutar pela igualdade e liberdade humana e outros infiram o dever de obediência e resignação ante a hierarquia". A fé também indica vontade e, quando unida à esperança, pode remover montanhas. No final das contas, muito mais importante do que se assumir crente ou descrente, é o fato de o trabalhador "poder olhar seu amo de frente". (Id.)

Malatesta vê nas minorias o embrião de uma nova idéia, uma nova instituição. Neste sentido, a *minoria* tem um papel positivo a cumprir. No entanto, em seu pensamento *minoria* não se confunde com vanguardismo e substituicionismo. Por outro lado, indica uma relação com as massas que não apologiza o basismo: as massas não estão sempre certas. A função do anarquismo é educá-las para a liberdade, habituá-las à liberdade de iniciativa e ação. A atitude anarquista é vista como *"a liberdade que educa para a liberdade e para a solidariedade"*. Essencial neste processo educativo é a fraternidade, o amor. O comunismo ou o anarquismo devem "estar nos corações *antes* de estar nas coisas". (Id.: XXVI)

A leitura da obra de Malatesta e de Maurício Tragtenberg sugere paralelismos: a ***atitude***, a liberdade como "norma de conduta", a fraternidade e o amor como fundantes da solidariedade materializada nas relações humanas e não coisificada ou restrita a *slogans*.

Tragtenberg também organizou e elaborou a introdução dos textos de Kropotkin. "O objetivo desta coletânea é apresentar o nível de atualidade do pensamento social e político do revolucionário russo P. Kropotkin", afirma. Observa-se, mais uma vez, a preocupação tragtenberguiana em recuperar os clássicos anarquistas na perspectiva de

contribuir com os debates sobre os "temas cruciais que desafiam o nosso século". (MT, 1987b: 07)[60] São textos que abarcam temas como a importância e o papel das minorias revolucionárias, das eleições e o governo representativo, a lei e a autoridade, o problema das prisões, etc.

Por que textos escritos no séc. XIX e nas primeiras décadas do séc. XX permanecem atuais? Maurício Tragtenberg responde:

> "Por sua análise da necessidade da existência de "minorias revolucionárias" que estimulem a mudança social, sem se converterem em portadoras de privilégios ou imunidades em relação ao militante comum; por sua crítica ao fetichismo do "governo representativo" nos quadros da democracia de massas atual; por sua análise das relações entre o poder e a lei dominante; por sua análise crítica da prisão, que existe para dar a impressão de que somos livres para estigmatizar os pobres que lá estão confinados, para garantir a "boa consciência" das altas classes da sociedade, sendo que sua única solução é a eliminação pura e simples; por todas estas contribuições, a leitura da obra de Kropotkin permanece atual". (Id. 16)

Mas não é apenas pela atualidade destes textos que ele se esforça para resgatá-los e publicá-los. Sua atitude indica também o objetivo de intervir politicamente. A conclusão da introdução à obra de Kropotkin manifesta-o:

> "Quem sabe a leitura dos textos de Kropotkin ajudará a combater as ilusões liberais e democratizantes enunciadas pela "Nova República" com a cumplicidade da autodenominada "esquerda", cujo conceito de revolução está restrito à apropriação privada dos cargos públicos e é de fato uma "revolução burocrática" à brasileira. Sem expurgos, sem fuzilamentos, sorridente e festiva". (Id.: 17)

Significado e influência da obra tragtenberguiana

A obra de Maurício Tragtenberg apresenta uma característica fundamental: não se volta prioritariamente para a academia, para aquilo que FREIRE (1986: 131) chamou de "balé de conceitos", isto é, o academicismo da discussão infindável em torno de abstrações desvinculadas do mundo real. Maurício Tragtenberg usa a palavra no sentido sartreano, isto é, sua palavra é comprometida, engajada. Através dos seus livros ele assume um compromisso social e também uma posição política diante dos temas históricos do passado e do presente.[61]

---

[60] Tragtenberg também utilizava o espaço que tinha na grande imprensa para divulgar o pensamento anarquista, defendendo a sua atualidade. Um exemplo é o texto "A atualidade de Errico Malatesta", publicado por ocasião do cinqüentenário da sua morte (*FSP*, *Folhetim*, 16.01.1983, pp. 06-07).

[61] "O escritor "engajado" sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar", escreveu SARTRE (1993: 20). Ele enfatiza que no contexto da sociedade capitalista é impossível manter o sonho da imparcialidade diante da condição humana. Dessa maneira, "a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele". (Id.: 21)

Há uma linha de continuidade na obra de Maurício Tragtenberg evidenciada na crítica permanente aos processos de burocratização dos movimentos e organizações de cunho operário, na crítica ao vanguardismo e substituicionismo da classe; e, concomitantemente, na defesa dos valores que reforçam a solidariedade entre os trabalhadores e a sua auto-organização e nas experiências autogestionárias. Nesta perspectiva, Tragtenberg enfatiza os movimentos que colocam a burocracia do partido e do Estado em xeque, ainda que esse partido se autoproclame representante do proletariado e ainda que o Estado se autodefina como socialista.

Não podemos afirmar categoricamente qual a repercussão da obra de Maurício Tragtenberg. Sabemos, por exemplo, que seu livro *Burocracia e Ideologia* é amplamente utilizado nas bibliografias adotadas nos cursos na área da administração e que outros escritos seus prestaram enorme contribuição às análises sobre o sistema educacional e subsidiaram debates e intervenções dos militantes no movimento operário e popular. Precisaríamos, por outro lado, verificar qual a sua influência no âmbito da Sociologia das Organizações. Contudo, a despeito das dificuldades, alguns depoimentos, a começar do próprio Tragtenberg, permitem intuirmos sobre a extensão e influência da sua obra. Leiamos o que ele escreve no *Memorial*:

> "Afora as inúmeras teses orientadas, muito das quais editadas em livros, parece-me importante salientar uma influência que tive a respeito da *mudança de paradigmas* no ensino da administração na FGV e na FE da Unicamp. Segundo meu ex-aluno Valdomiro Pecht, atual professor da FGV, em sua tese de mestrado acentua, a diferença de enfoque da teoria administrativa na FEA da USP e da FGV devia-se à influência exercida pelo meu artigo "A Teoria da Administração é Uma Ideologia?". Aí, a burocracia é vista como uma estrutura perpassada por relações internas de *status*, na relação de poder, enquanto na FEA da USP burocracia era estudada como estrutura funcional que se amplia com a ampliação da organização.
>
> No caso da FE da Unicamp, os depoimentos informais de colegas que ministram cursos de graduação, foram meus orientandos em teses de mestrado e atualmente oriento-os em nível de doutorado, me deram ciência de que, com a introdução de autores como Michel Foucault, Trotsky, V. Thompson, James Burham, Lapassade, a teoria da administração escolar passou a ser vista nos cursos de graduação como um discurso do poder que exprime as relações de força nas organizações". (MMT: 19)

Embora considere a informalidade em que foram dados tais testemunhos, Tragtenberg julgou-os suficientemente legítimos para citá-los num documento oficial. Maurício, pelo que conhecemos do seu caráter e honestidade acadêmica, seria incapaz de se referir a estes depoimentos com objetivos carreiristas. Aliás, ele próprio adverte:

> "Infelizmente, por carência de tempo, não me foi possível consultar a tese de Pecht, ou levar a termo afirmações informais de colegas meus da Unicamp, que ministram cursos na graduação de Administração Escolar, para provar documentalmente o que aí escrevo. Porém, a tese de Pecht

está na ECA da USP e os meus colegas de área estão presentes na Faculdade, possíveis interlocutores no assunto em pauta". (Id.)

Parece-nos que a intuição de Tragtenberg sobre a influência da sua obra tem fundamento. É entre os/as orientandos/as que mais se evidencia a influência de Tragtenberg. Aprofundaremos esta análise no próximo capítulo. Por ora, cumpre apenas observar que os depoimentos destes corroboram as palavras de Tragtenberg.[62]

Outros indícios da sua influência podem ser observados em trabalhos realizados após o seu falecimento, que *revisitam* o seu pensamento à luz da realidade atual. PAULA (2002) analisa como as *harmonias administrativas* resistem ao tempo, amalgamando-se com novas teorias da administração (pós-fordismo, toyotismo, burocracia flexível etc.). A autora ressalta a persistência do *ethos burocrático* na teoria e prática da administração contemporânea. Concluindo sua análise, afirma:

> "Maurício Tragtenberg foi um crítico atento da opressão, identificando a dominação nas suas mais variadas formas, desvelando hierarquias explícitas e disfarçadas. Ao revisitar seu pensamento, mais do que fazer uma análise pessimista e desencantada das perspectivas de emancipação, nossa intenção foi revelar que nenhuma mudança efetiva pode ser realizada a partir da negação da realidade. Talvez o maior legado de seu pensamento seja este vigoroso alerta para as armadilhas ideológicas que, criando uma falaciosa harmonia, nos desviam dos caminhos da liberdade".[63]

Os professores Fernando C. Prestes Motta e José Henrique Faria, entre outros, destacam a contribuição de Maurício Tragtenberg para o estabelecimento de uma Teoria Crítica da Organização. Ambos assinalam que *Burocracia e Ideologia* representa um marco nesta perspectiva. "Foi um trabalho pioneiro na construção de uma abordagem crítica das instituições e organizações burocráticas", afirma MOTTA. (2001: 68) José Henrique de Faria concorda:

> "No Brasil, a introdução da Teoria Crítica nos estudos organizacionais foi magistralmente realizada por Maurício Tragtenberg no início dos anos 70. Em "Burocracia e Ideologia", seu mais conhecido trabalho, Tragtenberg (1974) ousa um pensamento interdisciplinar e lança as bases para uma verdadeira transformação neste campo de estudos, no qual se evidencia um fundamento de importância nuclear: o que marca a Teoria Crítica é a coerência epistemológica." (2003)[64]

---

[62] Recordemos, ainda, que Tragtenberg reconhece sua influência sobre a teoria administrativa através da obra de Fernando C. Prestes Motta, José Henrique Faria e Fernando Coutinho Garcia .

[63] Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no *24º Encontro da ANPAD*, realizado em Florianópolis, em 2000. Corroborando esta análise, MOTTA (2001: 66) afirma: "O pensamento de Maurício Tragtenberg revela-se forte para a análise da evolução da sociedade e da economia mundial após a hegemonia do "taylorismo" e da escola de relações humanas, bem como dos modelos administrativos gerados nesses anos".

[64] Fernando C. Prestes Motta reafirmou esta análise em entrevista concedida ao autor, em 09 de outubro de 2001, na Fundação Getulio Vargas (SP). A avaliação de José Henrique de Faria encontra-se no artigo "A Teoria Crítica no Capitalismo Contemporâneo de Modernidade Tardia", publicado in: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 24, maio de 2003. (Site: http://www.espacoacademico.com.br/024/24cfaria.htm)

Ainda nesta área, Ricardo ANTUNES (2001: 11)[65], ressalta que Maurício Tragtenberg "foi pioneiro (...) na crítica ao toyotismo, antes que esse ideário e essa pragmática se tornassem lugar-comum na empresa moderna e viessem a substituir e/ou mesclar-se ao taylorismo, ao fordismo e à Escola de Relações Humanas de Elton Mayo".

A influência política da obra tragtenberguiana reside na reafirmação de uma concepção de socialismo libertário que incorpora o pensamento de Max Weber e dos pensadores anarquistas. Estabelecendo um diálogo entre Weber e Marx, Maurício transporta as teorias para o âmbito da prática, fundando a sua análise no movimento real dos trabalhadores e inserida numa perspectiva de engajamento político. Como observou Pedro Roberto FERREIRA ao analisar a concepção de socialismo que sobressai da obra tragtenberguiana:

> "Nas ruas, o militante [Maurício Tragtenberg] sempre sustentou a noção de autonomia operária diante dos partidos políticos, posto entender que o trabalhador pode e deve ser o construtor do próprio destino; já nas escolas, o educador Tragtenberg sempre estimulou o estudante a refletir, a pensar as grandes teorias do social, com a própria cabeça". (2001: 39)[66]

As palavras acima apontam para outro âmbito: a atividade de Maurício Tragtenberg enquanto educador no campo acadêmico.

---

[65] Este depoimento foi apresentado originalmente no jornal Folha de S. Paulo, de 14.01.1999; depois na Crítica Marxista, nº 8, 1999 (São Paulo: Xamã). Ricardo Antunes reproduziu este testemunho no seminário em homenagem a Maurício Tragtenberg, realizado nos dias 14 a 16 de junho de 1999, na Universidade Estadual de Londrina e publicado, em versão ampliada, in *Tudo Flui – Revista da Aduel*, v. 5, nº1, jan./jun. de 2001, Londrina-PR, pp. 09-11; e, com alterações, em SILVA & MARRACH (2001: 97-102)

[66] Trabalho apresentado no seminário supracitado e também publicado, com alterações, em SILVA & MARRACH (2001: 197-207); e, na *Revista Espaço Acadêmico*, nº 17, outubro de 2002.
(Site: http://www.espacoacademico.com.br/017/17cferreira.htm)

CAPÍTULO IV

EDUCADOR CRÍTICO E LIBERTÁRIO

> **"Seria preciso, acreditam certos críticos, uma forma impassível, fria e impessoal; para tais gentes, todo o argumento perde o caráter científico sem esse verniz de impassibilidade; em compensação, bastaria afetar imparcialidade, para ter direito a ser proclamado – rigorosamente científico. Pobres almas!... Como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exigida pelos críticos de curta vista!... Não; prefiro dizer o que penso, com a paixão que o assunto me inspira; paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica".**
>
> ***Manuel Bonfim* (2000: 631)**
> Paris, março de 1903

Neste capítulo abordamos a *práxis* educativa de Maurício Tragtenberg: sua produção intelectual direcionada para a educação e os aspectos críticos e libertários em seus textos e em sua prática no *campo acadêmico*.

Enfatizamos a concepção crítica de Maurício Tragtenberg sobre a educação e as instituições de ensino: sua análise da universidade, da escolarização e a sua função e relação com a sociedade, etc. Esperamos, neste trajeto, delinear os nexos existentes entre a crítica à *pedagogia burocrática* e os fundamentos das pedagogias libertária e crítica. Avançando nesta direção, analisaremos a alternativa pedagógica que ele defende, isto é, os princípios pedagógicos que orientam a sua prática docente. Então, recorrendo aos seus textos e aos depoimentos registrados em entrevistas, artigos e livros, examinaremos sua prática docente.

Crítica à Universidade

Passemos à análise dos escritos de Maurício Tragtenberg sobre educação, levando em consideração que seus textos devem ser compreendidos no contexto histórico, político, econômico e social em que se inserem: décadas de 1970-90. Os escritos de Tragtenberg são *palavras de combate*[1] e de reflexão.

Em "A Delinqüência Acadêmica"[2], Maurício analisa a universidade como "instituição dominante ligada à dominação", uma "universidade antipovo":

> "A universidade não é algo tão essencial como a linguagem; ela é simplesmente uma instituição dominante ligada à dominação. Não é uma instituição neutra; é uma instituição de classe onde as contradições de classe aparecem. Para obscurecer esses fatores ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber "objetivo", acima das contradições sociais". (MT, 1990a: 11)[3]

Em "Os caminhos da democratização da universidade"[4], Tragtenberg compara a universidade à fábrica e observa que, sob o capitalismo, esta forma os 'recursos humanos' que suprirão a burocracia do setor público e privado: "É uma fábrica que ao mesmo tempo que produz um núcleo de intelectuais ligados às prebendas burocráticas da classe dominante, cria um novo exército industrial de reserva, uma camada intelectual proletaróide similar às massas subempregadas do sistema". (Id.: 71)

---

[1] Como nota Agueda B. B. UHLE, os trabalhos de Maurício Tragtenberg nessa fase podem ser definidos como *palavras de combate*: "Observei que a maioria dos artigos escritos no final da década de 1970 e início da década de 1980 tem uma característica comum: são textos de militância, ou textos de combate, melhor dizendo. (...) São pequenos artigos escritos com o objetivo de participar de um debate político ou mesmo de estabelecer um debate, provocando os responsáveis pela educação, sejam eles do poder público ou de empresas privadas. Trata-se sempre de manifestação do intelectual sobre os problemas mais relevantes no campo do seu trabalho". (In: SILVA e MARRACH, 2001: 152)

[2] Este trabalho foi publicado no livro "A delinqüência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder". Maurício Tragtenberg cedeu os textos para os alunos do quinto semestre de Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de S. Paulo, os quais, em conjunto com os professores das disciplinas pertinentes ao tema, os editaram e publicaram, em junho de 1979. Estas informações constam no original. Anteriormente, em 03.12.1978, Maurício concedeu entrevista ao jornalista Laerte Ziggiati, que reproduziu parte desse texto. A entrevista foi publicada no jornal *Folha de S. Paulo, Folhetim*, com a seguinte introdução: "A crise da Universidade e da Educação neste país foi intensamente discutida no 1º Seminário de Educação Brasileira, realizado em Campinas. Porém, no meio de muita discussão teórica, houve um momento em que grande parte do público presente explodiu em aplausos. Foi quando encerrou sua comunicação o professor Maurício Tragtenberg, da Faculdade de Educação da Unicamp e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV). Maurício Tragtenberg, com sua longa experiência, rasgou o verbo e com grande coragem deu um retrato fiel e ao mesmo tempo sombrio da situação crítica da Universidade brasileira. Aqui, ele repete a dose". O artigo *A delinqüência acadêmica* foi republicado em 1982, na coletânea *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*.

[3] Num texto apresentado no *Seminário de Reitores*, realizado em João Pessoa (PB), em 1978, Tragtenberg defende a mesma concepção: "A universidade é uma instituição dominante, além disso, ligada à dominação. Até hoje a universidade brasileira formou assessores de tiranos, é o antipovo. Criada para produzir conhecimento, ela se preocupa mais em controlá-lo". (MT, 1990a: 55)

[4] Publicado in *Folha de S. Paulo*, em 19.10.1980 (MT, 1990a: 71-73) Vários dos textos citados foram reunidos na coletânea *Sobre Educação, Política e Sindicalismo* (a 1ª edição é de 1982). Doravante, nestes casos, remeteremos à coletânea através da referência (MT: 1990a).

A universidade-fábrica não apenas forma a mão-de-obra necessária aos aparatos estatais e privados, mas o faz dentro de determinados princípios que legitimam a linguagem, conhecimentos e valores dominantes; e, por outro lado, reproduz as desigualdades sociais e desligitima a cultura e saber dos excluídos. A fábrica necessita de operários obedientes e bem-comportados; a universidade fornece os *professores-gerentes* cujo trabalho alienado separa concepção e execução, restringindo-se a desempenharem o papel de técnicos que transmitem habilidades e conhecimentos (tidos como neutros e objetivos) e que adestram alunos, desde a infância, a se submeterem.[5]

Tragtenberg realça o caráter classista da universidade e, simultaneamente, sua inserção na sociedade de classes. Portanto, o saber legitimado em seu interior não é um saber ingênuo, desprovido da influência das relações de poder.[6] Ele observa que o estudante e o professor tem a universidade como referência e que esta "é a imagem da sociedade com suas estruturas autoritárias e seus princípios de 'ordem' e poder". (Id.)

A universidade, nesta concepção, não constitui uma espécie de reservatório da razão e do humanismo, onde, em tese, indivíduos imbuídos de interesses essencialmente científicos exercitam o conhecimento e polidez nas relações humanas.[7] No entanto, esta parece ser a concepção predominante, a qual se reflete na forma de ver a educação e o sistema de ensino como neutros e, portanto, separados da sociedade. Assim, o professor

---

[5] MCLAREN (1997: 11) afirma: "Os professores estão reduzidos ao que Henry Giroux chama de "servidores do império", cujos sonhos, desejos e vozes são geralmente silenciados de forma a remover quaisquer desvios à necessidade da indústria por servidores mais "empreendedores" entre seus futuros trabalhadores, e o seu desejo por uma mão-de-obra mais obediente, devotada e eficiente. Esta imagem de professor é assustadoramente semelhante àquela promulgada em nossas faculdades de educação. Aqui, uma ênfase indevida é posta no treinar professores para serem gerentes e implementadores de um conteúdo pré-ordenado, e em métodos e cursos que dificilmente fornecerão aos estudantes uma oportunidade para analisar as prerrogativas ideológicas e interesses subliminares que estruturam a maneira em que o ensino é executado".

[6] WANDERLEY (1991), identifica as seguintes concepções sobre a universidade: 1) a universidade como o lugar historicamente apropriado para a criação e divulgação do saber, para o desenvolvimento da ciência e a formação de profissionais de nível superior; 2) a universidade como um dos aparelhos ideológicos privilegiados da formação social capitalista e de reprodução do sistema; e, 3) os que a consideram como algo ultrapassado, obsoleto, que deve ser totalmente reformulada ou extinta. Para ele, a Universidade: "Serve normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social." (p. 11)

[7] BOURDIEU (In ORTIZ, 1983: 123), ressalta a necessidade do campo científico em mascarar seus interesses como sendo interesses da sociedade, de outros campos. Segundo ele, "o próprio funcionamento do campo científico *produz e supõe uma forma específica de interesse* (as práticas científicas não aparecendo como "desinteressadas" senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos)". É falsa, portanto, a idéia de que os cientistas buscam apenas os interesses da ciência, do saber científico, como se fosse possível existir uma dimensão científica isolada da dimensão social e política. Tanto é que a burocracia que controla as instituições do saber necessita impor seus paradigmas, a sua definição do que é e de como fazer ciência. "Reciprocamente, os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos", afirma. (Id.: 124)

fica reduzido a mero instrumento de transmissão de um saber acumulado e reconhecido como legítimo.

Na academia, o protótipo deste professor é o especialista, o qual imagina-se livre dos condicionamentos externos e internos. *Técnicos do saber prático*, diria SARTRE (1994). Como escreve Tragtenberg:

> "É de se acentuar que o taylorismo intelectual, a divisão do conhecimento em compartimentos estanques definidos pelos nomes das disciplinas contidas nos Programas de Curso, transforma o professor, o trabalhador do ensino, num tipo social tão premido pela divisão social do trabalho intelectual quanto o trabalhador do vidro ou metalúrgico, premido pela divisão material do trabalho. A situação do pesquisador, universitário ou não, não é basicamente diferente. A pesquisa numa sociedade de classes tende a servir à reprodução dominante". (MT, 1980a: 56)

Saber é poder! Isto significa que o saber na sociedade moderna não é qualquer saber, mas aquele que é instrumentalizado e *aplicado* para fins empresariais e militares:

> "É com o capitalismo que o saber instrumental adquire características dominantes, é com o filósofo da manufatura, Bacon, que "saber é poder" implica domínio sobre o ambiente. De Bacon ao positivismo e ao neo-positivismo definiu-se uma linha de saber instrumental, uma validade que depende de comprovação empírica. O saber tem *status* na medida em que se constitui saber "aplicado". A instrumentalização do saber é uma das características do capitalismo moderno... ". (MT, 1990a: 17)

Este saber é produzido e reproduzido pela universidade. Tragtenberg. ressalta que a universidade "liberal, humanista e mandarinesca" do século XIX, deu lugar a uma universidade tecnocrática submetida aos objetivos da racionalidade capitalista. Em "A delinqüência acadêmica", afirma:

> "Hoje, ela [a universidade] forma a mão-de-obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital; nos institutos de pesquisa, cria aqueles que deformam dados econômicos em detrimento dos assalariados; nas suas escolas de direito, forma os aplicadores de legislação de exceção; nas escolas de medicina, aqueles que irão convertê-la numa medicina do capital ou utilizá-la repressivamente contra os deserdados do sistema. Em suma, trata-se de um "complô de belas almas" recheados de títulos acadêmicos, de doutorismo substituindo o bacharelismo, de uma nova pedantocracia, da produção de um saber a serviço do poder, seja ele de que espécie for". (Id.: 11)

Ainda neste artigo, ele destaca que a universidade tem como função principal reproduzir a ideologia dominante:

> "A universidade classista se mantém através do poder exercido pela *seleção* dos estudantes e pelos mecanismos de *nomeação* de professores. Na universidade mandarinal do século passado o professor cumpria a função de "cão de guarda" do sistema: produtor e reprodutor da ideologia dominante, chefe de disciplina do estudante. Cabia à sua função professoral, acima de tudo, inculcar as normas de passividade, subserviência e docilidade, através da repressão pedagógica, formando a mão-de-obra para um sistema fundado na desigualdade social, a qual acreditava legitimar-se através da desigualdade de rendimento escolar; enfim, onde a escola "escolhia" pedagogicamente os "escolhidos" socialmente.
>
> A transformação do professor de "cão de guarda" em "cão pastor" acompanha a passagem da universidade pretensamente humanista e mandarinesca à universidade tecnocrática, onde os critérios lucrativos da empresa privada funcionarão para a formação das fornadas de "colarinhos

brancos" rumo às usinas, escritórios e dependências ministeriais. É o mito da assessoria, do posto público, que mobiliza o diplomado universitário". (Id.: 11-12)

Maurício Tragtenberg proferiu estas palavras no *I Seminário de Educação Brasileira*, realizado em 1978, em Campinas-SP. Sua avaliação sobre o *campo acadêmico*, sobre os seus próprios pares, não é condescendente. Para Tragtenberg, a universidade reproduz as relações de poder dominantes e os valores da sociedade classista não apenas pela seleção e transmissão de determinados conhecimentos considerados legítimos pelo saber erudito, mas, principalmente, pela formação de indivíduos submissos, servis, desprendidos de qualquer preocupação de crítica social.

Tragtenberg salienta que a universidade tende a se desincumbir de qualquer função crítica, de formar indivíduos críticos. Com ironia, ele argumenta que quem deseje levar a sério o lema kantiano "Ouse conhecer", terá que realizá-lo fora do âmbito universitário. "Se os estudantes procuram conhecer os espíritos audazes de nossa época, é fora da universidade que irão encontrá-los". (Id.: 13) Esta formação universitária produz intelectuais sem qualquer compromisso ético e social. A crítica à desresponsabilização do intelectual diante do mundo constitui o foco da sua análise:

> "O problema significativo a ser colocado é o nível de responsabilidade social dos professores e pesquisadores universitários. A não preocupação com as finalidades sociais do conhecimento produzido se constitui em fator de "delinqüência acadêmica" ou da "traição do intelectual". Em nome do "serviço à comunidade", a intelectualidade universitária se tornou cúmplice do genocídio, espionagem, engano e todo tipo de corrupção dominante, quando domina a "razão de Estado" em detrimento do povo". (Id.: 14)

Tragtenberg acentua que a desresponsabilização do intelectual se funda no argumento da neutralidade acadêmica. Isto só se torna possível pela rendição da universidade aos critérios mercadológicos, que transformam educador, educando e conhecimento em mercadorias permutáveis. Estamos diante de uma universidade que produz um tipo especifico de conhecimento, aquele que pode ser oferecido a quem se disponha a financiar a pesquisa; uma universidade na qual o educando é o cliente, o consumidor de conhecimentos. Esta forma de conceber a universidade é assimilada pelo setor público. Amparada em princípios mercantis, a universidade "perde o senso da discriminação ética e da finalidade social de sua produção – é uma multiversidade que se vende no mercado ao primeiro comprador, sem averiguar o fim da encomenda, isso coberto pela ideologia da neutralidade do conhecimento e seu produto". (Id.: 14-15)

Não há nesta perspectiva a mistificação do setor público: o caráter público se confunde com o estatal e, nota Tragtenberg, o Estado não é neutro. Para ele, a questão

da educação pública não se restringe a reivindicar mais verbas e qualidade de ensino: a democratização e controle da comunidade são fatores essenciais.[8] Em “Etapa crítica dos estudantes” escreve:

> “A estatização da educação não se constitui em solução, na medida em que o Estado, por sua função numa sociedade diferenciada em classes, se constitui em instrumento de produção e reprodução da mão-de-obra destinada à ‘realização’, a agilizar a formação do capital como fruto do trabalho acumulado”. (Id.: 68)

O reino da necessidade impõe a venda da força de trabalho. Mas isso não significa que, à maneira *faustiana*, o intelectual venda a alma. Tragtenberg critica o intelectual que, no setor público ou privado, se despe dos valores éticos e se desresponsabiliza diante da realidade social. Em suas palavras:

> “Em nome da “segurança nacional”, o intelectual acadêmico despe-se de qualquer responsabilidade social quanto ao seu papel profissional, a política de “panelas” acadêmicas de corredor universitário e a publicação a qualquer preço de um texto qualquer se constituem no metro para medir o sucesso universitário. Nesse universo não cabe uma simples pergunta: o conhecimento a quem e para que serve? Enquanto este encontro de educadores, sob o signo de Paulo Freire, enfatiza a responsabilidade social do educador, da educação não confundida com inculcação, a maioria dos congressos acadêmicos serve de “mercado humano”, onde entram em contato pessoas e cargos acadêmicos a serem preenchidos, parecidos aos encontros entre gerentes de hotel, em que se trocam informações sobre inovações técnicas, revê-se velhos amigos e se estabelecem contatos comerciais”. (Id. 15)

A ideologia da *delinqüência acadêmica* consiste em “não ter nenhuma ideologia” em fazer “fé de apolítico”, isto é, servir “à política do poder”. (Id.) O *delinqüente acadêmico* tem a capacidade singular de privilegiar meios, desconsiderando os fins; é particularmente inteligente na transubstanciação de problemas qualitativamente políticos em problemas técnicos; é prático ao ponto de evitar o espaço público, preferindo a segurança das negociatas em gabinetes. Eis, em suma, a *delinqüência acadêmica* em ação:

> “A delinqüência acadêmica se caracteriza pela existência de estruturas de ensino onde os meios (técnicas) se tornam os fins, os *fins* formativos são esquecidos; a criação do conhecimento e sua reprodução cede lugar ao *controle* burocrático de sua produção como suprema virtude, onde “administrar” aparece como sinônimo de vigiar e punir – o professor é controlado mediante os critérios visíveis e invisíveis de nomeação; o aluno, mediante os critérios visíveis e invisíveis de exame. Isso resulta em escolas que se constituem em depósitos de alunos, como diria Lima Barreto em “Cemitério de Vivos”. (Id. 16)

[8] Em sua avaliação, em inícios da década de 1990, a política de investimento na educação adotada pelo Estado termina por gerar uma pirâmide “cuja base é de analfabetos e cuja cúpula é ocupada por “doutores” do sistema, títulos outorgados pela apresentação de teses que ninguém viu e que dormem o sono dos justos nas prateleiras do “almoxarifado intelectual” universitário”. Segundo ele, ao priorizar os níveis mais altos – ensino superior – “concorre para o privilegiamento dos oriundos da burguesia e pequena burguesia, em detrimento dos setores subalternos da sociedade”. (MT, 1990b: 196)

Nem os chamados *cursos críticos* escapam à sua influência. Com efeito, difunde-se o mito de que estes cursos se constituem em baluartes da crítica à sociedade de classes; por seu caráter e currículo, podem até mesmo ser concebidos enquanto plataformas onde os *pequenos profetas* doutrinam os combatentes da ordem. Estes aspectos são observados pelo olhar perspicaz de Maurício Tragtenberg. Longe de fazer a apologia de tais cursos, ele nota que os mesmos também reproduzem o discurso e juízo professoral subjacentes à universidade dominante:

> "Isto se realiza através de um processo que chamarei de "contaminação". O curso catedrático e dogmático transforma-se num curso magisterial e crítico; a crítica ideológica é feita nos chamados "cursos críticos", que desempenha a função de um tranqüilizante no meio universitário. Essa apropriação da crítica pelo mandarinato universitário, mantido o sistema de exames, a conformidade ao programa e o controle da docilidade do estudante como alvos básicos, constitui-se numa farsa, numa fábrica de boa consciência e delinqüência acadêmica, daqueles que trocam o poder da razão pela razão do poder. Por isso é necessário realizar a crítica da crítica-crítica, destruir a apropriação da crítica pelo mandarinato acadêmico". (Id. 12) [9]

O resultado é a produção e reprodução de uma ciência social submissa ao poder, esvaziada de conteúdo crítico ou mesmo mantenedora de uma retórica crítica, mas com uma prática condizente com o poder e justificada por argumentos pretensamente objetivos. Tragtenberg ressalta que esta *cumplicidade* se manifesta na forma como os cientistas sociais atuam, isto é, em determinadas circunstâncias políticas e sociais nas quais o *saber* é instrumentalizado:

> "Sinólogos norte-americanos vinculam-se ao Estado para combater a China, utilizam-se de conhecimentos antropológicos (...) para combater guerrilhas na Ásia, o projeto "Agile" mobilizou 157 antropólogos para estudo de antiguerrilha no Sião, e o Projeto Camelot dispunha de 4 a 6 milhões de dólares destinadas às ciências sociais em trinta e um países da Ásia e África. Sua finalidade era estudar as causas das mudanças sociais e prevenir sua ocorrência". (Id.: 19)

Tragtenberg denuncia a interferência e influência do Estado, dos organismos internacionais (FAO, Banco Mundial), das multinacionais e outras instituições respeitáveis, que financiam e arregimentam sociólogos, psicólogos, historiadores, antropólogos, etc., determinando o que deve ser pesquisado e para que. Em sua opinião,

---

[9] BOURDIEU e PASSERON (1982: 121) notam que o sistema de ensino legitima o discurso universitário, a linguagem acadêmica. O discurso professoral não se restringe à mera relação comunicativa; mas constitui a *violência simbólica*: "O emprego seguro que os professores fazem do idioma universitário não é mais casual que a tolerância dos alunos à obscuridade semântica. As condições que tornam o mal-entendido lingüístico possível e tolerável estão inscritas na própria instituição: não só as palavras mal conhecidas ou desconhecidas aparecem sempre em configurações estereotipadas capazes de alcançar o sentimento do já entendido, como a linguagem do magistério possui a consciência completa da situação onde se realiza a relação de comunicação pedagógica, com seu espaço social, seu ritual, seus ritmos temporais, em suma todo o sistema de coerções visíveis ou invisíveis que constituem a ação pedagógica como ação de imposição ou de inculcação de uma cultura legítima". Ver também a análise de Pierre BOURDIEU e Monique SAINT-MARTIN, "As categorias do juízo professoral" (In: NOGUEIRA e CATANI, 1998: 185-216).

isto comprova que a “a era da sociologia “inocente” terminou” e deu lugar à “era da sociologia militante dos profetas armados”. A ciência social converte-se em “sintomatologia para a eclosão da contra-revolução preventiva”. (Id.: 20)

Em debate com Zbigniew Brzezinski, num seminário internacional organizado pelo Prof. Henrique Rattner, realizado na FGV/SP, Tragtenberg já chamava a atenção para a irresponsabilidade dos intelectuais. Referindo-se ao *scholar* norte-americano, ele cita a fala do senador Fulbright no Congresso dos Estados Unidos, o qual critica “sua tibieza [dos intelectuais] em lutar pelos valores democráticos e sua vinculação apressada e maciça ao monólito”. O cientista social nos Estados Unidos, aceitara o papel de servo do poder imperial. Tragtenberg cita Wright Mills, que “escrevera a respeito da servidão das chamadas “ciências sociais”. (In: RATTNER, 1978: 236-237)

A crítica tragtenberguiana centra-se na ciência social americana. Contudo, seu olhar crítico se estende a todo o *campus*. Por outro lado, deve-se levar em conta que o modelo universitário americano, especialmente após as reformas promovidas pela ditadura militar nos anos 1960, passou a ter profunda influência sobre o ensino superior brasileiro. A concepção instrumentalista da universidade se tornou hegemônica e a educação passou a ser concebida como mercadoria, estimulando-se a expansão do ensino superior privado. Com a dependência de recursos privados a universidade reforça a tendência a se vincular aos interesses empresariais. Maurício Tragtenberg cita a *FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas)*, de São Paulo (Capital), como exemplo do modelo universitário estimulado no período ditatorial:

> “A FMU é a materialização da concepção instrumentalista da educação que se torna hegemônica em 64. O Estado organiza a educação em função do crescimento econômico, abre vagas, porém mantém o elitismo do ensino, a classe operária não tem acesso à universidade. Só chega lá quem pode pagar. O Estado pós-64 reabsorve as pressões de professores e estudantes para a reestruturação do ensino superior, especialmente das camadas médias urbanas, deflagrando o processo de expansão pela privatização”. (MT, 1990a: 85)[10]

Tragtenberg revolta-se contra o servilismo dos intelectuais vinculados às ciências sociais. No âmago da sua crítica está a desresponsabilização do intelectual, a ideologia da não-ideologia, a busca das sinecuras burocráticas legitimadas pelo apoliticismo. Tragtenberg, vimos, identificou tais procedimentos como pertinentes à

[10] Este texto, “FMU: A Escola do Regime”, foi publicado originalmente na revista *Educação & Sociedade*, ano III, nº 8, março de 1981, pp. 144-147. Trata-se da resenha do livro de Carlos Benedito Martins, *A Empresa Cultural*. Tragtenberg chama a atenção para um aspecto que considera interessantíssimo: o estudo da FMU enquanto *instituição disciplinar*. “Seu esquema administrativo sintetiza-se no que Foucault definia: vigiar e punir”. (MT, 1990a: 146)

delinqüência acadêmica. Esta realiza o "Saber é Poder" sem se perguntar sobre a relação entre os meios e os fins.[11]

Na análise tragtenberguiana, o intelectual que adere aos projetos norte-americanos "é o complemento ideal do médico nazista que experimentava sobre cobaias humanas. De igual forma agem aqueles sociólogos da indústria que aceitam a ideologia do "gerencialismo", uma ideologia patronal para manipular os dominados". (Id.: 19-20)

Crítica à escolarização

A crítica de Maurício Tragtenberg em relação ao *campo acadêmico* resulta, concomitante, numa análise pedagógica crítica às instituições educacionais, a começar por aquelas que formam os profissionais da educação:

> "Na instância das faculdades de educação, forma-se o planejador tecnocrata a quem importa discutir os meios sem discutir os fins da educação, confeccionar reformas estruturais que na realidade são verdadeiras "restaurações". Formando o professor-policial, aquele que supervaloriza o sistema de exames, a avaliação rígida do aluno, o conformismo ante o saber professoral. A pretensa criação do conhecimento é substituída pelo *controle* sobre o parco conhecimento produzido pelas nossas universidades, o controle do meio transforma-se em fim, e o "campus" universitário cada vez mais parece um universo concentracionário que reúne aqueles que se originam da classe alta e média, enquanto professores, e os alunos da mesma extração social, como "herdeiros" potenciais do poder através de um saber minguado, atestado por um diploma". (Id.: 11-12)

A Escola reproduz os pilares da *pedagogia burocrática* ensinada e assimilada na universidade, seja nos cursos de formação de professores ou em outros, nos quais se reproduz o discurso e juízo professoral:

> "A dominação que passa pela relação professor/aluno aparece através do sistema de exames. A universidade acima de tudo faz exames, é o coroamento burocrático do saber. A pedagogia burocrática se define pela valorização das aulas magisteriais, avaliação regida através de sistema de notas e troca de informações entre professores sobre o aluno. Isso mostra uma pedagogia repressiva". (Id.: 55)

Esta formação pedagógica corresponde às exigências da sociedade. Em *A Escola como Organização Complexa* (1976a), Tragtenberg argumenta que o desenvolvimento capitalista, com a conseqüente expansão da técnica, especialização e crescente divisão do trabalho, impuseram a necessidade universal de um ensino voltado para o

---

[11] A perplexidade de Horowitz, intelectual americano, relatada por Maurício, sintetiza a tragédia vivida pelas ciências sociais: "Olhando retrospectivamente, vi que pessoas tidas como intelectuais podiam estar despidas de espírito crítico a respeito do trabalho que realizavam. Não temos perspectiva. Nosso treinamento na ciência social nos condicionou a *não* fazer perguntas normativas, não temos possibilidades nem meios para duvidar de nossa política externa, para criticá-la. Temos somente especialistas e técnicos para servirem a essa política". (MT, 1990: 18) A referência da obra citada é: HOROWITZ, Irving L. "A Dilema for Social Science", in: Bulletin of The Atomic Scientist, Washington, 1966, p. 28.

aprendizado das funções básicas: ler, escrever e saber as operações rudimentares da matemática. Trata-se de preparar, minimamente, a mão-de-obra necessária à empresa capitalista e às instituições burocráticas privadas ou estatais.[12] Neste sentido, a escola assume o caráter de "uma fábrica de homens utilizáveis e adaptáveis".[13] Segundo Tragtenberg:

> "Hoje em dia a preocupação maior da educação consiste em formar indivíduos cada vez mais adaptados ao seu local de trabalho, capacitados porém, a modificar seu comportamento em função das mutações sociais. Não interessa, pelo menos nos países industrialmente desenvolvidos, operários embrutecidos, mas seres conscientes de sua responsabilidade na empresa e perante a sociedade global. Para tal, constitui um sistema de ensino que se apresenta com finalidades definidas e expressas". (Id.: 15-16)

O sistema de ensino se funda na *pedagogia burocrática*. Sua principal característica é o fato de os diretamente envolvidos, os usuários, não terem o controle efetivo da gestão da escola. Tragtenberg analisa os níveis em que se estrutura este sistema: a organização do pessoal; o programa e trabalho; e, as inspeções e exames. "No que se refere a pessoal, o burocrata da educação está separado dos meios de administração como o operário dos meios de produção, o oficial dos meios de guerra e o cientista dos meios de pesquisa", ressalta. (Id.: 16)

A crítica fundamental de Maurício Tragtenberg recai sobre o sistema de exames, pedra de toque do sistema de ensino. É através do exame que a escola inculca a ideologia meritocrática, sustenta a autoridade pedagógica, o controle sobre os alunos e reproduz a desigualdade social; é através dos exames que os alunos e professores interiorizam os procedimentos e normas burocráticas e naturalizam as diferenças sociais, culpabilizando a vítima pelo fracasso na carreira escolar:

> "O exame, mais que o programa, define a pedagogia do docente. O objetivo que a pedagogia burocrática lhe propõe não é o enriquecimento intelectual do aluno, mas seu *êxito* no sistema de exames. O melhor meio para passar nos exames consiste então em desenvolver o conformismo, submeter-se: isto é chamado de "ordem". Portanto, colocam-se três objetivos ao docente:

---

[12] Tragtenberg observa que a rede escolar é, de fato, dupla: escolas para os pobres e escolas para os ricos. As primeiras têm a função de instrumentalizar a mão-de-obra fabril, legitimando e reproduzindo a ordem social injusta. Neste caso, é suficiente o ensino rudimentar, mantendo-se atual o que já observara Proudhon no século XIX: "O que eles querem para o povo não é a instrução; é tão-somente uma primeira iniciação aos fundamentos dos conhecimentos humanos, a inteligência dos signos, uma espécie de batismo intelectual que consiste na comunicação da palavra, da escrita, dos números, dos símbolos, mais algumas formas de religião e moral" (In: RESENDE & PASSETTI, 1986: 190). Às escolas de segundo tipo cabe a formação da elite dirigente, dos que ocupam o topo da pirâmide e são preparados para desempenharem funções importantes na burocracia estatal e privada.

[13] "O taylorismo tem como finalidade eliminar o poder de decisão do operário e tornar o operário uma máquina. A organização moderna é a instituição onde se realiza a relação de produção que se constitui a característica de todo sistema social, é o mecanismo de exploração e se rege pela coerção e manipulação. A substância da organização não é um conjunto funcional, mas sim, a exploração, o boicote e a coerção". (MT, 1976a: 15)

conformidade ao programa, obtenção da obediência e o êxito nos exames. A escola conduz a um condicionamento mais longo num quadro uniforme e máxima divisão do saber que não visa à formação de algo, mas sim, a uma acumulação mecânica de noções ou informações mal digeridas. (...) Uma escola fundada na memorização do conhecimento, num sistema de exames que mede a eficácia da preparação ao mesmo, nada provando quanto à formação durável do indivíduo, desenvolve uma pedagogia paranóica, estranha ao concreto, ao seu fim. Quando falha, interpreta este evento como responsabilidade do educando". (Id.: 17)

O sistema burocrático de ensino perverte a pedagogia, reduzindo-a a uma conduta administrativo-burocrática. Tragtenberg destaca os nexos existentes entre os processos administrativos no âmbito da organização burocrática privada e a realidade da administração escolar e do processo educativo. Ele evidencia que a escola, o sistema de ensino, incorpora os valores e procedimentos próprios da iniciativa empresarial privada. Nesta, os burocratas promovem processos psico-sociológicos que impõem a adaptação do indivíduo ao grupo e à empresa, tomada como homogênea; na escola ocorre processo semelhante, tanto no nível da sua administração quanto nas relações pedagógicas, isto é, na prática de uma pedagogia burocrática.

Sua análise da burocracia escolar, isto é, a administração no âmbito educacional, se fundamenta em seus estudos sobre as teorias administrativas, realizados desde a fase do doutoramento. "A chamada "administração escolar" nada mais é do que a aplicação à escola do sistema administrativo e de uma prática teorizada por Taylor, Fayol, Mayo ou pelos sistêmicos, na medida em que a escola tem como função reproduzir o modo de produção de cada época", afirma Tragtenberg. (MT, 1979b: 184-185)

A administração escolar, em consonância com a realidade social na qual se encontra inserida, tem como desafio formar um "certo tipo de homem" que corresponda às exigências de cada época. Assim, na fase do capitalismo industrial, a escola incorpora os padrões administrativos que geram o conformismo e o carreirismo.[14] Esta ideologia é introduzida no universo escolar e tem na burocracia o seu instrumento principal para sua implementação e consolidação:

"À burocratização da produção de objetos na fábrica corresponde a burocratização na produção e reprodução de conhecimentos e ideologias nas escolas. Através da ideologia da obrigatoriedade, gratuidade e laicidade, institucionaliza-se a pedagogia burocrática da mesma forma como através da ideologia da igualdade de todos perante a lei, direito de cidadania, institucionalizou-se o Estado liberal capitalista". (Id.: 185)

---

[14] "Na escola, logo nos anos 60 começou uma onda de criação de cursos de formação para administradores e supervisores educacionais. Era a divisão do trabalho, no modelo industrial que se estabelecia na escola. Supervisão, planejamento e avaliação passaram a ser campos de investigação e formação. Na prática, ser diretor ou supervisor significa – como nas empresas – fazer carreira, ganhar melhores salários em relação aos professores em sala de aula", nota UHLE. (2001:16). Ela enfatiza a contribuição de Tragtenberg no sentido de "fazer compreender, aos educadores, as mazelas produzidas por tal organização da educação e da escola". (Id.)

Tragtenberg observa que a burocratização do ensino promove uma democracia invertida, definida por Weber como "democratização negativa":

> "... todos são igualmente número de processos burocráticos, ao lado de uma organização autoritária de programas impostos ao aluno e vigilância ao professor através dos mecanismos de inspeções e exames, tudo isto denotando extrema hierarquização e autoritarismo no âmbito escolar. A conformidade ao programa é considerada um ponto de honra do mestre, a obtenção da obediência e docilidade sua maior glória e o êxito nos exames, sua auto-realização enquanto professor". (Id.)

No sistema de ensino burocrático, pais e alunos se encontram submetidos a critérios quantitativos e normas e rotinizações burocráticas. Um dos efeitos desta pedagogia é a ideologia servil e o conservadorismo: a resistência a qualquer atitude pedagógica – ou mesmo interferência externa dos pais – que indique mudança ou coloque em questão os alicerces desta pedagogia. De fato, o que acaba ocorrendo é uma "certa cumplicidade da chamada comunidade":

> "Pois os pais dos alunos, que sofreram a "escolarização", gostam de ver seus filhos dirigidos, enquadrados, condicionados, violados em sua personalidade como eles o foram por sua vez, porque pensam que tais violações são requisitos para que seus filhos se tornem "adultos" ou "entrem na vida" ingressando no universo das "responsabilidades", onde a originalidade ou conduta individualista são passíveis de punição em nome da "disciplina" ou dos interesses do "grupo" ou "comunidade". (Id.: 185-86)

Não só docentes e alunos, mas também os pais, acomodam-se à pedagogia burocrática, e passam a medir sua eficácia e a inteligência pelos resultados obtidos nas provas. Tragtenberg nota que há uma ambivalência em relação à figura do professor:

> "... de um lado é desprezado como "servidor da comunidade", de outro, encarado como portador do saber absoluto. É criticado por não fazer sentir todo o peso de sua autoridade sobre o aluno. O público gosta da burocracia, quer ver seus filhos enquadrados, condicionados, como única condição de atingir a fase adulta". (MT: 1976a: 17)

Ele salienta que a escola desempenha uma "função política e ideológica de inculcação" e aponta as formas de inculcação, ou seja, como o sistema de ensino é eficaz em sua função reprodutiva:

> "A inculcação não se dá pelo discurso mas através de práticas de exercícios escolares onde a nota equivale ao salário, recompensa pelo trabalho realizado. Da mesma maneira que o mercado do trabalho é regulado pela competição, no interior da escola ela é cultuada nos sistemas de promoção seletivos. O aluno é obrigado a estar na escola e é livre para decidir se quer ou não, ter êxito ou não, como o indivíduo é livre ante o mercado de trabalho. (*sic*.)
>
> As práticas do ritualismo escolar, deveres, disciplinas, punições e recompensas, constituem o universo pedagógico. A escola realiza com êxito o processo de recalcamento de pontos de vista opostos aos hegemônicos e essa sujeição condiciona a inculcação. O trabalho é vagamente valorizado, enquanto artesanato, o processo histórico é reduzido a um conjunto de guerras, datas e nomes cuja finalidade principal é reduzir à insignificância o significativo: dimensões sociais do histórico ou sua temporalidade. Veja-se a dificuldade em convencer os historiadores de que o presente também é história". (Id.: 20-21)

Em “Educação ou desconversa?”, Tragtenberg reafirma:

> “A educação na sociedade dividida em classes serve para: a criação da mão-de-obra disponível que o sistema necessita; a inculcação da maneira de sentir, pensar e agir que traduzem a ideologia da classe dominante como sendo da “sociedade em geral”, e de seu interesse privado como sendo de “interesse público”. Nesse sentido, jamais poderá ser ela um elemento redutor de desigualdades; ao contrário, tende a petrificá-las ao conferir, através do diploma, poder simbólico a quem já o possui no real”. (MT, 1980d: 14)

A técnica cumpre um papel essencial neste processo, na medida em que formaliza os conteúdos, o que é considerado saber positivo, homogeneizando-os e ensinando-os como “regras escolares”. A escola produz, assim, a separação entre os saberes, legitimando e definindo um tipo de saber enquanto práticas escolares fundadas em objetivos que corrompem o processo ensinar-aprender. Desta forma, o saber se torna supérfluo e o essencial passa a ser a nota, a classificação. “Toda escolarização é, por sua natureza, conservadora, pois é ela quem legitima a separação entre a consciência e a prática”, afirma Tragtenberg. (MT, 1976a: 21)

Sua análise se fundamenta numa teoria crítica da escola enquanto função reprodutiva. Outro aspecto que se destaca é a caracterização do sistema de ensino enquanto *instituição disciplinar* fundada em termos foucaultianos: *vigiar e punir*. Inspirado na obra de FOUCAULT (2000), Maurício Tragtenberg, particularmente em *Relações de Poder na Escola*, examina como as relações entre professores, alunos, diretores e funcionários se processam no interior do espaço escolar e “qual o pano de fundo de idéias e conceitos que permitem que elas se realizem de fato”, isto é, como a escola atua enquanto “poder disciplinador”, enquanto “espaço onde o **poder** disciplinar produz **saber**”. (MT, 1985b: 40)[15]

As origens da escola enquanto *instituição disciplinar* remontam às necessidades de controle da força de trabalho e das exigências técnicas administrativas produzidas pelo avanço da revolução industrial. Essa *instituição disciplinar*:

> “... consiste na utilização de métodos que permitem um controle minucioso sobre o corpo do cidadão através dos exercícios de domínio sobre o tempo, o espaço, movimentos, gestos e atitudes, com uma única finalidade: produzir corpos submissos, exercitados e dóceis. Tudo isso para impor uma relação de docilidade e utilidade”. (Id.)[16]

---

[15] “Conforme diz o pensador francês Michel Foucault, a escola é o espaço onde o **poder** disciplinar produz o **saber**” escreve Maurício. Um aspecto notável neste artigo é que Tragtenberg, embora se apóie em Foucault, adota um estilo nada acadêmico: não indica as referências bibliográficas, nem mesmo notas.

[16] Trata-se de desenvolver recursos eficazes que garantam o “bom adestramento”: “O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor”. (FOUCAULT, 2000: 143) É um poder que, assinala BELTRÃO (2000), produz “Corpos dóceis, mentes vazias e corações frios”.

Não por acaso, os métodos de controle do operário assemelham-se àqueles utilizados no âmbito do espaço escolar: delimitação e enquadramento do tempo e da forma como este deve ser utilizado; e, domínio dos processos e comportamentos. A própria arquitetura e organização espacial desempenham função disciplinar.

A fusão de um saber, constantemente acumulado e renovado pela própria natureza da instituição escolar, com as técnicas disciplinadoras burocráticas herdadas dos presídios avulta os efeitos da concentração do poder de dominação e controle. A escola, através do saber, aperfeiçoa os meios de controle, podendo dar-se ao luxo de dispensar o recurso à força. A própria prática de ensino burocrática permite-o, na medida em que reduz o aluno ao papel de mero receptáculo de conhecimento, fixa uma hierarquia rígida e burocrática na qual o principal interessado encontra-se numa posição submissa e desenvolve meios para manter o aluno sob vigilância permanente (diário de classe, boletins individuais de avaliação, uso de uniformes modelos, disposição das carteiras na sala de aula, culto à obediência, à superioridade do professor, etc.).[17]

Nessa estrutura escolar, o poder de punir é legitimado e concebido como natural. Como salienta Tragtenberg:

> "Na escola, ser observado, olhado, contado detalhadamente passa a ser um meio de controle, de dominação, um método para documentar individualidades. A criação desse campo documentário permitiu a entrada do indivíduo no campo do saber e, logicamente, um novo tipo de poder emergiu sobre os corpos". (Id.)

A prática de ensino resume-se, então, à transmissão de um conhecimento considerado *superior* (no sentido de estar sob domínio professoral) e à adoção de técnicas de memorização de conteúdos. Um conhecimento, portanto, formal e selecionado, legitimado pela cultura dominante e à revelia dos diretamente interessados:

> "As áreas do saber se formam a partir de **práticas** políticas disciplinares, fundadas na **vigilância**. Isso significa manter o aluno sob um olhar permanente, registrar, contabilizar todas as observações e anotações sobre os alunos, através de boletins individuais de avaliação, ou uniformes-modelo, por exemplo, perceber aptidões, estabelecendo classificações rigorosas.
>
> A prática de ensino em sua essência reduz-se à **vigilância**. Não é mais necessário o recurso à força para obrigar o aluno a ser aplicado, é essencial que o aluno, como o **detento**, saiba que é vigiado. Porém há um acréscimo: o aluno nunca deve saber que está sendo observado, mas deve ter a certeza de que poderá sê-lo sempre". (Id.: 41)

---

[17] "Uma relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da prática de ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência. (...) O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente "discreto", pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. A disciplina faz "funcionar" um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados". (FOUCAULT, 2000: 148)

A estrutura escolar, em nome da transmissão do saber, termina por domesticar o aluno, diferenciar os bons dos maus, salientar e reforçar a imagem negativa dos rebeldes, *problemáticos*, estigmatizando uns e outros, recompensando os primeiros, punindo os segundos com a repetência e/ou a exclusão. O ensino do conteúdo torna-se em si um meio para tal. São mecanismos que legitimam a reprodução das desigualdades sociais no âmbito educacional e reforçam a ideologia do *mérito* e do *dom*[18]:

> "As normas pedagógicas têm o poder de marcar, salientar os desvios, reforçando a imagem de alunos tidos como 'problemáticos', estigmatizados como o 'negrão', o 'índio', o 'maloqueiro' ou o morador da 'favela'. A escola, ao dividir os alunos e o saber em séries, graus, salienta as diferenças, recompensando os que se sujeitam aos movimentos regulares impostos pelo sistema escolar. Os que não aceitam a passagem hierárquica de uma série a outra são punidos com a 'retenção' ou a 'exclusão'.
>
> A escola se constitui num centro de discriminação, reforçando tendências que existam (sic.) no "mundo de fora". O modelo pedagógico instituído permite efetuar **vigilância** constante. As punições escolares não objetivam acabar ou 'recuperar'os infratores. Mas, 'marcá-los' com um estigma, diferenciando-os dos 'normais', confiando-os a grupos restritos que personificam a desordem, a loucura ou o crime". (Id.)[19]

A avaliação do aluno assume caráter disciplinar – esta é a esfera onde o poder do professor se manifesta em toda a sua plenitude. A aplicação do exame torna-se um fim em si mesmo. Sem alternativas, o aluno submete-se. A transmissão do conhecimento resume-se nisto: o aluno não é estimulado a produzir conhecimento, a amalgamar seu saber ao do professor.[20]

---

[18] Como observa NOGUEIRA & NOGUEIRA (2002: 18): "Uma das teses centrais da Sociologia da Educação de Bourdieu é a de que os alunos não são indivíduos abstratos que competem em condições relativamente igualitárias na escola, mas atores socialmente constituídos que trazem, em larga medida incorporada, uma bagagem social e cultural diferenciada e mais ou menos rentável no mercado escolar." Isto coloca por terra o otimismo pedagógico fundado no mito da ideologia meritocrática e do *dom* natural. Segundo VALVERDE: "Por esse tempo [1976], Bourdieu e Passeron já tinham sido introduzidos na Faculdade de Educação [Unicamp], mas sem a devida leitura e decomposição de todas as suas implicações. Maurício cumpriu esse papel e trouxe junto Lobrot, Charlot, Manacorda e os teóricos anarquistas, sempre preocupado com o processo educacional em liberdade e autonomia". (In: SILVA & MARRACH, 2001: 57)

[19] Segundo FOUCAULT (2002), a partir do séc. XVI operou-se uma mudança do *poder* através de um sistema de "disciplina-normalização". Paulatinamente, o *poder* deixa de ser unicamente repressivo e adquire um caráter "produtivo". Neste processo, a *normalização* cumpre uma função essencial na medida em que é "entendida como regra de conduta, como lei informal, como princípio de conformidade; a norma a que se opõem a irregularidade, a desordem, a esquisitice, a excentricidade, o desnivelamento, a discrepância". (p. 204) Se antes tínhamos a figura do "monstro" como o antinatural, agora, com a *normalização*, todos os indivíduos são propensos a se tornarem "monstros", a partir das pequenas discrepâncias que os tornam, aos olhos dos demais, "anormais"; o "normal" é o ajustado, o adaptado, o dócil, o *inteligente* e obediente, etc. Como escreve FOUCAULT: "Não será mais simplesmente nessa figura excepcional do monstro que o distúrbio da natureza vai perturbar e questionar o jogo da lei. Será em toda parte, o tempo todo, até nas condutas mais ínfimas, mais comuns, mais cotidianas..." (p. 205)

[20] Paulo FREIRE (1985) denominou este processo de *educação bancária*: os educandos são concebidos como recipientes a serem preenchidos; a educação se torna um ato de depositar: o educando é *depositário* e o educador o *depositante* (daí o termo *BANCÁRIA*). Na concepção bancária de educação, o saber do professor aparece como uma doação dos que se julgam sábios; absolutiza-se a ignorância do educando e desconsidera-se o seu saber.

Em nome da avaliação do aluno, concretiza-se o processo seletivo discriminatório fundado numa espécie de darwinismo social: os *bons* alunos são recompensados; os *maus* alunos são responsabilizados e punidos. Como recuperá-los e inseri-los em igualdades de condições numa sociedade onde predominam valores individualistas e competitivos e a solidariedade é constantemente solapada? Seria esta uma preocupação da escola?

A ideologia meritocrática aliena o indivíduo das condições sociais, isto é, desconsidera como este se insere na estrutura social. Da mesma forma, separa o aluno da realidade social, explicando o fracasso escolar por argumentos tecnocráticos ou psicologizantes: rebeldia, indisciplina, desinteresse pelos estudos, etc. Se há fatores extraclasse que explicam sua situação, não é problema da escola. Neste modelo pedagógico, "as punições escolares não objetivam acabar ou 'recuperar' os infratores". (Id.: 41) A escola reforça as tendências predominantes na sociedade. No fundo, o mais importante não é o aprendizado do aluno, mas que ele se enquadre aos padrões sociais. O exame sanciona esta realidade educacional e sócio-econômica; ele é a pedra angular deste edifício[21]:

> "Qualquer escola se estrutura em função de uma quantidade de saber, medido em doses, administrado homeopaticamente. Os exames sancionam uma apropriação do conhecimento, um **mau** desempenho ocasional, um certo **retardo** que **prova** a **incapacidade** do aluno em apropriar-se do saber. Em face de um saber imobilizado, como nas Tábuas da Lei, só há espaço para **humildade** e **mortificação**. Na penitência religiosa só o trabalho salva, é redentor; portanto, o trabalho pedagógico só pode ser sado-masoquista". (Id.: 43-44)

O professor é delegatário dessa ordem hierárquica junto aos estudantes. Como tal, expressa "o símbolo vivo" da dominação e "instrumento da submissão", cuja função é, principalmente, "impor a obediência". Tragtenberg, de maneira irônica, observa que na relação professor-aluno temos o encontro de dois tipos de adolescentes: "o adolescente aluno a quem ele deve educar e o adolescente reprimido que carrega consigo". (Id.: 43) O docente também é vítima de um trabalho mortificante. Tragtenberg compara-o ao operário:

---

[21] "O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível." (FOUCAULT, 2000: 154)

> “No seu processo de trabalho, o professor é submetido a uma situação idêntica ao proletário, na medida em que a classe dominante procura associar educação ao trabalho, acentuando a responsabilidade social do professor e de seu papel como guardião do sistema. (...) O professor é submetido a uma hierarquia administrativa e pedagógica que o controla”. (Id.: 42)

Mesmo os professores críticos se vêem aprisionados às normas burocráticas na medida em que são obrigados a cumprir o ritual burocrático que permite ao aluno ascender na organização, isto é, obter o diploma. Seu poder disciplinador também se manifesta através dos exames, das ameaças – diretas ou veladas – da nota baixa e reprovação.

Tragtenberg nota que o professor, pela função social que desempenha e considerando-se o contexto em que se insere, termina por cumprir um “papel de instrumento de reprodução e exclusão”. (Id.) Como o aluno, que para redimir-se tem que ser aprovado no exame, o professor tende a cair na rotina, a perder o senso de amor e dedicação ao saber, a perder o prazer de estudar, pesquisar, escrever e desenvolver as atividades docentes, etc. A lógica que prevalece é a da competição: os meios se transformam em fins.

A escola não constitui uma ilha no continente social em que se inserem aluno e professor. Ambos incorporam os valores morais e ideológicos da sociedade; ambos assimilam um modelo pedagógico que legitima e reproduz relações de dominação, o darwinismo social, o uso do saber como mais uma forma de poder opressivo.

Os próprios alunos se tornam agentes fomentadores deste sistema pedagógico. Imbuídos dos valores que enfatizam o individualismo e não a coletividade; a competição e não a solidariedade; a autoridade (confundida com autoritarismo) e não a liberdade; o saber formal-professoral e não o saber socialmente construído. Doutrinados e viciados desde a infância em procedimentos que ora legitimam a pedagogia-burocrática, ora são formas negativas de resistência, eles têm dificuldades de se assumirem enquanto sujeitos ativos do processo educativo, em estabelecer uma relação não-autoritária com seus professores, em desenvolverem processos de aprendizagem que objetivem a produção do conhecimento e não apenas a memorização de conteúdos.

A estrutura escolar fundada no *vigiar e punir*, na concessão de *prêmios e castigos*[22], emergiu historicamente como uma instituição diferenciada com a pretensão

[22] Para LIMA (1982: 59), o problema não está em adotar prêmios e castigos, mas no fato da concessão destes se concentrar nas mãos do professor. Em suas palavras: “A corrupção do sistema está, pois, não no prêmio e castigo, mas no poder do mestre de premiar e castigar... sobretudo seu poder olímpico de decidir

de monopolizar a aprendizagem e a integração social. A partir do momento em que se impôs, o acesso à cultura passou a depender do consumo do saber formal (o ensino) ministrado em seu espaço físico e submetido ao cumprimento da legislação e das normas pedagógicas e burocráticas. Desde então, procede-se uma inversão que constitui seu traço distintivo: em vez de priorizar o aprendizado do indivíduo, enfatiza-se o sistema. Este projeto pedagógico é naturalizado, visto de maneira acrítica e reproduzido nas práticas escolares diárias:

> "Não se questiona o grau de significação de um ensino sistematizado, a que interesse serve, nem sequer se satisfaz seu próprio objetivo explícito: transmitir conhecimentos. Parece claro que a quantidade de coisa de tal sistema impede o acesso a muito mais do que aquilo que transmite; sob pretexto de eliminar a ignorância científica a substitui por uma ignorância titulada." (MT, 1980a: 54.)

Perdidos nesse emaranhado, professores e alunos não questionam o sentido real do ensino formalizado enquanto mercadoria a ser consumida (seja em escolas públicas ou privadas). Por outro lado, a escola acentuadamente induz à universalização dos valores dominante. "A esta falsa universalização contribuem não só o conteúdo do que é ensinado mas a forma, sua própria estruturação interna em nível de programas de ensino, avaliação de ensino, relação professor e aluno, definição de cursos, escalonamento de horários", enfatiza Tragtenberg. (Id.)

Como isto ocorre na prática? Primeiro, pela delimitação da área do saber, o qual passa a ser o único legitimamente reconhecido pela sociedade. Segundo, este conhecimento transforma-se em artigo de consumo. O conhecer não se dá mais pela experiência direta do educando, "mas pelo consumo dosado de um produto elaborado e administrado na forma de programa". O saber a ser aprendido passa a ser determinado pelo grau de importância definido por "outros", isto é, alguém "importante" que pode ensinar; ou, ainda, pelos que elaboram os programas, a grade curricular. (Id.) Terceiro, o ato de aprender é substituído pela necessidade de memorizar e ser avaliado por isso por alguém (o prêmio será a nota). "Daí a tensão sadomasoquista que caracteriza o exame

---

o que seja êxito e fracasso". Amparado nas teorias de Jean Piaget, ele propõe uma *pedagogia do jogo*, pela qual os prêmios e castigos deixam de ser da alçada do mestre e passam para o âmbito do próprio processo de jogar. Observemos que esta também é uma pedagogia não-autoritária. A propósito, o autor propõe que os professores abram mão do exame e transfiram responsabilidades para os alunos: "Se os professores transferissem a avaliação para os próprios alunos, renunciando à função de juizes, várias e drásticas mudanças ocorreriam: a) cessaria o conflito professor-aluno; b) a atividade em curso passaria a ter valor por si mesma, independente de provas e exames; c) criar-se-ia uma situação de formação moral (honestidade, brio, respeito mútuo etc.); d) o julgamento do outro teria um efeito retroativo de engajamento; e) surgiria o sentimento de autonomia e, portanto, de responsabilidade (superação da figura do pai ou chefe) etc. etc. etc". (p. 91)

como *rito de passagem*", nota Tragtenberg. (Id.: 55)[23] Um quarto aspecto a considerar é a relação professor-aluno ou, como afirma Tragtenberg, o "seqüestro do conhecimento":

> "Medida pelas instituições burocráticas, reproduz a relação dominante *x* dominado da estrutura maior. A isso contribui o desenvolvimento do 'corpo professor' enquanto estamento burocrático que pretendendo monopolizar a transmissão do conhecimento – na realidade a seqüestra – substituindo-a pela 'necessidade' da existência de si mesmo como 'separado' do social". (Id.)

Os alunos tornam-se apenas apêndices e objetos da atividade docente, às vezes indesejáveis, outras vezes suportáveis. O docente existe para si, seu conhecimento lhe basta; ele ampara-se no simbolismo da autoridade que consubstancia o saber formal.

Ainda devemos considerar outros aspectos que constituem o sistema de ensino burocrático: horários (que condicionam o processo de conhecimento), as estruturas dos cursos, o planejamento das disciplinas (deslocadas da realidade social e das necessidades efetivas dos alunos), a redução do sujeito ativo à "condição de aluno", isto é, "matéria prima gratuita" cujo valor é proporcional ao tempo que ele permanecer na escola. O aluno diplomado e titulado se insere na sociedade ("mercado dos bens simbólicos") como mercadoria, um produto à venda sob a forma de assalariamento. Isto, é claro, considerando-se que encontrem emprego. (Id.: 55-56)

Enquanto especialista-titulado, o professor-burocrata ocupa funções hierarquicamente definidas que, na maioria dos casos, contribui para a manutenção do *status quo* e a permanência das relações de exploração e de dominação. Em outras palavras, a chamada *escola cidadã* não supera o conteúdo de classe expressado neste processo, nem muito menos a função do sistema escolar de reprodução do sistema social capitalista. Tragtenberg concorda que a democratização da escola é fundamental, porque ela forma o homem cidadão. Porém, como diria um educador crítico, é preciso radicalizar a cidadania. Para Tragtenberg isto significa radicalizar a democratização da escola e da sociedade na direção da autogestão.

Maurício Tragtenberg partilha da denúncia da *função reprodutora da escola*. Em "*A escola como organização complexa*" observa-se a influência das *teorias da reprodução.* "Como Aparelho Ideológico, a escola primária reflete uma unidade contraditória de duas redes de escolarização. A escola favorece os favorecidos e desfavorece os desfavorecidos e o princípio disso está na diferença social da família",

---

[23] "O exame não é outra coisa senão o batismo burocrático do conhecimento, o reconhecimento oficial da transubstanciação do conhecimento profano em conhecimento sagrado." (K. MARX. *Kritik des Hegelschen Staatsrechts*; citado in BOURDIEU e PASSERON, 1982: 151)

afirma (MT: 1976a: 21). O mesmo podemos observar em "*O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária*: *Espanha 80*". Para ele, a escola assume cada vez mais "sua função de "aparelho ideológico" que inculca maneiras de pensar, sentir e agir das classes dominantes como sendo da sociedade global" (MT, 1980a: 54).

Maurício concorda que o sistema de ensino *escolhe os escolhidos* e os processos seletivos, como o vestibular, dissimulam a "seleção social preexistente". "Eu não posso falar em igualdade de oportunidades, sociedade aberta e que a educação é um dever do Estado, quando eu percebo que a educação apenas confere um poder simbólico a quem já tem poder real", disse.[24] Para ele:

> "A seleção educacional mascara uma seleção sócio-econômica preexistente. Ou pior do que isso, procura legitimar, transformar o pobre num fracassado escolar e, por outro lado, expropriar o pobre das condições de saber, porque o pobre já é expropriado pelo seu trabalho nas condições de produção capitalista". (MT, 1990a: 132)

A pedagogia burocrática impõe uma concepção instrumentalista, tecnicista e neutra do conhecimento e submete professores e alunos às rotinas e procedimentos que nulificam a crítica e dissimulam a função objetiva da escola e o papel a ser desempenhado pelos docentes, alunos, direção e funcionários. Eis, em resumo, as conclusões às quais Maurício chega a partir da análise crítica da escola:

> "Uma frase repetida continuamente pelos sociólogos liberais é que a escola constitui o mais importante canal de ascensão social. Tal proposição é exata na medida em que "a atribuição da posição social é hoje cada vez mais ligada ao sistema de escolaridade". Mas é errada e mistificadora, se se entender que a escola favoreça ou promova a mobilidade social. Eis que há fortíssimos obstáculos que impedem a inteligência e a capacidade de manifestar-se, privilegiando mais a cumplicidade com o sistema, como critério de ascensão social.
>
> É importante lembrarmos que a família conserva grande parte de sua importância como base inicial da seleção social dos indivíduos, ela transmite ao herdeiro, ao filho, não somente o capital financeiro mas também o capital cultural. Esse capital cultural tem sua legitimidade definida através dos títulos escolares.
>
> O importante é que se desenvolve num sistema de ensino pré-universitário unificado, onde o sistema escolar convence o aluno de origem popular de que é necessário competir para atingir altos escalões, e que "seu destino social depende antes de mais nada de sua natureza individual". Paralelamente, a escola desenvolve o processo de socialização, ou seja, da aceitação do existente como o desejável. A dificuldade do corpo professoral em adaptar-se às mudanças sócio-culturais pode implicar na sua visualização, não como um corpo que reproduz valores dominantes, mas sim defensor de um patrimônio valorativo superado, qual seja, de vestal da classe média". (MT: 1976a: 29)

---

[24] Tragtenberg proferiu estas palavras num debate sobre o vestibular, coordenado por José GOLDEMBERG, e que teve ainda a participação de Newton César BALZAN, Isaías RAW e Jocimar ARCHANGELO. O texto foi publicado originalmente no **Folhetim** (*suplemento* da Folha de S. Paulo, em 7/12/1980). No debate, Maurício enfatizou: "O vestibular escolhe os escolhidos. Quem é escolhido econômica e socialmente tem potencialidades em termos de habilidade intelectual de verbalização, de raciocínio abstrato, de passar pelo chamado filtro aparentemente educacional ou cultural, que é o vestibular". (MT, 1990a: 130)

Estas palavras foram publicadas em 1976. Nesta década, Tragtenberg denominou o fracasso escolar com a expressão "deseconomia". Ele explica:

> "Tal deseconomia ou fracasso da "eficiência" escolar deve-se ao fato simples de que a aprendizagem se realiza através de motivação e não através de coação, como se dá na pedagogia burocrática. A escola, apelando à coação, às técnicas de exclusão, acentua a passividade e submissão como condições de apreensão de um "saber" raquítico, transmitido por mestres desinteressados no processo pedagógico e muito mais interessados no "sucesso" pessoal, no magistério encarado como "carreira", cujo ápice é atingido quando o docente se livra da docência através de mil acúmulos de cargos de "responsabilidade" – cargos burocráticos, já que o ensinar traz a pecha de sua origem escrava: é coisa de escravos, dependentes". (MT, 1979b: 186)

Noutro trabalho, no início dos anos 1990, Tragtenberg reafirma a crítica à ideologia meritocrática. Ele adverte para o que deveria ser uma obviedade: "Pessoas aprendem em ritmos diferentes, em função de sua origem social, do capital cultural que possuem" (MT, 1990b: 192). Mais do que uma pedagogia burocrática, a escola se caracteriza por uma ***pedagogia da exclusão***, ambas encobertas pelo discurso liberal.

Ora, se as pessoas aprendem em ritmos diferenciados e, se o processo de aprendizagem é profundamente influenciado por fatores externos e pela origem social do aluno, uns se adaptarão mais ao discurso e conteúdo formal do ensino (que constituirá apenas uma extensão da história e experiência de vida); outros terão dificuldades e, salvo exceções que confirmam a regra, serão expelidos do sistema – ainda por cima carregarão o fardo de fracassados.[25] Ao pobre resta a "deserção" ou "exclusão". Tragtenberg é enfático:

> "Na realidade, o sistema de ensino se realiza através da distribuição diferencial do saber, possibilitando meios para exercício diferencial do poder, que, por sua vez, reproduz diferencialmente a lógica das classes sociais existentes. Dessa maneira os denominados processos de inovação pedagógica nada mais são do que inovações tuteladas pelo Estado orientando ideologicamente os métodos de segregação escolar. Assim, quem quiser manter tudo como está, realiza uma reforma educacional e as coisas ficarão como sempre estavam, porém, com nova roupagem teórica". (Id.: 193)

Eis, em resumo, a pedagogia burocrática e da exclusão. Na essência, a leitura crítica da realidade educacional e social de Maurício Tragtenberg se mantém nos textos produzidos posteriormente. Trata-se, agora, de analisarmos, para além da crítica, qual a

---

[25] BOURDIEU (1998: 220) nota que operou-se uma "transformação progressiva do discurso dominante" e que o fracasso deixou de ser explicado apenas pelas "deficiências pessoais" ou "naturais" dos excluídos: "A lógica da responsabilidade coletiva tende, assim, pouco a pouco, a suplantar, nas mentes, a lógica da responsabilidade individual que leva a "repreender a vítima"; as causas de aparência natural, como o dom ou o gosto, cedem o lugar a fatores sociais mal definidos, como a insuficiência dos meios utilizados pela Escola, ou a incapacidade e incompetência dos professores (cada vez mais freqüentemente tidos como responsáveis, pelos pais, dos maus resultados dos filhos) ou mesmo, mais confusamente ainda, a lógica de um sistema globalmente deficiente que é preciso reformar". (In NOGUEIRA & CATANI, 1998) Ainda que mude o discurso, a realidade da exclusão permanece...

alternativa pedagógica que ele formula. Parece-nos claro que a crítica já aponta caminhos, mas é preciso percorrê-los...

A proposta pedagógica

O Profº Afrânio Mendes CATANI (1999) definiu Tragtenberg como "um intelectual contra o poder intelectual". Há nesta definição similitudes com a biografia de BOURDIEU, também ele originário de família humilde, intelectual reconhecido no campo acadêmico, mas crítico a seus pares e à academia.[26]

Maurício Tragtenberg, por sua postura intelectual, angariou simpatias e admiradores; mas também atraiu desafetos. Rememorando os primeiros anos da docência, afirmou:

> "Tinha um ódio diluído de todo meio universitário, em função de uma prática pedagógica que acabava com a hierarquia, que acabava com os critérios tradicionais de avaliação e redefinia a relação de poder em sala de aula, redefinia isso no cara a cara. Não era só escrever ou falar sobre, há uma prática colocada nisso. Naquele tempo, a PUC era reaça (...). O pessoal da USP já olhava a gente como uns carbonários: "Onde é que se viu formar comissão de aluno, estudante e professor para discutir o programa do curso?". "Um professor perguntar qual é o centro de interesse daquele grupo de alunos em tal área, chegar na aula sem programa nenhum, chegar de mão abanando, sem um parâmetro?". Quer dizer, sem uma muleta mínima, e fazer a pessoa falar por si próprio e, na base disso, estruturar um programa conjuntamente?! O próprio meio universitário, por mais que se dissesse marxista, tinha muita resistência a esse tipo de prática pedagógica; era muito doutoral, muito professoral." (MT, 1999: 67)

Este comentário fornece elementos para avaliarmos a concepção pedagógica de Maurício Tragtenberg. Trata-se de refletirmos sobre as possibilidades de, em meio à rotina e exigências do sistema de ensino, adotar posturas pedagógicas diferenciadas. A alternativa pedagógica antiburocrática não está solta no ar, mas vincula-se às *possibilidades* geradas pela realidade social concreta, isto é, as condições econômicas, políticas, culturais e sociais nas quais os homens e mulheres atuam. Esta realidade é contraditória e, embora condicione a ação dos homens e mulheres, não está determinada

---

[26] Como ressalta Agueda B. B. UHLE: "Talvez seja pertinente pensar na biografia dele [Maurício Tragtenberg] para entender sua relação com a escola. Dizem alguns pesquisadores franceses, ligados a Pierre Bourdieu, que este só escreveu a crítica à escola, expressa na teoria da reprodução, porque foi um estudante que enfrentou todo o peso dessa instituição, sendo um filho de família humilde de província, que estudou como bolsista e chegou ao topo da escolaridade com muito sacrifício. Foi então capaz de entender o valor social da escola e, a partir daí, desenvolver um pensamento crítico, radical, como ainda ninguém havia feito. No caso de Tragtenberg a situação é diferente, mas permite um certo paralelo. Ele foi expulso da escola, na infância, só voltando a ela depois de adulto, passando por exames de reingresso e toda sorte de concursos, seja como estudante seja, depois, como professor. Esse aspecto pode ter contribuído para que sua concepção de escola não fosse naturalizada como o é a da maioria dos autores que escrevem sobre o tema". (In: SILVA e MARRACH, 2001: 159-160)

a priori. As circunstâncias em que atuam também podem ser modificadas. O contrário seria fatalismo e determinismo.

Os princípios inspiradores desta pedagogia são resgatados por Maurício Tragtenberg a partir das experiências assentadas na *Pedagogia Libertária*. Um dos seus fundamentos é a defesa da *"educação 'integral e igualitária' como condição de auto-emancipação dos trabalhadores e portanto de toda a sociedade"*. Tragtenberg esclarece aos espíritos incautos que a *educação integral* não requer a "introdução de artes manuais nas academias, nem de parcializações acadêmicas, trata-se de definir temas a partir de centros de interesses comuns e a estruturação da apreensão do conhecimento se dar como conseqüência deste processo". (MT, 1980a: 57)

Os fundamentos desta pedagogia, nas palavras de Tragtenberg, assim podem ser resumidos:

> "**Autogestão** – Supõe a gestão da educação pelos envolvidos no processo educacional; isso significa a *devolução* do processo de aprendizagem às comunidades onde o indivíduo se desenvolve (bairro, local de trabalho).
>
> **Autonomia do indivíduo** – "O indivíduo não é um meio: é fim em si mesmo. No universo das coisas (mercadorias) tudo tem um preço, porém só o homem tem uma *dignidade*. Negação total de prêmios ou punições.
>
> **Solidariedade** – Da mesma maneira que o capitalismo cria a competição entre os trabalhadores, para superá-las eles desenvolvem formas de solidariedade – sindicatos, por exemplo. Daí a educação autogestionária fundar-se prioritariamente não na competição e sim na solidariedade, ser uma educação crítica permanente das próprias formas educativas; antiautoritária, preocupando-se em desenvolver as potencialidades de cada um, eis que o indivíduo não vale tanto pelo que sabe quanto pelas pré-condições que tenha para saber mais; seja globalizante, não restrita ao taylorismo intelectual." (Id.: 57-58)

Esta proposta pedagógica pressupõe a *autogestão do ensino*, educação gratuita, superação da divisão dos professores em categorias e liberdade de organização. Um dos seus objetivos principais consiste em impedir "a emergência de "novos patrões" e "dirigidos", como "vanguardas", "elites" e "intelectuais" carismaticamente qualificados ou não, criando estruturas onde a ação se faça pela concordância de todos e não pela imposição de cima para baixo". (Id. 58)

Tragtenberg espelha-se na experiência do Sindicato do Ensino da Confederação Nacional do Trabalho (CNT/Espanha). A referência às experiências pedagógicas em solo espanhol é constante em seus trabalhos e expressam uma das suas principais influências. Já no primeiro número da *Revista Educação & Sociedade*, lançada pelo *Centro de Estudos Educação e Sociedade* (CEDES), do qual foi um dos fundadores e membro do Conselho Editorial da revista, Maurício Tragtenberg resgata a vida e obra de

Francisco Ferrer y Guardia[27], fornecendo uma contribuição importante para o resgate da *Pedagogia Libertária*.

Através da análise da vida e obra de Ferrer, Tragtenberg reafirma a crítica à escolarização burocrática e, também, os valores e princípios da pedagogia antiburocrática: uma educação sem prêmios ou castigos, centrada no interesse do aluno; uma educação antidogmática e que recusa atitudes que levem o educando a competir e a procurar *superiores* para admirar e *inferiores* para desprezar. "A competitividade no ensino leva, segundo Ferrer, a excesso de trabalho intelectual e físico, que deforma inteligências, desenvolvendo certas tendências e atrofiando outras". (MT, 1978: 33) A *Escola Moderna* abole as notas: "A existência de notas para avaliação representa, para Ferrer, flagrante injustiça, pois *sacramenta desigualdades*", frisa Tragtenberg. (Id.)[28]

As idéias de Ferrer influenciaram os libertários brasileiros das primeiras décadas do século XX. Maurício, retoma-as e valoriza-as. Em sua exposição, observamos a simpatia com o autor e sua obra; sua influência pode ser constatada nos textos de Tragtenberg citados – e também em sua prática docente. Nota-se, ainda, o procedimento que caracteriza seu estilo intelectual: o uso extensivo de notas, com a reprodução de longos trechos e referências. Com isto, Maurício resgata autores desconhecidos do grande público – ou intencionalmente "esquecidos" pelos historiadores oficiais – e insere-os no âmbito do saber legitimado, fornecendo caminhos e pistas para o estudante, o pesquisador etc., que deseje se aprofundar.[29]

Os trabalhos de Maurício Tragtenberg sobre educação, mesmo quando direcionados ao *campo acadêmico*, fazem referências ao mundo do trabalho, aos problemas sociais. Este é outro traço do seu pensamento pedagógico: ele escreve para aqueles que, mesmo no interior do campus, percebem, ainda que intuitivamente, a necessidade de realizar a *crítica da crítica-crítica*, isto é, destituir os mandarins da sua

---

[27] Ver: "Francisco Ferrer e a Pedagogia Libertária" (MT, 1978: 17-49).

[28] "Pois uma nota ou classificação determinada mudaria se certas condições mudassem", afirma Ferrer. Ele aconselha os educadores a se dedicarem "a inspirar amor ao trabalho sem sanções arbitrárias, já existem sanções naturais e inevitáveis. Sobretudo evitemos fornecer às crianças a noção de comparação e medidas entre os indivíduos porque, para que os homens apreciem e compreendam a diversidade infinita que existe de caracteres e inteligências, é necessário evitar a figura da concepção imutável do *bom aluno*". (Citado in MT, 1978: 33)

[29] Por exemplo, o artigo sobre Ferrer tem como referência principal a obra de Maria Lacerda de Moura, *Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica* (São Paulo, 1934). Esta militante feminista compartilhou dos ideais do educador espanhol, considerado por ela um "apóstolo da instrução popular, racional, científica, paladino da Escola Nova". (Citado in MT, 1978: 38) Sobre Maria Lacerda de Moura, ver: LEITE (1979: 05-24).

pretensão de domesticarem a crítica. Sua linguagem é elaborada para ser assimilada pelo estudante, ainda não totalmente viciado e controlado pelo poder acadêmico, e pelo operário militante.

Tragtenberg parte do princípio de que “a mesma realidade que cria a burocracia cria a oposição à mesma; eis porque a contribuição de Lobrot é fundamental”. (MT, 1990: 58)[30] Em que consiste esta contribuição? Ele responde:

> “Lobrot institui o conceito de uma autogestão pedagógica, partindo da idéia central de que a aprendizagem significativa se dá por meio de um interesse real.
>
> A autogestão pedagógica tem como centro não o programa, o professor, a instituição, mas o aluno.
>
> Ela é orientada no atendimento às motivações do aluno, daí sua disponibilidade à aprendizagem significativa. O mesmo se dá com o professor: de “máquina programada” ele passa a gerir com o aluno e o programa”. (MT, 1990a: 59)

Eis o núcleo da proposta pedagógica de Tragtenberg: a autogestão centrada no interesse do educando. Busca-se superar as barreiras que separam professor-aluno, educador-educando, instituindo a possibilidade do educador também se educar e pressupondo que o saber e a ignorância, em ambos os casos, não são absolutos. A autogestão, nesta concepção, pressupõe o envolvimento ativo de todas as partes interessadas (alunos, professores, funcionários, etc.) no processo educativo e também o controle comunitário dos meios para realizar a educação. Em suas *palavras de combate*, Maurício estimula e defende a auto-organização dos estudantes e professores, a democratização das suas instâncias representativas e a liberdade de expressão.

Esta proposta pedagógica é cética quanto às *reformas educacionais*, isto é, às propaladas mudanças burocráticas a partir de cima. A burocracia não tem interesse em mudar radicalmente o sistema de ensino, pois isto colocaria em risco os seus interesses. Portanto, as *reformas de cima* constituem movimentos de readequação, de busca de equilíbrio entre a demanda e a crítica dos de baixo e as estratégicas do poder dos que estão acima na pirâmide do sistema.

---

[30]“Não reduzimos a autogestão à “gestão”, no sentido administrativo da palavra. Esta palavra parece-nos útil porque vai mais longe do que os termos da não-directividade ou de cooperação. A não-directividade – termo lançado pelos americanos – pressupõe apenas uma certa atitude (não-directiva) daquele que normalmente se deveria conduzir como representante de uma burocracia. A cooperação (do tipo Freinet) pressupõe somente uma colaboração entre duas ou mais pessoas. Pensamos que esses conceitos são insuficientes. *Com efeito, é preciso que a classe, que o grupo escolar alcancem uma conduta unificada, permitindo um trabalho comum, uma organização, um plano, e a utilização do monitor que se coloca à sua disposição*”. (LOBROT, 1966: 63-64; grifos do original).

Não se trata apenas de mudar as técnicas pedagógicas. Novas técnicas podem realmente se mostrar mais eficientes para o aprendizado, mais democráticas. Contudo, a mesma técnica que se presta a um ensino democrático também pode servir à educação autoritária.[31] Tragtenberg critica os modismos pedagógicos que insistem na psicologização individualizante para explicar o fracasso (ou o sucesso) ou se restringe às pequenas ilhas de excelência cujo acesso é proibitivo aos filhos dos trabalhadores e mesmo à classe média asfixiada financeiramente e em contínuo processo de decadência. Enquanto as causas permanecerem intocáveis, argumentos pedagógicos inovadores que afirmam, por exemplo, a necessidade de valorizar a "criatividade" e a "espontaneidade" do aluno, terminam por legitimar a "desigualdade estrutural básica". (MT, 1990b: 193)

Tragtenberg, vimos, critica os métodos não-diretivos inspirados na perspectiva roggeriana. No campo educacional, ele aponta as falhas de técnicas inspiradas em dinâmicas de grupo. Segundo ele, este método "alienou-se quando colocou em primeiro plano o **grupo** em detrimento da **formação**". Enquanto técnica pode até ser eficiente em pequenos grupos, é uma possibilidade entre outras. O problema central está em que tais técnicas não questionam "radicalmente a essência da pedagogia educacional". Como adverte Tragtenberg: "O fato é que os **grupos** acham-se diante de um **monitor**; aqueles caracterizam o **não saber** e este representa o **saber**". (MT, 1985b: 44)

Por outro lado, apostar em mudanças ditadas por métodos autoritários, nos quais a burocracia impõe a norma, contrasta com o projeto político autogestionário, intrinsecamente democrático. Enfim, a autogestão pressupõe um movimento pela base que coloque em xeque o sistema de ensino naquilo que constitui o seu núcleo central: o autoritarismo pedagógico e a alienação dos estudantes e professores em relação ao saber e à cisão, no processo de aprendizagem, entre educador e educando.[32]

Na conjuntura política dos anos 1970-80, a retomada das lutas sociais também abalam as estruturas universitárias, com os professores reorganizando suas associações representativas e lutando para democratizar a universidade. Não obstante, Tragtenberg

---

[31] "Com efeito, pode-se praticar o "texto-livre" ou a "correspondência interescolar" de Freinet num clima autoritário (um inspetor primário do norte da França impôs aos seus professores o emprego de práticas de Freinet). Podem pôr-se em prática os "métodos activos" numa relação falseada de mestre-aluno". LOBROT (1966:62)

[32] Para LOBROT, a destruição desta "relação autoritária", da "relação de alienação", não pode se efetivar "senão "na base", sob a forma de relação mestre aluno". A *Pedagogia Institucional* tem este objetivo: "É, portanto, essa relação que nós decidimos criticar, esperando que o movimento, uma vez lançado, fará uma "nódoa de azeite" e terá valor de contestação face ao sistema inteiro", afirma. (1966: 62)

radicaliza o discurso pela democracia na medida em que defende a paridade da representação discente, docente e dos funcionários nos Conselhos Universitários:

> "A Universidade democrática inexiste sem participação paritária estudantil. Nunca ouvimos dizer que os estudantes pretendessem elaborar programas de curso ou impor métodos de pesquisa. Jamais, em seus documentos escritos ou discursos, ouvimos que pretendam prescindir do professor, ou indicar-lhes sua 'ciência'. Apenas lutam pelo direito de participar e não nominalmente na definição das grandes opções da Universidade". (MT: 1990a: 72)

Tragtenberg vai além: propõe que os estudantes tenham direito a participar inclusive das Bancas de Concurso para a contratação de professores, quando da realização da provas didáticas. E, argumenta:

> "Uma das condições da criação e transmissão da cultura na Universidade é a possibilidade de discuti-la a todo momento, daí a importância dessa participação. A aquisição do saber deve ser acompanhada da reflexão crítica sobre o mesmo, pois o ideal não é fabricar 'quadros' dóceis, submetidos às barreiras de testes das empresas privadas, mas homens que vivam as duas dimensões da liberdade: a inserção na sociedade e sua crítica simultânea. O princípio de autoridade da Universidade deve fundar-se no saber e capacidade produtiva: o que ultrapasse isso é autoritarismo grosseiro". (Id: 73)

Maurício advoga o caráter público e gratuito do ensino universitário, condição para a autonomia. Para ele, a democratização real da universidade só é possível com a plena garantia da liberdade de expressão, tanto para os docentes quando para os discentes. Ninguém, em sua opinião, deve ser punido ou beneficiado por razões ideológicas. A liberdade de expressão é essencial para que a universidade possa cumprir sua função crítica.

Concomitantemente à defesa da prestação de contas à comunidade acadêmica, como forma de controlar a burocracia acadêmica, Tragtenberg defende a necessidade de superar o elitismo acadêmico, isto é, a separação entre a cultura erudita e a popular:

> "Enquanto existir tal separação, falar em povo na universidade não passa de mero jogo de retórica, idêntico aos dos políticos caçadores de votos em época de greves operárias, que têm a "síndrome de massa", incapazes de acorrer a uma concentração operária sem esperar para 'faturá-la' para seu 'curral eleitoral'". (MT, 1990: 68)

Eis um dos aspectos da pedagogia libertária: a valorização da cultura e do saber dos trabalhadores (do seu *capital cultural*).

O discurso antiburocrático se traduz em prática engajada – o que confirma uma das características principais das experiências pedagógicas libertárias. No segundo capítulo, vimos como este ideário está presente na militância de Maurício Tragtenberg no âmbito externo à sala de aula e ao espaço acadêmico. Analisemos, agora, sua atuação como professor, orientador, enfim, educador.

A teoria na prática

A maior parte dos anos que Maurício Tragtenberg desempenhou a função docente concentra-se em três instituições universitárias: a PUC/SP, a FGV/SP e a UNICAMP. Antes de se firmar profissionalmente no ensino superior, trabalhou na rede pública estadual paulista e também em outras instituições universitárias.

As suas reminiscências dos primeiros anos como docente encerram uma certa tristeza diante das dificuldades e das perseguições que sofreu. Por outro lado, expressam experiências e relacionamentos que configuram o seu estilo, o seu *jeito de ser professor*. Relembrando o tempo em que trabalhava na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São José do Rio Preto, afirma:

> "A gente praticava uma autogestão pedagógica. Mas, sinceramente, não aquele troço de ler uma porção de livros sobre autogestão e ver e decidir se a prática confirma a teoria. E se não confirmar, pior será para a prática. Não, não era isso não. É que a gente era autodidata, tinha passado por uma faculdade e sentia o desinteresse pelo curso. Primeiro, porque o curso não dizia nada. Quando entrei na faculdade, como eu vinha do primeiro grau, idealizava muito: "Puta Merda, Universidade! O que é que eu vou aprender lá?" Depois de quinze dias de aula, voltei para a Biblioteca para estudar de novo, direito. É verdade que havia um ou outro professor que valia a pena seguir o curso: O Roger Bastide, O Paul Bastide, o Gueroult; eles davam alguns cursos sérios". (MT, 1999: 61)

O autodidata Maurício Tragtenberg não se enquadra no figurino do estudante *normal* universitário: sua formação e experiência anterior indicam uma relação com o saber que vai além das padronizações e rotinas burocratizadas. O professor Maurício Tragtenberg incorpora a dupla experiência: de autodidata e aluno. É verdade que ele poderia ter se deslumbrado com a realidade universitária que idealizou e ter se adaptado ao padrão esperado; suas origens humildes poderiam apenas ser concebidas como o passado que se deseja esquecer, ou o passado que pode ser utilizado quando é necessário alimentar a falsa humildade dos que, dizendo-se humildes, agem como superiores. O depoimento de Maurício Tragtenberg indica que ele se manteve fiel às suas origens e que estas pautam a sua prática educativa.

Será que isto é confirmado por seus alunos e orientandos? Como estes vêem a sua prática como professor? Como ele se relacionava com os alunos e orientandos? Será que ele conseguia se manter coerente com as idéias pedagógicas que defendia? Aqui nos vemos diante de uma dificuldade prática: recolher os depoimento de todos os alunos que conviveram com o professor Tragtenberg – e mesmo de uma grande quantidade. Nos amparamos em uma amostragem qualitativa registrada em livros, revistas e nas entrevistas que realizamos.

A prática é sempre algo muito difícil de se analisar. Isto ocorre porque não existe uma correspondência automática entre o que um indivíduo diz de si mesmo, o seu discurso, o que os outros dizem dele e a sua ação concreta. É possível que um professor faça as melhores aulas sobre teorias pedagógicas democráticas e seja autoritário e tradicionalista na prática docente; é possível que ele se declare partidário de dada concepção pedagógica antiautoritária e antiburocrática, mas que não consiga ir além do discurso. Trata-se das coerências e incoerências entre discurso e ação, entre teoria e prática. Convenhamos, é muito difícil ser coerente o tempo todo. Mas há incoerências e coerências que saltam à vista. Trata-se de práticas humanas e não de divindades...[33]

Partimos do princípio de que a relação teoria-prática é contraditória, dialética. Contudo, na essência, o elemento central enquanto critério de busca da verdade é sempre a *prática*.[34] O indivíduo não é apenas objetividade, mas também subjetividade.[35] Ele é, desse modo, o que faz, o que diz de si próprio, e o que dizem dele. O professor Maurício Tragtenberg não é *o professor* considerado isoladamente, mas sim na relação com o ***outro*** (alunos/orientandos). A percepção que este ***outro*** tem dele é fundamental para compreender a sua prática.[36]

Tragtenberg não se enquadra no figurino do que geralmente se espera de um profissional desta área. Sua própria figura destoa da imagem que temos do professor universitário: o jeito de se vestir, o despojamento, a expressão facial etc. Nos corredores das universidades, salas de aulas, eventos considerados importantes (como defesa de

---

[33] Há biografias que são, na verdade, hagiografias. E mesmo quem não seja hagiógrafo, têm outros riscos – pois é impossível apreender a totalidade da vida de um indivíduo e o biógrafo, necessariamente, será seletivo. BOURDIEU (1997: 80) adverte que "a narrativa de vida vai variar, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, conforme a qualidade social do mercado no qual será apresentada – a própria situação de pesquisa, contribuindo, inevitavelmente, para determinar a forma e o conteúdo do discurso recolhido".

[34] "Os homens são os produtos das suas representações, idéias, etc., mas os homens reais, os homens que realizam [*die wirklichen, wirkenden Menschen*], tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do intercâmbio que a estas corresponde até às suas formações mais avançadas. A consciência [*das Bewusstsein*], nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente [*das bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo real de vida. (...) Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência". (MARX & ENGELS, 1982: 13-14)

[35] "A construção de identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço". (CASTELLS, 1999: 23):

[36] Segundo LAING (1986: 78) "não podemos fazer o relato fiel de "uma pessoa" sem falar do seu relacionamento com os outros". A identidade é definida pela relação do indivíduo com *outros*, isto é, cada indivíduo se completa e se efetiva no relacionamento com os que estão à sua volta, em seu convívio. É na relação entre o EU e o OUTRO que se constrói a identidade do EU. Para LAING, "a primeira identidade social da pessoa lhe é conferida pelos demais. Aprendemos a ser quem nos dizem que somos". (Id.: 90)

teses, palestras e debates públicos, etc.), seu jeito de ser e de agir chocava os espíritos mais tradicionalistas. Maurício era o típico *intelectual outsider*, alguém cujas atitudes e a humildade desafiavam os cânones e os rituais do mundo acadêmico.

A relação do professor Maurício Tragtenberg com seus alunos expressa identificações e conflitos. Fernando C. Prestes Motta, relata um caso ilustrativo:

> "Tinha, como Maurício, um contato muito grande com os alunos de graduação. Alguns deles me disseram que faziam um curso muito interessante com Tragtenberg. Resolvi assistir a uma aula. Acho que escolhi um mau dia, pois o professor passou uma "bronca" nos alunos, por causa do número de faltas, e o clima não era dos mais amigáveis". (2001: 65)

Maria Nilza da Silva menciona o fato de uma colega que deveria apresentar um seminário e, ao fazê-lo, demonstrou que não o havia preparado. O professor falou, na frente de todos, que ela tentara enganá-lo. "Ela passou a não gostar dele, não podia nem ouvir o nome dele", afirma. Em sua avaliação, o professor Maurício "mostrava exatamente o que a pessoa estava tentando fazer e que ele não era bobo". Em determinadas situações em sala de aula, Maurício não se mostrava muito paciente e chegava a ser áspero. Certo dia, conta Nilza, outra colega se descontrolou ao apresentar o seminário e começou a chorar. Maurício questionou como ela podia ser professora daquele jeito. (Entrevista: 23.07.03)

Em outros casos, a rispidez de Maurício Tragtenberg produzia resultados positivos. Fernando C. Prestes Motta, ao assistir a aula do Maurício, discordou e citou Gramsci. "Maurício me olhou e disse: "Você não leu Proudhon nem Bakounine (*sic*.), como é que quer discordar?" Proudhon foi o objeto da minha tese de doutorado e Maurício estava na banca. A nota foi dez", registra. (2001: 65)

Esta parece ser uma característica do professor Maurício Tragtenberg. Se de um lado podemos ver os relatos acima como exemplos de severidade; por outro, expressam a exigência do rigor teórico e uma postura responsável diante do saber. É certo, porém, que tais atitudes também podem contribuir para a passividade e inibição: misto de respeito, admiração e receio de confrontar o professor.

Maurício intimidava sobretudo aqueles alunos descomprometidos com o saber, licenciosos e *bem-comportados*, isto é, viciados nos valores da estrutura de ensino e pedagogia burocrática. O aluno cuja expectativa não ia além de memorizar conteúdos, tirar notas e passar de ano, tinha mais dificuldades de compreendê-lo, assim como de

compreender seu método e mesmo seus rompantes de impaciência. Estes aspectos transparecem nos depoimentos de ex-alunos:

> "Os que mais se deram bem com o Maurício foram os indisciplinados, aqueles que sempre tiveram problemas com a escola, nunca foram muito obedientes, que viam na aula do Maurício a possibilidade de pensar diferente, de criar situações diferenciadas, de inventar. Acho que o Maurício tinha essa generosidade de permitir que você inventasse. Tô usando inventar justamente para não usar o verbo criar, que é mais, tem um sentido mais eclesiástico até... transcendental. Acho que o Maurício dava possibilidades para isso. Contudo, veja, os nossos alunos disciplinados, escolados, obedientes, eles adoram aulas tipo as do Maurício porque ele não exige nada... não dava prova, não exigia trabalhos para serem avaliados por critérios de reprovação e aprovação, não dava bolas pra esse tipo de coisa". (Edson Passetti. Entrevista: 25.09.01)

Maurício sabia driblar as exigências burocráticas e contava com a compreensão e solidariedade daqueles que têm a tarefa de exigir o cumprimento das normas, relatórios, diários de classe, etc. Ele não costumava fazer *chamada* e tratava a exigência das *notas* dos alunos sem transformá-la em prioridade ou no mais importante na vida do aluno. Uma das formas de inviabilizar a competição era dar DEZ para todos – isto, pelo que sabemos, ocorreu raramente; também desconhecemos qualquer caso de repetência de aluno pelo Profº Maurício.

É preciso considerar que o contexto acadêmico no qual Maurício Trabalhou por longo período era diferente do atual. A política universitária modificou-se cada vez mais na direção da *lógica mercantil* e de *produtividade*. É certo que Maurício já denunciava este movimento em "A delinqüência Acadêmica". Contudo, naqueles anos, esta lógica ainda não havia atingido a intensidade atual: tudo é quantificado, medido, pontuado; a produção acadêmica deixa de ser uma necessidade de crescimento intelectual e passa a ser determinada pela *lógica concorrencial* do mercado de bens simbólicos; é preciso publicar, acumular certificados de participação em eventos, títulos etc. para subir na carreira e ter acesso aos recursos disponíveis nas agências fomentadoras. O professor-pesquisador torna-se escravo das exigências burocráticas.

Maurício Tragtenberg conviveu com esta realidade nos últimos anos da sua docência e teve que apresentar os relatórios de praxe. Então, os critérios adotados para avaliação e o formato burocrático do mesmo se mostram inadequados para analisar a *práxis* de um professor-pesquisador com seu estilo. Numa destas ocasiões, o parecerista incumbido de analisar o seu relatório de atividades reconheceu-o:

> "Os que conhecem a atividade docente do Prof. Maurício Tragtenberg, dentro e fora da sala de aula, sua atividade como escritor e conferencista, ficam decepcionados com o relatório – não porque o Prof. Tragtenberg tenha feito pouco, mas porque o muito que fez parece pouco em um formulário padronizado de mais de vinte folhas, em que a maior parte dos itens fica em branco.

> O problema não é com o Prof. Tragtenberg: é com o relatório que o obrigam a preencher. Fico imaginando o tempo que ele deve ter gasto decidindo se um artigo seu foi publicado em "periódico especializado" ou em "periódico não-especializado", ou então se deve ser classificado como "publicação de caráter variado". Que desperdício de tempo! Imagino que, dentre os que vão ler o relatório, muitos considerem um artigo publicado em periódico especializado (em quê?) provavelmente mais importante do que outro publicado em periódico não especializado, e certamente mais importante do que algo classificado apenas como publicação de caráter variado. Mas será essa gradação (supondo que realmente exista) justificável? Receio que não. Conheço muitos artigos de divulgação que são muito mais profundos e valiosos do que muita irrelevância que se publica apenas por ser (ou se supor) especializada. Karl Popper uma vez disse que a especialização pode ser uma grande tentação para o cientista natural, mas para o pensador crítico (que ele chama de "filosófico") é um pecado mortal. Desse pecado mortal ninguém pode condenar o Prof. Tragtenberg." [37]

Como avaliar, segundo critérios acadêmicos, a produção intelectual não chancelada pela instituição burocrática?[38] Como avaliar, por exemplo, a atividade de Maurício Tragtenberg enquanto escritor-militante?[39] A resposta de Maurício está em não tomar o universo acadêmico como o único e, menos ainda, o mais importante.

Maurício trabalhou na graduação, pós-graduação e em diferentes ambientes. As reações à sua pedagogia não-burocrática e ao seu método não adaptado ao padrão do professor tradicional devem ser pensadas em tais contextos. As exigências e expectativas dos alunos de graduação são diferentes das dos pós-graduandos: os segundos, em geral com turmas menores e constituídas de acordo com o interesse pela disciplina ministrada pelo professor, tendem a se envolverem com mais facilidade; no caso dos graduandos, devemos levar em conta o tamanho das turmas, os cursos e, inclusive, a instituição em que eram ministrados.

A pedagogia tragtenberguiana também favorece os alunos que querem simplesmente fazer o curso, tirar o diploma – na medida em que o grau de exigência burocrática diminuiu, o aluno tanto pode assumir uma atitude responsável diante do conhecimento quanto se descomprometer e agir apenas para *passar de ano*. Este é um dos dilemas das pedagogias que investem na autonomia e liberdade dos alunos: nem

---

[37] "Parecer sobre o relatório de Atividades do Prof. Maurício Tragtenberg", de 04 de outubro de 1991, assinado por Eduardo O. Chaves, Fermino Fernandes Sisto e Newton Aquiles Von Zuben.

[38] Pelos critérios burocráticos acadêmicos um livro cuja tiragem seja apenas 600 exemplares, desde que chancelado pela autoridade acadêmica, tem mais valor do que um livro cuja tiragem tenha ultrapassado os dez mil e que tenha alcançado seu público e uma certa relevância político-social – e isto desconsiderando que muitas tiragens de editoras universitárias e outras, terminam por cumprir a função social de contribuir com os que precisam viver da venda de lixo reciclável; para o autor, valeu o aprendizado – se teve – e, principalmente, os pontos que soma na carreira acadêmica.

[39] A este respeito, UHLE (2001: 19) faz uma observação pertinente: "Ocorre-me agora perguntar o que teria acontecido com a produção de Maurício Tragtenberg se ele tivesse, nos anos 80, sido atingido por tal lógica política. O que teria acontecido com seus mais de 200 artigos na coluna NO BATENTE, do jornal Notícias? É evidente que publicar uma coluna semanal no Notícias Populares não tem qualquer valor para CAPES e CNPq, não qualifica o programa de pós-graduação no qual atua esse intelectual".

sempre estes respondem positivamente: acostumados à obedecerem, têm dificuldade em assumir o processo de aprender de maneira autônoma. Ao professor que adota princípios que respeitam a autonomia e a liberdade do educando, que abdica do uso das normas e estratégias de controle (como os exames e notas), resta a árdua tarefa do convencimento e, sem se deixar abater, fortalecer as relações com aqueles alunos que demonstram interesse mais acentuado. Parece-nos esta a estratégia adotada por Tragtenberg.

Observe-se, no entanto, que o professor que abre mão dos instrumentos burocráticos de poder têm que contar apenas com a sua autoridade moral e intelectual. Esta não é, contudo, suficiente para evitar as estratégias dos alunos *bem-comportados* (no sentido acima) que desejam apenas fazer o curso. Parece-nos que, salvo uma rusga aqui ou acolá, o professor Maurício Tragtenberg supera os obstáculos com uma estratégia muito simples: não sucumbir às expectativas e padrões dos alunos *normais* e, ao mesmo tempo, cumprir as exigências burocráticas (colocar os "pontinhos" no diário de classe e as notas, sem reprovar, etc.).[40] Os alunos, tanto os que se identificavam com o seu método quanto os que não se identificavam, seguiam seus próprios rumos.

Uma das conseqüências desta atitude pedagógica é co-responsabilizar o aluno por seu próprio aprendizado, valorizar o seu interesse e autonomia. A pedagogia do Professor Maurício se mostra evidente nos casos em que despertou atitudes críticas, fortaleceu-as e ofereceu caminhos para que a curiosidade e a rebeldia se transformasse em busca de saber e do desenvolvimento de posturas responsáveis diante do mundo. São influências que se fixam no *ser*, que resistem ao tempo e se traduzem em gratidão e reconhecimento. Os testemunhos abaixo ilustram-no:

> "Foi o professor de muitos de nós. O antiprofessor: rebelde com os deveres burocráticos, confiante nos interesses dos estudantes, no aprendizado conjunto e em tornar a autoridade do professor o seu próprio conhecimento. Sua sabedoria estava em indicar que não podíamos transformar a amizade pelo saber em ofício burocrático do professor, aluno ou trabalhador tarefeiro". (***Edson Passetti***. In: SILVA e MARRACH, 2001: 103-104)

> "Quem era esse professor senão um ser plenamente humano que mantinha relações horizontais com seus "desiguais", com seus alunos, não se colocando jamais como superior, mas como

[40] Tivemos acesso a alguns relatórios de avaliação dos docentes pelos alunos, aplicados na Fundação Getúlio Vargas, nos anos 1975, 1976, 1977 e outras sem identificação de data. São avaliações onde os alunos devem responder perguntas gerais do tipo "Seu professor tem seguido o programa proposto", seguidas de várias alternativas. É o estilo de questionário que propicia a vigilância da instituição sobre o profissional, através dos alunos. De qualquer forma, a avaliação geral é boa. Chama a atenção o item "Como você classifica as relações professor-aluno?". As alternativas de respostas são: 1) bastante amistosas; 2) amistosas; 3) indiferentes; 4) antagônicas, 5) bastante antagônicas ; sem resposta. Maurício Tragtenberg, passa no teste: a resposta mais assinalada é a 1; seguida da 2; a alternativa "indiferente" é assinalada (numa turma); mas ninguém assinala os últimos itens. Estas avaliações eram semestrais.

companheiro nas reflexões que mantínhamos em sala de aula e/ou fora dela. E, como igual, tanto acolhia como refutava nossas idéias; apontava nossas crenças ideologizadas, muitas vezes nos deixava nus, desequilibrados, vazios". (Marinice Fortunato. In id.: 253)

"Maurício Tragtenberg não falou sobre solidariedade, foi solidário. Ao comentar seus desprendimento, ao emprestar textos e livros raros que só ele possuía, ao disponibilizar sua casa e sua biblioteca a quem solicitasse, fazia questão de declarar que sempre fora alvo de muita solidariedade". (***Iolanda Toshie Ide***. In id.: 289)

As citações acima foram retiradas de uma obra cujos autores homenageiam Maurício Tragtenberg. Os leitores que não o conheceram podem ter a impressão de que depoimentos com este caráter tendem à apologia. De qualquer forma, é fato, confirmado em inúmeras situações, que Tragtenberg cultuava a simplicidade, a humildade e o respeito no relacionamento com os alunos e orientandos. Sua casa estava sempre aberta para recebê-los e sempre havia uma indicação bibliográfica[41], um livro a ser emprestado ou mesmo dado, um diálogo. Maurício era uma pessoa que sabia ouvir.

As influências de Maurício Tragtenberg podem ser percebidas nos ex-alunos[42] e ex-orientandos. Estes últimos, por representarem um relacionamento mais duradouro no tempo e espaço, expressam uma situação privilegiada para refletirmos sobre a sua prática pedagógica. Muitos deles e delas fizeram questão de registrar o reconhecimento em suas dissertações e teses. Consideramos que os agradecimentos não são apenas formalidades inscritas em folhas de papel como tributo ao orientador. Por outro lado, ilustram como seus alunos-orientandos o vêem e qual o significado deste convívio para eles. Leiamos os agradecimentos e dedicatórias:

---

[41] Fernando C. Prestes MOTTA (2001: 64), entre outros, notou como este procedimento era comum, isto é, Maurício "distribuía referências bibliográficas entre colegas e alunos, até quando estes não as pediam. Por vezes, as referências vinham acompanhadas do nome da livraria e da localização em suas estantes". Esta informação foi reafirmada em entrevista concedida em 09 de outubro de 2001, na FGV/SP.

[42] O depoimento de Paulo Roberto de ALMEIDA, que foi seu aluno em 1967, ainda no ensino secundário é, neste sentido, um caso ilustrativo: "A classe ficava paralisada, um pouco pelo exercício de "terror intelectual", outro tanto (ou bastante) pela incompreensão dos termos do discurso tragtenberguiano, e bem mais porque havia muitos nomes "desconhecidos" para anotar, períodos que se distanciavam sem razão aparente, problemas diversos situados no mesmo contexto filosófico, enfim, a saudável anarquia de um "diálogo socrático" que, na verdade, tinha muito poucos seguidores. Depois daquelas perguntinhas previsíveis – "Professor, como é que se escreve esse nome?", "Quando foi isso, professor?", "Mas, onde entra isso no programa?" –, a maior parte dos alunos desistia e eu podia desfrutar em paz da palavra do mestre (...).Verdade que, passados o choque inicial e as dúvidas não esclarecidas, a classe retomava aquele burburinho habitual das "aulas desinteressantes" ou daquelas perguntas impertinentes ao objeto "em discussão", o que acabava por perturbar a "minha" paz e a de MT. Ele então exercia seus talentos de "intimidador" numa das duas modalidades seguintes. Aos conversadores e perturbadores renitentes, ele se dirigia com uma frase direta do tipo: "Você aí, tem alguma contribuição intelectual a oferecer?", o que tinha o dom de gelar o impertinente. Ou então, agastado com a "qualidade" e a quantidade de questões colocadas de contínuo por alguns mais "obtusos", ele era ainda mais sarcástico, inquirindo de maneira preventiva à visão de algum dedo levantado: "Alguma pergunta inteligente?". Mesmo após tantos anos e caminhos diferentes percorridos, percebemos, em suas palavras, a marca que o professor deixou, a influência que ficou. (Publicado in: http://www.espacoacademico.com.br/015/15pra.htm)

"... pela dignidade e sabedoria com que orientou este trabalho". (***Antonio Carlos de Moura Freddo*** **–** M – 1988)

"... a idéia desta tese nasceu num curso de **Metodologia Histórica**, ministrado pelo professor Maurício Tragtenberg na Faculdade de Educação da Unicamp. No curso leu-se sistematicamente Marx e Weber, com aberturas para o pensamento de Gramsci, Marcuse, Lukacs, Goldmann, Sebag, Desantis e Tran-Duc-Thao. (sic.) Deu-se então uma passagem teórica decisiva em minha formação intelectual. Promovi uma redução *eidética* de toda a fenomenologia existencial aprendida anteriormente. Ao Maurício, orientador da tese, minha gratidão pela paciência e incentivo". (***Antonio José Romera Valverde*** **–** D – 1996)[43]

"Ao Dr. Maurício Tragtenberg (in memoriam), que tanto admirei por sua postura libertária, também pela compreensão e apoio num momento difícil". (***Any Marise Ortega*** – M – 1999)

"Pela confiança e estímulo agradeço em particular ao orientador..." (***Brasilia Carlos Ferreira*** – M – 1986)

"Mais do que um orientador, encontrei no prof. Maurício Tragtenberg o companheiro certo para uma dura e longa jornada". (***Edgard A. Malagadi*** – D – 1993)

"Amigo e orientador, que, de há muito, tem acompanhado meu percurso, dando sua inestimável ajuda, sempre em termos profundamente humanos e intelectuais; em vários momentos cruciais, nestes cerca de 25 anos, contribiu para o aprofundamento de minha convicção na emancipação humana". (***Jason Tadeu Borba*** – D – 1998)

"... pela orientação competente, amiga e entusiasta". (***Liliana Rolfsen Petrilli Segnini*** – D – 1986)

"... pelo respeito à liberdade e a indicação de caminhos". (***Loraine Slomp Giron*** – D – 1989)

"... pelas significativas descobertas de origem teórica originadas pela rigorosa orientação intelectual". (***Marta Vieira Cruz*** – D – 1992)

"... de Maurício Tragtenberg o aconselhamento, a generosa adoção, o conforto da compreensão e a largueza de vistas, o claro desatropelo". (***Paulo Alves de Lima Filho*** **–** D – 1993)

"... mais do que um orientador, a alguém que, ao longo de vários anos, procurou transmitir-me a noção de que o conhecimento crítico da realidade social não deve degenerar-se em credo". (***Pedro Roberto Ferreira*** – M – 1985)

"... meus eternos agradecimentos por haver-me formado um estudioso comprometido com as "boas causas". (***Pedro Roberto Ferreira*** – D – 1993)

"Tenho grande satisfação em dedicar este trabalho a Maurício Tragtenberg, pessoa admirável sob todos os pontos de vista. A liberdade que proporciona, a confiança, que, por princípio, tem na autonomia, e o respeito que dedica à capacidade e á singularidade de cada um, são intermináveis. Além disso, sua competência intelectual completa e a composição de uma orientação excepcional que ao longo dos anos se transformou em grande amizade". (***Raquel Pereira Chainho Gandini*** – D – 1990)

"Ao meu amigo, companheiro e orientador professor Maurício Tragtenberg, por suas diretrizes e dedicação ao movimento dos trabalhadores". (***Roberto Lopes da Fonseca*** – M – 1998)

"... meu orientador, que com paciência indicou-me as coordenadas para a compreensão do fenômeno". (***Rosemiro Magno da Silva*** – M – 1987)

[43] No artigo "A Inteligência do Orientador", Valverde reafirma a influência de Maurício Tragtenberg em sua formação intelectual. E comenta seu procedimento como orientador: "Com os orientandos e em seus textos, Maurício praticava a crítica da razão iluminista, mas sem perder de vista sua importância e suas possibilidades no universo dos "esclarecimentos", mesmo circulando muitas vezes por paragens próximas à contra-cultura". Sua conclusão ilustra bem o maior aprendizado proporcionado pela convivência com Maurício: "Termino sem concluir, recorrendo à literatura. Por conviver com Maurício e ter aprendido a desconfiar das "verdades" que vieram mais tarde, depois de "descomunais lances de tempo", como "invenções" de sábios, a milhas de distância da realidade, a tirada de Guimarães Rosa cumpre bem a função de fecho desta homenagem: "comprei uns óculos,/ óculos dos mais excelentes,/ não têm aros, não têm asas,/ não têm grau e não têm lentes..." (VALVERDE, 2001: 60-63)

> "... pela orientação inteligente e erudita, que tornou possível a realização deste trabalho". (***Sonia Aparecida Alem Marrach*** – M – 1983)
>
> "Para encurtar os descaminhos, encontrar um caminho e descobrir o óbvio, precisei – e muito – da inteligência, da paciência, das indicações bibliográficas e de um conceito de Liberdade sem Sentinela do meu orientador...". (***Sonia Aparecida Alem Marrach*** – D – 1992)
>
> "... amigo e orientador que, desde o início desta pesquisa, acreditou na minha capacidade de trabalho e tanto contribuiu para sedimentar meu gosto pelas autonomias". (***Valdemar S. Pedreira Filho*** – D – 1994)

Se as palavras exprimem gratidão, são insuficientes para expressar a riqueza das relações que o processo de aprender-ensinar, orientar e ser orientado, envolve. Não obstante, elas fornecem elementos que elucidam a qualidade do relacionamento de Maurício Tragtenberg com seus orientandos e orientandas: liberdade, autonomia, estímulo, solidariedade e crença na capacidade intelectual de cada um. São relações que vão além da fria exigência burocrática de concluir e defender um trabalho intelectual; são relações que extrapolam o âmbito do saber em si e se transformam em amizades.

Os orientandos e orientandas de Tragtenberg pesquisaram e escreveram sobre diversos temas: movimento operário, educação e pedagogia libertária, política, administração, teologia da libertação, economia, a questão agrária, imprensa operária e engajada, marxismo, anarquismo, instituições, setor bancário, a organização do trabalho etc. Não há área especifica, não há especialização do saber: os temas abrangem as Ciências Humanas em geral. O testemunho do Prof. Evaldo Amaro Vieira, confirma-o:

> "Em poucas palavras, Maurício ensinava a ensinar, ensinava a ler, ensinava a pensar e ensinava a selecionar obras importantes e obras desimportantes e desnecessárias. Dava pouca ênfase na transmissão de informações e de conteúdos; dava muita ênfase na interpretação crítica e, sobretudo, na indicação de obras primordiais, mas imprescindíveis, conforme o interesse de cada um, independente do campo de estudo. Não existia área do conhecimento em que ele não trouxesse contribuição segura, válida, referente a qualquer época. Tal abrangência relativa a obras, a artigos, a edições raras ou não, em diferentes línguas, bem confirmada nos escritos, especialmente nos livros". (VIEIRA, 1999: 08-09)[44]

A produção intelectual orientada por Tragtenberg também concentra-se no mundo do trabalho: desde as pesquisas que resgatam histórias de experiências específicas àquelas que enfocam as formas de controle e organização do trabalho em tempos modernos, as comissões de fábrica etc.[45]

A relação com os orientandos reflete a prática educativa libertária de Tragtenberg: formador de espíritos críticos, avesso às artimanhas dos que transformam

---

[44] Texto lido no "Ato Público *in memoriam* do professor Maurício Tragtenberg", realizado no Instituto Cultural Israelita e na Universidade Popular Livre, no dia 17 de dezembro de 1998. (Também publicado in SILVA & MARRACH, 2001, pp. 49-52)

[45] Ver a relação no Anexo.

o ato de orientar em estratégia para angariar seguidores, aos espíritos autoritários que enquadram a pesquisa do orientando em seus ditames teóricos e ideológicos. Ele pauta sua ação pela relação de confiança mútua, de liberdade e autonomia dos orientandos e de solidariedade, extrapolando o âmbito das questões meramente acadêmicas.

Pedagogia Libertária e Pedagogia Crítica

Na exposição acima sobressaem alguns aspectos que permitem explorar a hipótese de que a prática educativa de Maurício Tragtenberg não apenas se fundamenta em princípios pedagógicos libertários, como também indica nexos com os educadores críticos contemporâneos.

Tragtenberg, é claro, não se insere no rol dos educadores comumente identificados com a *Pedagogia Crítica*.[46] Seria equivocado insinuar qualquer identificação absoluta entre a *Pedagogia Libertária* e a *Pedagogia Crítica*. Parece-nos, entretanto, que é possível identificar algumas características comuns e, conseqüentemente, em relação à contribuição de Maurício Tragtenberg: a crítica à escolarização e à ideologia meritocrática, a crítica ao poder burocrático, reconhecimento do caráter essencialmente político da educação, a perspectiva democrática de conceder poder aos alunos[47] e à comunidade escolar (incluindo os pais), o combate à exclusão e aos mecanismos de exclusão reais e simbólicos (relacionados ao capital cultural), a idéia de que o conhecimento não é neutro[48], o engajamento militante e responsável extrapolando os muros da acadêmica e da escola, etc. Desde o esboço biográfico e, em especial, a análise da sua militância, podemos visualizar aspectos da prática e teoria pedagógica de Maurício Tragtenberg que também são afirmadas pelos pensadores da *Pedagogia Crítica*.

---

[46] Observe-se que esta corrente pedagógica não é homogênea: "É mais correto dizer que os teóricos críticos estão unidos em seus *objetivos*: fortalecer aqueles sem poder e transformar desigualdades e injustiças sócias existentes". (MCLAREN, 1997: 192)
[47] "*Conferir poder* significa não somente ajudar os estudantes a entenderem e envolverem-se no mundo ao seu redor, mas também dar a eles a possibilidade de exercitar o tipo de coragem necessária para mudar a ordem social, quando preciso. Os professores precisam reconhecer que *as relações de poder correspondem a formas de conhecimento escolar que distorcem a compreensão e produzem o que é comumente aceito como "verdade"*. Os educadores críticos argumentam que o conhecimento deveria ser analisado em termos de se ele é opressivo e explorador, e não em termos de se ele é "verdadeiro". (MCLAREN, 1997: 215)
[48] Com demonstra MCLAREN (Id.: 210), "a erudição se torna uma arma, que pode ser usada contra esses grupos que são "culturalmente analfabetos", cuja classe social, raça ou gênero torna suas próprias experiências e histórias desinteressantes o bastante para não serem investigadas".

Algumas passagens dos textos tragtenberguianos são tão enfáticas na crítica à função reprodutora da escola que passam a impressão de que ele compartilha de um certo pessimismo pedagógico, um certo determinismo: a escola seria, por natureza, conservadora. Os educadores críticos fizeram a crítica desta concepção, mostrando que a redução da escola a mero *aparelho ideológic*o do capital anula o *discurso de possibilidade e esperança*.

Maurício Tragtenberg ressalta o peso da herança expressa no *capital cultural* acumulado:

> "O que há é que as famílias pertencentes à elite habitam grandes centros urbanos, têm oportunidade de viagens internacionais, de adquirirem um capital cultural que é mais próximo aos padrões difundidos pela escola; daí a maior facilidade em se oferecer aos filhos da elite *modelos de identificação*, apoio e sucesso. As vantagens ou desvantagens sociais operam cumulativamente, dificultando, por meio de reforma parcial, mudança definitiva. *Os "herdeiros", filhos da classe dominante, têm maior predisposição à inculcação escolar, encontrando seu habitat "natural"*, devido aos hábitos familiares, enquanto *os desfavorecidos não têm condições de preencher um dos requisitos básicos exigidos pela cultura escolar*: *uma competência e sensibilidade* à *mensagem escolar* adquiridas no meio familiar, de que carecem as camadas desprivilegiadas. Ao não conceder à totalidade o que em parte se deve à família, o sistema de ensino sanciona desigualdades estruturais". (MT, 1990b: 188; grifos nosso)

Nesta análise transparece a inspiração bourdieusiana, também incorporada pelos educadores críticos.[49] Tragtenberg salienta ainda um aspecto fundamental para compreender a dinâmica de exclusão do sistema de ensino, em geral ocultada pela legitimação da linguagem e cultura cultas. "Papel importante cabe à linguagem, pois a escola impõe certo tipo de domínio da língua, distante da linguagem dos desfavorecidos, e isso já constitui um *handicap* à aprendizagem das crianças pobres", escreve. (Id.)

Se Maurício Tragtenberg se restringisse a repetir as *teorias reprodutivistas*, então, poderíamos concluir que sua contribuição se limita a analisar a realidade educacional brasileira a partir da sua utilização.[50] Porém, em primeiro lugar, é preciso

---

[49] Peter MCLAREN (1997), por exemplo, concorda que a função latente do sistema de ensino é reproduzir e manter o *status quo*. Um poema, citado pelo autor, afirma: "When you wish upon astor..../ Makes no difference who are" (Quando você faz um pedido a uma estrela / Não faz diferença quem você é".) A função reprodutora da escola pode ser sintetizada na simples mudança do poema:*"...Quando você fizer um pedido a uma estrela / Quem você é faz diferença..." (p. 181)* Ou, de uma forma ainda mais simples: "cada criança parece ter tantas chances de sucesso na escola quantos forem os dólares e o *status social* que sua família tenha". (p. 182). MCLAREN compara a escolarização a uma corrida na qual "os estudantes em desvantagem alinham-se e preparam-se na linha de largada, enquanto os estudantes mais ricos esperam pelo apito no fim da pista, a poucos metros da linha de chegada". (id.) O problema essencial, portanto, se refere à estrutura da sociedade global: "O sistema educacional está mais afinado com os interesses, habilidades e atitudes da criança da classe média". (p. 183)

[50] BOURDIEU e PASSERON, em *Les heritiers: les Étudiants et la Culture* (Paris: Editora de Minuit, 1964), já analisavam os aspectos que indicam a função reprodutora da escola, criticando os fundamentos da meritocracia. Em "Da Reprodução", eles aprofundam esta análise, enfatizando a violência simbólica. Note-se que a edição francesa desta obra é de 1970.

salientar que as *teorias reprodutivistas* cumprem um papel fundamental, na medida em que libertam a pedagogia do espaço meramente escolar, relacionando escola/educação com os aspectos políticos, econômicos e sociais da sociedade: a escola não se explica por si. Outra contribuição importante é a demonstração dos fatores culturais que a escola incorpora e reproduz.

Segundo, no conjunto da sua obra, Maurício apresenta análises e fundamentos teóricos que superam o *reprodutivismo*. Embora enfatize a crítica, e isto deve ser compreendido como uma necessidade política do contexto em que escreve, ele oferece *insights* para pensar *alternativas políticas e pedagógicas*. Ele observa que a escola interage com a sociedade, incorporando tanto seus aspectos negativos como os positivos. Portanto, é possível pensar outras *possibilidades* pedagógicas sedimentadas na prática e nas contradições da realidade social e escolar, a qual produz uma situação ambígua para a atividade educativa. “O professor é agente da reprodução social e, pelo fato de sê-lo, também é agente da contestação, da crítica. O predomínio das funções de reprodução e de crítica professoral dependem mais do movimento social e sua dinâmica, que se dá na sociedade civil, fora dos muros escolares”, assinala. (MT, 1985b: 44)

A dinâmica no interior da escola está vinculada ao processo social geral. Assim, em determinadas conjunturas históricas, os professores podem desempenhar um papel transformador mais intenso e explícito; e, mesmo em conjunturas desfavoráveis, eles podem atuar como agentes da *contra-hegemonia*, enquanto *intelectuais transformadores*.[51] As próprias circunstâncias em que desempenham seu trabalho educativo levam-nos a refletirem sobre a prática docente, as relações a que estão submetidos, o processo de proletarização e pauperização, sobre o que se espera deles, etc. Isto supõe compreender a escola não apenas como *locus da reprodução*, mas também como *locus de possibilidades*; significa reconhecer que os indivíduos têm

[51] As vantagens desta categoria, segundo GIROUX, são: “Primeiro, ela significa uma forma de trabalho na qual pensamento e atuação estão inextricavelmente relacionados, e, como tal, oferece uma contra-ideologia para as pedagogias instrumentais e administrativas que separam concepção de execução e ignoram a especificidade das experiências e formas subjetivas que moldam o comportamento dos estudantes e professores. Segundo, o conceito de intelectual transformador faz entrarem em ação os interesses públicos e normativos que subjazem e são expressas no trabalho de professores e estudantes. Em outras palavras, ele serve como referencial crítico para que os professores problematizem os interesses que estão inscritos nas formas institucionais e práticas cotidianas experimentadas e reproduzidas nas escolas. Finalmente, encarar os estudantes e professores como intelectuais representa uma demanda adicional por um discurso crítico que analise como as formas culturais acercam-se das escolas e como tais formas são experimentadas subjetivamente. Isto significa que os educadores críticos precisam compreender como as formas materiais e vividas da cultura estão sujeitas à organização política, isto é, como são produzidas e reguladas”. (GIROUX, 1997: 136-37)

escolhas a serem feitas, que podem agir também no sentido de mudar a realidade que os cercam.

O mesmo espaço que produz comportamentos conformistas e conservadores, também produz a contestação. As palavras de Tragtenberg corroboram estas idéias:

> "Em períodos de mudança social, o professor, enquanto assalariado ou funcionário do Estado, se organiza contra a deterioração de suas condições de trabalho. Nesse momento ele contesta o sistema. Porém, para contestar o sistema é necessário estar inserido nele numa função produtiva.
>
> É o que se dá com o operário. Reproduzindo o capital, ponto terminal do trabalho acumulado, tem ele condições de contestar o capital mediante sua auto-organização e ações práticas. Desvinculado da produção pouco pode fazer. Greve de desempregados é coisa difícil.
>
> Por tudo isso a escola é um espaço contraditório: nela o professor se insere como reprodutor e pressiona como questionador do sistema, quando reivindica. Essa é a ambigüidade da função professoral". (Id.: 44-45)

Dessa forma, o mesmo movimento que reforça o papel do professor e da educação enquanto reprodutores da ordem social vigente, "cria condições para a emergência de uma pedagogia antiburocrática". (MT, 1980: 57)

Terceiro, Tragtenberg não apenas incorpora as teorias reprodutivistas. Sua experiência e formação autodidata, bem como as influências libertárias em sua práxis, levam-no a promover a fusão com estas teorias, na medida em que elas têm muito a ver com a sua própria história de vida. Tragtenberg adota uma perspectiva política de classe que prioriza os setores desfavorecidos e que o sistema de ensino tendem a excluir: sua prática pedagógica traduz uma política de inclusão.

Maurício Tragtenberg enriquece as teorias reprodutivistas utilizando-as a partir de uma ótica centrada na autogestão. Como observa GHIRALDELLI (2001: 144):

> "Para além da crítica da burocracia e para além de uma análise próxima àquela feita por Bourdieu e Passeron, Tragtenberg foi o responsável pela inserção da pedagogia libertária no meio universitário, colocando tal vertente novamente no plano do pensamento válido entre os professores e educadores que se entendiam como de esquerda, portanto, diferenciando-a das pedagogias que poderiam atrair os libertários, mas que não eram propriamente de cunho sociológico e não se aproximavam de Weber ou Marx, o caso das pedagogias vindas das obras de Rogers ou das obras de A. S. Neill." [52]

É precisamente a autogestão o elemento diferenciador que concede aos textos tragtenberguinaos na área da educação um caráter libertário. Tragtenberg, ao analisar a educação e o processo de ensino-aprendizagem numa perspectiva que extrapola o *locus* do espaço escolar e acadêmico afirma uma concepção pedagógica não restritiva aos espaços formais.

Se absolutizarmos a crítica de Maurício Tragtenberg à escola e reduzirmos o campo de ação docente ao espaço escolar, então, corremos o risco de restringir a escola apenas à função reprodutora da sociedade de classes e, conseqüentemente, a não vermos as suas potencialidades.[53] Ora, a *Pedagogia Libertária* é uma aposta no futuro que se constrói no presente, a partir das escolhas humanas e dos gestos mais simples em todas as esferas da sociedade. É também uma *pedagogia de possibilidades*, *de esperança*, pois encerra em si a utopia de um mundo diferente e melhor.

Observemos outras similitudes. A *Pedagogia Crítica* enfatiza o papel transformador que o professor pode cumprir enquanto intelectual. Isto pressupõe não apenas que os professores se engajem, mas que atuem em todos os espaços possíveis. Esta foi a vida de Maurício Tragtenberg: sua *práxis* não se restringe ao campo acadêmico, mas extrapola-o. Como ressalta o Evaldo Amaro Vieira: "A docência no ensino secundário e no ensino superior, por décadas, significou para Maurício Tragtenberg um lugar de trabalho e de estudo, mas não significou seu único lugar, talvez não tenha sido sequer o principal lugar de ação intelectual". (VIEIRA, 1999: 09)

Todavia, sua militância também inclui o espaço acadêmico. Tragtenberg, devemos salientar, não foi o típico intelectual militante envolvido nas disputas políticas internas ao *campus*; não constituiu grupos ou participou de "panelas" organizadas para conquistar o *poder acadêmico*. Em suma, sua política não é a *política acadêmica*: a disputa por cargos[54] e pelo poder universitário. Sua militância no *campus* segue a mesma lógica da sua ação fora deste: a independência e liberdade. Mas isto não significa que ele se omitisse diante das questões primordiais ou dos dilemas colocados pela vida universitária: o não alinhamento automático com este ou aquele grupo político não significa neutralidade.

Maurício participou e apoiou as greves dos professores, as lutas docentes pela democratização da universidade e contra atos autoritários dos seus dirigentes; apoiou os estudantes em suas demandas, mas sem perder o senso crítico e não fazendo da

---

[52] A citação é da versão eletrônica. A obra, *Filosofia e História da Filosofia da Educação*, foi publicada pela Editora Manole (São Paulo), em 2002.

[53] É o que GIROUX (1983 e 1997), denomina de *discurso do desespero*; é um discurso reducionista que vê a escola apenas como *reprodutora* da desigualdade econômica e/ou dominação cultural. Isso resulta num tipo de *pessimismo orwelliano* que anula a esperança e não propicia "um discurso programático através do qual poderia se estabelecer a oportunidade de práticas contra-hegemônicas". (GIROUX, 1997: 148) Daí a importância concedida à obra de Paulo FREIRE, a qual "combina o que chamo de "linguagem crítica" com a "linguagem da possibilidade". (GIROUX, 1997: 145)

militância no *campus* o centro da sua atuação.[55] A sua ênfase recai sobre a sociedade, nos movimentos sociais, em especial, o movimento operário. Ele se fundamenta no princípio de que a educação não está *acima* da sociedade e da sua estrutura sócio-econômica, que, em última análise a condiciona. Embora, reconheça que "o processo educacional tem uma dinâmica própria, uma certa relativa autonomia que pode torná-lo instrumento de libertação". (MT, 1990a: 155) Daí, a necessidade de transformar a universidade, de democratizá-la.

O Prof. Maurício Tragtenberg concede poder aos estudantes, a sua pedagogia centra-se nos interesses destes. Em certos momentos parece até mesmo abdicar da autoridade de professor para atuar como um igual, caracterizando uma pedagogia não-diretiva. Nesses momentos, Maurício adota a postura do "irmão mais velho", o mais experiente que aconselha os mais jovens, e assume a postura de quem educa pelo exemplo, do *ausente presente*.

Mas essa relação que iguala professores/alunos pode constituir um auto-engano de ambas as partes. O Prof. Maurício Tragtenberg recusa as práticas autoritárias, sabe que o educador também precisa ser educado, que a relação com o conhecimento não é uma relação meramente objetiva – na medida em que envolve as subjetividades do professor/aluno – mas ele não é um igual: sua autoridade moral é dada pelo reconhecimento dos alunos; estes, deslumbrados, podem até se acreditarem iguais. Os educandos ao legitimarem a autoridade do professor, reconhecem-no como um diferente

---

[54] Maurício Tragtenberg relata que foi, uma vez, chefe do Departamento de Política da PUC/SP; isto nos anos 1970. (*Memorial*, 1978)

[55] Um exemplo ilustrativo foi a sua postura diante do movimento docente na Unicamp. Em 1981, o governo do Estado interveio, promoveu substituições nos órgãos internos da Universidade e a reitoria fez demissões. A comunidade acadêmica resistiu e o movimento se estendeu por todo o *campus*. (Ver: DIAS, 1982: 136-166). Tragtenberg manifestou-se sobre este episódio, denunciando o "forte odor de ditadura" que exalava no *campus*. Em sua análise: "A Unicamp encontra-se num declive. O perigo é que se estabeleça em seu seio o regime de trabalho que vigorou quando da implantação da Unesp: o regime da triagem ideológica – geralmente pelos menos qualificados intelectualmente para fazê-la – a vigilância e controle sobre funcionários e professores como fim em si mesmos, a delação institucionalizada. Isso tudo levará à hegemonia de uma mediocracia onde a delação será premiada pelo Poder e converterá a Unicamp num cemitério de vivos". (FSP, 21.10.1981). Ele ainda denunciou o autoritarismo na Unicamp em "As ilusões triunfalistas" (*Correio do Povo*, Campinas-SP, 20.11.1981) e "Réquiem" (*Correio do Povo*, de 02.12.1981). É notável, neste último artigo, sua crítica à arrogância dos que se consideram superiores porque tem este ou aquele título: "Sem o respeito ao funcionário independente de sua qualificação, do professor independente de seu título burocrático ou de sua "celebridade acadêmica" não é possível um movimento autêntico e representativo. Para isso é mister que muitos PhDs universitários desçam do Olimpo onde se colocaram, para enfrentar com seus colegas e com os funcionários a situação "pantanosa" em que se encontra a mobilização. Em suma, devemos internalizar a atitude de que a palavra do funcionário situado no último escalão burocrático é tão preciosa para a integridade do movimento quanto a do PhD titulado por Cornell, Stanford ou outras academias metropolitanas". Também aqui, ele enfatiza a necessidade da auto-organização, em lugar dos conchavos por cima e nos bastidores.

– ainda que o idealizem como um igual. A relação educativa é necessariamente uma relação entre desiguais. A autoridade legitimada não sufoca a liberdade do educando e indica uma atitude de humildade e o esforço em tomar os alunos-orientandos como agentes ativos, cujo *capital cultural* e subjetividade precisam ser respeitados. Nesse sentido, ele é um educador crítico.

Um exemplo do respeito de Maurício Tragtenberg à linguagem e saber do educando, isto é, ao *capital cultural* que este traz para o espaço da educação formal, é relatado por Marinice Fortunato. Maurício, ao corrigir um aluno que pronunciou *síntése* em vez de *síntese*, disse: "Veja, o que você quer dizer é *síntese* e eu o compreendi perfeitamente. Acontece que os doutores, o mundo acadêmico têm uma linguagem própria e só entendem a sua própria linguagem. Eles são capazes de reprovar você só por esse *síntése*". (In SILVA & MARRACH, 2001: 254)

Com efeito, o respeito à cultura popular não deve ser uma postura paternalista ou piegas[56], mas supõe que se trabalhe para que os estudantes tenham condições de que, a partir da sua própria linguagem, também dominarem o discurso legitimado pela cultura dominante; o contrário é reforçar a submissão e os aspectos que contribuem para a reprodução das desigualdades. Trata-se de desvelar o *currículo oculto*. Tragtenberg atenta para este fator: em seus textos vemos a preocupação com este mecanismo de exclusão e, em suas aulas, adota bibliografia e discute o tema.[57]

Maurício é um defensor do saber e cultura popular. Contudo, isto não o leva a negar a importância do saber formal e da linguagem científica. Sua estratégia consiste em incorporar a cultura popular, o que é considerado *senso comum*, ao âmbito acadêmico (comentamos acima como ele utiliza as notas em seus artigos) e favorecer aos trabalhadores o acesso à cultura universitária, gerando as condições para que estes possam assimilá-la e dominá-la. Não por acaso, vários dos seus orientandos (as) são oriundos das camadas populares, pessoas para quem o ensino superior encontra-se

---

[56] "Os professores devem entender que as experiências dos estudantes originam-se de múltiplos discursos e subjetividades, alguns dos quais devem ser questionados mais criticamente que outros. Deste modo, é crucial que os educadores considerem a questão de como o mundo social é experienciado, mediado e produzido pelos alunos." (MCLAREN, 1997: 249)

[57] Agradecemos a Mario Roberto Ferraro, seu aluno no curso de Mestrado em Educação, que nos enviou a transcrição das aulas que Maurício deu neste período (2º semestre de 1984). Na sexta aula, o tema foi o livro *Ideologia e Currículo*, de Michael APPLE (1982). Tragtenberg afirma que "todo preconceito está ligado à idéia de currículo", que a escola desempenha um papel de "controle social", via currículo. Nota-se, pela leitura da transcrição, um debate fecundo e um estilo expositivo no qual Tragtenberg não se omite.

interditado – principalmente nos níveis da pós-graduação (relembremos que também os temas tratados pelos orientandos, em sua maioria, dizem respeito a este *mundo*).

Numa linguagem atual, podemos afirmar que Maurício Tragtenberg praticava, sem alarde, *políticas de inclusão* dos deserdados do saber acadêmico à apropriação deste. Se pensarmos em termos que extrapolam o âmbito classista, isto também é verdade: Maurício incorpora, como orientandos e/ou temas do seu trabalho intelectual, a cultura dos submetidos às opressões raciais e de gênero. Este é outro aspecto do *educador crítico* (que fica ainda mais evidente na análise dos seus textos e na sua militância).

A *Pedagogia Crítica* centra-se nos estudantes, parte da realidade destes e toma os seus problemas e necessidades como ponto de partida; sua preocupação teórica e prática inclui os aspectos culturais, de classe, raça e gênero etc. Os educadores críticos salientam "que qualquer prática pedagógica verdadeira exige um compromisso com a transformação social, em solidariedade com grupos subordinados e marginalizados. Isto transmite, necessariamente, uma opção preferencial pelo pobre e pela eliminação das condições que geram sofrimento humano". (MCLAREN: 1997: 194)

Maurício Tragtenberg, por sua prática e pelas preocupações teóricas e político-pedagógicas, é também um educador crítico. Mas devemos considerar, também, a inspiração que recebe de pedagogos socialistas como Pistrak. Tragtenberg, a propósito, envidou esforços para difundir a obra deste educador e, inclusive, escreveu a introdução do seu livro. "Pistrak insere-se na linha dos grandes educadores, para quem a educação é também uma forma de ação político-social, que não se limita a interpretar o mundo, mas que procura pela prática educativa, desenvolver uma ação transformadora do real", escreve. (MT, 1981e: 22) [58]

Maurício Tragtenberg promove uma simbiose entre as teorias que fundamentam a *Pedagogia Crítica* e aqueles princípios que tradicionalmente caracterizam a *Pedagogia Libertária*. Com isso, não queremos afirmar que as especificidades de cada

---

[58] Tragtenberg apresenta o autor: "Pistrak situa-se na linha dos grandes educadores como Pavel Blonsky, Nadéjda Krupskaia e Vassili Lunatcharsky. Apesar disso, durante o stalinismo, a sua importância foi ofuscada pela emergência de Makarenko, como o "grande educador soviético". Isso não foi acidental: Makarenko fundou uma pedagogia *sem* escola, nascida das trágicas circunstâncias da Guerra Civil que gerou milhares de jovens a-sociais – razão pela qual, ele tem pouco a dizer a respeito da escola. O fato dele aparecer como "o grande pedagogo" deve-se à burocratização do processo revolucionário e ao deslocamento do poder que se deu, especialmente após o esmagamento da revolução ucraniana de Makhno e dos marinheiros de Kronstadt". (MT, 1981e: 07)

pedagogia se anulam ou que se sobrepõem uma à outra. Pelo contrário, há diferenças substanciais, como por exemplo, a inspiração cristã da Teologia da Libertação presente nas formulações de Paulo Freire, cuja obra, como salientamos, influi decisivamente sobre os educadores críticos; outra diferença fundamental é a ênfase da *Pedagogia Libertária* na autogestão, em especial nas suas interpretações pedagógicas não-diretivas. Os fundamentos filosóficos, as origens, evolução, etc., são diferenciados.

Contudo, tanto a *Pedagogia Libertária* quando a *Pedagogia Crítica* têm preocupações comuns: com os deserdados e excluídos, tratam de temas comuns e oferecem um amplo leque de princípios norteadores para as práticas educativas. É possível, até mesmo, vislumbrar aproximações no que diz respeito à defesa da autogestão, em especial se considerarmos a contribuição teórica de Paulo Freire e a sua postura pela democratização da escola num sentido radical, isto é, envolvendo professores, alunos e funcionários nas decisões sobre os rumos da educação.

Dessa maneira, é possível verificar similitudes, por exemplo, entre a pedagogia do oprimido e da esperança freireana e aspectos do libertarismo, particularmente, em sua versão anarco-cristã tolstoiana. Eis outro caminho que aproxima o educador libertário Maurício Tragtenberg das formulações da pedagogia crítica – e vice-versa. Não obstante, analisando as origens, a trajetória militante e a prática docente responsavelmente engajada de Maurício Tragtenberg, sobressai-se o aspecto libertário.

CONCLUINDO...

Os que escrevemos sobre os indivíduos, seu pensamento e ação, caminhamos como equilibristas na corda suspensa no ar. Há os que se recusam a cumprir este papel e, de imediato, assumem a crítica ou o elogio; num caso ou noutro, trata-se de uma arte difícil.

Se os vivos não conseguem impor limites à maneira como sua obra é incorporada por leitores, interpretadores e eventuais discípulos, a obra dos mortos fica à mercê das interpretações e usos dos epígonos. O legado das celebridades periga se tornar um bem simbólico disputável no mercado. O alcance da influência da obra dos intelectuais de relevo coloca o problema da apropriação e sacralização do seu discurso. Sua herança pode transformar-se em argumento de autoridade e objeto de disputa e corre-se o risco do autor escolhido ser alçado ao *status* de profeta, fundador de uma ordem sacerdotal. O 'discípulo', membro desta ordem fictícia ou real, posa de "guardião da autoridade da mensagem" e tem a pretensão de delimitar o que é verdadeiro — ou seja, sua interpretação sacerdotal da obra do mestre — instituindo as dualidades entre as leituras legítimas e as ilegítimas. Como adverte BOURDIEU (1996: 160), "o *eu* sacerdotal deriva sua autoridade do profeta de origem".

Todo autor cuja obra ganha destaque arrisca-se, ainda que não seja a sua intenção, a conquistar discípulos. O reconhecimento do seu valor e a merecida homenagem comporta duplo perigo: a reprodução acrítica e a bajulação intelectual – fenômenos nem sempre perceptíveis pelos que os praticam. A repetição de conceitos, frases e fórmulas pode parecer o meio correto para a preservação da mensagem legada; a lisonja pode se confundir com a estima. De qualquer forma, é compreensível que assim seja: muitas vezes, constituem formas de sublimação da dor que sentimos com a perda daquele que consideramos *o* mestre.

A atitude idólatra do discípulo concede ao texto um caráter dogmático e hagiográfico. Isso torna imperceptível a sua riqueza e os caminhos apontados pelo autor.

A melhor homenagem que podemos prestar-lhe é, a partir do seu reconhecimento, tentar ir além dele – tarefa dificílima. Por mais que gostemos, por mais que o respeitemos, devemos superar o encanto e manter a postura crítica: o contrário é desqualificá-lo. A estima não deve ser confundida com a bajulação.

A veneração não é o melhor caminho para se analisar ou homenagear um autor. Há momentos em que é preciso praticar, à maneira freudiana, uma espécie de assassinato da figura paterna. Isso significa romper com a tendência de transformar homens em heróis, em tratar a sua vida e obra de maneira hagiográfica e de subtraí-los do mundo dos homens comuns, repletos de acertos e erros. Não é fácil: corre-se o risco da incompreensão e de ser declarado infiel.

Maurício Tragtenberg nos ajuda nesta tarefa. Observemos o seu modo de tratar um autor importante como Max Weber; a maneira como ele analisa Bakunin e Marx; como incorpora, sem preconceitos, as contribuições dos diversos autores, criticando-os e superando-os. Maurício Tragtenberg não se apega a dogmas: seu olhar é o da *dúvida radical*, é o *olhar abrangente e incisivo* que se recusa a fazer o *sacrifício do intelecto*. Ele expressa um método, uma forma peculiar de ver o mundo e as idéias sobre o mundo. Só o compreendemos por ele mesmo.

Sua crítica a todo e qualquer tipo de autoritarismo, da direita à esquerda; seu questionamento constante às formas de opressão e poder, desde as atitudes mais simples e cotidianas; sua conduta solidária; contribuem com o pensamento pedagógico que beba em fontes críticas e libertárias. Sua obra intelectual e sua atitude como professor, orientador e companheiro, configuram-no como um educador libertário e crítico. Sua maior influência está no exemplo; esta é a sua pedagogia.

A crítica à universidade e ao processo de escolarização, o seu pensamento pedagógico, os depoimentos de ex-alunos (as) e ex-orientandos (as) confirmam-no. Seus escritos e a prática docente caracterizam uma concepção de educação que extrapola os muros dos espaços formais. Maurício não é apenas *o professor*, o *intelectual*: ele se vincula às questões práticas e aos dilemas enfrentados no mundo do trabalho. Sua pedagogia é comprometida, é também uma atitude política.

Sua crítica não é a crítica pela crítica. Sua percepção do *campo acadêmico* e do processo de escolarização exprime uma proposta pedagógica na perspectiva da transformação da escola e da universidade: suas relações internas, com a sociedade,

procedimentos político-pedagógicos etc. O ponto de partida é a crítica ao existente, o desvendamento da realidade aparente.

Se o indivíduo é a síntese da relação entre seus atos e as condições em que atua, simultaneamente, produto das circunstâncias e agente histórico que age sobre estas, então, a compreensão da sua obra passa pela apreensão da sua singularidade. E, para apreender o caráter singular de cada indivíduo, torna-se necessário resgatar a sua infância, a formação inicial no ambiente social e familiar, a qual resulta na incorporação de um *habitus* que influenciará a sua trajetória. A formação desse *habitus* pressupõe, portanto, que o indivíduo ocupa uma determinada posição na estrutura de classes e/ou grupos sociais.

Isto significa que sua trajetória de vida, desde a infância, e o ambiente social e familiar subjacentes têm como fundamento um certo capital econômico, capital social e capital cultural próprios e diferenciados. Esses capitais são determinados, *a priori*, pelo ambiente social e familiar e pela posição que o indivíduo ocupa na estrutura de classes.

No primeiro capítulo, observamos os fatores constitutivos da personalidade de Tragtenberg na sua infância; a condição econômica precária (capital econômico); a maneira como consolida um certo *capital social* e *cultural* (a partir da militância, das *suas universidades* e do convívio na Biblioteca Mário de Andrade, etc). Relembremos que a inserção de Maurício Tragtenberg no *campo acadêmico* foi, desde o início, marcada pela ruptura com os caminhos convencionais. Outro aspecto fundamental é, como vimos no segundo capítulo, a formação autodidata e a valorização do saber informal, do saber operário e popular, vinculado à sua militância enquanto intelectual.

Esta trajetória peculiar contribuiu para a configuração de uma concepção crítica em relação à instituição universitária e, em especial, ao *ethos acadêmico*. Em outras palavras, podemos dizer que Tragtenberg traz para a universidade um *habitus* incorporado ao longo da sua vida e que, confrontado com a realidade do *campo acadêmico* e seu *habitus* predominante, gera uma nova síntese expressa na assimilação crítica de comportamentos e procedimentos próprios da academia e, portanto, numa postura crítica em relação ao campo em que atua. Isto constitui a sua marca pessoal, o seu estilo. Esperamos ter conseguido demonstrar que este estilo, esta marca, é própria dos educadores libertários e críticos...

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Lélia. (1997) *Vida e Arte: Memórias de Lélia Abramo*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.

ADORNO, Theodor W. (1995) *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

AGUIAR, Flávio. (Org.) (1999) *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Editora Perseu Abramo; Humanitas/FFLCH/USP.

ALEXANDR, Frida. (1967) *Filipson: Memórias da primeira colônia judaica no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Editora Fulgor Limitada.

ALVES, Marcio Moreira. (1988) *A Força do Povo: democracia participativa em Lages*. São Paulo: Brasiliense.

ARENDT, Hannah. (1978) *O sistema totalitário*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

__________. (1993) *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

__________. (1999) *Homens em tempos sombrios*. São Paulo, Companhia das Letras.

__________. (2001) *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva.

__________. (2003) *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo, Companhia das Letras.

ARNONI, Ronaldo José. (2001). Educação Libertária: o legado utópico (Para além da miserabilidade humana). Dissertação de Mestrado – Educação e Currículo, PUC/SP. (Orientador: Mário Sérgio Cortella).

ARVON, Henri. (1980) *A Revolta de Kronstadt*. São Paulo: Brasiliense.

AVELINO, Gilvanildo Oliveira. *Antologia de existências e ética anarquista*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002. (Orientador: Edson Passetti).

AZEVEDO, Ricardo de e MAUÉS, Flamarion. (Orgs.) (1997) *Rememória: Entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.

BAKUNIN, Mikhail. (1988a) *Federalismo, Socialismo, Antiteologismo*. São Paulo: Cortez.. (Coleção Pensamento e Ação: v. 2)

__________. (1988b) *Deus e o Estado*. São Paulo: Cortez. (Coleção Pensamento e Ação: v. 3)

BALZAC. Honoré de. (1971) *Eugênia Grandet*. São Paulo: Abril Cultural.

BARON, Salo W. (1974) *História e Historiografia do Povo Judeu*. São Paulo: Editora Perspectiva.

BAR-ZOHAR, M. Michel. (1968) *Ben Gurion: O Profeta Armado*. São Paulo: Editora Senzala. (Apresentação e tradução de Maurício Tragtenberg)

BEISIEGEL, Celso de Rui. (1982) *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática.

BELTRÃO, Ierecê Rego. (2000) *Corpos dóceis, mentes vazias, corações frios. Didática: o discurso científico do disciplinamento*. São Paulo: Editora Imaginário.

BEN GURION, David. (1957) *O despertar de um Estado*. Rio de Janeiro: Editora Monte Scopus.

BENJAMIN, Walter. (1993) *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios Sobre Literatura e História da Cultura*. Obras Escolhidas, Volume 1. São Paulo: Ed. Brasiliense.

BOBBIO, Norberto. (1995) *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Editora da Unesp.

__________. (1997) *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP.

BONFIM, Manuel. (2000) *A América Latina*. In: SANTIAGO, Silviano. (Org.) *Intérpretes do Brasil.* Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2000, pp. 607-917

BOSI, Alfredo. (2000) *Machado de Assis. O enigma do olhar*. São Paulo: Ática.

BOSI, Ecléa. (1994) *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.

BOURDIEU, Pierre. (1974) *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974

__________. (1984) *Homo Academicus*. Paris: Les Editions de Minuit.

__________. (1997) *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas-SP: Papirus.

__________. (1998) *A Economia das Trocas Lingüísticas:O que Falar Quer Dizer*. São Paulo: Edusp.

__________. (2000) *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. (1982) *A Reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino.* Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1981) *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense.

__________. (1984) *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense.

BRAVERMAN, Harry. (1981) *Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

BRUNO, Lúcia Barreto. (1985) *O que é autonomia*. São Paulo: Brasiliense.

CANDIDO, Antonio. (1980) *Teresina etc*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (1988) *O Anti-Semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Editora Brasiliense.

CASTELLS, Manuel. (1999) *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra. (*A era da informação: economia, sociedade e cultura*;v.2)

CHIAVENATO, Júlio José. (1985) *O Inimigo Eleito: Os Judeus, o Poder e o Anti-semitismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

CLEMESHA, Arlene. (1998) *Marxismo e Judaísmo: História de Uma Relação Difícil*. São Paulo: Boitempo Editorial.

COMAS, Juan [et alli] (1970) *Raça e Ciência I*. São Paulo: Perspectiva.

D' ORMESSON, Jean. (1992) *História do Judeu Errante*. São Paulo: Siciliano.

DEUTSCHER, Isaac. (1970) *O judeu não-judeu e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. (1970) *Os Irmãos Karamazov*. São Paulo, Abril Cultural (Clássicos da Literatura Universal, nº 01)

__________. (1992) *Memórias do subsolo e outros escritos*. São Paulo, Editora Paulicéia.

__________. (2003) *Crime e Castigo*. São Paulo: Editora Nova Cultural.

FALBEL, Nachman. (1985) *Jacob Nachbin*. São Paulo: Nobel.

FAUSTO, Boris. (1997) *Negócios e ócios – História da Imigração*. São Paulo: Companhia das Letras.

FERREIRA, Paulo Roberto. *Imprensa Política e Ideologia: Orientação Socialista (1946-1948)*. (1989) São Paulo: Editora Moraes.

FORD, Henry. (1989) *O Judeu Internacional*. Porto Alegre: Revisão Editora.

FOUCAULT, Michel. (2000) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes. (27ª Edição)

__________. (2002) *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes.

FREINET, Célestin. (1998) *A Educação do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes.

FREIRE, Paulo. (1974) *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra (4ª Edição).

__________. (1985) *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (14ª Edição).

__________. (1997) *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

__________. (2000) *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.

__________. (2001) *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: Editora da Unesp (Organização e apresentação de Ana Maria Araújo Freire).

__________. (2003) *Cartas a Cristina. Reflexões sobre a minha vida e minha práxis*. São Paulo: Editora da Unesp (Organização e apresentação de Ana Maria Araújo Freire, 2ª ed.)

FREIRE, P e SCHOR, I. (1986) *Medo e ousadia – O cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREITAS, Sônia Maria de. (1993) *Reminiscências*. São Paulo: Maltese.

GADOTTI, Moacir. (1987) *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. São Paulo: Ática.

__________. (Org.). (1996) *Paulo Freire: uma Biobibliografia*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO.

__________. (2001) *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez.

GALLO, Silvio. (1995a) *Educação anarquista: um paradigma para hoje*. Piracicaba-SP: Editora da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

__________. (1995b) *Pedagogia do risco: experiências anarquistas em educação*. Campinas-SP: Papirus.

GAMBI, Franco. (1999) *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora da Unesp.

GAY, Peter. (1992) *Um judeu sem Deus: Freud, ateísmo e a construção da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.

GENRO Fº, Adelmo, Marcos ROLIM e Sérgio WEIGERT. (1981) *HORA DO POVO: Uma vertente para o fascismo*. São Paulo: Editora Brasil Debates.

GHIRALDELLI JR., Paulo. (1987) *Educação e Movimento Operário*. São Paulo: Cortez/Autores Associados.

__________. (2002) *Filosofia e História da Filosofia da Educação.* São Paulo: Editora Manole.

GILL, Lorena Almeida. (2001) *Clienteltchiks: os judeus da prestação em Pelotas (RS): 1920-1945*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, Ed. Universitária.

GIROUX, Henry A. (1983) *Pedagogia Radical: subsídios*. São Paulo: Editora Autores Associados e Cortez.

__________. (1997) *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.

__________. (1999) *Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas

__________. (2003) *Atos impuros: a prática política dos estudos culturais*. Porto Alegre: Artes Médicas.

GOFFMAN, Erving. (1982) *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GOHN, Maria da Glória. (2001) *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez Editora.

GOLD, Michel. *Judeus Sem Dinheiro*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

GONZALEZ, Horácio. (2001) *O que são intelectuais*. São Paulo: Brasiliense.

GORKI, Máximo. (1987) *Minhas Universidades*. Rio de Janeiro: Ediouro.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, s. d.

GRITTI, Isabel. (1997) *Imigração judaica no Ro Grande do Sul: A Jewish Colonization e a colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor.

GRUN, Roberto. (1990) *Construindo um lugar ao sol: os judeus no Brasil*. In: FAUSTO, Boris. (Org.) *Fazer a América*. São Paulo Edusp, pp. 353-81.

GUSDORF, Georges. (1995) *Professores para quê?: para uma pedagogia da pedagogia*. São Paulo: Martins Fontes.

GUTIÉRREZ, Francisco. (1998) *Educação como práxis política*. São Paulo: Summus.

HABERMAS, J. (1993) *Idealismo alemão dos filósofos judeus*. In: FREITAG, B. & ROUANET, S. P (Orgs.). *Habermas – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993, pp. 77-99.

HARDMAN, Francisco Foot. (2002) *Nem Pátria, Nem Patrão! Memória Operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP (3ª edição).

HAUPT, Georges. (1980) *Marx e o marxismo*. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.) (1980) *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, pp. 347-75.

HERZL, Theodor. (1997) *O Estado Judeu*. São Paulo: Consulado Geral de Israel. (Edição Comemorativa ao 49º Aniversário de Israel – Maio de 1997)

__________. (1998) *O Estado Judeu*. Rio de Janeiro: Garamond.

IBSEN, Henrik. (2001) *Um inimigo do povo*. Porto Alegre: L&PM.

JOMINI, Regina Célia Mazoni. (1990) Uma educação para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha. Campinas, SP: Pontes.

KAFKA, Franz. (1979) *O Processo*. São Paulo: Abril Cultural.

__________. Carta a Meu Pai. São Paulo: Nova Época Editorial, s.d.

KLICH, Ignacio e TOLCACHIER, Fasiana. (1990) *Panorama da imigração judia para a Argentina*. In: FAUSTO, Boris. (Org.) *Fazer a América*. São Paulo Edusp, pp. 153-76.

KOESTLER, Arthur. (1948) *Ladrões nas Trevas*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, S. A.

KOLLONTAI, Alexandra. (1980) *Oposição Operária 1920-1921*. São Paulo: Global.

KORCZAK, Janusz. (1983) *Como amar uma criança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KROPOTKIN, Piotr. (1986) *Textos Escolhidos*. (Org. Maurício Tragtenberg). Porto Alegre: L&PM.

LAING, Ronald D. (1986) *O Eu e os Outros – O Relacionamento Interpessoal*. Petrópolis: Vozes.

LENIN, V. I. (1978) *Que Fazer?* São Paulo: HUCITEC.

LENIN, V. I. e LUXEMBURGO, Rosa. (1985) *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda*. São Paulo: Nova Stella.

LEVIN, Eliezer. (1972) *Bom Retiro*. São Paulo: Livraria Martins Editora.

LEWIN, Kurt. (1973) Problemas de Dinâmica de Grupo. São Paulo: Cultrix.

LIMA, Lauro de Oliveira. (1982) *Pedagogia: reprodução ou transformação*. São Paulo: Brasiliense.

LIPIANSKY, Edmond-Marc. (1999) *A Pedagogia Libertária*. São Paulo: Imaginário.

LOBROT, M. (1966) *A Pedagogia Institucional*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

LÖWY, Michael. (1989) Redenção e Utopia: O judaísmo libertário na Europa central (um estudo de afinidade eletiva). São Paulo: Companhia das Letras.

LUCKESI, Cipriano Carlos. (1994) *Filosofia da Educação*. São Paulo, Cortez.

LUENGO, Josefa Martín [et.al.] (2000). *Pedagogia Libertária: Experiências Hoje*. São Paulo: Editora Imaginário.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. (1987) *As Utopias Anarquistas*. São Paulo: Brasiliense.

LUXEMBURGO, Rosa. (1988) *A Revolução Russa*. In: GUIMARÃES, Juarez R. (Org.) *Rosa, a Vermelha*. São Paulo: Busca-Vida.

MAKHNO, Nestor. (1988) *A revolução contra a revolução*. São Paulo: Cortez.

MAKHNO, Nestor, SKIRDA, Alexandre e BERKMAN, Alexandre. (2001) *Nestor Makhno e a Revolução Social na Ucrânia*. São Paulo: Editora Imaginário; Nu-Sol.

MALATESTA, Errico. (1989) *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez. (Coleção Pensamento e Ação: v. 5)

MARX, K. (1997) *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

__________. (2000) *A questão judaica*. São Paulo: Centauro Editora.

MARX, K. e ENGELS, F. (1982) *Feuerbach. Oposição das concepções materialista e idealista (Capítulo primeiro de A ideologia alemã).*Obras Escolhidas. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, pp. 04-75.

MCLAREN, Peter. (1997) *A Vida nas Escolas: Uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas.

MEITH, José Carlos Sebe Bom. (1996) *(Re) introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã.

MORAIS, Fernando. (1985) *Olga*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

MORIYÓN, F. G. (Org.) (1989) *Educação Libertária*. Porto Alegre: Artes Médicas.

NOBRE, Marcos e REGO, José Marcio. (2000) *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34.

NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. (Orgs.) (1998) *Pierre Bourdieu: Escritos de Educação*. Petrópolis-RJ: Vozes.

OLP - Conselho Central da OLP. (1983) *BEIRUTE 1982 – Da invasão israelense ao massacre dos Palestinos nos campos de Sabra e Chatila*. Brasília: Representação da OLP no Brasil.

ORTIZ, Renato. (Org.) (1983) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática.

ORWELL, George. (1998) *1984*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (23ª edição).

PAIVA, Vanilda. (1987) *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Edições Loyola. (4ª ed.)

PASSETTI, Edson. (1998) *Conversações libertárias com Paulo Freire*. São Paulo: Edtora Imaginário.

PINSKY, Carla Bassanesi. (2000) *Pássaros da Liberdade: Jovens, judeus e revolucionários no Brasil*. SP: Editora Contexto.

PINSKY, Jaime. (Org.) (1980) *Questão Nacional e Marxismo*. São Paulo: Brasiliense.

POLIAKOV, Leon. (1988) *Do anti-sionismo ao anti-semitismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

POSTMAN, Neil. (1994) *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia*. São Paulo: Nobel.

PRAXEDES, Walter Lúcio de Alencar. (2001) *Elucidação Pedagógica, História e Identidade nos Romances de José Saramago*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. (Orientador: Nelson Piletti)

RATTNER, Henrique (Org.). (1972) *Nos caminhos da diáspora. Uma introdução ao estudo demográfico dos judeus*. São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos Judaicos.

__________. (1977) *Tradição e mudança: a comunidade judaica em São Paulo*. São Paulo: Ática.

__________. (Org.) (1978) A Crise da Ordem Mundial. São Paulo: Editora Símbolo.

REIBSCHEID, Samuel. (1995) *Breve Fantasia*. São Paulo, Editora Página Aberta.

REICHERT, Rolf. (1972) *História da Palestina: dos primórdios aos nossos dias*. São Paulo: Herder; Editora da USP.

RESENDE, Paulo-Edgard A. & PASSETTI, Edson. (1986) *Proudhon*. (Orgs.) São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

RIDENTI, Marcelo e REIS F., Daniel Aarão. (Org.) (2002) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, pp. 103-55.

ROSSI, Wagner Gonçalves. (1981). *Pedagogia do Trabalho – raízes da educação socialista (Volume 1)*. São Paulo: Editora Moraes.

SACCHETTA, Hermínio. (1992). *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP.

SALEM, Helena. (1978) *Palestinos, os Novos Judeus*. Rio de Janeiro: Ed. Eldorado.

__________. (1986) *O que é Questão Palestina*. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense.

__________. (1991) *Entre árabes e judeus: Uma reportagem de vida*. São Paulo: Brasiliense.

SARTRE, Jean Paul. (1965) *Reflexões Sobre o Racismo – Reflexões Sobre a Questão Judaica/Orfeu Negro*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

__________. (1993) *Que é Literatura*. São Paulo: Ática, 2ª edição.

__________. (1994) *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática.

SCHWARTZMAN, Simon. (2001) *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos.

SCHWEIDSON, Jacques. (1985) *Judeus de bombachas e chimarrão*. Rio de Janeiro: J. Olympio.

__________. (1989) *Saga Judaica na Ilha do Desterro*. Rio de Janeiro: J. Olympio.

SCLIAR, Moacyr. (1983) *O centauro no jardim*. Porto Alegre, L&PM.

__________. (1994) *Judaísmo: dispersão e unidade*. São Paulo, Ática.

__________. (2001a) *A Guerra do Bom Fim*. Porto Alegre: L&PM.

__________. (2001b) *Meu filho, o doutor: medicina e judaísmo na história, na literatura – e no humor*. Porto Alegre: Artmed Editora.

__________. (2002) *O exército de um só homem*. Porto Alegre: L&PM.

__________. (O Ciclo das Águas). São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

__________. *A Estranha Nação de Rafael Mendes*. Porto Alegre: L&PM, s.d.

SCLIAR, Moacyr, FINZI, Patrícia e TOKER, Eliahu. (Seleção, organização e edição) (1990) *Do Éden ao Divã – Humor Judaico*. São Paulo: Shalom.

SHAKED, Gershon. (1988) *Sombras de Identidade*. São Paulo: Associação Universitária de Cultura Judaica.

SHAKESPEARE, W. (1994) *O Mercador de Veneza*. (Obras: Comédias e Sonetos II) São Paulo: Círculo do Livro.

SILVA, Antonio Ozaí da. (1987) *História das Tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. São Paulo: Proposta Editorial.

__________. (1998) *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994).* Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP. Orientador: Maurício Tragtenberg.

SILVA, Doris Accioly e, e MARRACH, Sonia Alem. (2001) *Maurício Tragtenberg: Uma vida para as Ciências Humanas*. São Paulo: Editora UNESP.

SILVA, Helenice Rodrigues da. (1995) Texte, Action et Histoire: réflexions sur le phénomène de l' engagement. Paris: Editions L' Harmattan.

SILVA, Tomaz Tadeu da & MOREIRA, Antonio Flávio. (Orgs.) *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

SNYDERS, Georges. (1978) *Para onde vão as pedagogias não-directivas?* Lisboa: Moraes Editores. (2ª ed.)

SUNDFELD, Roberta Alexandr. (1995) *De Ismail a São Paulo: memórias da família Zveibil*. São Paulo: Ícone Pesquisa de História.

THOMPSON, Paul. (1992) *A Voz do Passado - História Oral*. São Paulo, Paz e Terra.

TOCQUEVILLE, Alexis de. (1982) *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª ed.

UNESCO. (1972) *Vida e Valores do Povo Judeu*. São Paulo: Editora Perspectiva.

URIS, Leon. *Exodus*. (1981) São Paulo: Abril Cultural, 1981. (2 volumes)

VALVERDE, Antonio José Romera. (1996) *Pedagogia Libertária e Autodidatismo*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas-SP. (Orientador: Maurício Tragtenberg)

VELTMAN, Henrique. (1996) *História dos Judeus em São Paulo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (1991) *O que é Universidade*. São Paulo: Brasiliense.

WEBER, Max. (1983) *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira.

__________. (1989) *Sobre a Universidade: o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica*. São Paulo: Cortez.

__________. (1993) *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix.

WOLFF, Egon & WOLFF. (1979) *Judeus nos Primórdios do Brasil República*. Rio de Janeiro: Biblioteca Israelita H. N. Bialik, Centro de Documentação.

WOODCOCK, George. (Org.) (1986) *Os grandes escritos anarquistas*.Porto Alegre: L&PM.

YOUNG-BRUEHI, Elizabeth. (1997) *Por amor ao mundo: a vida e obra de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume-Delumará.

Artigos em revistas, jornais e similares

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “A Educação de Maurício Tragtenberg (depoimento pessoal sobre um método político-pedagógico)”. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 15, agosto de 2003. (Site: http://www.espacoacademico.com.br/015/15pra.htm)

ANTUNES, Ricardo. “Maurício Tragtenberg: A perda de um intelectual herético”. *Tudo Flui – Revista da Aduel*, v. 5, nº1, jan./jun. de 2001, Londrina-PR, pp. 09-11.

APROPUC-SP. *O centenário da morte de Karl Marx*. Cadernos APROPUC, Ano I, nº 1, agosto de 1983, São Paulo, Editora Graphia.

ATHIAS, Gabriela. “Coreano moderniza comércio local”. *Folha de S. Paulo*, 16.06.2002

__________.“Fim de escola deixa o Bom Retiro menos judeu”. *Folha de S. Paulo*, 16.06.2002.

BENTO PRADO JR. “Entrevista”. *Caderno Mais, Folha de S. Paulo*, 25.06.2000.

BURKE, Peter. “Seitas e igrejas na história do conhecimento”. *Folha de S. Paulo*, **Mais**, 27.08.00, pp. 16-17.

CARVALHO, Francisco Moreno de. “O Sionismo, o Socialismo e a Paz”. *Ensaio*, Nº 13. São Paulo: *Editora Ensaio*, 1984, pp.181-89.

CATANI, Afrânio Mendes. *Maurício Tragtenberg: Um Intelectual Contra o Poder Intelectual (1929-1998)*. In: Revista Adusp, nº 17, junho de 1999, pp. 88-90.

CESE – Centro de Ensino Superior de Erexim. Correspondência da Colonizadora JKA (1908-1912) – Fontes Primárias para a História. Erexim-RS, CESE, setembro de 1984.

CHASIN, J. [et. al.] “Entrevista – Florestan Fernandes: A pessoa e o político”. *Nova Escrita Ensaio*, Ano IV, nº 8, 1980, pp. 9-39.

CHAVES, Ernani. “Escovar o Judaísmo a Contrapelo” – Walter Benjamin e a questão da identidade judaica na correspondência com Ludwig Strauss”. *Novos Estudos CEBRAP*, Nº 58, novembro de 2000, pp. 223-240.

COGGIOLA, Osvaldo. “Alberto Luiz da Rocha Barros: Professor e Militante”. *Revista ADUSP*, nº 17, de junho de 1999, pp.82-84.

DIAS, Edmundo Fernandes. “Notas para uma história da crise da Unicamp”. *Educação & Sociedade*, 11, jan. de 1982, pp. 136-166.

FARIA, José Henrique de. “Poder e Participação: A Delinqüência Acadêmica na Interpretação Tragtenberguiana”. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, jul./set. 2001. São Paulo, v. 41, nº 3, pp. 70-76.

__________. “A Teoria Crítica no Capitalismo Contemporâneo de Modernidade Tardia”. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 24, maio de 2003. (Site: http://www.espacoacademico.com.br/024/24cfaria.htm)

FERREIRA, José Maria Carvalho. “Pedagogia Libertária “versus” Pedagogia Autoritária”. In: http://www.nodo50.org/insurgentes/pedagogia_vs.htm; acessado em 28.09.03.

FERREIRA, Pedro Roberto. “Anotações para um socialismo libertário”. In: *Tudo Flui – Revista da Aduel*, v. 5, nº1, jan./jun. de 2001, Londrina-PR, pp. 35-39.

FRIJHOFF, Willem. “Autodidaxies, XVI-XVX siècles: jalons pour la construction d’un objet historique” In: *Histoire de L’ Education* – Mai – nº 70 – Institut National de Recherche Pédagogique – Paris – 1996 (Número Special – Autodidaxies XVI- XIX siècles, pp. 05-27)

GALLO, Silvio. (1996) “Pedagogia Libertária: Princípios Políticos-Filosóficos”. PEY. Maria Oly. (Org.) *Educação Libertária: textos de um seminário*. Rio de Janeiro: Achiamé; Florianópolis: Movimento, 1996. Disponível in: http://www.hipernet.ufsc.br/foruns/autonomia/pedago/gallo/princ.htm; acessado em 28.09.2003.

__________. (2002) “A Escola Pública numa Perspectiva Anarquista”. *Verve* – Revista do NU-SOL – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sócias PUC-SP, nº 1, 2002, pp. 124-164.

GONÇALVES, Adelaide & BRUNO, Allyson. “Libertários: educação da solidariedade e educação da revolta”. *Verve* – Revista do NU-SOL – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sócias PUC-SP, nº 2, 2002, pp. 65-87.

GUINSBRUG, J. “Uma língua passaporte: o iídiche” *Revista USP*, nº 15. Site: http://www.usp.br/revistausp/n15/numero15.html

HORA DO POVO. “O autoritarismo anti-autoritário”. *Hora do Povo*, 24.01.1980.

INCONTRI, Dora. “Tolstoi e a Anti-Pedagogia (uma Proposta de Educação Libertária)”. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 17, nº 1/2, jan./dez. 1991, pp. 102-120.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. “A turma da biblioteca”. *Jornal da Tarde*, 11.12.1998.

LAHIRE, Bernard. “Reprodução ou prolongamentos críticos?” In: *Educação & Sociedade* – Ano XXIII – Abril – 2002 – 78 – Campinas, Cedes (Dossiê: Pierre Bourdieu)

LEITE, Mirian Lifchitz Moreira. “Quem foi Maria Lacerda de Moura?” *Educação & Sociedade* , n. 2, janeiro de 1979, pp. 05-24.

LUIZETTO, Flávio. “O Movimento Anarquista em São Paulo: a experiência da Escola Moderna Nº 1 (1912-1919)”. *Educação & Sociedade*, nº 24, agosto de 1986, pp. 18-47.

MCLAREN, Peter. “O legado de luta e de esperança”. *Pátio Revista Pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. v.1, n.2, ago/out 1997. (Disponível in: http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/humanas/educacao/patio/patio2.html - acessado em 28.09.03).

MONACHESI, Juliana. “A Instituição em Aberto”. *Folha de S. Paulo, Mais*, 22.09.2002

MORAES, José Damiro de. “A Educação Libertária na Bagagem dos Imigrantes: Uma Trajetória no Brasil”. Revista de Educação, PUC-Campinas, nº 8, junho de 2000, pp. 28-39.

MOTTA, Fernando C. Prestes. “A co-gestão (e outros debates), segundo a análise de Tragtenberg”. *Jornal da Tarde*, 17.01.1981.

__________. “Maurício Tragtenberg: Desvendando Ideologias”. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, jul./set. 2001. São Paulo, v. 41, nº 3, pp. 64-68.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins & NOGUEIRA. Maria Alice. “A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições”. In: *Educação & Sociedade*, Ano XXIII,Abril 2002, 78. Campinas: Cedes, pp. 15-36. (Dossiê: Pierre Bourdieu)

PASSETTI, Edson. “Heterotopias anarquistas”. *Verve* – Revista do NU-SOL – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sócias PUC-SP, nº 2, 2002, pp.

PAULA, Ana Paula Paes de. “Tragtenberg e a Resistência da Crítica: Pesquisa e Ensino na Administração Hoje”. *RAE–Revista de Administração de Empresas*, jul./set. 2001. São Paulo, v. 41, nº 3, pp. 77-81.

__________. “As Inexoráveis Harmonias Administrativas e a Burocracia Flexível”. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 16, set. de 2002. (Site: http://www.espacoacademico.com.br/016/16col_apaula.htm)

PERALVA, Osvaldo. “Sobre o controle de qualidade”. *Folha de S. Paulo*, 10.06.1982.

RATTNER, Henrique. “Ser judeu. e brasileiro. Problemas de identidade sócio-cultural no Brasil”. *Shalom*, São Paulo, junho de 1982, pp. I-VIII.

__________. “O Povo Judeu no limiar do século 21: crise ou continuidade”. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 17, outubro de 2002. (Site: http://www.espacoacademico.com.br/017/17rattner.htm)

__________. “O conflito entre israelenses e palestinos - um pesadelo sem fim?” *Revista Espaço Acadêmico*, nº 31, dez. de 2003. (Site: http://www.espacoacademico.com.br/031/31ip_rattner.htm)

RODINSON, Máxime. “Israël, Fait Colonial?”. *Les Temps Modernes*. Paris: Éditions Denoel, 1968, pp. 17-88.

SILVA, Antonio Ozaí da. (1999) *Maurício Tragtenberg e a Pedagogia Libertária*. In: **Lutas Sociais**, nº 6, São Paulo, NEILS; PUC/SP.

__________. “Os Apóstolos da Razão: Sacralização da Política”. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 17, outubro de 2002 (http://www.espacoacademico.com.br/017/17pol_relig.htm)

__________. “A impotência da argumentação racional (ou quando 2+2=5)”. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 27, agosto de 2003 (http://www.espacoacademico.com.br/027/27pol.htm)

SILVA, Doris Accioly e. “Autonomia e Solidariedade: O Jornalismo Sindical de Maurício Tragtenberg”. In: *Tudo Flui – Revista da Aduel*, v. 5, nº1, jan./jun. de 2001, Londrina-PR, pp. 21-34.

SZKLARAWOSKY, Leon Frejda. “Maurício Tragtenberg”. In *Nave da Palavra*, nº 25, de 31.03.00. Site: http://www.navedapalavra.com.br/cronicas/mauricio.htm

TERRAY, Emmanuel. “Réflexions sur la violence symbolique”. *Actuel Marx* - Autour de Pierre Bourdieu, nº 20, deuxième semestre 1996. Paris: Press Universitaires de France (PUF).

UHLE, Agueda Bernadete Bittencourt. “Sobre administração e avaliação: uma conversa com as idéias de Maurício Tragtenberg”. *Tudo Flui – Revista da Aduel*, v. 5, nº1, jan./jun. de 2001, Londrina-PR, pp.13-20.

VALVERDE, Antonio José Romera. “A Inteligência do Orientador”. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, jul./set. 2001. São Paulo, v. 41, nº 3, pp. 60-63.

VASCONCELOS, Maria Drosila. “Pierre Bourdieu: a herança sociológica” (Dossiê Bourdieu). *Educação & Sociedade*, nº 78, abril/2002, pp. 77-87.

VIEIRA, Evaldo Amaro. “Para Maurício Tragtenberg”. *Educação & Sociedade*, Ano XX, nº 66, abril de 1999, pp. 08-10.

Prefácios, introduções, artigos e livros de Maurício Tragtenberg:

(1958) “O judeu, a classe média e o Estado moderno”. *Fac. Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Seção de História*, Agosto de 1958.

(1960) “A importância da literatura para o homem de cultura universitária, qualquer que seja sua especialização”. *Revista de História*, nº 44. (Premiado no Concurso Nacional de Literatura para universitários, instituído pelo Ministério de Educação e Cultura e pela revista O Cruzeiro – Prêmio Graciliano Ramos – conforme publicação em 02.01.1960.

(1962) “Franz Kafka – O Romancista do Absurdo”. *Separata da Revista ALFA, Nº 1. Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.*

(1966) “O Pensamento de Max Weber”. Separata da *Revista de História*, nº 65, pp. 169-191.

(1967) *Planificação: desafio do século XX*. São Paulo: Editora Senzala.

(1971a) “A Teoria Geral da Administração é uma Ideologia?” *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro: FGV, 11 (4), out/dez. 1971, pp. 07-21.

(1971b) “O Anti-Weber: H. Marcuse”. *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXI, fasc. 81, jan/mar de 1971, pp. 15-26.

(1974) *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática.

(1976a) “A escola como organização complexa”. In: GARCIA, Walter (org.) *Educação Brasileira Contemporânea: organização e funcionamento*. São Paulo: McGraw-Hill.

(1976b) “Max Weber e a Revolução Russa”. *Estudos Cebrap* 18, ou/nov/dez de 1976. São Paulo: Edições Brasileiense; Cebrap, pp. 45-70.

(1978) “Francisco Ferrer e a Pedagogia Libertária”. Educação & Sociedade, nº 1, set. de 1978. São Paulo: Cortez, pp. 17-49.

(1979a) “Violência e trabalho através da imprensa sindical”. *Educação & Sociedade*, nº 02, Janeiro de 1979, pp; 87-120. São Paulo: Cortez.

(1979b) *Administração, Poder e Ideologia*. In: REZENDE, Antonio Muniz de. (Org.) *Iniciação Teórica e Prática às Ciências da Educação*. Petrópolis-RJ: Vozes, pp. 165-192.

(1980a) “O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária – Espanha 80”. In: *Educação & Sociedade*, Nº 07. São Paulo: Cortez e Autores Associados, set. de 1980, pp. 53-62.

(1980b) *A luz vem de Lages*. (Prefácio) In: ALVES, Marcio Moreira. *A Força do Povo: democracia participativa em Lages*. São Paulo: Brasiliense.

(1980c) Prefácio à edição brasileira. In: SANTILLÁN, Diego Abad de. *Organismo Econômico da Revolução: A Autogestão na Revolução Espanhola*. São Paulo, Brasiliense.

(1980d) *Educação ou Desconversa?* In: *Almanaque 11 – Cadernos de Literatura e Ensaio*. (Coord.: Walnice Nogueira GALVÃO e Bento PRADO JR.). São Paulo: Brasiliense, pp. 11-15.

(1980e) “Polônia: crepúsculo da burocracia?”. *Revista Autonomia*, pp. 04-11.

(1981a) *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense. (Introdução e organização)

(1981b) “Amadeo Bordiga. Conselho de Fábrica ou Partido de Classe?” In: GRAMSCI, Antonio & BORDIGA, Amadeo. Conselhos de Fábrica. São Paulo, Brasiliense, pp. 13-21.

(1981c) “A liderança carismática no bolchevismo”. *Perspectiva*, Ano 5, nº 17, Erexim (RS), maio de 1981, pp. 10-19.

(1981d) “Educação e Política: A Proposta Integralista”. Educação e Sociedade, 8. São Paulo: Cortez, jan. de 1981, pp. 97109

(1981e) *Pistrak: uma pedagogia socialista*. In: PISTRAK. *Fundamentos da escola do Trabalho*. São Paulo Brasiliense, 1981, pp. 07-23.

(1982a) “Administracion Participativa em Brasil: Lages y Boa Esperança”. *Revista Interamericana de Planificacion*, números 63-64, spetembre-diciembre de 1982, pp. 245-258

(1982b) “Dialética do Sionismo”. In: *Nova Escrita Ensaio*. São Paulo: Ed. Ensaio, pp. 105-114.

(1983a) “Marx/Bakunin”. In: *Nova Escrita Ensaio*. Ano V, nº 11/12. São Paulo: Editora Ensaio, pp. 279-299. [Também publicado em: CHASIN, J. (Org.) *Marx Hoje*. São Paulo, Ed. Ensaio, 1987, pp. 195-216. (Caderno Ensaio 1); e, na Revista Educação & Sociedade, nº 23, abril de 1986, pp. 84-103, sob o título “Marx/Bakunin: ou marxismo e anarquismo”].

(1983b) “Uma leitura libertária de Marx”. In: APROPUC-SP. *O centenário da morte de Karl Marx*. Cadernos APROPUC, Ano I, nº 1, agosto de 1983, São Paulo, Editora Graphia.

(1983c) “Quando o operário faz a educação: depoimentos”. *Caderno de Pesquisa* (47): 81-94, nov.1983.

(1984) “A propósito de Sabra e Chatila”. In: *Ensaio*, Nº 13. São Paulo: Ed. Ensaio, 1984, pp. 181-211.

(1985a) “O Discurso da Servidão Voluntária”. In: *Educação & Sociedade*, 21, maio/agosto de 1985, pp. 33-40.

(1985b) “Relações de poder na escola”. In: *Educação & Sociedade* – Ano VII – Nº 20 – Jan/Abril de 1985. Campinas: CEDES/Unicamp; São Paulo: Cortez Editora, pp. 40-45.

(1986) *Reflexões sobre o socialismo.* São Paulo: Editora Moderna.

(1987a) Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In: VENOSA, Roberto. (Org) (1987) *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. São Paulo, Babel Cultural, pp. 21-60.

(1987b) Introdução. In: *KROPOTKIN: Textos Escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, pp. 07-17. (Seleção e apresentação dos textos de Maurício Tragtenberg)

(1988a) *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual.

(1988b) Nota biográfica do autor. In: BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, Socialismo, Antiteologismo*. São Paulo: Cortez, pp. I-XVI. (Coleção Pensamento e Ação: v. 2)

(1988c) Introdução. In: BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. São Paulo: Cortez, pp. VII-XXX. (Coleção Pensamento e Ação: v. 3)

(1989a) *Administração, Poder e ideologia*. São Paulo: Cortez.

(1989b) Introdução ao leitor brasileiro. In: Max WEBER. (1989) *Sobre a Universidade: o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica*. São Paulo: Cortez, 1989, pp. 07-30 (Coleção Pensamento e Ação: v. 1)

(1989c) Introdução. In: MALATESTA, Errico. *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, pp. VII-XXXVI. (Coleção Pensamento e Ação: v. 5)

(1990a) *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. São Paulo: Cortez e Autores Associados (Coleção Teoria e Práticas Sociais – 2ª edição)

(1990b) *Educação brasileira: diagnóstico e perspectivas*. In: RATTNER, Henrique. (Org.) Brasil 1990: *Caminhos alternativos de desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, pp. 189-205.

(1991a) Memorial**.** In: *Revista Pró-Posições*, nº 4, março de 1991, Campinas: SP, FE/UNICAMP, pp. 79-87; *Revista Educação & Sociedade***,** 65, dezembro de 1998, pp. 07-20; e, *Revista Espaço Acadêmico*, nº 30, novembro de 2003. Site: http://www.espacoacademico.com.br/030/30mt_memorial.htm.

(1991b) Rosa Luxemburg e a crítica dos fenômenos burocráticos. In: LOUREIRO, Isabel Maria e VIGEVANI, Tullo. *Rosa Luxemburg: A recusa da alienação*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da UNESP, pp. 37-47.

(1992) Atualidade de Max Weber. [Introdução] In: WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1992, pp. XI- L.

(1996) Neoliberalismo e cultura universitária. In: SILVA, Franklin Leopoldo e. *Conciliação, Neoliberalismo e Educação*. São Paulo: Fundação Unesp; Annablume, pp. 149-160.

(1997) “A Comuna de Paris”. In: *Tudo Flui – Revista da Aduel – Sindiprol*, volume 2, nº2, jul/dez/1997, pp. 52-54.

(1999) *Memórias de um autodidata no Brasil*. São Paulo, Escuta.

Artigos e entrevistas de Maurício Tragtenberg em jornais:

"Coociência”, êxito de uma cooperativa. *Folha de S. Paulo*, 13.01.1981.

“Inovações” na administração do trabalho. *Folha de S. Paulo*, 01.08.1981.

A ambigüidade do Estado soviético. *Folha de S. Paulo*, 17.06.1989.

A atualidade de Errico Malatesta. *Folha de S. Paulo, Folhetim*, 16.01.1983, pp. 06-07.

A Censura e o “Complô das belas Almas”. *Folha de S. Paulo*, 08.12. 1977.

A China de Mao na pior. *Notícias Populares*, 14.06.1989.

A Constituinte e o peão. *Notícias Populares*, 14.07.1985.

A Constituinte e o trabalhador (2). *Notícias Populares*, 15.02.1987.

A delinqüência acadêmica (Entrevista a Laerte Ziggiati). *Folha de S. Paulo, Folhetim*, 03.12.1978.

A distribuição de renda e o pacote econômico. *Notícias Populares*, 23.04.86.

A importância da literatura para o homem de cultura universitária, qualquer que seja sua especialização. *Revista de História*, nº 44, 02.01.1960.

A luta contra a burocracia. *Folha de S. Paulo*, 16.03.1985.

A mulher e o trabalho. *Notícias Populares*, 06.10.1982.

A mulher trabalhadora. *Notícias Populares*, 12.05.1982.

A Nova República. *Notícias Populares*, 17.03.1986.

A revolta palestina. *Folha de S. Paulo*, 08.02.1988.

A Unicamp e um forte odor de ditadura. *Folha de S. Paulo*, 21.10.1981.

Ainda a mulher e o trabalho. *Notícias Populares*, 10.10.1982.

Ainda a tão falada unidade sindical. *Notícias Populares*, 30.06.1982.

Ainda sobre Círculos de Controle de Qualidade (1). *Folha de S. Paulo*, 27.07.1982.

Ainda sobre o autoritarismo da "Hora do Povo" (Resposta tranqüila a um contraditor irado). *Em Tempo*, 07 a 21.02.1980.

Ainda sobre os Círculos de Controle de Qualidade (2). *Folha de S. Paulo*, 28.07.1982.

As ilusões triunfalistas. *Correio do Povo*, Campinas-SP, 20.11.1981

Associação das compras comunitárias do ABC. *Notícias Populares*, 18.05.1986.

Bakunin à moda da casa. *Folha de S. Paulo*, 13.01.1987.

Comissões de Fábrica e Sindicatos. *Folha de S. Paulo,* Folhetim, 04.12.1983, pp. 10-11.

Comunicado da CUT e da Federação dos Palestinos. *Notícias Populares*, 09.04.1986.

Congresso Constituinte é safadeza da Nova República. *Notícias Populares*, 27.01.1986.

Constituinte, trabalhadores e malandragem congressual. *Notícias Populares*, 26.01.1986.

Controle de qualidade ou do trabalhador? *Folha de S. Paulo*, 31.05.1982.

Costureiras mostram que cooperativismo pode ser possível. *Notícias Populares*, 10.01.1981.

Criada comissão de fábrica dos trabalhadores da Asama. *Notícias Populares*, 25.08.1982.

Democracia na rua e ditadura na fábrica. *Notícias Populares*, 08.03.1985.

E a trabalhadora negra cumé que fica? *Notícias Populares*, 03.06.1982.

Eleição: trabalhador não trabalha no Parlamento. *Notícias Populares*, 14.11.1982.

Entrevista. *Porandubas*, maio de 1980. (Jornal da PUC/SP)

Fascismo "proletário". A propósito do jornal A Hora do Povo. *Em Tempo*, de 17 a 23 .01.1980.

Hermínio Sacchetta, uma perda de todos. *Folha de S. Paulo*, 02.11.1982.

HP e pelegos sindicais: a nova face da repressão. *Folha de S. Paulo*, 13.07.1981.

Israel: o cisma na alma. *Folha de S. Paulo,* 02.04.1984.

Lages, a cidade onde o povo tem o poder. *Folha de S. Paulo,* 26.12.1980.

Leitura para trabalhadores. *Notícias Populares*, 17.09.1986.

Menachem Begin visto por Einstein, H. Arendt e N. Goldman. *Folha de S. Paulo*, 21.09.1982.

Metrô – participação ou incorporação? *Folha de S. Paulo*, 13.03.1983.

Mulheres do campo. *Notícias Populares*, 21.08.1985.

Mulheres na luta pela terra. *Notícias Populares*, 30.04.1986.

NO BATENTE. *Notícias Populares,* 06.12.1981

Nossa posição. *Notícias Populares*, 13.07.1982.

O dilema da estrela: branca ou vermelha. *Jornal da Tarde*, 17.12.1988.

O Pacto Social e a "Cascata" da nova República. *Notícias Populares*, 27.02.1985.

O paraíso da burocracia. Entrevista a Maria Carneiro da Cunha. *Folha de S. Paulo, Folhetim*, de 21.10.1979.

O partido único. *Folha de S. Paulo*, *Folhetim*, 24.05.1981.

O Sindicato da Volks. *Folha de S. Paulo*, 18.10.1980.

O voto e as ilusões. *Folha de S. Paulo,* Folhetim, 14.11.1982.

Palestinos: O Dia da Terra. *Folha de S. Paulo*, 29.03.1985.

Piracicaba em marcha à ré. *Folha de S. Paulo*, 29.01.1983.

Polônia – trabalhador sob o "socialismo" blindado. *Notícias Populares*, 16.12.1981.

Polônia, Ano Zero. *Folha de S. Paulo*, 11.09.1980.

Quando os "justos" têm as mãos sujas. *Folha de S. Paulo,* 02.07.1982.

Questão social, ainda caso de polícia? *Folha de S. Paulo,* 08.11.1979.

Réquiem, *Correio do Povo,* Campinas-SP, de 02.12.1981.

Resposta de um intelectual a um coronel embaixador. *Folha de S. Paulo*, 02.09.1982.

Solidarnosc (1). *Notícias Populares*, 23.12.1981.

Solidarnosc (2). *Notícias Populares*, 27.12.1981.

Solidarnosc (3). *Notícias Populares*, 30.12.1981.

Trabalhador não ganha "boas festas" nem "feliz ano novo". *Folha de S. Paulo*, 23.12.1981.

Traços comuns. *Folha de S. Paulo*, 27.11.1990.

Um dos pilares do Estado polonês é o sindicato atrelado. *Movimento*, 06 a 12.10.1980, p. 15.

Uma revolução na revolução russa. *Folha de S.Paulo*, Folhetim 10.04.1983.

Violência Sindical. *Folha de S. Paulo*, 27.10.1980.

Documentos

Ação Ordinária apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Estadual pelo Dr. Manuel Alceu Affonso Ferreira, s. d., mimeo., 09 páginas.

Aulas [transcrição] – Curso Mestrado, 2º semestre de 1984, Unicamp, mimeo. 86 págs.

Autos da Ação Ordinária – Prova testemunhal da Ré, 2ª Testemunha, Dr; José Carlos de Ataliba Nogueira, s. d. mimeo, 02 páginas.

Curriculum Vitae, de 03 de dezembro de 1973, mimeo. 08 páginas.

Declaração – assinada por Luiz de Miranda Junior, Escriturário-Assistente de Administração do Colégio Estadual "Alexandre Von Humboldt", na Vila Anastácio, de 01 de setembro de 1964, mimeo., 01 página. (Fls. 28, do processo nº 66-0635/65)

Depoimento de Maurício Tragtenberg. Centro de Memória Sindical. Em: 06.09.1983; 23.09.1983 e 08.10. 1983. Transcrição, mimeo., 292 páginas.

Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV. Sistema de Avaliação de Classes (1975, 1976 e 1977)

Instituto Cultural Israelita Brasileiro. "O Massacre no Líbano, a Paz no Oriente Médio". Posição do Instituto Cultural Israelita Brasileiro". São Paulo, 22.09.1982, mimeo., 2 págs.

Memorial – Apresentado à Faculdade de Educação da UNICAMP, como parte dos requisitos para obtenção do título de Professor Livre Docente em Administração Educacional, em 1978, mimeo., 26 páginas.

Parecer Sobre o Relatório de Atividades do Prof. Maurício Tragtenberg [relatório em anexo]. Campinas, Unicamp, 04 de outubro de 1991, mimeo. 25 págs.

Parecer: Dr. Miguel Reale, de 29 de outubro de 1969, mimeo, 03 páginas.

Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública – Polícia Civil de São Paulo – Divisão de Informações/CPI/DOPS/SP – Relatório sobre Maurício Tragtenberg, documento mimeografado, 8 p.

Termo de reintegração no cargo de Professor Secundário, assinado pelo Governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, 23 de agosto de 1976, mimeo. 01 página.

Entrevistas realizadas

Nº	Nome	Local	Data
01	Beatriz Tragetenberg	São Paulo	04.06.01
02	Lucila Tragtenberg	São Paulo	17.09.01 e 11.03.02
03	Livio Tragtenberg	São Paulo	24.09.01
04	Manuel Affonso	São Paulo	24.09.01
05	Edson Passetti	PUC/São Paulo	25.09.01
06	Adriana Bandeira de Melo	São Paulo	26.09.01
07	Ruth Bandeira de Melo	São Paulo	27.09.01
08	Inês Cabral	São Paulo	28.09.01
09	Fernando C. Prestes Motta	FGV/São Paulo	09.10.01
10	Carmem Junqueira	PUC/São Paulo	10.10.01
11	Lucio Flávio R. de Almeida	PUC/São Paulo	11.10.01
12	Jucirema Quinteiro	Florianópolis/SC	12.12.01
13	Remy José Fontana	Florianópolis/SC	12.12.01
14	Paulo Sérgio Tumolo	Florianópolis/SC	12.12.01
15	Marcelo Tragtenberg	Florianópolis/SC	12 e 13.12.01
16	Lúcia Bógus	PUC/São Paulo	13.03.02
17	Antonio José Romera Valverde	São Paulo	14.03.02
18	Evaldo Amaro Vieira	São Paulo	19.03.02
19	Vladimir Sacchetta	São Paulo	22.03.02
20	Luiz Alberto Moniz Bandeira	Email	28.07.02 e 23.08.02
21	Michael Löwy	Email	29.09.02
22	Vito Giannotti	Email	16.04.03
23	Henrique Rattner	São Paulo	18.07.03
24	Hanna Profis	São Paulo	18 e 21.07.03
25	Sebastião Aroldo de Freitas Correa Porto	São Paulo	21.07.03
26	Francisco Moreno de Carvalho	São Paulo	22.07.03
27	Guilherme Rosenzueig	São Paulo	22.07.03
28	Emir Mourad	São Paulo	23.07.03
29	Maria Nilza da Silva	São Paulo	23.07.03
30	Mario Roberto Ferrari	Email	18.08.03

ANEXO
RELAÇÃO DE ORIENTANDOS E ORIENTANDAS, DISSERTAÇÕES E TESES

Nome	Tema	Ano	D/M	Inst.
ALMEIDA, Ivan Antonio de	Construindo a identidade operária: a história da comissão de fábrica as ASAMA	1991	M	PUC
ALMEIDA, Ivan Antonio de	Movimento Fé e Política: a síntese de uma tragédia	1997	D	PUC
BARRETO, Kátia Marly Mendonça	O clube militar: atuação política	1988	M	PUC
BARROS, José Manoel de Aguiar	Terrorismo: uma palavra em movimento	1989	M	PUC
BONITO, Maria Antonieta	Instituições e sociedades culturais	1994	M	UNICAMP
BORBA, Jason Tadeu	Indivíduo e capital: uma abordagem a partir de Marx e Jung (Gemceinwessen: ruptura, transformação e metamorfose)	1998	D	PUC
CAETANO, Miriam Expedita	Educação para a transformação ou para mudar as algemas de mão? Um estudo sobre educação e formação no Instituto Cajamar	1996	M	UNICAMP
CAMARGO, Elizabeth de Almeida S. Pompeo de	A militância de Fernando Azevedo na educação brasileira e educação física	1995	M	UNICAMP
CERQUEIRA, Luiz Egypto da	Imprensa e indústria da consciência: a informação e a contra-informação militante	1983	M	PUC
CRUZ, Marta Vieira	Igreja católica e sindicalismo no campo: conservadorismo ou transformação	1992	D	PUC
ESCRIVÃO FILHO, Edmundo	CCQ e “Just-in-Time”: uma análise integrada	1987	M	UNICAMP
FERREIRA, Brasília Carlos	O sindicato de garrancho		M	PUC
FERREIRA, Pedro Roberto	Os trotskistas (PSR) em 1946: uma ultra-esquerda brasileira?	1985	M	PUC
FONSECA, Dirce Mendes da	UnB: reforma para não mudar	1986	M	UNICAMP
FONSECA, Roberto Lopes	História e administração do Sindicato dos Professores de Itajaí - SINPRO	1998	M	PUC
FREITAS, Pedro Jorge de	A república sem razão; as origens do florianismo		M	PUC
FRELDO, Antonio Carlos de Moura	O discurso gerencial como lógica da dominação na organização	1988	M	PUC
GANDINI, Raquel Pereira Chainho	Tecnocracia, capitalismo e educação em Anísio Teixeira	1979	M	UNICAMP
GANDINI, Raquel Pereira Chainho	R.B.E.P – 1944-1952: Intelectuais, educação e Estado	1990	D	UNICAMP
GARCIA, Fernando Coutinho	Centralismo democrático e autoritarismo partidário: uma contribuição à questão da organização	1977	D	ESCOLA DE SOCIOLOGIA POLÍTICA
GIRON, Louraine Slomp	As sobras do littorio: o fascismo na região colonial italiana do RS	1989	D	PUC

GUTIERREZ, Gustavo Luis	Autogestão e condições modernas de produção	1983	M	PUC
LEME, Dulce M. Pompeo de Camargo	Hoje há ensaio (a greve dos ferroviários da Cia. Paulista -1906	1984	M	UNICAMP
LIMA FILHO, Paulo Alves de	A economia política do complexo industrial-militar: o caso do Brasil	1993	D	PUC
LOPES, Elizabeth Pereira	A máscara e a formação do ator	1990	D	UNICAMP
	* C/ Marlyse Meyer			
MALAGONI, Edgard Afonso	Formas e limites do capitalismo agrário: uma leitura crítica de Smith, Ricardo e Marx		D	PUC
MARRACH, Sonia Aparecida Alem	Visão do mundo dos ferroviários aposentados	1983	M	PUC
MARRACH, Sonia Aparecida Alem	O jornalismo político de Cipriano Barata	1992	D	PUC
MONTEIRO, Lúcia Emilia Bruno de Barros	Portugal: o combate pela autonomia operaria	1983	M	PUC
PEDREIRA FILHO, Valdemar S.	Comissões de fábrica: um claro enigma		D	PUC
POSSAS, Cristina de Albuquerque	Saúde, medicina e trabalho no Brasil	1980	M	UNICAMP
ROSSI, Wagner Gonçalvez	Capitalismo e educação	1977	M	UNICAMP
SCHILLING, Flávia	Estudos sobre resistência	1991	M	UNICAMP
SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli	Ferrovia, ferroviários: uma análise do poder disciplinar na Companhia Paulista de Estrada de Ferro	1981	M	PUC
SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli	Bradesco: a liturgia do poder	1986	D	PUC
SHIROMA, Eneida Oto	Mudança tecnológica, qualificação e política de gestão ...	1993	D	UNICAMP
SILVA, Antonio Ozaí da	As tendências, partidos e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e rupturas	1998	M	PUC
SILVA, Maria Valéria Jacques de Medeiros da	Educação permanente: um balanço teórico	1993	M	UNICAMP
SILVA, Rosemiro Magno da	A luta dos posseiros de Santana dos Frades	1987	M	PUC
SIMCSIK, Tidor	Comissão de Fábrica e a organização: caso Kodama	1986	M	PUC
SOUZA, Francisco Simão de	Interventorias no Ceará: política e sociedade (1930-1935)	1982	M	PUC
STRUCHEL, Maria Aparecida Zaporalli	Uma escola exotérica	1988	M	UNICAMP
UHLE, Agueda Bernadete	O exercício da docilidade: estudo da formação profissional no SENAC	1982	M	UNICAMP
UHLE, Agueda Bernadete	Comunhão leiga: O Rotary Club no Brasil	1991	D	UNICAMP
VALVERDE, Antonio José Romera	Pedagogia libertária e autodidatismo	1996	D	UNICAMP